



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# Relatório de Atividades

2014



© 2015. Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Relatório de Atividades do TRF 1ª Região 2014

Edifício Sede I: Praça dos Tribunais Superiores, bloco A  
70070-900 Brasília/DF  
PABX: (61) 3314-5225  
Fax: 3322-1150  
www.trf1.jus.br

### **Coordenação geral**

Carlos Frederico Maia Bezerra – diretor-geral

### **Coordenação técnica, elaboração e edição**

Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação  
Wânia Maritíça Araújo Vieira – diretora  
Divisão de Desenvolvimento Institucional  
Maria Carolina de Souza Ribeiro – diretora

### **Produção editorial**

Divisão de Produção Editorial e Gráfica  
Samuel Nunes dos Santos – diretor

### **Impressão e acabamento gráfico**

Núcleo de Serviços Gráficos  
Hernani Dutra Vilela – diretor

2

### **Consolidação e redação de textos**

Carlos Roberto de Jesus Domingues  
Elaine Cristina Danzmann Fioravante  
Eliane de Aguiar Marques Lacombe  
Fabiano Fernandes Gomes  
Lucimar Nunes de Melo Bonfim  
Maria Carolina de Souza Ribeiro  
Rafaela Alvim Possas Bastos  
Renato Lopes Vasconcelos

### **Revisão**

Evanildes Carvalho Amorim  
Márcia Regina Murça Barroso

### **Capa e aberturas**

Renata Guimarães Leitão

### **Editoração eletrônica**

Heli Ferreira Sobral Filho  
Rosângela da Cruz Silva

### **Confecção de chapas CTP**

Studio Fitolito Digital Ltda.

---

Brasil. Tribunal Regional Federal. Região 1.

Relatório de atividades 2014 / Justiça Federal.  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região. – Brasília :  
TRF-1ª Região, 2014.  
301 p.: il.

1. Tribunal regional federal, relatório, Brasil,  
(2014). I. Título.

CDD 341.4192

---

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca e Acervo Documental do TRF 1ª Região.



# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO, 5**

## **ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, 15**

## **GESTÃO ESTRATÉGICA, 27**

- MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014), 28
- DESDOBRAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA, 28
- METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO, 35
- ANÁLISE GERAL DE METAS E INDICADORES, 38
- ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA O PERÍODO DE 2015-2020, 38

## **SOCIEDADE, 41**

- MAPA DE JULGADOS - ESTATÍSTICAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, 43
- MAPA DOS PRECATÓRIOS E RPVs, 59

3

## **PROCESSOS INTERNOS, 65**

### **ACESSO À JUSTIÇA, 67**

- INSTALAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS, 67
- INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS NA 1ª REGIÃO, 69
- ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DOS JEFs NA 1ª REGIÃO, 74
- SERVIÇOS DE OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL, 77

### **EFICIÊNCIA OPERACIONAL, 79**

- CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS, 79
- ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, TURMAS RECURSAIS E TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, 80
- ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE VARAS FEDERAIS, 81
- AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE JEFs ADJUNTOS DE SUBSEÇÕES DA 1ª REGIÃO, 81
- REGULAMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS, 81
- DELEGAÇÃO DE ATOS ORDINATÓRIOS, 82
- ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA, 82
- PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, 83



JEF - PROJETO MELHORAÇÃO, 89  
SISTEMA NORMATIVO, 92  
ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR, 103  
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, 114  
ADMINISTRAÇÃO GERAL, 125  
GESTÃO DOCUMENTAL, 134  
AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, 137  
SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS, 139  
SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, 152

## **RECURSOS, 159**

### **GESTÃO DE PESSOAS, 161**

MAGISTRADOS DA 1ª REGIÃO, 161  
SERVIDORES DA 1ª REGIÃO, 175  
APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS - ESCOLA DE MAGISTRATURA  
FEDERAL DA 1ª REGIÃO (ESMAF), 177  
PREVIDÊNCIA, 189  
CARREIRA, 190  
QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL, 191  
ASSISTÊNCIA À SAÚDE, 197

### **INFRAESTRUTURA E TI, 209**

INFRAESTRUTURA, 209  
VEÍCULOS, 214  
MANUTENÇÃO, 215  
SEGURANÇA, 216  
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, 218  
OUTRAS AÇÕES E PROJETOS DE TI, 227

### **ORÇAMENTO, 235**

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO, 240  
CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS, 281  
SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 289  
RESOLUÇÃO CNJ 195/2014, 289  
RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS DA 1ª REGIÃO, 290  
ESTUDO DE ÁREA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO, 290  
LEI ORÇAMENTÁRIA 2015, 291

## **ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS, 295**



# APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos senhores desembargadores federais, excelentíssimos senhores juízes federais, senhores servidores,

Em cumprimento ao art. 21, XLIII, do Regimento Interno, tenho a elevada satisfação de apresentar a Vossas Excelências o Relatório de Atividades do ano de 2014 e o mapa de julgados desta Corte de Justiça.

Inicialmente, destaco que o Relatório de Atividades, a exemplo de anos anteriores, segue o Plano Estratégico da Justiça Federal para o período 2010-2014, agrupando as atividades nas perspectivas ali definidas: *Sociedade*, que tem por objetivo estratégico assegurar a prestação jurisdicional acessível rápida e efetiva; *Processos Internos*, que se desdobra em dois temas: *Acesso à Justiça e Eficiência Operacional*; e *Recursos*, que se subdivide em três temas: *Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia da Informação*, e *Orçamento*. São também apresentados os títulos introdutórios *Organização Institucional* – que retrata a movimentação e a atual composição dos órgãos judiciais e administrativos comissões e conselhos – e *Gestão Estratégica* – que apresenta o mapa estratégico da Justiça Federal, as metas do Poder Judiciário e o desempenho do Tribunal no seu cumprimento, os principais projetos contemplados no planejamento estratégico.

Antes de dar início aos relatos, registro que, em 2014, o quadro de desembargadores federais da Corte passou por muitas modificações em decorrência de aposentadorias voluntárias e da chegada de novos membros. A todos os que passaram pelo Tribunal e deixaram a sua contribuição nas realizações aqui relatadas apresento os agradecimentos. Aos que chegaram para contribuir para a elevação do bom nome desta Corte apresento as boas-vindas. Em ordem de posse, os novos desembargadores: o juiz federal Marcos Augusto de Sousa (25/06/2014), em decorrência da aposentadoria do desembargador federal Catão Alves; o juiz federal João Luiz de Sousa (01/12/2014), em vaga decorrente da aposentadoria do saudoso desembargador federal Leomar Amorim; a juíza federal Gilda Sigmaringa Seixas (16/12/2014), em vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora federal Selene Almeida; e o juiz federal Jamil de Jesus Oliveira (16/12/2014), em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Tolentino Amaral. Aguarda-se a nomeação de um advogado que substituirá o desembargador federal Carlos Olavo, que, em 28 de fevereiro de 2014, deixou o Tribunal por aposentadoria voluntária.

Antecipando o relato minucioso dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, cabe mencionar, sucintamente, algumas ações significativas que permeiam os capítulos deste relatório de atividades.

Logo no início da atual gestão administrativa, defini alguns pilares que orientariam a condução dos trabalhos da Corte, sem, contudo, descuidar que todas as atividades



fossem realizadas com prontidão, eficiência e eficácia, de modo a assegurar recursos e condições da adequada prestação jurisdicional, destacando-se:

a) o fortalecimento das relações institucionais entre o Tribunal e suas seções e subseções judiciárias, buscando unir esforços, compartilhar experiências e fomentar ambiente de colaboração e produtividade, de forma a transformar as adversidades da grande dimensão territorial em oportunidades;

b) a otimização dos recursos e serviços de tecnologia da informação e ampliação da virtualização judicial e administrativa em toda a 1ª Região, de forma a conferir maior rapidez e facilidade aos serviços e promover substancial melhoria nas atividades judicantes e administrativas;

c) a recuperação do Pro-Social com ações voltadas para a manutenção do corpo de beneficiários e fortalecimento financeiro do programa por meio de redução de gastos e de captação de emendas ao orçamento;

d) atualização do projeto de construção da nova sede do Tribunal e instituição de ferramentas de gestão de custos, prazos, riscos;

e) elaboração de projetos padrão de arquitetura e engenharia para a construção de sedes das subseções judiciárias da 1ª Região.

Dentro dessa linha de ação, promovi encontro da Presidência com todos os diretores de foro no dia 29 de julho, abrindo o diálogo para que todos relatassem suas dificuldades e pudessem debater sobre a melhor forma de o Tribunal contribuir para saná-las ou minorá-las. As dificuldades foram elencadas; e o atendimento, dentro do possível, priorizado. Algumas reivindicações, como o aumento de quadro de pessoal permanente e a criação de cargos comissionados para assessoramento aos magistrados de primeiro grau, passam por aprovações externas, e, por não dependerem exclusivamente de ações do Tribunal, ainda não puderam ser atendidas, mas a Administração tem aplicado todo o empenho junto ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça nesse sentido.

Naquela mesma ocasião, solicitei aos diretores de foro que se empenhassem na obtenção de emendas para construção de sedes e para o fortalecimento do Pro-Social. O resultado da ação conjunta entre o Tribunal e as seccionais já se fez sentir, com a efetiva participação em diversas ações empreendidas que resultaram na aprovação de emendas ao projeto de orçamento da ordem de R\$ 152.748.482,00 para o ano de 2015. Somente para a rubrica Amos – Assistência Médica e Odontológica dos Servidores foram obtidas emendas no montante de R\$ 23.200.000,00, que, se comparados com os R\$ 200.000,00 do ano de 2014, representam mais um extraordinário incremento. Foram obtidas ainda, para a rubrica JC – Julgamento de Causas, com o fim de atender ao Pro-Social, emendas no valor de R\$ 4.870.000,00.

Nos dias atuais e notadamente com o reduzidíssimo quadro de servidores da 1ª Região, é indispensável que se invista em tecnologia da informação para obter melhorias

de serviços, com reflexos diretos na prestação jurisdicional. Assim, receberam especial atenção a implantação dos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Processo Administrativo Eletrônico (PAe), a criação do Núcleo de Governança de TI (Nugti), entre outros sistemas de grande relevância.

Com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, mediante o uso de ferramentas capazes de facilitar o acesso à Justiça e atribuir maior transparência às atividades do Poder Judiciário, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região iniciou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 1º de dezembro de 2014.

Implantado inicialmente no âmbito do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal para as classes de mandado de segurança, ação monitória e respectivos recursos, o PJe apresenta inúmeras qualidades, entre as quais podem ser citadas a maior facilidade de acesso à Justiça, a celeridade, a redução de custos, o menor impacto ambiental, a desburocratização, a maior transparência, a unificação de sistemas processuais e a uniformização de procedimentos.

Ao implantar o PJe, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região reafirma seu compromisso de assegurar uma prestação jurisdicional de qualidade e assume posição de vanguarda no âmbito da Justiça Federal, alinhando-se à política de integração do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 185, de 18/12/2013) e do Conselho da Justiça Federal (Resolução CJF 202, de 29/08/2012) para a adoção de solução única capaz de permitir a prática de atos processuais e de acompanhamento do processo judicial em um mesmo sistema de processo judicial eletrônico. O próximo passo será a expansão do PJe para as demais classes processuais e para todos os órgãos jurisdicionais da 1ª Região, cujo início deve ocorrer ainda em 2015.

Para a implantação do PJe, foi montada estrutura de planejamento, coordenação e gestão normativa sob a denominação de Comitê Gestor Regional do sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-PJE-TRF1, com coordenação de magistrados em auxílio à Presidência e à Corregedoria Regional e a participação de dirigentes e servidores do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, além de representantes das entidades externas, quais sejam Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

Foram ainda constituídos a Comissão Técnica de Apoio à Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (CT-PJe-TRF1), responsável pela definição de premissas e estratégias, parametrização, testes e homologação do sistema, e o Grupo de Trabalho Permanente do Sistema Processo Judicial Eletrônico (GT-PJe-TRF1), responsável por prestar apoio técnico ao Comitê Gestor Regional e à Comissão Técnica. Na estrutura organizacional, foi criado o Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico (Nupje).

O Processo Administrativo Eletrônico (PAe) representou um grande marco de gestão administrativa no Tribunal, nas seções e subseções vinculadas, promovendo a integração e a aproximação de toda a Justiça Federal da 1ª Região, por meio da tramitação digital de todos os documentos administrativos.



O PAe utiliza, como ferramenta principal, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo TRF 4ª Região e adotado pelo TRF 1ª Região, mediante celebração de acordo de cooperação técnica.

O SEI permite a produção, a edição, a assinatura e o trâmite de documentos dentro do próprio sistema, possibilitando a atuação simultânea de várias unidades em um mesmo processo, ainda que estejam distantes fisicamente, e tornando o trabalho rápido e colaborativo.

O Núcleo de Governança de TI (Nugti) foi instituído pela Resolução Presi/Diges 10/2014, com a finalidade de apoiar as unidades da TI na realização do controle das ações e dos investimentos e na disseminação das melhores práticas de gestão para garantir que o uso da tecnologia da informação esteja alinhado com a visão, a missão e as metas estratégicas do Tribunal. A governança de TI é um conjunto de práticas de gestão e uso da TI para que os objetivos da corte sejam alcançados de forma eficaz. Entre as suas competências estão as ações e o controle para o alcance das metas do Plano Estratégico de TI (Peti) e do Plano Diretor de TI (PDTI).

A gestão financeira do Pro-Social deixou para trás a situação deficitária que vinha experimentando desde 2012 e registrou, no exercício de 2014, resultado superavitário, com recuperação dos recursos que compõem a reserva técnica financeira do Programa. Para garantir a transparência na prestação de contas das receitas e despesas a todos os beneficiários, foram mapeados novos relatórios de despesa e receita a partir do Sistema e-Prosocial, disponibilizados mensalmente na intranet, após apresentação ao Conselho Deliberativo. Ao final de 2014, houve a contratação de empresa para avaliação atuarial do Pro-Social, objetivando o planejamento consistente do custeio e dos benefícios oferecidos pelo Programa e sua sustentabilidade em longo prazo.

Quanto à construção da nova sede do Tribunal, foi instituída a Comissão de Gestão de Projetos da Obra de Construção da Nova Sede do TRF da 1ª Região (Portaria Diges/Secge 416 de 26 de maio), com a finalidade de sistematizar o processo de acompanhamento da obra, por meio da moderna metodologia de gerenciamento do PMI (Project Management Institute). O trabalho resultou no aprimoramento do controle da obra, com estimativas de prazos de conclusão das diversas fases do projeto, atualização de custos para cada etapa, análise e verificação de impacto no cronograma no caso de alteração de escopo e ocorrência de atrasos ou inconformidades, bem como possibilitou acompanhar o andamento processual dos contratos para aquisição de serviços.

O modelo adotado de subdividir o projeto da nova sede em vários contratos distintos trás dificuldades no que se refere à precisão da visão do todo a ser executado, prejudicando as estimativas sobre a data de finalização da obra. Com a recuperação do processo contínuo de tarefas até a conclusão do projeto, foi possível determinar e controlar cada uma das etapas. Esse controle passou a ser feito cotidianamente, de forma que a dinâmica de execução dessas etapas fosse planejada e monitorada, e com isso se viabilizou a definição de impacto de tais execuções sobre a conclusão da obra como um todo.





Uma das vantagens da metodologia de gestão de projetos adotada é possibilitar a tomada de decisões de forma mais eficiente e segura sobre as questões orçamentárias. Com o controle do cronograma, a previsão de execução orçamentária fica delimitada pelo processo administrativo, monitorando etapa por etapa, até o início da execução dos contratos.

A mudança de paradigma deu um caráter inovador e profissional à empreitada, ao promover o gerenciamento quanto à integração, ao escopo, aos custos, à qualidade, às aquisições, aos recursos humanos, às comunicações, aos riscos, aos prazos de conclusão de etapas e permitir mapear previamente possíveis situações desfavoráveis, viabilizando a adoção de ações de contingência.

Objetivando-se a total transparência e prestação de contas, a obra teve sua documentação incluída no PAe/SEI, com perfil de consulta pública. Além disso, foi desenvolvido um plano de comunicação e criada uma página no portal do Tribunal (*hot page*), e são realizadas reuniões periódicas da comissão técnica de gestão do projeto da obra com a comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução da obra do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A crescente interiorização da Justiça Federal, desde o advento da Lei 10.772/2003, exigiu a construção de edificações para abrigar novas subseções judiciárias. Nas seccionais, contudo, não existe quadro técnico para elaboração dos projetos e acompanhamento de obras, de forma que tais serviços eram contratados.

A adoção de projeto padrão para a construção de novas sedes que ora se concretiza com o início das atividades de gestão de projeto com a metodologia PMI, a mesma utilizada na obra do Tribunal, foi um anseio perseguido por diversas administrações anteriores, uma vez que as unidades judiciárias possuem características programáticas, técnicas e administrativas similares.

Esse projeto tem por foco a redução de despesas com contratações dos projetos pelas seções judiciárias; a utilização eficiente dos recursos da União pela uniformidade no padrão das construções; maior racionalidade nos fatores de planejamento dos projetos, dos processos licitatórios das obras e do processo construtivo; o atendimento ao disposto na Lei 8.666/1993 no que tange à padronização de obras e serviços destinados aos mesmos fins por tipos, categorias ou classes; a padronização dos ambientes, móveis e serviços para posterior manutenção das edificações; maior precisão nas informações a serem prestadas aos órgãos competentes.

Atendendo-se ao objetivo estratégico de garantir amplo acesso ao maior número de cidadãos à solução de conflitos, foram instaladas as últimas 18 varas federais criadas pela Lei 12.762/2012, daí resultando, ao final de 2014, que a 1ª Região totalizasse 82 subseções judiciárias e 291 varas federais.

Também foram instaladas com estrutura permanente 11 turmas recursais, com 33 cargos de juiz federal, remanescentes da lei 12.665/2012, restando apenas a Turma Recursal do Acre — com previsão de instalação nos primeiros dias de 2015. Destacou-se a

instalação de duas turmas recursais descentralizadas, uma em Juiz de Fora/MG e uma em Uberlândia/MG. Com a descentralização dessas duas turmas recursais, o Tribunal levou a justiça para mais perto do jurisdicionado, notadamente o de menor poder aquisitivo que representa a grande maioria dos litigantes dos Juizados Especiais Federais.

Ainda em 2014, foram criadas duas câmaras regionais previdenciárias para funcionar de maneira descentralizada em julgamento de processos previdenciários em grau de recurso nas seções judiciárias da Bahia e de Minas Gerais, devido ao crescente número de processos dessa natureza em trâmite na 1ª Região. Embora seja um instituto previsto na Emenda Constitucional 45/2004, o funcionamento descentralizado por meio de câmaras regionais é uma iniciativa pioneira no âmbito da Justiça Federal, que se espera contribua de forma relevante para a redução do congestionamento do 2º grau de jurisdição e a garantia do pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Com a finalização do XV Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz Federal Substituto, a 1ª Região passou a contar com mais 56 magistrados. Antes mesmo da conclusão deste certame, iniciaram-se, em meados de agosto, as tratativas para a contratação de instituição especializada para a realização do XVI Concurso, ocasião em que foram escolhidos os membros da Comissão de Concurso. Tal procedimento, de caráter inovador, permitirá ao Tribunal, sem ferir a legislação, reduzir o intervalo entre a realização dos concursos, tornando mais ágil o provimento de cargos vagos de magistrado na 1ª Região.

O mapa dos julgados, inserido na perspectiva *Sociedade*, espelha o árduo trabalho desenvolvido pela 1ª Região. Os órgãos colegiados do Tribunal receberam, em distribuição, 145.822 processos, tendo sido julgados 157.282 e permanecendo em tramitação ajustada, ou seja, descontados os processos suspensos ou sobrestados, ao final do ano, 437.434. No 1º grau, incluindo-se as turmas recursais, foram distribuídos 1.164.364 processos e julgados 762.887, encerrando 2014 com 2.604.624 feitos em tramitação.

Os recursos especiais e extraordinários, que a cada ano se avolumam, representavam, no início de 2014, 74.849 processos. A este remanescente foram acrescentados mais 32.754 feitos ao longo do ano. Destes, coube à Presidência, com a competência de decidir sobre os processos oriundos da 2ª, 3ª e da 4ª Seção, proferir 11.992 decisões, 17.564 despachos e baixar à origem 11.189.

No tocante às requisições de pagamento decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, foram processados e pagos 12.358 precatórios, no montante de R\$ 2.837.228.977,69, e 337.751 RPVs, no montante de R\$ 2.620.679.565,30. Os pagamentos contemplaram 403.692 beneficiários, dos quais 387.422 receberam seus créditos por intermédio de RPV e 16.270, por precatório.

O desempenho do Tribunal em relação às metas e indicadores do Poder Judiciário e dos principais projetos desenvolvidos está descrito no capítulo “Gestão Estratégica”, onde se pode conferir que a Justiça Federal da 1ª Região atingiu, em média, 60% da Meta 4, mais de 70% das Metas 1 e 5, e quase 100% da Meta 2 do CNJ. Ali também se expõe



análise geral de metas e indicadores e as adversidades enfrentadas pela 1ª Região para alcançar plenamente os resultados fixados.

Com o objetivo de organizar os dados estatísticos e as informações institucionais relevantes sobre o Tribunal e suas seções e subseções judiciárias, bem assim mantê-las disponíveis aos magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região, foi implantado o Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região (e-Siest).

O e-Siest é baseado na metodologia de desenvolvimento e estruturação das informações Business Intelligence (BI), que tem como princípio permitir a fácil interpretação de grande volume de dados como ferramenta de auxílio à gestão e à tomada de decisões gerenciais. O sistema consolida os dados dos sistemas processuais em todas as bases de dados distribuídas nas seções, subseções e no TRF 1ª Região em repositório único central e independente. Sendo assim, por meio de pré-processamentos realizados nos dados, é possível obter as informações desejadas de forma ágil e consistente, permitindo o cruzamento de informações complexas em apenas alguns segundos.

Entre as características do sistema destacam-se as facilidades de acesso, a integração de dados, a independência dos gabinetes na seleção dos dados para extração de relatório e gráficos estatísticos, a segurança e confiabilidade das informações. Por meio do e-Siest é possível o acompanhamento e a análise do cumprimento das metas 2014 do CNJ de 1º e 2º graus, o acesso ao relatório “Justiça Aberta” referente ao acervo processual dos magistrados de 2º grau e, ainda, a automatização da extração dos dados que subsidiam os processos de promoção de juízes substitutos a titulares.

A gestão orçamentária da 1ª Região e respectivos recursos financeiros foram realizados pelo Tribunal de maneira a concretizar as ações de pessoal, benefícios, assistência jurídica a pessoas carentes (AJPC), atividades e projetos, assegurando-lhes recursos. Foram destinados ao primeiro grau de jurisdição 84% de toda a dotação orçamentária, cabendo ao segundo grau 16% dos recursos consignados no orçamento 2014. A execução do orçamento da Justiça Federal da 1ª Região foi da ordem de 99,05%, o que demonstra a eficiência na aplicação dos recursos.

Foi instituída a Biblioteca Digital, com a finalidade de reunir, armazenar, disponibilizar e divulgar, em meio digital, atos administrativos, boletim eletrônico e documentos do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região em acervos específicos, unificando ferramentas de pesquisa em uma única base de dados.

O Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região (Sepublic) foi desenvolvido para possibilitar a publicação interna do e-DJF1, contendo os atos judiciais e administrativos de toda a 1ª Região, em substituição ao sistema da Imprensa Nacional. Essa medida evitou uma despesa da ordem de seis milhões/ano, que seriam pagos à Imprensa Nacional, sem prejuízo da qualidade da publicação do e-DJF1.

Em matéria de capacitação, o Tribunal proporcionou o aprimoramento técnico de áreas estratégicas e operacionais, de modo a promover a qualificação do quadro de pes-



soal e o alcance das estratégias delineadas pela Instituição no planejamento. Foram realizados, entre outros eventos, treinamento em sistemas informatizados, encontros entre áreas similares da Justiça Federal da 1ª Região, desenvolvimento de competências necessárias para o alcance da estratégia e o 1º Encontro dos Polos Educacionais da UniCorp.

A Vice-Presidência atuou, por delegação de competência, na admissibilidade e nos pedidos de efeito suspensivo de recursos especiais e de recursos extraordinários, tendo proferido 16.660 despachos, 7.511 decisões e baixado à origem 5.801 processos.

Na atual gestão foi conferida à Vice-Presidente, por meio da Portaria Presi/Secge 147, delegação de competência para decidir sobre pedidos oriundos da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas) do Tribunal.

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região (Coger), no exercício de suas competências regimentais, realizou correções gerais ordinárias em cinco seções judiciárias e 31 subseções judiciárias, autuou 294 processos de inspeção ordinária, emitiu 24 provimentos e 17 portarias, além de manter sistemático acompanhamento processual do 1º grau de jurisdição. Teve também atuação destacada na remoção e promoção de magistrados e no concurso público para juiz federal substituto, entre outros.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef) promoveu a realização de cinco juizados itinerantes, que contemplaram as seções judiciárias do Acre, Amapá, Piauí e Rondônia, levando a justiça e a cidadania aos moradores das mais distantes e humildes localidades; realizou mutirões de audiências nas seções judiciárias do Pará, Minas Gerais, Maranhão, Rondônia, Bahia, auxiliando as varas com congestionamento crítico; prestou auxílio no julgamento de processos previdenciários e assistenciais nas turmas recursais de Goiás; realizou ainda mutirões de secretaria em varas e turmas recursais assoberbadas com o elevado volume de procedimentos cartorários.

Entre os projetos desenvolvidos pela Cojef destacam-se: atualização, com nova versão totalmente remodelada, do *Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região*; a regulamentação, por meio de portaria, da conciliação pré-processual no âmbito dos JEFs; a conclusão do Projeto MEHORAÇÃO, iniciado no ano anterior, com o objetivo de promover ações de melhoria para resolução de problemas comuns dos JEFs, mediante a integração e o compartilhamento de boas práticas; apresentação do resultado da pesquisa “O JEF QUE QUEREMOS”; e o lançamento do livro virtual *Olhares do JEF*, que reúne informações sobre a história dos juizados, com texto dinâmico, vídeos e fotos.

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) realizou diversos eventos internos e externos destinados ao aprimoramento de magistrados, tais como cursos, palestras, encontros, congressos, conferências, seminários, convênios. Destaca-se o I Curso de Vitaliciamento de Juizes Federais Substitutos, ocorrido no período de 17 a 26 de novembro de 2014, na sede da Esmaf, com a presença de 46 magistrados federais substitutos em fase de vitaliciamento e carga horária de 67 horas-aula.



O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon) desenvolveu o Projeto Quero Conciliar — o qual permite a qualquer pessoa ou advogado manifestar, por meio da internet, interesse em conciliar em processos que estejam no TRF 1ª Região, originários ou em grau de recurso, independentemente do assunto e do valor da causa —; firmou parcerias com a Caixa Econômica Federal, com a Advocacia-Geral da União, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); instalou sistema de videoconferência, para realização de audiências de conciliação no Núcleo Central de Conciliação e passou a utilizar os sistemas G-Doc, CPF, envio e publicação eletrônica. Todas essas iniciativas contribuíram de forma relevante para consolidar a conciliação como mecanismo de pacificação social e promoveram incremento, da ordem de 17%, no quantitativo de homologação de acordos efetuados nas fases processuais e pré-processuais.

O Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região, cujo objetivo é facilitar o intercâmbio de informações entre os órgãos do Judiciário, em especial buscando identificar soluções para problemas que possam surgir no processo de cooperação e facilitar a coordenação do tratamento dos pedidos de cooperação no âmbito da 1ª Região, no decorrer de 2014, realizou reuniões presenciais e por videoconferência entre os membros do Núcleo, para discutir ações que deverão ser efetivadas em 2015.

Importante destacar que todas as atividades descritas neste Relatório ocorreram em cenário de extrema escassez de recursos humanos e somente foram possíveis devido ao denodado esforço e dedicação pessoal de cada um dos servidores e colaboradores e à coordenação de nossos valorosos dirigentes.

Nas páginas que se seguem, há o relato minucioso acerca de movimentação processual, mutirões, juizados itinerantes, conciliação, correições, inspeções, emissão de documentos normativos, auditorias, análise e controle contábil, aquisições e contratações, construções, reformas, segurança, novos projetos, movimentação de pessoal, eventos de capacitação, entre outros temas, que convidam à leitura.

Esta oportunidade enseja meus agradecimentos a todos os desembargadores federais que integram este Tribunal, aos membros da Corte Especial, do Conselho de Administração, das Comissões Permanentes e Temporárias, com os quais divido todo e qualquer mérito alcançado.

Agradeço de maneira especial aos desembargadores federais Neuza Alves e Carlos Moreira Alves, com os quais partilho a Administração do Tribunal; aos desembargadores federais Reynaldo Fonseca, Maria do Carmo Cardoso, João Batista Gomes Moreira, que acumulam suas atividades nos órgãos julgadores fracionários com importantes atividades desempenhadas à frente da Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef), do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon), da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf); aos juízes federais convocados, que muito contribuem para os resultados ora demonstrados, e ao diretor-geral, que coordena os trabalhos da Secretaria do Tribunal e faz com que as decisões dos Colegiados se efetivem.



Dirijo-me aos servidores, prestadores de serviço e estagiários para agradecer o empenho e o comprometimento com que realizam seus trabalhos e contribuem para dignificar o nome desta Corte.

Brasília/DF, 9 de abril de 2015.

Desembargador Federal Cândido Ribeiro  
Presidente

# ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

## POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO TRF 1ª REGIÃO

Em 25 de abril, tomou posse no cargo de presidente do TRF 1ª Região, para o mandato do biênio 2014-2016, o desembargador federal Cândido Ribeiro. Na mesma sessão solene, foram empossados a desembargadora federal Neuza Alves, no cargo de vice-presidente do TRF 1ª Região, e o desembargador federal Carlos Moreira Alves, no cargo de corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região.

foto: Samuel de Oliveira



Corregedor regional Carlos Moreira Alves, presidente Cândido Ribeiro e vice-presidente Neuza Alves durante a solenidade de posse.



## ÓRGÃOS JULGADORES

### PLENÁRIO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)  
Neuza Alves (vice-presidente)  
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Mário César Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Ítalo Mendes  
José Amilcar Machado  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Souza Prudente  
Maria do Carmo Cardoso  
Francisco de Assis Betti  
Reynaldo Fonseca  
Ângela Catão  
Mônica Sifuentes  
Kassio Marques  
Néviton Guedes  
Novély Vilanova  
Ney Bello  
Candido Moraes  
Marcos Augusto de Sousa  
João Luiz de Sousa  
Gilda Sigmaringa Seixas  
Jamil de Jesus Oliveira

---

Mário César Ribeiro (presidente – até 24/04)  
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente – até 24/04)  
Carlos Olavo (corregedor regional – até 27/02)  
Tolentino Amaral – até 31/05  
Selene Almeida – até 05/04  
Leomar Amorim – até 27/02  
Marcos Augusto de Sousa – a partir de 25/06  
João Luiz de Sousa – a partir de 01/12  
Gilda Sigmaringa Seixas – a partir de 16/12  
Jamil de Jesus Oliveira – a partir de 16/12





## CORTE ESPECIAL

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)  
Neuza Alves (vice-presidente)  
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Mário César Ribeiro  
Hilton Queiroz  
José Amilcar Machado  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Souza Prudente  
Maria do Carmo Cardoso  
Reynaldo Fonseca  
Ângela Catão  
Mônica Sifuentes  
Kassio Marques  
Néviton Guedes  
Novély Vilanova

---

Tolentino Amaral – até 31/05  
Selene Almeida – até 05/04

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)  
Neuza Alves (vice-presidente)  
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Mário César Ribeiro  
Reynaldo Fonseca  
Ângela Catão

---

Tolentino Amaral – até 31/05  
Mônica Sifuentes – até 12/09



## 1ª SEÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Francisco de Assis Betti  
Candido Moraes (presidente)  
João Luiz de Sousa  
Gilda Sigmaringa Seixas  
Jamil de Jesus Oliveira

---

Ângela Catão (presidente – até 23/09)  
Neuza Alves – até 24/04  
Néviton Guedes – até 01/06  
Ney Bello – até 24/04  
João Luiz de Sousa – a partir de 01/12  
Gilda Sigmaringa Seixas – a partir de 16/12  
Jamil de Jesus Oliveira – a partir de 16/12

## 1ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Gilda Sigmaringa Seixas (presidente)  
Jamil de Jesus Oliveira

---

Néviton Guedes (presidente – até 01/06)  
Ângela Catão (presidente – até 27/10)  
Ney Bello – até 24/04  
Gilda Sigmaringa Seixas ( a partir de 16/12)  
Jamil de Jesus Oliveira – a partir de 16/12

## 2ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Francisco de Assis Betti  
Candido Moraes (presidente)  
João Luiz de Sousa

---

Neuza Alves (presidente – até 04/03)  
João Luiz de Sousa – a partir de 01/12



## 2ª SEÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Hilton Queiroz  
Ítalo Mendes  
Olindo Menezes (presidente)  
Mônica Sifuentes  
Mário César Ribeiro  
Ney Bello

---

Ítalo Mendes (presidente até 23/09)  
Cândido Ribeiro – até 24/04  
Mário César Ribeiro – a partir de 25/04  
Ney Bello – a partir de 25/04  
Neuza Alves – de 05/03 a 24/04

## 3ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mônica Sifuentes (presidente)  
Mário César Ribeiro  
Ney Bello

---

Cândido Ribeiro (presidente – até 24/04)  
Mário César Ribeiro – a partir de 25/04  
Ney Bello – a partir de 25/04  
Neuza Alves – de 05/03 a 24/04

## 4ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Hilton Queiroz  
Ítalo Mendes (presidente)  
Olindo Menezes



### 3ª SEÇÃO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira  
Jirair Aram Meguerian (presidente)  
Souza Prudente  
Kassio Marques  
Daniel Paes Ribeiro  
Néviton Guedes

---

João Batista Gomes Moreira (presidente – até 23/09)  
Selene Almeida – até 05/04  
Carlos Moreira Alves – até 24/04  
Daniel Paes Ribeiro – a partir de 25/04  
Néviton Guedes – a partir de 02/06

20

---

### 5ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira  
Souza Prudente (presidente)  
Néviton Guedes

---

Selene Almeida – até 05/04  
Néviton Guedes – a partir de 02/06

### 6ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Jirair Aram Meguerian  
Kassio Marques (presidente)  
Daniel Paes Ribeiro

---

Jirair Aram Meguerian (presidente – até 20/08)  
Carlos Moreira Alves – até 24/04  
Daniel Paes Ribeiro – a partir de 25/04



#### 4ª SEÇÃO

##### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Maria do Carmo Cardoso  
Reynaldo Fonseca (presidente)  
Novély Vilanova  
José Amilcar Machado  
Ângela Catão  
Marcos Augusto de Sousa

---

Maria do Carmo Cardoso (presidente – até 23/09)  
Tolentino Amaral – até 31/05  
Leomar Amorim – até 27/02  
Ângela Catão – a partir de 09/06  
Marcos Augusto de Sousa – a partir de 25/06

21

---

#### 7ª TURMA

##### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Reynaldo Fonseca  
José Amilcar Machado (presidente)  
Ângela Catão

---

Reynaldo Fonseca (presidente – até 22/04)  
Tolentino Amaral – até 31/05  
Ângela Catão – a partir de 09/06

#### 8ª TURMA

##### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Maria do Carmo Cardoso (presidente)  
Novély Vilanova  
Marcos Augusto de Sousa

---

Leomar Amorim – até 27/02  
Marcos Augusto de Sousa – a partir de 25/06



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE REGIMENTO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mônica Sifuentes (presidente)

Kassio Marques

Néviton Guedes

Ney Bello (suplente)

---

Cândido Ribeiro – até 24/04

João Batista Gomes Moreira – até 12/11

Néviton Guedes (suplente – até 12/11)

Mônica Sifuentes (presidente – a partir de 13/11)

Kassio Marques – a partir de 13/11

Néviton Guedes – a partir de 13/11

Ney Bello (suplente – a partir de 13/11)

22

---

### COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Reynaldo Fonseca (presidente)

Hilton Queiroz

Ângela Catão

Marcos Augusto de Sousa (suplente)

---

Selene Almeida (presidente – até 05/04)

Kassio Marques – até 12/11

Néviton Guedes (suplente – até 12/11)

### COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira

Maria do Carmo Cardoso

Ângela Catão (presidente)

---

Carlos Moreira Alves (presidente até 25/04)

João Batista Gomes Moreira – a partir de 27/04



## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (ESMAF)

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira (diretor)

Mônica Sifuentes (vice-diretora)

---

José Amilcar Machado (diretor – até 03/06)

Cândido Ribeiro (vice-diretor – até 24/04)

## GABINETE DA REVISTA

### DESEMBARGADOR FEDERAL

Daniel Paes Ribeiro (diretor)

---

João Batista Gomes Moreira (diretor – até 24/04)

## COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (COJEF)

### DESEMBARGADOR FEDERAL

Reynaldo Fonseca (coordenador)

---

Neuza Alves (coordenadora – até 22/05)

## CONSELHOS

### COMISSÃO DO CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)

Neuza Alves (vice-presidente)

Carlos Moreira Alves (corregedor regional)

José Amilcar Machado

Hilton Queiroz

---

Mário César Ribeiro – até 24/04

Daniel Paes Ribeiro – até 24/04

Carlos Olavo – até 27/02

Ítalo Mendes – até 24/04

João Batista Gomes Moreira – até 24/04



## CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

Desembargador federal Cândido Ribeiro (presidente)  
Desembargador federal Kassio Marques (representante dos magistrados ativos)  
Desembargador federal Plauto Ribeiro (representante dos magistrados inativos)  
Carlos Frederico Maia Bezerra (diretor-geral)  
Maria do Carmo Cezário Corrêa (diretora da Secre)  
Marília André da Silva Meneses Graça (diretora da Secoi)  
Ionice de Paula Ribeiro (diretora da Secbe)  
Rita Olívia Anneys Cardoso (representante dos servidores ativos)  
Sandra Lucia Bicas Rocha (representante dos servidores inativos)

---

### **ATÉ 09/04**

Desembargador federal Mário César Ribeiro (presidente)  
Roberto Elias Cavalcante (diretor-geral)  
Sérgio Carlos Três e Silva (diretor da Secbe)  
Ionice de Paula Ribeiro (diretora da Secoi)

### **ATÉ 11/06**

Desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso (representante dos magistrados)  
Maurício da Silveira Araújo (representante dos servidores)

## SECRETARIA DO TRIBUNAL

### **DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA (DIGES)**

Carlos Frederico Maia Bezerra

### **SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO (SECGE)**

Wânia Marítya Araújo Vieira

### **SECRETARIA JUDICIÁRIA (SECJU)**

Alexandre José Amaral Ferreira

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (SECOR)**

Kátia Regina Ribeiro de Sant'ana

### **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS (SECRE)**

Maria do Carmo Cezário Corrêa



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)**

Maria Cristina Turnes

**SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SECIN)**

Marcos Barbosa Andrade

**SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL (SECBE)**

Ionice de Paula Ribeiro

---

**ATÉ 24/03**

Roberto Petruff – diretor da Secin

**DE 25/03 A 27/04**

Selma Maria Costa Póvoa Araújo – diretora da Secin

**ATÉ 28/04**

Roberto Elias Cavalcante – diretor-geral

Bárdia Tupy Vieira Fonseca – diretora da Secge

Rosana Monori – diretora da Secju

Carlos Frederico Maia Bezerra – diretor da Secor

Luiz Mauricio Penna da Costa – diretor da Secad

Sérgio Carlos Três e Silva – diretor da Secbe

25

---

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (SECOI)**

Marília Andre da Silva Meneses Graça

---

**ATÉ 28/04**

Ionice de Paula Ribeiro



# GESTÃO ESTRATÉGICA

## A ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (2010-2014)

Em março de 2009, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ estabeleceu, por meio da Resolução CNJ 70 de 18/03/2009, uma estratégia nacional, a ser seguida por todo o Judiciário brasileiro.

Na mesma época, o Conselho da Justiça Federal – CJF publicou as Resoluções CJF 69 de 31/07/2009 e 73 de 26/08/2009, definindo diretrizes para a elaboração dos planejamentos estratégicos regionais da Justiça Federal.

Em cumprimento aos comandos do CNJ e do CJF, o TRF 1ª Região aprovou o seu próprio planejamento estratégico para o ciclo 2010-2014, por meio da Resolução Presi 600-27 de 17/12/2009. Esse planejamento regional esteve em vigor até o ano de 2012, quando os cinco tribunais regionais federais – TRFs, juntamente com o CJF, chegaram a um consenso sobre estabelecer um planejamento estratégico único para toda a Justiça Federal.

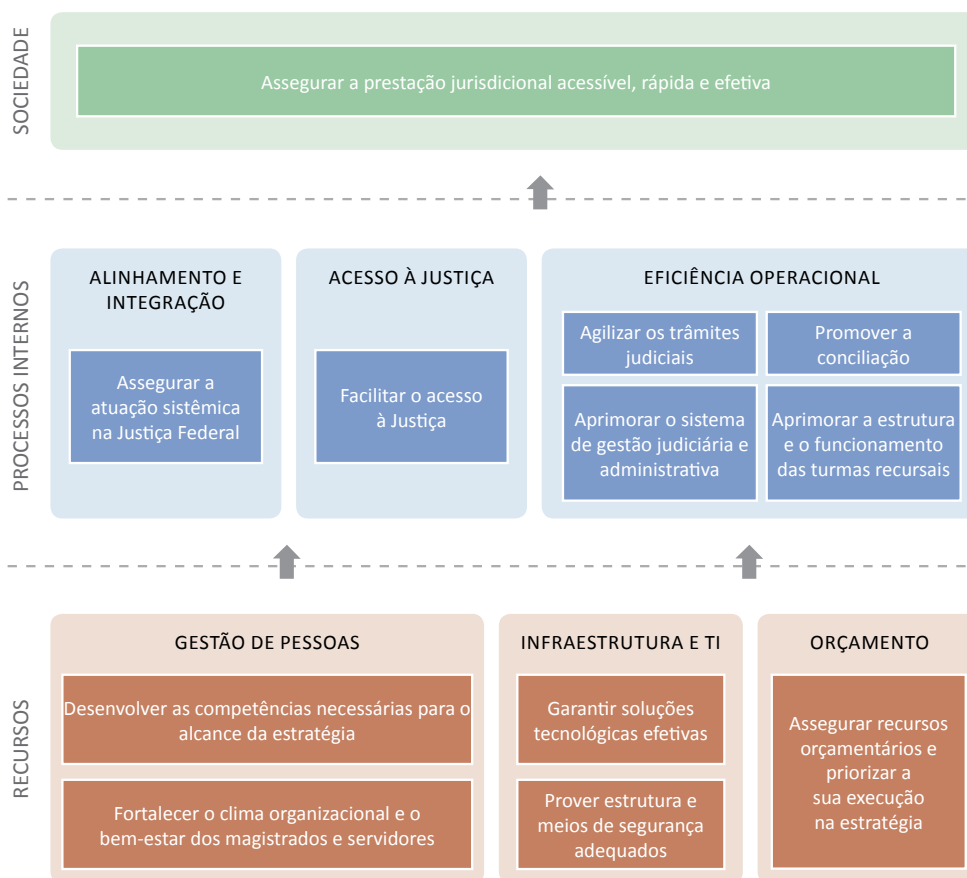
Nesse ano, houve uma revisão dos planejamentos estratégicos em vigor em cada TRF e no CJF, consolidados e unificados para toda a Justiça Federal pela Resolução CJF 194 de 20/07/2012. Essa resolução e seu anexo, o Painel Estratégico, estabelecem a Estratégia da Justiça Federal para o período de 2010 a 2014, a qual é aplicada integralmente no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



## MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014)

**Missão:** Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

**Visão:** Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.



## DESDOBRAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA EM 2014

A estratégia da Justiça Federal, traduzida graficamente pelo Mapa Estratégico da Justiça Federal (acima) e detalhada no Painel Estratégico da Justiça Federal 2010/2014 (disponível no portal eletrônico do TRF 1ª Região, em institucional/gestão estratégica), é composta de objetivos estratégicos, indicadores e metas, os quais nortearam os projetos e ações de todas as unidades do Tribunal no ano de 2014.



## QUADRO 1

## Objetivos estratégicos, indicadores e metas para a Justiça Federal – 2010-2014

Perspectiva	Tema	Objetivo estratégico	Indicador*	Meta para 2014
*****	*****	*****	1. Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal	Cumprir 100% das metas
Sociedade	*****	Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva	2. Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão)	Alcançar 55% de satisfação do cliente
Processos internos	Alinhamento e integração	Assegurar a atuação sistêmica da Justiça Federal	3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal	Alcançar 70% de satisfação
			4. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a Justiça Federal	Permitir somente 10% de não aderência
	Acesso à Justiça	Facilitar o acesso à Justiça	6. Taxa de implantação de varas	Implantar 100% das varas conforme calendário do CJF
			7. Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados	Alcançar 100% das nomeações previstas
			8. Taxa de efetividade do acesso à Justiça	Alcançar 80% de efetividade
			9. Taxa de serviços judiciais definidos na Carta de Serviços da JF disponível na internet	Disponibilizar 100% dos serviços definidos na Carta
	Eficiência operacional	Agilizar os trâmites judiciais	13. Taxa de congestionamento do 2º grau	Reduzir o congestionamento para 70%
			14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Julgar 20% a mais que os distribuídos
			15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	Julgar 100% dos processos distribuídos entre 2005 e 2008
			19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos	Publicar, em até 10 dias úteis, 100% dos acórdãos
		Promover a conciliação	24. Taxa de audiências de conciliação	Designar 10% a mais de audiências de conciliação em relação ao ano anterior
	Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa	25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal	Monitorar 100% dos processos pela metodologia de gestão por processos	
Recursos	Gestão de pessoas	Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia	26/27. Taxa de magistrados e servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvida	Desenvolver as competências em 90% dos magistrados e em 90% dos servidores
		Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores	28/29. Taxa de satisfação dos magistrados e dos servidores com o clima organizacional	Alcançar 55% de satisfação dos magistrados e 75% de satisfação dos servidores



Perspectiva	Tema	Objetivo estratégico	Indicador*	Meta para 2014
Recursos	Infraestrutura e TI	Garantir soluções tecnológicas efetivas	30. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI	Alcançar 55% de satisfação
		Prover estrutura e meios de segurança adequados	31. Taxa de satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança	Alcançar 55% de satisfação
			32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade	Alcançar 50% de acessibilidade
	Orçamento	Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia	33. Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos garantida	Atingir 100% de destinação
			34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado	Alcançar 100% de execução

\* Somente indicadores e metas que se aplicam ao Tribunal (2º grau).

No âmbito do Tribunal, a fim de se alcançarem os objetivos acima relacionados, foram desenvolvidas e implantadas iniciativas estratégicas (projetos e ações), detalhadas nos próximos capítulos deste Relatório de Atividades.

Alguns desses projetos foram acompanhados pelo Escritório de Projetos Estratégicos Regional da Justiça Federal da 1ª Região – Eper, instituído pela Portaria Presi/Cenag 142 de 24 de março de 2011 com a missão de prover suporte para a gestão do portfólio de projetos e programas estratégicos, segundo a metodologia aprovada no *Manual de Gestão de Projetos Estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região* – Portaria Presi/Cenag 158 de 23 de abril de 2012.



## QUADRO 2

Projetos estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região acompanhados pelo Eper em 2014

Projeto	Área	Patrocinador	Gerente de projeto	Processo administrativo relacionado	Fase	Previsão de início	Previsão de término
Construção da nova sede do TRF 1ª Região	Secad	Presi	Antônio Jorge Leitão	2027-56.2014.4.01.8000	Execução	nov/06	jun/19
Gestão de demandas de Tecnologia da Informação	Secin	Diges	Leandro Franco Vilar	682-55.2014.4.01.8000 5649/2014	Iniciação	jul/14	dez/14
Implantação do PAe-SEI na Justiça Federal da 1ª Região	Nupae Secin	Diges	Solange M. de Oliveira Chagas de Souza	1-85.2014.4.01.8000 380-26.2014.4.01.8000	Operação	mai/14	dez/14
Implantação do PJe na Justiça Federal da 1ª Região	Secin Secju	Presi	Yuri Oliveira de Andrade Freitas	2542-91.2014.4.01.8000	Execução	jul/14	
Implantação do Sistema de Publicações dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região	Dibib Secin	Diges	Carlos Alberto de Brito Paulino Nunes	532-74.2014.4.01.8000	Execução	jul/14	nov/14
Projeto padrão para construção de novas sedes para as subseções judiciárias	Secad	Presi	Maurício Pinheiro da Costa Souza	2296-95.2014.4.01.8000	Planejamento	out/14	dez/15
Promoção da transparência de TI	Secin	Diges	Leandro Franco Vilar	3791-77.2014.4.01.8000	Planejamento	set/14	mai/15
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da 1ª Região	Secor Secin	Diges	Nádia Barbosa da Cruz Santana	7-92.2014.4.01.8000	Iniciação	jul/14	dez/15



A implantação dos projetos e ações detalhados neste Relatório de Atividades permitiu ao Tribunal alcançar, em 2014, os seguintes resultados:

### QUADRO 3

Desempenho do TRF 1ª Região em 2014 – indicadores e metas do planejamento estratégico acompanhados pelo CJF

Indicadores acompanhados	Meta	Realizado	Desempenho
6. Taxa de implantação de varas	Implantar 100% das varas previstas	100% de varas implantadas	100%
7. Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados	Nomear 75 magistrados	Não houve nomeações*	0%
13. Taxa de congestionamento do 2º grau	Reduzir para 70%	84,9% de congestionamento	50,20%
14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Julgar 20% a mais	79% de processos julgados	66%
15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	Julgar 50% dos processos antigos	89% de processos antigos julgados	178%
19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos no 2º grau e nas turmas recursais	Publicar 100% em até 10 dias	21% dos acórdãos publicados em até 10 dias	21%
24. Taxa de audiências de conciliação	Designar 10% a mais de audiências que o ano anterior	5% a mais	51%

\* As nomeações foram realizadas em janeiro/2015.

Devido a problemas técnicos detectados nas fórmulas de cálculo de alguns indicadores, que impediram ou dificultaram sua aferição ou o comparativo de seus resultados entre os TRFs, os seguintes indicadores não foram mensurados/acompanhados pelos TRFs ou pelo CJF:

### QUADRO 4

Indicadores não mensurados devido a problemas técnicos nas fórmulas de cálculo

1. Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal
4. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a Justiça Federal
8. Taxa de efetividade do acesso à Justiça
25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal
32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade
33. Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos garantida
34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado



O indicador 9, *Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF*, disponível na internet, também não pôde ser mensurado, uma vez que o CJF decidiu adiar o projeto de elaboração da Carta de Serviços da Justiça Federal.

Os indicadores 2, 3, 28, 29, 30 e 31 foram elaborados para serem mensurados com base em pesquisa de satisfação. Em 2013/2014, o CJF conduziu a Pesquisa de Satisfação do Usuário da Justiça Federal, com 7 mil respondentes em todo o Brasil. Dos 3,4 mil respondentes que se identificaram como usuários dos serviços prestados pela 1ª Região, extraíram-se os seguintes resultados:

#### QUADRO 5

##### Indicadores mensurados com base em pesquisa de satisfação

Indicadores acompanhados em 2014	Meta	Realizado	Desempenho
2. Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão)	55% de avaliações positivas	56,5% positivo 24,1% regular 19,3% negativo	103%
3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal	70% de avaliações positivas	Não avaliado na pesquisa	
28/29. Taxa de satisfação dos magistrados e dos servidores com o clima organizacional	55% de satisfação		
30. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI	55% de satisfação		
31. Taxa de satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança	55% de avaliações positivas	68,8% positivo 20,7% regular 10,5% negativo	125%

Quanto aos indicadores 5, *Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais*, cuja meta estabelecida foi de 100% de atendimento, e 23, *Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização*, cuja meta foi não ultrapassar 20% de congestionamento, referem-se somente ao CJF, órgão central de controle administrativo da Justiça Federal.

Já os indicadores seguintes, com suas respectivas metas, dizem respeito somente ao 1º grau de jurisdição, sendo auferidos no âmbito das varas, dos juizados especiais federais, das turmas recursais e da turma regional de uniformização de jurisprudência, cujos resultados, em 2014, foram:



## QUADRO 6

## Desempenho da Justiça Federal do 1º grau em 2014 - indicadores do Planejamento Estratégico acompanhados pelo CJF (%)

Indicadores		AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	1ª Região
10. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	60	69	64	68	67	59	76	58	61	67	57	69	61	63	64
	Desempenho	80	63	73	63	65	83	47	84	78	66	86	62	78	73	73
11. Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
	Realizado	59	77	105	59	73	73	64	77	85	66	50	64	102	71	71
	Desempenho	49	64	87	49	61	61	53	64	71	55	42	54	85	60	59
12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	75	69	73	76	86	73	74	74	79	71	74	71	72	74	76
	Desempenho	151	138	146	153	173	145	147	148	159	143	147	142	143	149	152
16. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento dos Juizados Especiais Federais – JEFs	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	71	49	41	57	55	59	48	61	69	49	64	65	41	62	58
	Desempenho	59	101	118	85	90	83	104	78	61	103	73	69	118	76	85
17. Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
	Realizado	58	90	66	81	90	64	85	60	55	98	80	60	70	66	73
	Desempenho	48	75	55	67	75	53	71	50	46	82	67	50	58	55	61
18. Taxa de processos antigos julgados no JEF	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	99	97	99	96	99	98	99	96	97	97	97	98	100	96	97
	Desempenho	198	195	198	193	198	195	198	191	195	195	194	196	199	192	194
20. Taxa de congestionamento na turma recursal	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	85	65	NA	82	81	64	64	69	82	76	79	85	0	65	72
	Desempenho	31	70	NA	37	39	73	71	63	36	48	42	30	199	70	55
21. Taxa de processos antigos julgados na turma recursal	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	81	88	NA	88	97	94	66	58	98	67	23	39	95	83	69
	Desempenho	162	177	NA	177	193	187	132	116	196	135	46	79	191	167	138
22. Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	21	84	NA	24	73	37	NA	43	92	30	24	30	0	13	34
	Desempenho	157	33	NA	152	54	126	NA	115	15	141	152	140	200	173	131



## METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO - ANO 2014

Desde 2010 o CNJ tem estipulado metas nacionais para os órgãos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ 70/2009.

Para o ano de 2014, foram definidas, no VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado em novembro/2013, em Belém/PA, as seguintes metas para a Justiça Federal:

### QUADRO 7

#### Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2014

Metas	Descrição da meta
Meta 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
Meta 2	Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e pelo menos 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e pelo menos 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Federais
Meta 3	Não se aplica à Justiça Federal
Meta 4	Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011, e 50% dessas ações distribuídas em 2012
Meta 5	Reduzir em 10% o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução, quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença
Meta 6	Não se aplica à Justiça Federal

35

A fim de dar integral cumprimento às metas de 2014, o Tribunal designou os seguintes gestores estratégicos, por meio da Portaria Presi/Secge 202 de 10 de junho de 2014:

### QUADRO 8

#### Gestores estratégicos das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2014

Gestor Estratégico de Metas	Metas a gerir
Juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira, em auxílio à Corregedoria Regional	Metas 1, 2, 4 e 5 em 1º grau
Desembargador federal Reynaldo Fonseca	Metas 1, 2, 4 e 5 em 2º grau

A seguir, apresentamos o desempenho do TRF 1ª Região quanto ao alcance das metas para 2014:



## QUADRO 9

## Desempenho do TRF 1ª Região em 2014 – Metas Nacionais do Poder Judiciário (%)

Metas		AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	1ª Região
Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	49	87	68	77	72	72	80	57	61	88	75	56	71	70	71
	Desempenho	49	87	68	77	72	72	80	57	61	88	75	56	71	70	71
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100 dos processos distribuídos até 31/12/2008, no 1º grau e no 2º grau	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	98	73	83	92	93	51	84	96	89	81	82	91	94	86	81
	Desempenho	98	73	83	92	93	51	84	96	89	81	82	91	94	86	81
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 80 dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau	Meta	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Realizado	98	86	84	90	92	93	80	92	83	81	80	92	97	88	78
	Desempenho	122	107	106	112	115	116	100	114	104	101	100	115	121	110	98
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100 dos processos distribuídos até 31/12/2010, nos JEFs e nas TRs	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	99	98	100	95	99	99	98	92	98	95	99	95	99	100	98
	Desempenho	99	98	100	95	99	99	98	92	98	95	99	95	99	100	98
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 80 dos distribuídos em 2011, nos JEFs e nas TRs	Meta	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Realizado	98	94	99	97	97	97	97	97	96	99	98	88	100	93	93
	Desempenho	122	118	124	121	122	121	121	121	120	123	122	110	125	117	117
Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100 das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2011	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	40	34	51	25	27	27	22	44	43	39	37	31	46	48	43
	Desempenho	40	34	51	25	27	27	22	44	43	39	37	31	46	48	43



Metas		AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	1ª Região
Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, 50 das ações de improbidade administrativa distribuídas em 2012	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	36	15	50	32	42	53	13	35	37	24	19	27	43	20	40
	Desempenho	73	31	100	64	84	106	26	70	74	48	38	55	87	40	80
Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100 das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	89	48	54	52	41	66	48	64	51	46	37	58	62	55	57
	Desempenho	89	48	54	52	41	66	48	64	51	46	37	58	62	55	57
Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, 50 das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2012	Meta	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Realizado	65	43	18	35	16	42	20	43	39	25	21	28	30	35	32
	Desempenho	130	85	36	70	32	84	39	87	79	50	41	57	60	70	63
Meta 5 – Reduzir em 10 o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução, quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença	Meta	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
	Realizado	10	22	27	1	11	4	-7	7	12	6	24	2	35	8	7
	Desempenho	102	223	272	6	106	35	-70	71	119	58	235	25	351	79	74



## ANÁLISE GERAL DE METAS E INDICADORES

Das metas e indicadores de desempenho estipulados para 2014, o TRF 1ª Região não logrou êxito em alcançar a integralidade do inicialmente planejado, ficando aquém dos números previstos, tendo em vista a diversidade de dificuldades enfrentadas pela Justiça Federal da 1ª Região, entre elas:

- instalação de varas, inclusive de Juizados Especiais Federais, com ênfase na interiorização, ampliando significativamente o acesso do cidadão à Justiça e, por consequência, o número de ações na 1ª instância;
- elevado número de processos sobrestados no aguardo de decisões dos tribunais superiores, devido aos institutos da repercussão geral ou dos recursos repetitivos, em 2014, totalizando 62.454, ou seja, 11,5% do total de processos em tramitação no TRF 1ª Região, agravando o congestionamento de feitos;
- defasagem do quadro de juízes federais, considerando-se o alto quantitativo de cargos vagos, apesar de todo o esforço realizado para preenchimento das vagas por meio de concurso público. Em dezembro de 2014, a 1ª Região possuía 154 cargos vagos de juiz federal substituto e 65 de juiz federal. Apenas 56 juízes foram aprovados no XV Concurso Público;
- insuficiência do quantitativo de desembargadores federais, considerando-se que o TRF 1ª Região, com 13 estados e o Distrito Federal, ao ser criado, em 1989, contava com 18 desembargadores para pouco mais de 18 mil processos em tramitação. Em 2001, com 255.937 processos, o TRF teve seu quadro ampliado pela Lei 9.967/2000, passando de 18 para 27 desembargadores. Após 14 anos, a tramitação total de feitos chegou a 524.893 enquanto o quantitativo de desembargadores federais permanece o mesmo;
- carência de servidores para atender a crescente demanda de ações nos últimos anos. A última lei de criação de cargos efetivos no TRF 1ª Região data de 2001 e, naquela feita, já era insuficiente para atender às suas reais necessidades;
- elevada rotatividade no já escasso quadro de servidores, em razão da pouca atratividade da carreira.

## ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA O PERÍODO DE 2015-2020

Como a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, determinada pela Resolução CNJ 70/2009, estaria em vigor somente até 31 de dezembro de 2014, o CNJ iniciou, em novembro de 2013, os trabalhos de elaboração de uma nova estratégia, para o período 2015-2020. Todos os tribunais brasileiros participaram desse trabalho, que culminou com a publicação da Resolução CNJ 198 de 1º de julho de 2014. Essa resolução estabeleceu macrodesafios para o Poder Judiciário, os quais nortearão as ações de todos os segmentos da Justiça nos próximos anos.

Estabelecida a Estratégia Nacional, os TRFs começaram a trabalhar, conjuntamente e sob a coordenação do CJF, na elaboração da Estratégia da Justiça Federal para o período



2015-2020, materializada pela Resolução CJF 313 de 22 de outubro de 2014 e seus anexos, o Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI (disponíveis no portal eletrônico do TRF 1ª Região, em institucional/gestão estratégica).

Foi um trabalho intenso, com a realização de videoconferências semanais entre os TRFs e o CJF, além de reuniões e encontros presenciais. Assim, com o empenho e a colaboração de todos, foram estabelecidos os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas, para cada macrodesafio aplicável à Justiça Federal.

Finalizada essa etapa de construção da Estratégia da Justiça Federal, o Tribunal logrou aprovar, com base nas diretrizes superiores do CNJ e do CJF, o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região para o período 2015-2020 – Planej 2015-2020, por meio da Resolução Presi 29 de 17 de dezembro de 2014.

O Planej 2015-2020 entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2015 e terá a duração de seis anos, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser revisado anualmente pelo Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1.

# SOCIEDADE

Objetivo estratégico

- Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva



## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

### ■ Descrição do objetivo

Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da Justiça Federal.

## MAPA DE JULGADOS - ESTATÍSTICAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

43

### TRIBUNAL

#### ■ Administrativo

#### QUADRO 10

Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

	Sessões realizadas	Processos julgados	Referendas
Plenário	4	5	–
Corte Especial administrativa	21	239	19
Conselho de Administração	15	115	84
Total	40	359	103



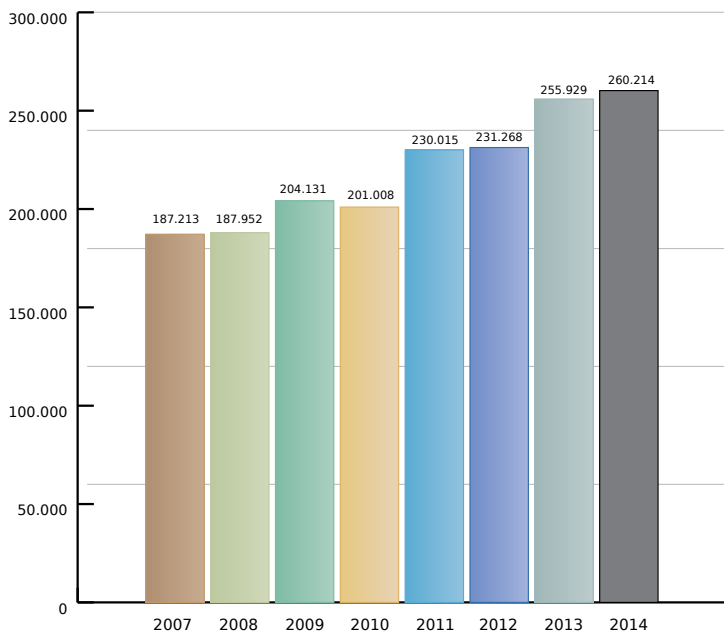
■ Judicial

QUADRO 11  
Produtividade por desembargador federal

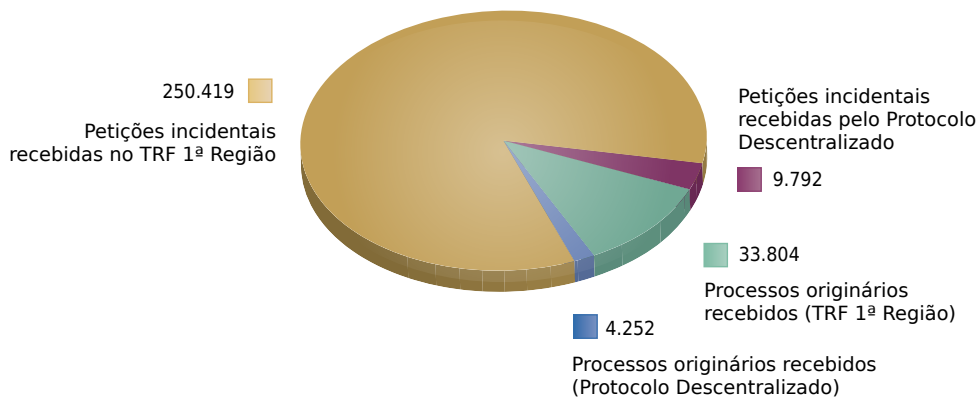
Desembargador federal	Distribuídos (A)	Voto relator (B)	Decisão monocrática terminativa (C)	Total 1 (D = B + C)	Decisão não terminativa (F)	Total 2 (G = D + F)	Pedido de vista (H)	Acórdãos publicados (J)	Baixados (K)
Presidente	521	483	241	724	79	803	–	482	11.189
Vice-presidente	–	610	24	634	12	646	1	566	5.801
Jirair Aram Meguerian	5.019	1.887	1.782	3.669	1.209	4.878	7	1.818	2.967
Olindo Menezes	1.331	1.102	294	1.396	507	1.903	6	955	1.059
Mário César Ribeiro	905	435	79	514	9.645	10.159	13	393	384
Luciano Tolentino Amaral	2.886	3.091	396	3.487	600	4.087	–	3.090	3.435
Cândido Ribeiro	449	258	78	336	19.299	19.635	1	257	331
Hilton Queiroz	1.364	508	104	612	307	919	1	461	808
Carlos Moreira Alves	1.862	536	463	999	151	1.150	5	533	974
I'talo Fioravanti Sabo Mendes	1.376	454	17	471	284	755	–	381	978
José Amílcar Machado	6.273	3.872	760	4.632	890	5.522	–	3.602	3.317
Daniel Paes Ribeiro	3.116	1.467	1.279	2.746	11.074	13.820	2	1.347	2.130
João Batista Moreira	5.078	1.016	1.524	2.540	1.014	3.554	5	1.015	3.310
Souza Prudente	5.157	2.347	1.326	3.673	2.118	5.791	13	2.251	2.704

Desembargador federal	Distribuídos (A)	Voto relator (B)	Decisão monocrática terminativa (C)	Total 1 (D = B + C)	Decisão não terminativa (F)	Total 2 (G = D + F)	Pedido de vista (H)	Acórdãos publicados (J)	Baixados (K)
Selene Maria de Almeida	1.655	246	436	682	190	872	37	245	1.041
Maria do Carmo Cardoso	6.294	6.130	1.227	7.357	1.649	9.006	51	5.108	3.941
Leomar Barros Amorim de Sousa	1.219	3	2	5	27	32	8	1	1.317
Neuza Maria Alves da Silva	2.264	2.061	319	2.380	14.552	16.932	216	2.027	2.646
Francisco de Assis Betti	11.568	–	4	4	5	9	26	–	5.304
Reynaldo Fonseca	6.327	7.441	2.417	9.858	3.308	13.166	1	7.117	4.586
Ângela Catão	10.858	18.962	1.603	20.565	2.042	22.607	6	12.759	4.476
Mônica Sifuentes	1.344	641	295	936	362	1.298	11	626	910
Kassio Nunes Marques	5.040	3.624	631	4.255	2.283	6.538	5	3.498	3.249
Néviton Guedes	8.112	7.512	2.269	9.781	314	10.095	45	7.358	5.632
Novély Vilanova	6.247	3.579	5.602	9.181	397	9.578	3	3.515	5.273
Ney Bello	5.039	3.338	276	3.614	521	4.135	11	3.312	3.412
Candido Moraes	11.609	6.211	709	6.920	1.893	8.813	2	4.677	3.310
Marcos Augusto de Sousa	3.174	2.550	1.997	4.547	405	4.952	105	1.959	1.671
João Luiz de Sousa	527	208	–	208	–	208	–	–	8
Gilda Sigmaringa Seixas	129	–	–	–	–	–	–	–	13
Jamil Rosa de Jesus Oliveira	128	–	3	3	28	31	–	–	1

**GRÁFICO 1**  
**Petições apresentadas no Tribunal**



**GRÁFICO 2**  
**Petições protocoladas**





QUADRO 12  
Desempenho do Tribunal

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Distribuídos/registrados	119.307	127.873	109.807	137.058	138.134	127.688	145.822
Julgados	106.837	112.197	103.043	117.055	140.632	146.722	157.282
Em tramitação (*)	285.602	307.474	344.522	352.165	393.061	363.206	473.434

(\*) Considerada a tramitação ajustada, descontados os processos suspensos ou sobrestados.

QUADRO 13  
Sessões de julgamento realizadas

Órgão julgador	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Corte Especial	21	1	22
1ª Seção	12	1	13
2ª Seção	23	–	23
3ª Seção	22	–	22
4ª Seção	12	–	12
CTUR1	33	2	35
CTUR2	46	–	46
CTUR3	61	–	61
CTUR4	69	1	70
CTUR5	46	–	46
CTUR6	41	1	42
CTUR7	45	–	45
CTUR8	38	1	39
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>7</b>	<b>476</b>

QUADRO 14  
Central de Digitalização Judicial

Central de digitalização	Páginas digitalizadas	Processos digitalizados
Originários	978.895	26.278
STJ	2.321.443	7.701
<b>Total</b>	<b>3.300.338</b>	<b>33.979</b>



QUADRO 15  
Estatística de notas taquigráficas

Órgãos julgadores ou descrição do evento	Quantidade de folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
1ª Turma	799	35
2ª Turma	1.588	47
3ª Turma	2.436	62
4ª Turma	3.114	70
5ª Turma	1.200	47
6ª Turma	862	42
7ª Turma	1.562	45
8ª Turma	2.099	39
1ª Seção	332	13
2ª Seção	662	24
3ª Seção	521	22
4ª Seção	335	12
Corte Especial judiciária	1.019	24
Corte Especial administrativa	591	21
Plenário	220	4
Conselho de Administração	401	14
Conselho Deliberativo do Pro-Social	487	9
Turma Regional de Uniformização	327	2
Comissão de Concursos	21	2
Comissão de Promoção	33	2
Sessões solenes	69	5
Degravações diversas (audiências)	239	2
<b>Total</b>	<b>18.917</b>	<b>543</b>

QUADRO 16  
Movimentações processuais

Movimentações		Total
Remetido	STJ	439
	STF	481
Recebido	STJ	6.848
	STF	793
Autos sobrestados		12.369
Digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ		6.292



QUADRO 17  
Processos baixados

Orgão julgador	Total de processos baixados à origem
Presidência	11.189
Vice-presidência	5.801
Corte Especial	160
1ª Seção	505
1ª Turma	14.572
2ª Turma	12.733
2ª Seção	865
3ª Turma	1.966
4ª Turma	2.396
3ª Seção	542
5ª Turma	7.611
6ª Turma	8.748
4ª Seção	1.216
7ª Turma	12.984
8ª Turma	12.920
Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência	582
<b>Total *</b>	<b>94.790</b>

\* Desse total, 58.829 processos foram baixados definitivamente à origem.

QUADRO 18  
Decisões em REsp e RE

Decisão	Presidente	Vice-presidente	Total
Despachos	17.564	16.660	34.224
RE admitidos	100	84	184
RE inadmitidos	1.965	1.087	3.052
REsp admitidos	1.530	1.271	2.801
REsp inadmitidos	11.992	5.069	17.061

### 1º GRAU

Os dados estatísticos da 1ª Região são acompanhados pela Coger mediante a análise de relatórios analíticos e sintéticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.

QUADRO 19  
Dados estatísticos da 1ª instância

Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Varas	4.853	1.801	12.907
	Juizados	8.988	5.651	12.163
	Turma Recursal	1.563	561	6.865
AM	Varas	9.744	5.418	61.642
	Juizados	8.620	7.179	9.479
	Turma Recursal	4.781	4.704	10.125
AP	Varas	3.684	3.556	18.306
	Juizados	13.938	9.613	10.518
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJPA		
BA	Varas	47.962	25.843	200.609
	Juizados	95.335	78.273	91.954
	Turma Recursal	23.990	20.143	64.602
DF	Varas	54.776	23.873	222.217
	Juizados	30.991	28.236	35.457
	Turma Recursal	15.542	11.967	40.338
GO	Varas	30.482	13.158	145.212
	Juizados	55.638	35.990	54.887
	Turma Recursal	11.623	13.371	31.087
MA	Varas	16.827	7.338	73.302
	Juizados	76.655	66.531	81.053
	Turma Recursal	12.384	8.751	30.794
MG	Varas	109.082	57.981	428.859
	Juizados	199.442	117.706	231.921
	Turma Recursal	51.745	26.856	122.645
MT	Varas	19.633	9.897	66.938
	Juizados	24.144	13.673	30.827
	Turma Recursal	5.233	2.756	13.494
PA	Varas	22.768	9.525	107.002
	Juizados	60.122	60.598	70.825
	Turma Recursal	10.928	6.019	24.560
PI	Varas	11.050	4.502	51.469
	Juizados	41.445	33.478	79.284
	Turma Recursal	6.745	5.094	14.837
RO	Varas	11.634	4.361	37.616
	Juizados	18.324	10.340	23.051
	Turma Recursal	3.983	2.144	12.055



Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
RR	Varas	3.669	2.702	13.171
	Juizados	7.155	5.059	5.911
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJAM		
TO	Varas	8.404	3.326	26.435
	Juizados	19.044	12.846	26.208
	Turma Recursal	1.438	2.067	3.999
Totais 1ª instância	Varas	354.568	173.281	1.465.685
	Juizados	659.841	485.173	763.538
	Turma Recursal	149.955	104.433	375.401
TRF 1ª Região		145.822	157.282	437.434

QUADRO 20  
Dados acumulados da 1ª instância

Órgão julgador	Distribuídos				
	2010	2011	2012	2013	2014
Varas	322.444	362.641	337.736	319.897	354.568
Juizados	364.154	374.861	380.942	479.144	659.841
Turma recursal	93.495	114.565	125.628	139.928	149.955
Total	780.093	852.067	844.306	938.969	1.164.364
Órgão julgador	Julgados				
	2010	2011	2012	2013	2014
Varas	168.056	189.827	197.130	185.878	173.281
Juizados	354.637	387.201	422.161	455.066	485.173
Turma recursal	87.510	97.010	88.623	97.941	104.433
Total	610.203	674.038	707.914	738.885	762.887
Órgão julgador	Em tramitação				
	2010	2011	2012	2013	2014
Varas	1.217.607	1.291.881	1.329.362	1.377.938	1.465.685
Juizados	669.331	676.060	619.313	608.976	763.538
Turma recursal	194.177	221.395	263.388	340.842	375.401
Total	2.081.115	2.189.336	2.212.063	2.327.756	2.604.624



## JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

QUADRO 21

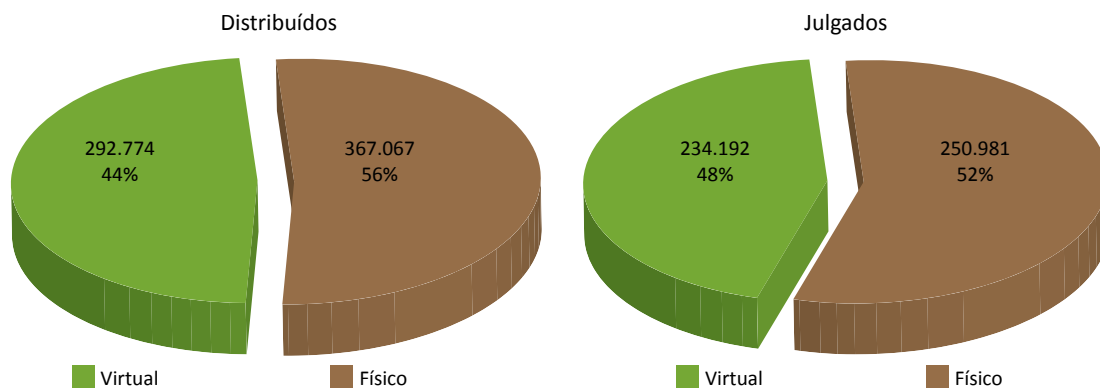
Movimentação processual por seção judiciária

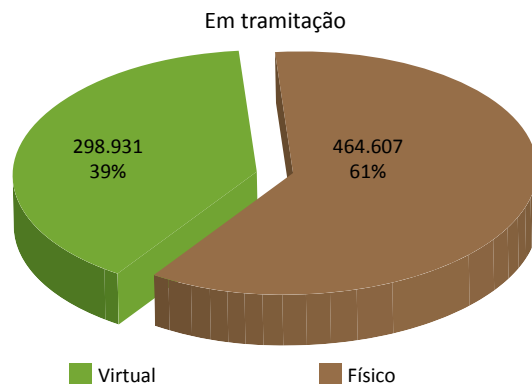
SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	3.131	5.857	8.988	1.637	4.014	5.651	3.010	9.153	12.163
AM	1.474	7.146	8.620	1.195	5.984	7.179	2.992	6.487	9.479
AP	1.570	12.368	13.938	2.074	7.539	9.613	1.669	8.849	10.518
BA	70.804	24.531	95.335	55.683	22.590	78.273	76.952	15.002	91.954
DF	504	30.487	30.991	66	28.170	28.236	416	35.041	35.457
GO	27.372	28.266	55.638	16.178	19.812	35.990	32.659	22.228	54.887
MA	27.248	49.407	76.655	24.784	41.747	66.531	41.664	39.389	81.053
MG	150.005	49.437	199.442	82.917	34.789	117.706	188.166	43.755	231.921
MT	13.742	10.402	24.144	6.594	7.079	13.673	19.153	11.674	30.827
PA	36.686	23.436	60.122	35.741	24.857	60.598	42.981	27.844	70.825
PI	16.302	25.143	41.445	12.500	20.978	33.478	27.868	51.416	79.284
RO	7.988	10.336	18.324	3.975	6.365	10.340	8.344	14.707	23.051
RR	91	7.064	7.155	25	5.034	5.059	71	5.840	5.911
TO	10.150	8.894	19.044	7.612	5.234	12.846	18.662	7.546	26.208
<b>Total</b>	<b>367.067</b>	<b>292.774</b>	<b>659.841</b>	<b>250.981</b>	<b>234.192</b>	<b>485.173</b>	<b>464.607</b>	<b>298.931</b>	<b>763.538</b>

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

GRÁFICOS 3, 4 E 5

Composição do acervo dos JEFs - físico e virtual





**QUADRO 22**  
Evolução dos processos físicos e virtuais nos JEFs

Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2002	Físico	76.625	19.251	70.805
	Virtual	–	–	–
Total		76.625	19.251	70.805
2003	Físico	232.650	102.573	270.521
	Virtual	–	–	–
Total		232.650	102.573	270.521
2004	Físico	420.877	213.845	580.835
	Virtual	30.169	14.836	37.939
Total		451.046	228.681	618.774
2005	Físico	243.219	391.449	540.642
	Virtual	140.811	71.509	142.510
Total		384.030	462.958	683.152
2006	Físico	136.796	224.764	355.213
	Virtual	199.021	128.364	272.379
Total		335.817	353.128	627.592
2007	Físico	145.018	146.515	327.930
	Virtual	217.305	176.345	330.375
Total		362.323	322.860	658.305
2008	Físico	163.921	133.438	330.232
	Virtual	167.137	180.056	325.057
Total		331.058	313.494	655.289

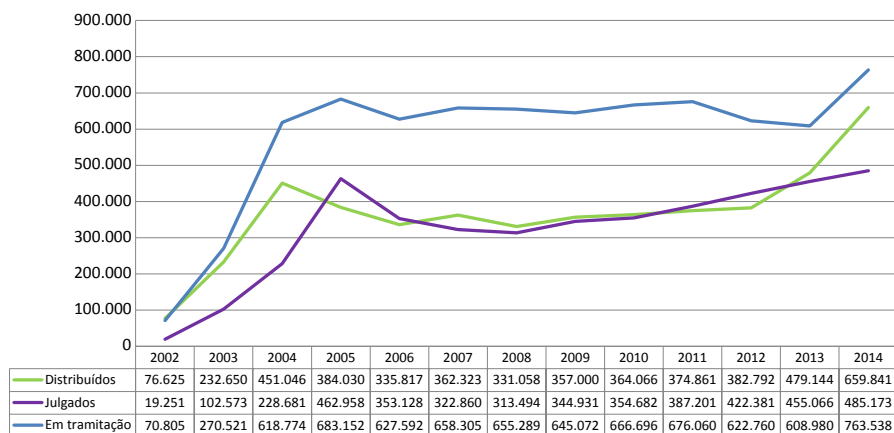


Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2009	Físico	154.055	155.031	316.664
	Virtual	202.945	189.900	328.408
Total		357.000	344.931	645.072
2010	Físico	156.418	142.013	317.353
	Virtual	207.648	212.669	349.343
Total		364.066	354.682	666.696
2011	Físico	186.573	168.165	336.583
	Virtual	188.288	219.036	339.477
Total		374.861	387.201	676.060
2012	Físico	198.434	204.105	325.106
	Virtual	184.360	218.276	297.654
Total		382.792	422.381	622.760
2013	Físico	250.990	233.218	338.617
	Virtual	228.154	221.848	270.359
Total		479.144	455.066	608.976
2014	Físico	367.067	250.981	464.607
	Virtual	292.774	234.192	298.931
Total		659.841	485.173	763.538
Acumulado		4.791.253	4.252.379	763.538

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância e Relatórios de Atividades do TRF 1ª Região.

GRÁFICO 6

Evolução do acervo processual nos JEFs - 2002 a 2014





## TURMAS RECURSAIS

As turmas recursais foram criadas com o objetivo de processar e julgar, de forma rápida e simplificada, os recursos cíveis e criminais interpostos nos processos em tramitação nos Juizados Especiais Federais, conforme estabelecido em lei, além de processar e julgar originariamente as exceções de impedimento e de suspeição definidas em lei; os conflitos de competência entre juízes de Juizados Especiais Federais sob a jurisdição da turma; e *habeas corpus* e mandados de segurança impetrados contra decisões dos Juizados Especiais Federais, observados os procedimentos específicos.

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas — mesmo diante da criação dos cargos de juiz federal de turma recursal, persiste a falta de magistrados nas TRs da 1ª Região, com inúmeras relatorias vagas — e da criação das turmas recursais sem a contrapartida legal que autorizasse dotá-las de estrutura compatível com suas reais necessidades, esses órgãos tiveram elevado desempenho no ano de 2014, sendo responsáveis pelo julgamento de mais de 104 mil recursos, conforme detalhamento dos quadros e gráficos a seguir.

QUADRO 23

### Julgamento nas turmas recursais

SJ	Turma recursal	Sessões realizadas		Processos julgados*
		Ordinárias	Extraordinárias	
AC	1ª	7	–	561
AM/RR	1ª	26	–	4.704
BA	1ª	32	8	6.018
	2ª	32	9	5.642
	3ª	28	7	5.867
	4ª	21	6	2.616
Total BA		113	30	20.143
DF	1ª	22	5	5.973
	2ª	13	1	3.325
	3ª	7	–	2.669
Total DF		42	6	11.967
GO	1ª	30	7	7.705
	2ª	27	7	5.666
Total GO		27	14	13.371
MA	1ª	14	–	7.773
	2ª	–	11**	978
Total MA		14	11	8.751
MG	1ª	36	–	5.484
	2ª	24	–	5.046



SJ	Turma recursal	Sessões realizadas		Processos julgados*
		Ordinárias	Extraordinárias	
MG	3ª	41	–	7.591
	4ª	31	–	8.581
	JFO	1	–	154
<b>Total MG</b>		<b>133</b>	<b>–</b>	<b>26.856</b>
MT	1ª	12	–	2.756
PA/AP	1ª	21	–	5.866
	2ª	1	–	153
<b>Total PA/AP</b>		<b>22</b>	<b>–</b>	<b>6.019</b>
PI	1ª	18	1	5.094
RO	1ª	21	–	2.144
TO	1ª	9	–	2.067
<b>Total</b>		<b>444</b>	<b>62</b>	<b>104.433</b>

\* incluídos os processos julgados por decisões monocráticas.

\*\* Sessões realizadas em conjunto com as 1ª e 2ª TRs/MA.

Fonte: Sistema processual da 1ª Instância e Informações dos NUTURs.

## QUADRO 24

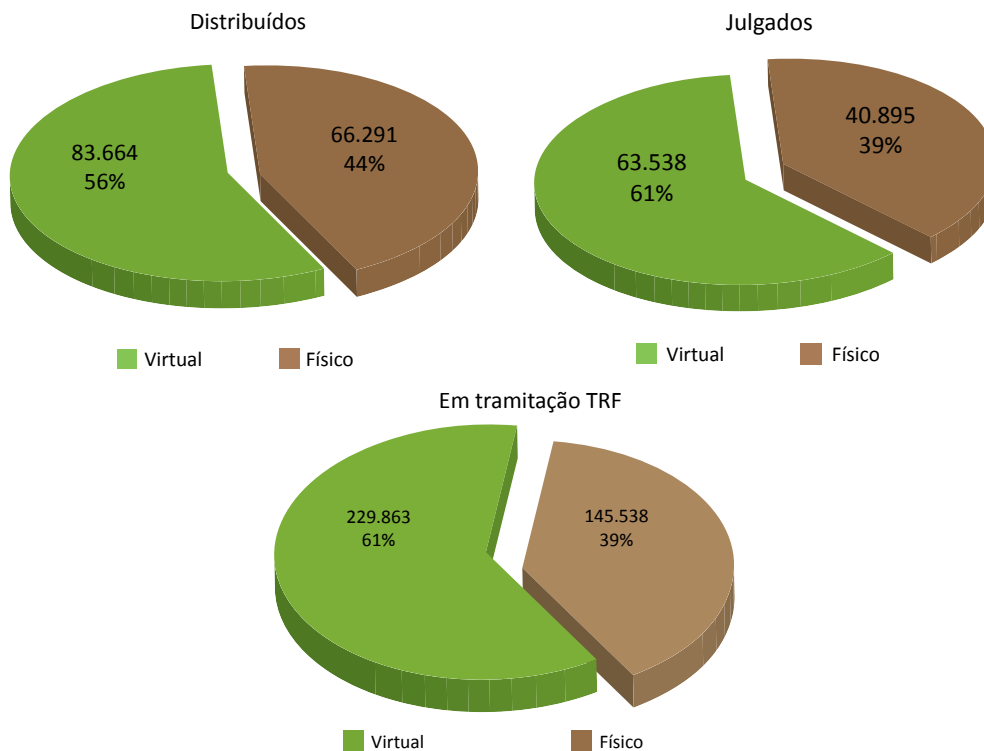
### Composição de acervo nas turmas recursais

SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	66	1.497	1.563	1	560	561	57	6.808	6.865
AM	399	4.382	4.781	494	4.210	4.704	651	9.474	10.125
BA	12.648	11.342	23.990	10.227	9.916	20.143	32.342	32.260	64.602
DF	53	15.489	15.542	44	11.923	11.967	319	40.019	40.338
GO	3.385	8.238	11.623	4.162	9.209	13.371	9.079	22.008	31.087
MA	2.765	9.619	12.384	2.319	6.432	8.751	9.833	20.961	30.794
MG	35.884	15.861	51.745	17.850	9.006	26.856	69.281	53.364	122.645
MT	3.207	2.026	5.233	1.177	1.579	2.756	7.049	6.445	13.494
PA	4.749	6.179	10.928	1.621	4.398	6.019	7.405	17.155	24.560
PI	1.786	4.959	6.745	1.919	3.175	5.094	5.265	9.572	14.837
RO	1.154	2.829	3.983	578	1.566	2.144	3.110	8.945	12.055
TO	195	1.243	1.438	503	1.564	2.067	1.147	2.852	3.999
<b>Total</b>	<b>66.291</b>	<b>83.664</b>	<b>149.955</b>	<b>40.895</b>	<b>63.538</b>	<b>104.433</b>	<b>145.538</b>	<b>229.863</b>	<b>375.401</b>

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

GRÁFICOS 7, 8 E 9

Composição do acervo das TRs - físicos e virtuais



QUADRO 25

Evolução da movimentação processual das turmas recursais - 2012 a 2014

Ano	SJ	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2012	AC	2.971	2.641	6.292
	AM	5.699	5.087	5.393
	BA	21.641	14.998	41.039
	DF	10.194	14.126	26.087
	GO	11.354	7.280	21.482
	MA	10.758	3.932	23.673
	MG	38.899	19.621	92.036
	MT	4.747	3.040	9.295
	PA (*)	9.704	6.722	16.451
	PI	2.819	1.380	9.457
	RO	4.244	5.444	6.755
	RR	1.471	1.461	2.555
TO	1.127	2.891	2.873	



Ano	SJ	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
Total ano		125.628	88.623	263.388
2013	AC	2.850	3.986	6.023
	AM	6.895	6.856	10.245
	BA	22.346	16.161	49.172
	DF	15.050	9.376	33.815
	GO	13.784	5.809	29.831
	MA	14.172	11.001	34.123
	MG	42.773	24.705	113.691
	MT	4.252	2.705	10.837
	PA (*)	7.130	6.860	19.691
	PI	4.421	2.832	11.645
	RO	3.223	2.511	9.860
	RR	1.289	1.858	2.626
TO	1.743	3.281	9.283	
Total ano		139.928	97.941	340.842
2014	AC	1.563	561	6.865
	AM/RR (**)	4.781	4.704	10.125
	BA	23.990	20.143	64.602
	DF	15.542	11.967	40.338
	GO	11.623	13.371	31.087
	MA	12.384	8.751	30.794
	MG	51.745	26.856	122.645
	MT	5.233	2.756	13.494
	PA/AP (*)	10.928	6.019	24.560
	PI	6.745	5.094	14.837
	RO	3.983	2.144	12.055
	TO	1.438	2.067	3.999
Total ano		149.955	104.433	375.401

(\*) Agrega a Turma Recursal do Amapá.

(\*\*) Agrega a Turma Recursal de Roraima.

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

## TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO

Em 2014, a Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TRU/JEFs) da 1ª Região reuniu-se em Brasília, em 11 de abril e em 31 de outubro. Na primeira sessão, julgou 174 incidentes de uniformização de jurisprudência; na segunda, 60 incidentes.



QUADRO 26  
Estatística da TRU

Atividades		Quantidade
Sessões de Julgamento		2
Incidentes de jurisprudência julgados		234
Publicações realizadas	Acórdãos	229
	Decisões monocráticas	19
	<b>Total</b>	<b>248</b>
Pedidos de submissão (art. 53 do Regimento Interno das TRs e JEFs da 1ª Região)	Admitidos	4
	Não admitidos	249
	<b>Total recebido</b>	<b>253</b>
Incidentes de uniformização para a TNU	Admitidos	–
	Não admitidos	17
	<b>Total recebido</b>	<b>17</b>
Recursos extraordinários	Admitidos	–
	Não admitidos	8
	<b>Total recebido</b>	<b>8</b>
Processos sobrestados (repercussão geral – STF)		177

No âmbito da 1ª Região, o órgão judicante competente para processar e julgar os pedidos fundados em divergências entre as decisões das turmas recursais é a Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, presidida pelo desembargador federal coordenador dos JEFs da 1ª Região.

Com a aprovação do novo Regimento Interno dos JEFs e consequente reestruturação da TRU — publicada em setembro deste ano —, a Turma passou a ser composta por um magistrado de cada seção ou subseção judiciária sede de turma recursal, reduzindo, inicialmente, para 12 o número de membros efetivos. Com a recente instalação da Turma Recursal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, a TRU ganhou um novo membro.

### MAPA DOS PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

As requisições de pagamento decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado são emitidas por precatório — art. 100 da Constituição Federal — e requisição de pequeno valor (RPV) — Lei 10.259/2001.





No âmbito da Justiça Federal, para dar maior celeridade ao processamento das requisições de pagamento, vem sendo adotado o sistema eletrônico para a expedição da requisição com assinatura certificada digitalmente pelo juiz requisitante, na forma estabelecida no item I da IN-13-04, aprovada pela Portaria Presi 600-215 de 18 de setembro de 2007, dispensando definitivamente o envio das requisições por meio físico. Com isso, todos os demais documentos vinculados às requisições de pagamento são certificados digitalmente e armazenados eletronicamente, representando enorme avanço no alcance dos resultados da unidade, sem necessidade de impressão dos documentos.

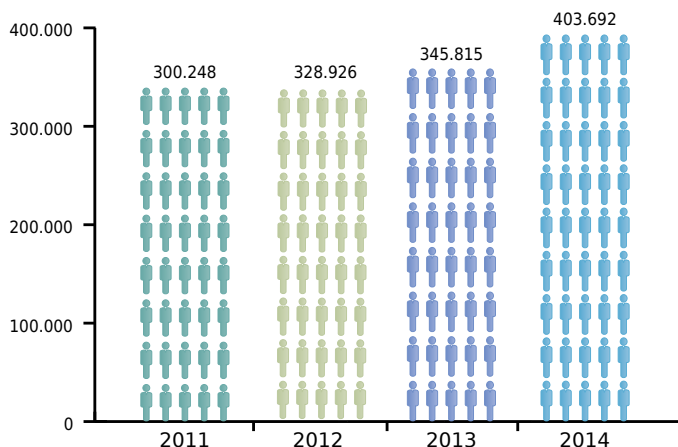
Em relação às requisições de pagamento emitidas pela Justiça Estadual, que atua no uso da competência delegada (§ 3º do art. 109 da Constituição Federal), enquanto não for implantado o sistema eletrônico, elas continuam sendo expedidas e remetidas ao Tribunal em formulário padrão, utilizando-se os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Malote Digital, neste caso, desde que certificadas digitalmente. Posteriormente, as requisições são digitalizadas manualmente e inseridas no sistema de precatório. Os ofícios de depósitos e de levantamentos são certificados eletronicamente, com assinatura digital, e enviados por correspondência eletrônica (*e-mail*) aos juízos requisitantes, sem necessidade de impressão.

Assim, todos os documentos de mero expediente vinculados às requisições expedidas pela Justiça Federal e Estadual estão sendo totalmente armazenados no sistema do Tribunal. Como resultado dos procedimentos implantados, temos a otimização de custos, eliminação do papel, contribuição direta para o desenvolvimento ambiental sustentável, ênfase na celeridade, eficiência e transparência no pagamento das requisições, além da facilidade na busca e recuperação das informações quando necessário.

No exercício de 2014, foram processados e pagos 12.358 precatórios e 337.751 RPVs. Os pagamentos contemplaram 403.692 beneficiários, dos quais 387.422 receberam seus créditos por intermédio de RPV e 16.270, por precatório. As requisições foram processadas e pagas constando a identificação nominal e o CPF/CNPJ de cada um dos beneficiários, em obediência à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e à Resolução 168/2011 do Conselho da Justiça Federal.

Importante ressaltar que, no exercício de 2014, para dar cumprimento à decisão cautelar proferida pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, no Processo de Correição Ordinária n. 6100 10.2014.2.00.0000, de 22 de outubro de 2014, os valores dos precatórios submetidos à regra do pagamento parcelado de 2005 a 2011, nos termos da EC 30/2000, e os precatórios de 2014 foram depositados, aplicando-se na atualização monetária apenas a variação da TR/Bacen, deixando-se de aplicar os indexadores e os juros legais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, Lei 12.919/2013. Em relação aos precatórios parcelados de 2005 a 2011, os valores foram depositados diretamente na instituição financeira e por ela bloqueados.

GRÁFICO 10  
Beneficiários de precatório e RPV



Para a realização dos pagamentos, foi executada no período a importância de R\$ 5.457.908.542,99. Desse total, R\$ 2.828.996.797,05 foram destinados ao pagamento de precatórios de responsabilidade da Fazenda Pública federal; R\$ 8.232.180,64, ao pagamento de precatórios de responsabilidade dos demais órgãos (estados, municípios, conselhos etc.), denominados de recursos extraorçamentários; e R\$ 2.620.679.565,30, a RPV.

GRÁFICO 11  
Pagamento de precatórios

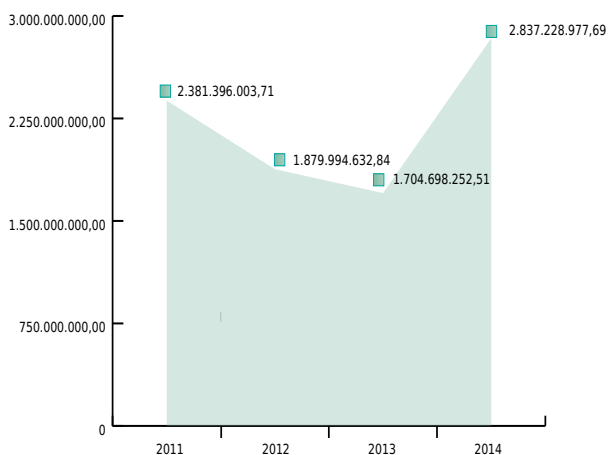
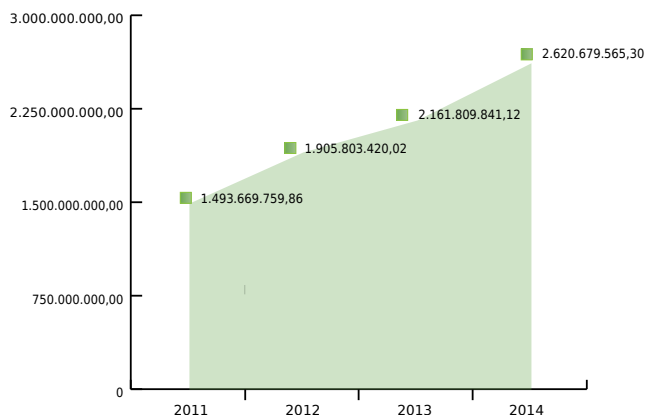




GRÁFICO 12  
Pagamento de RPVs



Importante destacar do ano de 2014: emissão eletrônica de 766.302 ofícios de depósito e levantamento; confecção manual de 5.642 ofícios diversos; elaboração de 527 informações sobre cálculos judiciais por determinação dos desembargadores federais; expedição de 951 correspondências eletrônicas destinadas ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal; e envio de 4.893 correspondências eletrônicas destinadas aos juízes requisitantes, nos termos do art. 7º, § 1º, da Portaria Presi/Corej 151 de 18/04/2012.

QUADRO 27  
Pagamentos de precatórios e RPVs

Precatórios e RPVs pagos	Processos	Beneficiários	Total depositado (R\$)
Precatórios não alimentares – União – 2005 – 10ª parcela	36	45	30.437.969,09
Precatórios não alimentares – União – 2006 – 9ª parcela	51	72	11.319.977,01
Precatórios não alimentares – União – 2007 – 8ª parcela	56	94	49.137.321,68
Precatórios não alimentares – União – 2008 – 7ª parcela	51	62	5.038.737,42
Precatórios não alimentares – União – 2009 – 6ª parcela	91	124	20.496.017,31
Precatórios não alimentares – União – 2010 – 5ª parcela	126	135	98.277.940,91
Precatórios não alimentares – União – 2011 – 4ª parcela	80	114	137.969.729,18
Precatórios não alimentares – União – 2014 – integral	504	677	1.247.443.144,75
Precatórios alimentares – União – 2014	3.846	5.678	625.716.547,77
Precatórios não alimentares – entidades – 2005 – 10ª parcela	23	29	2.777.218,47
Precatórios não alimentares – entidades – 2006 – 9ª parcela	46	48	5.342.461,47
Precatórios não alimentares – entidades – 2007 – 8ª parcela	31	33	3.053.258,84
Precatórios não alimentares – entidades – 2008 – 7ª parcela	45	47	44.362.207,56



Precatórios e RPVs pagos	Processos	Beneficiários	Total depositado (R\$)
Precatórios não alimentares – entidades – 2009 – 6ª parcela	33	37	2.331.794,93
Precatórios não alimentares – entidades – 2010 – 5ª parcela	76	78	7.675.472,39
Precatórios não alimentares – entidades – 2011 – 4ª parcela	51	51	7.526.035,08
Precatórios não alimentares – entidades – 2014 – integral	244	263	40.012.260,87
Precatórios alimentares – entidades – 2014	6.934	8.643	490.078.702,32
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	34	40	8.232.180,64
Pagamento de RPV (Lei 10.259/2001) no ano de 2014	337.751	387.422	2.620.679.565,30
<b>Total</b>	<b>350.109</b>	<b>403.692</b>	<b>5.457.908.542,99</b>
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2016 (Art. 100/CF)	3.667	4.799	

## QUADRO 28

### Precatórios aguardando pagamento

Precatórios aguardando pagamento em 2015	Processos	Beneficiários
Precatórios não alimentares – União – 2006 – 10ª parcela	44	60
Precatórios não alimentares – União – 2007 – 9ª parcela	49	73
Precatórios não alimentares – União – 2008 – 8ª parcela	47	53
Precatórios não alimentares – União – 2009 – 7ª parcela	82	115
Precatórios não alimentares – União – 2010 – 6ª parcela	107	116
Precatórios não alimentares – União – 2011 – 5ª parcela	74	108
Precatórios não alimentares – União – 2015 – integral	668	856
Precatórios alimentares – União 2015	4.232	6.266
Precatórios não alimentares – entidades – 2006 – 10ª parcela	34	42
Precatórios não alimentares – entidades – 2007 – 9ª parcela	22	25
Precatórios não alimentares – entidades – 2008 – 8ª parcela	35	45
Precatórios não alimentares – entidades – 2009 – 7ª parcela	23	30
Precatórios não alimentares – entidades – 2010 – 6ª parcela	64	69
Precatórios não alimentares – entidades – 2011 – 5ª parcela	43	44
Precatórios não alimentares – entidades – 2015 – integral	223	248
Precatórios alimentares – entidades – 2015	7.407	9.027
RPVs (Lei 10.259/2001) autuadas em novembro e dezembro/2014	53.690	63.735
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	263	272
<b>Total</b>	<b>67.107</b>	<b>81.184</b>

# PROCESSOS INTERNOS

## ACESSO À JUSTIÇA

Objetivo estratégico

- Facilitar o acesso à Justiça

## EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivos estratégicos

- Agilizar os trâmites judiciais
- Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa
- Promover a conciliação
- Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais



# ACESSO À JUSTIÇA

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Facilitar o acesso à Justiça.

### ■ Descrição do objetivo

Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.

### INSTALAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

Em 2014, foram instaladas as últimas 18 das 94 varas federais destinadas à 1ª Região, criadas pela Lei 12.011, de 04/08/2009, que previa um total de 230 varas para as cinco regiões. O calendário de instalações seguiu as determinações da Resolução Presi 33 de 19/12/2013, publicada em 17/01/2014.

QUADRO 29  
Varas federais instaladas em 2014

SJ	Município	Vara	Tipo	Competência	Portaria Presi/Cenag	Data de instalação
BA	Feira de Santana	3ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	11 de 17/01/2014	19/02
BA	Itabuna	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	12 de 17/01/2014	17/02
GO	Anápolis	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	102 de 25/04/2014	30/05
MA	Balsas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	310 de 8/09/2014	31/10
MA	São Luís	12ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível	71 de 19/12/2014	10/03
MA	São Luís	13ª Vara Federal	Cível	Cível	260 de 06/08/2014	04/09
MG	Belo Horizonte	35ª Vara Federal	Especializada	Criminal com JEF adjunto criminal	216 de 19/12/2013	24/01
MG	Contagem	3ª Vara Federal	Especializada	Execuções fiscais	259 de 05/08/2014	29/08



SJ	Município	Vara	Tipo	Competência	Portaria Presi/Cenag	Data de instalação
MG	Governador Valadares	3ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível e criminal	422 de 18/11/2014	17/12
MG	Ituiutaba	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	328 de 25/09/2014	24/10
MG	Janaúba	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	382 de 31/10/2014	21/11
MG	Poços de Caldas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	408 de 13/11/2014	28/11
MG	Varginha	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	37 de 17/02/2014	18/03
MT	Cuiabá	9ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível	70 de 17/03/2014	14/04
PA	Belém	12ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível	302 de 3/09/2014	19/09
PI	Corrente	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	135 de 30/04/2014	19/05
RO	Porto Velho	6ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível	23 de 23/01/2014	24/02
RR	Boa Vista	4ª Vara Federal	Mista	Cível e criminal	372 de 28/10/2014	14/11

1ª e 3ª varas convertidas para julgamento de matéria criminal e improbidade administrativa, com JEF adjunto criminal (Resolução Presi 8/2014 e 10/2014).

Assim, a 1ª Região passou a ter mais cinco subseções judiciárias funcionando com varas únicas, nos municípios de Corrente/PI, Ituiutaba/MG, Balsas/MA, Janaúba/MG e Poços de Caldas/MG, totalizando 82 subseções judiciárias.

Finalizadas as instalações das varas criadas pela Lei 12.011/2009, a Justiça Federal da 1ª Região, que possui jurisdição em 13 estados da Federação e mais o Distrito Federal, totaliza 14 seções judiciárias com sede nas capitais, 82 subseções judiciárias com sede em cidades do interior de cada estado e 291 varas federais.

QUADRO 30  
Distribuição de varas federais na 1ª Região

Tipo	Quantidade
Varas nas capitais	176
Varas no interior	115
Total	291



QUADRO 31  
Distribuição das varas federais

Acre	Capital	4
	Interior	1
Amapá	Capital	6
	Interior	2
Amazonas	Capital	8
	Interior	2
Bahia	Capital	24
	Interior	19
Distrito Federal	Capital	27
Goiás	Capital	16
	Interior	9
Maranhão	Capital	13
	Interior	5
Mato Grosso	Capital	9
	Interior	8
Minas Gerais	Capital	35
	Interior	48
Pará	Capital	12
	Interior	10
Piauí	Capital	8
	Interior	5
Rondônia	Capital	6
	Interior	4
Roraima	Capital	4
Tocantins	Capital	4
	Interior	2
Total na capital		176
Total no interior		115
Total		291

## INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS NA 1ª REGIÃO

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef), sob a direção da desembargadora federal Neuza Alves, até 22 de maio de 2014, e do desembargador federal Reynaldo Fonseca, a partir de 23 de maio de 2014, deu prosseguimento ao plano de ação elaborado em 2013, além de realizar outras atividades, sempre orientadas para





o fortalecimento dos juizados, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Tribunal.

Os juizados na 1ª Região estão estruturados em varas especializadas e juizados adjuntos, totalizando 173 unidades em funcionamento em dezembro de 2014, assim distribuídas: 53 varas especializadas em JEF, 23 JEFs adjuntos a varas das capitais com competência criminal, quatro JEFs adjuntos a varas das capitais com competência ambiental, 95 JEFs adjuntos a varas de interior com competência plena (cível e criminal).

QUADRO 32  
Quantidade e tipos de juizados e turma recursal

Seção	Varas de JEFs	JEFs adjuntos em vara de interior	JEFs adjuntos a varas criminais	JEFs adjuntos a varas ambientais	TRs
Acre	1	1	–	–	1
Amapá (*)	2	2	1	–	–
Amazonas	2	2	2	1	1
Bahia	6	19	2	–	4
Distrito Federal	5	–	2	–	3
Goiás	4	9	2	–	2
Maranhão	4	5	2	1	2
Mato Grosso	2	8	2	–	1
Minas Gerais	16	28	4	–	6
Pará/Amapá	4	10	2	1	2
Piauí	3	5	2	–	1
Rondônia (**)	2	4	1	1	1
Roraima	1	–	–	–	–
Tocantins	1	2	1	–	1
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>95</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>25</b>
<b>Total JEFs adjuntos</b>			<b>122</b>		
<b>Total geral de JEFs (varas e JEFs adjuntos)</b>			<b>175</b>		

\* Funcionamento conjunto com a TR/Pará.

\*\* Funcionamento conjunto com a TR/Amazonas.

Em 2014, foram implementadas as seguintes medidas de ampliação de acesso à Justiça e redução de acervo nos JEFs da 1ª Região.

#### ■ JEFs itinerantes

Os Juizados Especiais Federais itinerantes são a justiça transpondo florestas, areas e ribeirões, para ouvir os jurisdicionados, possibilitando aos cidadãos que vivem nos mais



distantes e humildes logradouros o acesso aos direitos sociais. Isso é a justiça vencendo barreiras, é a resposta à sociedade, que roga do Estado o unânime acesso aos direitos de cidadania. Aliás, essa é a tônica desse modelo de justiça: acessibilidade.

Nesse sentido, os Juizados Especiais Federais têm um aspecto inovador e transformador, constituindo o segmento do Poder Judiciário mais próximo do cidadão. Essa aproximação confere maior efetividade de suas decisões, além de produzir uma justiça mais concreta, fazendo valer os direitos das pessoas mais carentes. Nas pequenas causas ou causas de menor complexidade, são tratados grandes interesses, considerando-se as condições econômicas das partes autoras. O pequeno valor para efeito de alçada quase sempre representa uma fortuna para trabalhadores rurais, idosos, deficientes e outros menos favorecidos.

Durante o ano, foram realizados na 1ª Região cinco itinerantes, em Esperantina/PI, Tartarugalzinho/AP, Extrema/RO, Feijó/AC e no Baixo Madeira/RO. O êxito dos resultados, detalhados no quadro a seguir, está evidente nos números alcançados. No total foram realizadas 3.829 audiências, com a liberação imediata por meio de RPV de R\$ 4.349.898,20, correspondentes aos passivos de variados autores, sem considerar os recursos relativos às parcelas vincendas, os quais serão incorporados às economias de regiões absolutamente carentes.

QUADRO 33  
Juizados Especiais Federais itinerantes realizados

Itinerantes realizados em 2014					
Localidade do JEF itinerante	Amapá	Rondônia	Piauí	Acre	Rondônia
	Tartarugalzinho, Calçoene, Porto Grande, Ferreira Gomes e Amapá	Distrito de Extrema de Rondônia	Esperantina	Feijó	Baixo Madeira
Fase divulgação	16 a 18/06	28/07 a 01/08	02 a 03/06	17 a 20/03	27 a 31/10
Fase atermação	23 a 27/06	10 a 16/08	24 a 28/06	02 a 06/06	28/11 a 07/12
Fase audiência	18 a 23/08	21 a 27/09	25 a 29/08	10 a 14/11	28/11 a 07/12
Quantidade de atermações	611	773	1.140	986	319
Quantidade audiências realizadas	611	773	1.140	986	319
Quantidade de magistrados	4	4	6	5	3
Acordos	254	481	383	447	285
% de acordos *	50%	64%	40%	51%	90%
Procedentes	76	39	132	51	15
Improcedentes	127	23	330	289	12
Extintas pela ausência do autor	100	21	194	118	4
Outros **	48	0	13	36	0
RPVs (R\$)	808.408,63	934.021,54	989.422,17	1.295.968,57	322.077,29

\* Desconsiderados os processos com sentenças extintivas devido à ausência do autor.

\*\* Não computados os convertidos em diligência e os conclusos.



### ■ **Posto avançado de atendimento da Justiça Federal em Sete Lagoas**

Em outubro foi firmada a prorrogação do convênio entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Centro Universitário de Sete Lagoas – Unifemm, visando à manutenção do posto de atendimento da Justiça Federal naquele centro de ensino superior.

O Posto Avançado de Atendimento da Justiça Federal – PAA-JF foi implantado, no ano de 2009, no Núcleo de Prática Jurídica/NPJ do Curso de Direito do Unifemm.

Durante estes cinco anos de funcionamento, 909 clientes foram assistidos pelo PAA/JF/NPJ, resultando em 706 ações propostas, sendo a maior parte delas de natureza previdenciária.

### ■ **Esforço concentrado - auxílio emergencial - mutirão**

No âmbito dos Juizados Especiais Federais e das turmas recursais, como na maioria dos órgãos judicantes, há inúmeros fatores que contribuem para os congestionamentos processuais: escassez de magistrados, excesso de processos distribuídos, falta de servidores, dificuldades administrativas incidentes, entre outros. É certo que esses congestionamentos devem ser combatidos em prol de uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz.

Em socorro aos JEFs e turmas recursais com congestionamento mais crítico, existe a previsão regimental dos auxílios em caráter emergencial, mais conhecidos como mutirões. Mediante a identificação de acúmulo considerável de processos para prolação de sentença, realização de audiências ou procedimentos cartorários, são propostos os mutirões.

Em 2014, ocorreram mutirões:

a) de audiência em Marabá/PA, Uberaba/MG, Castanhal/PA, São Luís/MA, Porto Velho/RO, Bacabal/MA, Caxias/MA, Irecê/BA, 12ª Vara SJMA, Uberlândia/MG, Belém/PA, Picos/PI e na 8ª Vara SJPI;

b) de secretaria em Araguaína/TO, Uberlândia/MG, turmas recursais da Bahia, Sete Lagoas/MG, Alagoinhas/BA, Juazeiro/BA e na 3ª Vara de Feira de Santana/BA;

c) para julgamento de processos previdenciários e assistenciais ainda não finalizados nas turmas recursais de Goiás.



QUADRO 34  
Mutirões de audiências realizados

Localidade	Data	Quantidade audiências designadas	Quantidade de magistrados	Acordos	% de acordos	Procedentes	Improcedentes	Extintas/ausência do autor	Outros	RPVs (R\$)
Marabá/PA	10 a 15/02	1.368	6	884	70	76	243	107	24	4.732.088,02
Uberaba/MG	05 a 10/05	955	4	232	26	259	271	53	25	2.660.047,55
Castanhal/PA	05 a 16/05	3.213	7	1.373	55	164	848	709	95	5.252.857,69
7ª, 9ª, 10ª Varas SJMA	19 a 31/05	7.953	18	4.765	61	180	1.128	99	1.581	30.546.066,10
Porto Velho/RO	02 a 06/06	279	5	218	94	7	5	22	2	1.866.750,58
Bacabal/MA	21 a 25/07	201	1	115	71	0	41	19	7	798.226,00
	03 a 07/11	201	1	135	83	27	–	28	–	749.406,12
	24/11 a 05/12	400	1	147	42	51	130	28	19	485.886,15
	09 a 19/12	372	1	76	25	94	90	0	48	543.291,70
	TOTAL	1174	4	473	48	172	261	75	74	2.576.809,97
Caxias/MA	18 a 29/08	653	2	393	73	11	113	51	20	1.492.448,00
	17 a 28/11	704	2	352	60	22	180	41	33	1.322.043,49
	TOTAL	1357	4	745	66	33	293	92	53	2.814.491,49
Irecê/BA	12 a 16/08	1800	8	1.030	63	65	424	139	105	8.903.607,33
12ª SJMA	01 a 04/09	200	2	90	65	4	34	41	10	347.985,83
	09 a 12/09	800	4	445	75	5	130	186	17	1.758.249,29
	01 a 19/12	800	3	362	60	102	138	160	6	668.661,59
	TOTAL	1800	9	897	67	111	302	387	33	2.774.896,71
Uberlândia/MG	24 A 28/11	300	2	30	11	190	50	10	–	3.163,70
Belém/PA	03 a 15/11	5.398	10	2.442	62	253	1.217	867	58	8.646.749,24
Picos/PI	17 a 22/11	2160	8	1.228	59	227	574	61	35	3.368.748,20
8ª Vara SJPI	01 a 19/12	544	1	205	56	18	111	152	33	300.817,79
3º Vara SJRR	09 a 16/12	99	3	32	43	23	20	14	–	288.176,02



## ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DOS JEFs NA 1ª REGIÃO

Desde a sua criação, em 2001, os Juizados Especiais Federais vêm ampliando sua representatividade na Justiça Federal da 1ª Região. Essa ampliação está respaldada por uma política que visa dar a justa resposta aos anseios coletivos. Veja-se que a clientela dos Juizados Especiais Federais é constituída, em sua maioria, de pessoas que não tinham acesso à prestação jurisdicional, em decorrência dos altos custos processuais, da distância entre as seções e subseções judiciárias, da morosidade do processo convencional e da obrigatoriedade de pagamento de honorários advocatícios.

Atualmente, as varas especializadas em JEFs somadas às varas com JEF adjuntos já correspondem a 60% do total de varas instaladas na 1ª Região.

GRÁFICO 13  
Distribuição de varas e de JEFs

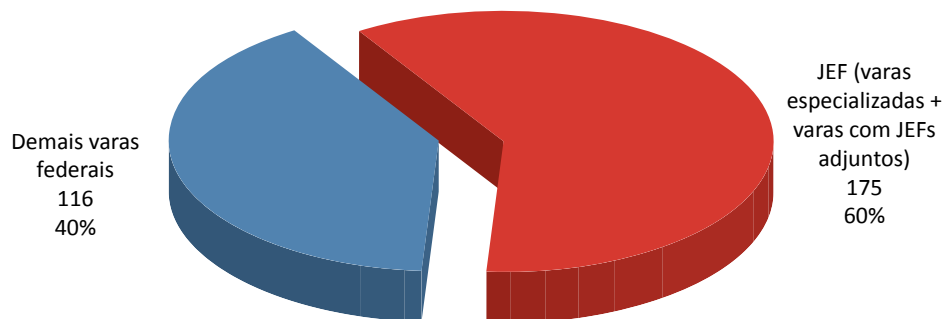


GRÁFICO 14  
Distribuição dos JEFs

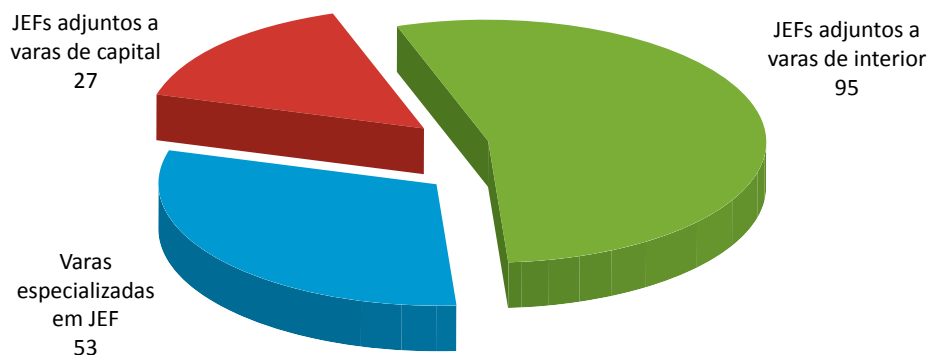




GRÁFICO 15  
Distribuição da movimentação processual

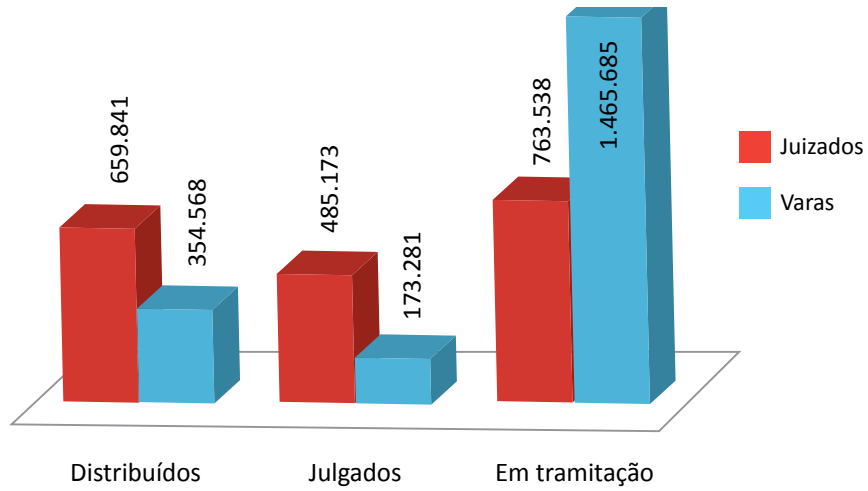
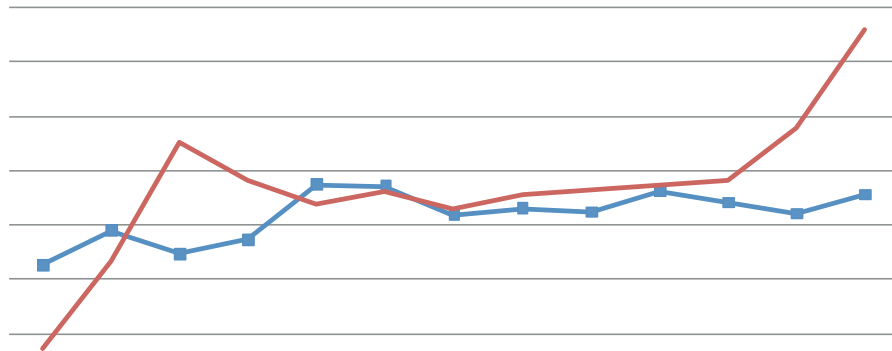


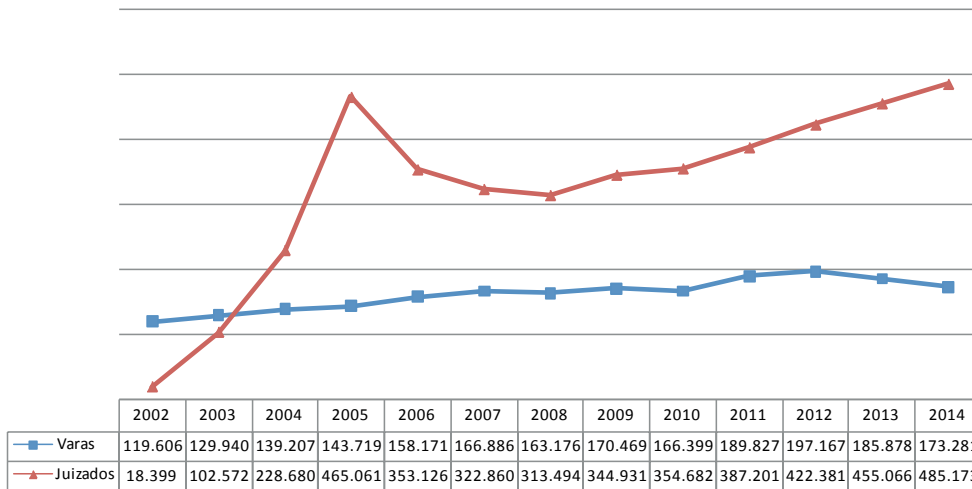
GRÁFICO 16  
Processos distribuídos nas varas e nos juizados - 2002 a 2014



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Varas	225.688	288.924	246.491	271.556	373.587	369.289	317.524	329.010	322.452	362.641	339.959	319.897	354.568
Juizados	72.835	232.649	451.046	382.043	338.831	362.323	331.058	357.000	364.066	374.861	382.794	479.144	659.841

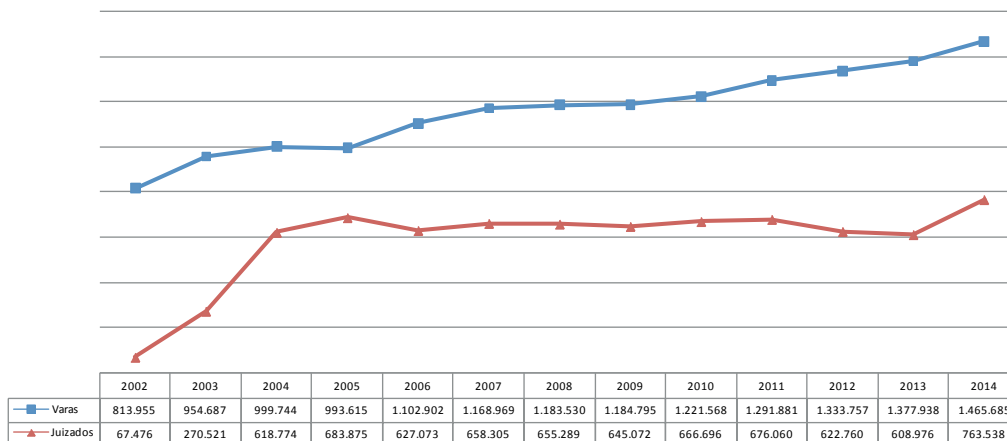


GRÁFICO 17  
Processos julgados nas varas e nos juizados - 2002 a 2014



76

GRÁFICO 18  
Processos em tramitação nas varas e nos juizados - 2002 a 2014



É importante observar que, nos últimos 12 anos, enquanto a distribuição de processos nas varas convencionais teve um aumento de 57,16%, nos JEFs o incremento foi de 806%. Os processos julgados nas varas convencionais aumentaram 24,18%, ao passo que nos JEFs esse aumento foi de 112,16%. Quanto aos processos em tramitação, o incremento foi de 80,07% nas varas convencionais e de 1.031,56% nas varas de JEF.



## SERVIÇOS DE OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL

### OUVIDORIA JUDICIAL

A Ouvidoria da Justiça Federal possui, entre suas competências, a de receber, encaminhar e obter uma resposta efetiva às reclamações, solicitações e dúvidas demandadas pelos jurisdicionados acerca da movimentação de processos na Justiça Federal de 1º grau.

Essa unidade administrativa recebeu um montante de 6.915 manifestações formalizadas via *e-mail*, correspondências, fac-símiles, presencial e sistema Siouv (*web*), distribuídas da seguinte forma: 163 relativas a *comentário*, 425 a *denúncia*, 61 a *elogio*, 3.373 a *morosidade processual*, 1.686 a *pedido de informação*, 1.748 a *reclamação/crítica*, 108 a *sugestão* e 142 referentes a *liminares*.

A Ouvidoria Judicial expediu 945 ofícios e 7 cartas-resposta às partes.

Pelo Sistema Siouv há, no momento, 188 manifestações aguardando resposta de ofício.

#### QUADRO 35

Dados da Ouvidoria – consolidação da 1ª Região

77

Comentários	Denúncias	Elogios	Morosidade processual	Pedido de informação	Reclamação/crítica	Sugestões	Total
163	425	61	3.373	1.686	1.748	108	6.915

### OUVIDORIA ADMINISTRATIVA

Em 4 de junho de 2007, foi inaugurado o Serviço de Ouvidoria Administrativa do TRF 1ª Região, instituído pela Portaria Presi 600-117 de 22/05/2007, com a finalidade de servir de canal de comunicação ágil e interativo com o público interno e externo no âmbito dos serviços administrativos do Tribunal.

Em 28 de maio de 2012, por meio da Portaria Presi/Cenag 204, coube também à Ouvidoria Administrativa a responsabilidade pelo cumprimento, atendimento e orientação ao público interno e externo dos pressupostos estabelecidos pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública – LAI).

#### QUADRO 36

Manifestações recebidas pela Ouvidoria

Tipo de manifestação	Quantidade*	(%)
Comentários	388	10,75
Denúncias	58	1,60





Tipo de manifestação	Quantidade*	(%)
Elogios	118	3,30
Pedidos de informação	1.584	43,90
Reclamações/críticas	1.274	35,30
Sugestões	105	2,90
L.A.I (informação pública) (Lei 12.527/2012)	81	2,25
<b>Total</b>	<b>3.608</b>	<b>100</b>

Fonte: TRF1 – Siouv.

(\*) Quantidade líquida (descontadas as manifestações de competência da Ouvidoria Judicial).



# EFICIÊNCIA OPERACIONAL

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Agilizar os trâmites judiciais.

### ■ Descrição do objetivo

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes a fim de assegurar a razoável duração do processo.

## CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS

Em ação pioneira, o Tribunal cria Câmaras Regionais Previdenciárias descentralizadas, instituto previsto na Emenda Constitucional 45, devido ao crescente aumento do número de processos previdenciários em trâmite na 1ª Região. As duas unidades descentralizadas — Primeira Câmara Regional Previdenciária da Bahia e Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais — funcionarão pelo prazo de um ano em caráter experimental, nas demandas em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja parte.

A descentralização do Tribunal em câmaras (Resolução Presi 23/2014) tem como objetivo assegurar ao jurisdicionado o pleno acesso à justiça em todas as fases do processo, além de proporcionar maior agilização dos trâmites processuais em grau de recurso.

A escolha das Seccionais da Bahia e de Minas Gerais deve-se ao fato de estas Seções apresentarem a origem do maior quantitativo de recursos distribuídos no Tribunal e pendentes de julgamento. Todavia, a medida irá refletir em maior agilidade de julgamento dos processos originários de todas as demais seccionais, uma vez permitirá aos desembargadores apreciar mais rapidamente os feitos.

As câmaras regionais previdenciárias têm competência para julgar, além das apelações, os agravos regimentais contra decisão do respectivo presidente ou contra despacho do relator; os embargos de declaração opostos contra suas decisões; as arguições de falsidade, medidas cautelares e outras nos feitos pendentes de sua decisão; e os incidentes de execução que a elas forem submetidos. Os julgamentos proferidos pelas câmaras têm o mesmo efeito dos realizados pelas turmas especializadas do TRF 1ª Região, sendo passíveis de recurso.

Cada Câmara será composta por um desembargador federal integrante, preferencialmente, da 1ª Seção do TRF1 e por três juízes federais convocados, indicados pelo Presidente e escolhidos pela Corte Especial Administrativa. As sessões de julgamento serão realizadas quinzenalmente com a presença de todos os seus integrantes, sob a presidência do desembargador federal. As decisões serão proferidas pelo voto do presidente e de dois juízes federais.



No julgamento dos feitos recebidos, as Câmaras Regionais deverão obedecer rigorosamente à ordem cronológica, do mais antigo para o mais recente, distribuídos no Tribunal até o ano de 2012, ressalvadas as preferências estabelecidas em lei, os casos excepcionais devidamente justificados e as medidas que visem à celeridade dos julgamentos.

Para a implantação efetiva das câmaras regionais descentralizadas foi designado um grupo de trabalho composto por magistrados e servidores, com a finalidade de apresentar, em 45 dias, proposta de portaria regulamentando os procedimentos, ações e infraestrutura para a instalação, funcionamento e aperfeiçoamento das duas novas unidades.

O trabalho resultou na emissão de portaria que definiu a composição e a organização das CRPs, disciplinou a remessa e a atribuição de processos e regulamentou o funcionamento das câmaras.

Para realizar a ligação entre os gabinetes da 1ª Seção do Tribunal e as CRPs, executar a triagem, atribuição e remessa de processos, foi criada, no Tribunal, a Central de Triagem e Remessa de Processos às CRPs – Cetri/CRP, unidade virtual, que não integra a estrutura formal do Tribunal, coordenada hierarquicamente pela Secretaria Judiciária e tecnicamente pelas Coordenadorias da 1ª e 2ª Turmas. De igual modo foi criada uma mínima estrutura de apoio às CRPs na Bahia e em Minas Gerais.

A iniciativa recebeu o apoio dos desembargadores da Primeira Seção do Tribunal, que cederam servidores para a triagem e atribuição dos processos, dos diretores de foro das duas seções judiciárias que cederam espaço físico e servidores para compor unidade de apoio, de magistrados que voluntariamente se dispuseram a colaborar e pela motivação do quadro de servidores que se mobilizou para alavancar o projeto e torná-lo realidade.

## **ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, DAS TURMAS RECURSAIS E DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA**

A criação de estrutura permanente para as turmas recursais dos Juizados Especiais Federais, com a edição da Lei 12.665/2012, trouxe a necessidade de atualização do Regimento Interno das Turmas Recursais e das Varas de Juizados Especiais Federais da 1ª Região e, conseqüentemente, a regulamentação da Turma Regional de Uniformização.

Diante disso, a coordenação regional constituiu comissão composta por cinco magistrados de 1º grau, responsável pelo estudo das normas sobre o funcionamento dos JEFs e pela proposição de alterações.

O novo texto normativo foi aprovado pela Corte Especial administrativa, à unanimidade, em sessão ocorrida em 11 de setembro.

O que se pretendeu, com a atualização do regimento, foi oferecer aos magistrados e servidores uma devida atualização do instrumento básico condutor dos serviços nos Juizados Especiais Federais, com um texto normativo absolutamente coerente com esse modelo de justiça: simples, célere e eficaz. Ou seja, com a atribuição de levar a efetividade da prestação jurisdicional às pessoas menos favorecidas da nossa sociedade.



## **ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE VARAS FEDERAIS**

A Resolução Presi/Secge 6 de 04/04/2014 alterou a especialização de quatro varas federais da Seção Judiciária do Piauí. A 1ª e a 3ª Vara Federal passaram a ter competência criminal e para ações de improbidade administrativa, enquanto a 2ª e a 5ª Vara Federal passaram a ter competência cível.

As quatro varas, todas de competência mista, vinham trabalhando com feitos de natureza, rito e prazo processual diferentes, o que prejudicava o trabalho. A especialização das varas, segundo critérios objetivos e quantitativos equivalentes, observando a complexidade e a natureza das matérias, proporcionará o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, além do aprofundamento das questões, padronização dos serviços e expedientes, maior uniformidade dos julgados e celeridade na prestação jurisdicional.

A iniciativa da Administração considerou a quantidade de ações cíveis acompanhadas de constantes pedidos de antecipação de tutela e de realização de audiência, o que ocupava demasiadamente os servidores e magistrados em detrimento da complexidade e do grande número de ações penais, cuja análise de provas demanda mais tempo e atenção, resultando em prescrição da pretensão punitiva do Estado. Segundo a Resolução, é apropriada a especialização de, no mínimo, duas varas federais em matéria criminal, em razão da vulnerabilidade da segurança de um único magistrado atuando na esfera penal. Além disso, as ações de improbidade administrativa, a despeito de sua natureza cível, possuem características e peculiaridades que mais se assemelham aos procedimentos dos feitos penais, facilitando o cumprimento da Meta 4 de 2014 do CNJ.

Para que a alteração fosse efetivada, os processos existentes nas varas foram redistribuídos, proporcionalmente, à totalidade e à especialização das varas, conforme critérios fixados pela Corregedoria Regional.

## **AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE JEFs ADJUNTOS DE SUBSEÇÕES DA 1ª REGIÃO**

Por meio da Resolução Presi 19 de 30/09/2014, aprovada pela Corte Especial administrativa, ficou definido que o Juizado Especial Federal adjunto da 1ª Vara Federal das Subseções Judiciárias de Vitória da Conquista/BA, Feira de Santana/BA, Varginha/MG, Cáceres/MT, Sinop/MT e o Juizado Especial Federal adjunto na vara única da Subseção Judiciária de Castanhal/PA teria ampliada a competência previdenciária para cível e criminal.

A decisão de ampliar a competência dos JEFs adjuntos considerou a informação dos juízes federais diretores das subseções de que não mais subsiste, nos referidos órgãos, a demanda reprimida por ações previdenciárias existente à época de suas instalações, a qual justificava a limitação de competência em matéria previdenciária e criminal dos respectivos JEFs.

## **REGULAMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS**

Visando proporcionar maior eficiência operacional e agilidade nos trâmites judiciais, especialmente em face do Processo Judicial Eletrônico, foram desenvolvidos estudos de atualização e uniformização de procedimentos cartorários no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



Para tanto, a Portaria Diges/Secge 510 de 22 de julho de 2014 instituiu grupo de trabalho com a finalidade de unificar, atualizar e padronizar os procedimentos cartorários, minimizando dúvidas e questionamentos frequentes dos advogados, procuradores e servidores.

Entre os trabalhos da comissão, buscou-se compilar várias normas esparsas, entre portarias e resoluções, que tratam dos vários temas relativos a procedimentos cartorários, como:

- trânsito e arquivamento de agravos de instrumento que tramitam em meio físico (Resolução Presi/Secju 18, de 23/08/2012);
- agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário (Portaria 218, de 23/06/2008);
- processamento de autos representativos de controvérsia (Resolução Presi 600-04, de 26/01/2009);
- desencarte de peças processuais (Resolução Presi 600-19, de 15/09/2008);

Os trabalhos desenvolvidos foram concluídos, e aguardam ser submetidos à deliberação do Conselho de Administração.

## **DELEGAÇÃO DE ATOS ORDINATÓRIOS**

Outra iniciativa de agilização dos trâmites judiciais ocorreu no âmbito das varas federais e dos Juizados Especiais Federais que tiveram autorização para delegar a prática de atos ordinatórios aos diretores de secretaria ou substitutos legais para designar perícias médicas ou sociais com profissionais previamente credenciados e designar data de audiências, por meio da Portaria Coger/Cojef 14 de 11/06/2014.

## **ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA**

O Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região, coordenado pela desembargadora federal Mônica Sifuentes, cujo objetivo é facilitar o intercâmbio de informações entre os órgãos do Judiciário, em especial buscando identificar soluções para problemas que possam surgir no processo de cooperação e facilitar a coordenação do tratamento dos pedidos de cooperação no âmbito da 1ª Região, no decorrer de 2014 realizou reuniões presenciais e por videoconferência entre os membros do Núcleo, para discutir ações que deverão ser implementadas em 2015. Espera-se que, no próximo ano, ações concretas de intermediação dos juízes de cooperação permitam o registro exitoso de cumprimento de atos processuais de forma mais célere e se incluam no princípio de economicidade perseguido pelo Núcleo de Cooperação.



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.

### ■ Descrição do objetivo

Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa.

### PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Desde 2011, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em busca do adequado desenvolvimento de seus serviços judiciais, cartorários e administrativos, instituiu o Programa de Modernização da Gestão da Justiça Federal, por meio da Resolução 24 de 15/12/2011, voltado para as seguintes áreas:

a) recursos humanos: revisão e ajuste sistemático e anual dos quadros de pessoal da 1ª Região que permitam rever prioridades e adequar os quadros de cargos efetivos e de funções comissionadas às necessidades; aprofundamento da profissionalização dos servidores e gestores;

b) desenvolvimento organizacional: adoção de métodos e procedimentos de trabalho mais ágeis e simples e atualização da estrutura organizacional;

c) tecnologia da informação: intensa e ampla virtualização judicial, cartorária e administrativa em toda a 1ª Região, para conferir maior rapidez e facilidade aos serviços e atenuar os efeitos da falta de pessoal;

d) planejamento e gestão: reunião do conhecimento de magistrados e servidores por meio da troca de experiências e compartilhamento de soluções de trabalho, a serem planejados, executados e controlados em conjunto.

No ano de 2014, as políticas e ações de modernização da gestão tiveram como escopo principal a implantação dos sistemas eletrônicos de processo judicial (PJe) e administrativo (PAe), com o objetivo de conferir celeridade, qualidade da gestão de processos, produtividade, otimização de procedimentos e fluxos de trabalho, reaproveitamento de recursos humanos e materiais e economia de tempo. Além desses dois projetos, destacam-se:

– implantação do Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest;

– implantação do Sistema de Publicação de Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região – Sepublic;

– organização da Biblioteca Digital do TRF 1ª Região;



- realização de diagnóstico organizacional nas seções judiciárias da 1ª Região;
- realização de realinhamentos nos quadros de cargos efetivos e de funções comissionadas;
- alterações na estrutura organizacional (realinhamentos administrativos);
- implantação do sistema de controle eletrônico de frequência.

### **SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)**

Com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, mediante o uso de ferramentas capazes de facilitar o acesso à Justiça e atribuir maior transparência às atividades do Poder Judiciário, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região iniciou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 1º de dezembro de 2014.

Implantado inicialmente no âmbito do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal para as classes de mandado de segurança, ação monitória e respectivos recursos, o PJe apresenta inúmeras qualidades, entre as quais podem ser citadas a maior facilidade de acesso à Justiça, a celeridade, a redução de custos, o menor impacto ambiental, a desburocratização, a maior transparência, a unificação de sistemas processuais e a uniformização de procedimentos.

Ao implantar o PJe, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região reafirma seu compromisso de assegurar uma prestação jurisdicional de qualidade e assume posição de vanguarda no âmbito da Justiça Federal, alinhando-se à política de integração do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 185, de 18/12/2013) e do Conselho da Justiça Federal (Resolução CJF 202 de 29/08/2012) para a adoção de solução única capaz de permitir a prática de atos processuais e de acompanhamento do processo judicial em um mesmo sistema de processo judicial eletrônico.

O próximo passo será a expansão do PJe para as demais classes processuais e para todos os órgãos jurisdicionais da Primeira Região, cujo início deve ocorrer ainda em 2015.

A implantação do PJe exigiu grande mobilização do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal para realização de treinamentos, ajustes de sistemas internos, formação de grupos de trabalho, com acumulação das atividades habituais, comunicação e integração com o Conselho Nacional de Justiça, responsável pelo desenvolvimento do sistema, e com as entidades externas.

Para a implantação do PJe, foi montada estrutura de planejamento, coordenação e gestão normativa com a denominação de Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-PJE-TRF1, sob a coordenação dos juízes federais Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, em auxílio à Coger, e Antonio Oswaldo Scarpa, em auxílio à Presi, e participação de dirigentes e servidores das diversas áreas afins do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, além dos representantes das entidades externas, quais sejam, Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

Foi ainda constituída a Comissão Técnica de Apoio à Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CT-PJe-TRF1, responsável pela definição de premissas e estratégias, parametrização, testes e homologação do sistema, e o Grupo de Trabalho Per-



manente do Sistema Processo Judicial Eletrônico – GT-PJe-TRF1, responsável por prestar apoio técnico ao Comitê Gestor Regional e à Comissão Técnica. Na estrutura organizacional, foi criado o Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico – Nupje, vinculado à Secretaria Judiciária.

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO E O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI)**

Um novo tempo na gestão administrativa da Justiça Federal da 1ª Região teve início com a chegada do Processo Administrativo Eletrônico (PAe) no TRF, nas seções e nas subseções judiciárias.

Instituído pela Resolução Presi Secge 16/2014, o Processo Administrativo Eletrônico resulta de um planejamento sistemático e minucioso da Administração do TRF 1ª Região. O objetivo é abolir o uso do papel, otimizar e racionalizar as rotinas de trabalho e dar celeridade ao trâmite processual.

O primeiro módulo implantado no PAe foi o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), por meio do qual todos os documentos, processos e expedientes administrativos criados no Tribunal e nas seções e subseções, assim como os de origem externa recebidos de pessoas físicas e jurídicas em meio físico ou eletrônico, desde essa data, passaram a ser, obrigatoriamente, iniciados, assinados e tramitados eletronicamente nesse sistema.

Concebido para proporcionar o processamento eletrônico da documentação administrativa e a gestão do conhecimento de toda a informação recebida ou gerada no Tribunal, seções e subseções, o sistema é voltado para o usuário e permite organizar e sistematizar o fluxo de trabalho, tornando-o mais ágil e mais transparente.

O SEI permite a segurança das informações nele geradas por meio de classificação de sigilo; a possibilidade de programação eletrônica de prazos e auditoria administrativa; o acesso controlado a usuários externos, a possibilidade de inserção de anexos em PDF, o acesso via internet, a qualquer hora e de qualquer lugar, além da facilidade do uso da ferramenta.

A escolha do SEI foi aprovada pelo presidente do TRF 1ª Região a partir de estudo realizado por grupo de trabalho criado com a finalidade de selecionar o sistema que melhor atendesse às necessidades do Tribunal e das seções e subseções judiciárias a ele vinculadas.

Para a implantação, foi constituído o Comitê Gestor Regional do SEI — Portaria Presi/Secge 231 de 11/07/14 — e as comissões de implantação do SEI no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região — Portaria Presi/Secge 232 de 12/07/14. Desenvolvido pelo TRF da 4ª Região em 2009, o SEI passou a ser utilizado pela 1ª Região por meio do Acordo de Cooperação Técnica 5, celebrado entre os TRFs da 1ª e da 4ª Região no dia 25 de junho de 2014.

Para gestão do conhecimento do sistema, foram realizados eventos de capacitação e criados os produtos e serviços: página própria no portal eletrônico do TRF 1ª Região; central de informações com ramal e e-mail próprios; eventos de capacitação para o treinamento prático e a utilização do sistema, no Centrejufe, no Tribunal, e em toda a 1ª Região.





## **SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (e-Siest)**

Em 2014, foi implantado o Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest, que tem como objetivo organizar e manter disponíveis aos magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região informações institucionais relevantes sobre o Tribunal e suas seções e subseções judiciárias. Foram realizados treinamentos presenciais e a distância, por videoconferência, para as demais seções judiciárias, para utilização do sistema.

O e-Siest é baseado na metodologia de desenvolvimento e estruturação das informações Business Intelligence (BI), que tem como princípio permitir a fácil interpretação de grande volume de dados como ferramenta de auxílio à gestão e à tomada de decisões gerenciais.

A iniciativa segue a política de transparência instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), que, em diversas normas, exigem a divulgação de dados institucionais e estatísticos dos tribunais.

O e-Siest consolida os dados dos sistemas processuais em todas as bases de dados distribuídas nas seções, subseções e no TRF 1ª Região em repositório único central e independente. Sendo assim, por meio de pré-processamentos efetuados nos dados, é possível obter as informações desejadas de forma ágil e consistente, permitindo o cruzamento de informações complexas em apenas alguns segundos.

Entre as características do sistema, destacam-se as facilidades de acesso, a integração de dados, a independência dos gabinetes na seleção dos dados para extração de relatório e gráficos estatísticos, a segurança e confiabilidade das informações. Por meio do e-Siest é possível o acompanhamento e a análise do cumprimento das metas 2014 do CNJ de 1º e 2º grau; o acesso ao relatório “Justiça Aberta” referente ao acervo processual dos magistrados de 2º grau e, ainda, a automatização da extração dos dados que subsidiam os processos de promoção de juízes substitutos a titulares.

Ao exibir os relatórios é possível, além de obter dados consolidados, particularizá-los até o nível de relação de processos nos gabinetes, com *link* de acesso à consulta processual dos feitos listados.



Tela inicial e tela de relatório do e-Siest.

Como ferramenta gerencial, auxilia no trabalho de organização e triagem dos processos nos gabinetes, possibilitando a confecção de pautas temáticas para as sessões de julgamentos das turmas especializadas do Tribunal.

A par de sua simplicidade de utilização, o e-Siest conta com manual de utilização, contendo instruções pormenorizadas disponível no Portal do Tribunal, na internet, menu “Publicações, Manuais”.

### **BIBLIOTECA DIGITAL DO TRF 1ª REGIÃO**

A Biblioteca Digital – BD do TRF 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Secge 217/2014, tem como finalidade reunir, armazenar, disponibilizar e divulgar, em meio digital, documentos, atos e publicações da Justiça Federal da 1ª Região em acervos específicos, unificando ferramentas de pesquisa em uma única base de dados.

Para o desenvolvimento da BD foi utilizado *software* livre, gerando economia de tempo e recursos financeiros do Tribunal. Em uma única base de dados, o Tribunal e todas as seccionais vinculadas podem disponibilizar ao público seus documentos oficiais e publicações em geral.

O conteúdo da Biblioteca Digital é organizado em coleções e dispõe de espaço para registro, divulgação e publicação de boas práticas realizadas no ambiente de trabalho, incrementando a gestão de conhecimento na 1ª Região, bem como a publicação de produção intelectual de magistrados e servidores da Casa.

### **SISTEMA ELETRÔNICO DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (SEPUBLIC)**

A Resolução Presi 25 de 05/12/2014, alterada pela Resolução Presi 27 de 15/12/2014, instituiu o Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos – Sepublic da Justiça Federal da 1ª Região, desenvolvido para otimizar o envio à publicação de todos os



atos judiciais e administrativos da Justiça Federal da 1ª Região — Tribunal, seções e subseções judiciárias — a serem veiculados ordinariamente no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, em formato eletrônico. Os documentos são consolidados e disponibilizados em cadernos administrativo e judicial, no Portal da Justiça Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)). O caderno administrativo é único, reunindo todos os atos administrativos da 1ª Região, enquanto os cadernos judiciais têm disponibilização distinta para o Tribunal e para cada seccional, havendo, portanto, 15 cadernos.

O Sepublic substituiu, gradativamente, as publicações realizadas pela imprensa nacional. O sistema é bastante simples e não houve problema no processo de mudança. Todas as unidades publicadoras receberam treinamento por um tutorial em vídeo, e a Biblioteca ficou disponível para eventuais dúvidas e cadastramento dos servidores que utilizariam o sistema. A implantação do Sepublic trouxe economia substancial para o Tribunal: *software* livre, extinção do contrato com a Imprensa, com custo estimado na ordem de 6 milhões/ano e treinamento por meio de vídeo disponibilizado na intranet para, aproximadamente, 1.300 servidores que publicam matérias judiciais e administrativas no e-DJF1.

Entre as funcionalidades do sistema eletrônico de publicação, destaca-se a possibilidade de recuperar na base de dados da Biblioteca Digital do TRF 1ª Região, os atos administrativos inseridos pelas unidades publicadoras, a qualquer tempo, por meio de diversos parâmetros de pesquisa. Os atos judiciais, por sua vez, podem ser consultados pela data de disponibilização, por nome, parte, número de processo nos cadernos consolidados no portal do TRF 1ª Região.

### **DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL DAS SECCIONAIS DA 1ª REGIÃO**

Em 2014, foi desenvolvido o Diagnóstico Organizacional das seções judiciárias da 1ª Região — fruto de visitas técnicas feitas por servidores do Tribunal às seccionais. O diagnóstico objetivou analisar a situação funcional, estrutural e organizacional das seções judiciárias vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região em relação aos temas estratégicos de alinhamento e integração, buscando assegurar atuação sistêmica na Justiça Federal, bem como de eficiência operacional para aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa, nos termos do Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2010/2014 (Resolução CJF 194, de 20/07/2012).

Para finalizar o trabalho, foi realizada, no dia 15 de abril de 2014, videoconferência com os diretores de administração das seções judiciárias da 1ª Região. O objetivo foi apresentar o diagnóstico organizacional das seccionais, incluído como anexo no Relatório de Transição da gestão do Tribunal.

### **REALINHAMENTOS ORGANIZACIONAIS REALIZADOS EM 2014**

Em 2014 foram promovidos pequenos ajustes na estrutura organizacional do Tribunal e das seções e subseções judiciárias, com recursos das próprias unidades, mediante transformação/fusão de funções existentes, ou previstos na Lei 12.011/2009, não implicando aumento da despesa de pessoal, destacando-se:



– Resolução Presi/Secge 4 de 24/2/2014: redefiniu os quadros de cargos efetivos e de funções comissionadas das 25 turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, criadas pela Lei 12.665/2012;

– Resolução Presi/Secge 5 de 06/02/2014: com o advento da Lei 12.011/2009, que criou 94 varas federais na 1ª Região sem o proporcional aporte de cargos efetivos e funções comissionadas para a área meio, não foi possível manter, na instalação das novas subseções judiciárias, os padrões anteriormente estabelecidos pela Resolução 600-8/2009 às subseções judiciárias já instaladas à época, por insuficiência de recursos. Dessa forma, as subseções judiciárias da 1ª Região, novas e antigas, foram reorganizadas em novos padrões para funcionamento de suas áreas cartorárias e administrativas;

– Resolução Presi/Secge 10 de 29/04/2014: com o início da nova gestão e a fixação das prioridades para o biênio 2014/2016, entre elas a virtualização judicial e administrativa, houve considerável alteração da área de tecnologia da informação;

– Resoluções Presi/Secge 21 de 03/10/2014 e 31 de 29/12/2014: para a efetiva implantação dos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Processo Administrativo Eletrônico (PAe), verificou-se a necessidade de criação das seguintes áreas:

- Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico;
- Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico.

## **CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA**

O Tribunal instituiu controle eletrônico de frequência com a utilização de equipamentos de registro biométrico de identificação por impressão digital, colocando termo em assunto que vem sendo estudado e discutido desde o ano de 2011, por exigência imposta pelo Tribunal de Contas da União.

No decorrer do ano, foram envidados esforços a fim de superar as dificuldades técnicas para efetiva implantação do sistema adquirido em 2010. Ocorreram adaptações, ajustes, fase de testes, cadastramento biométrico e intensa movimentação das áreas diretamente envolvidas.

O controle eletrônico de frequência, regulamentado pela Resolução Presi 28, permitiu a implantação do banco de horas, com a finalidade de registrar, de forma individualizada, as horas trabalhadas pelo servidor para fins de cumprimento de jornada, assim como as horas-débito e horas-crédito para fins de compensação ou fruição futura.

Implantou-se um novo conceito de controle de jornada de trabalho, com maior autonomia para gestores e servidores no que tange ao cumprimento de horário de trabalho e compensações de eventuais horas que não atinjam ou que excedam a jornada regulamentar. O sistema permite a verificação diária das marcações efetuadas, a realização de justificativas para as ausências de marcações e a emissão de relatórios individualizados ou por unidade gestora.

## **JEF - PROJETO MELHORAÇÃO**

Em continuidade às atividades previstas no Projeto MELHORAÇÃO, instituído em 26 de junho de 2013, cujo objetivo é o desenvolvimento de ações de melhoria para resolução



de problemas comuns aos JEFs, mediante a participação de todos os envolvidos, com a integração e o compartilhamento de boas práticas em ambiente virtual *Moodle*, a Coordenação dos Juizados Especiais Federal da 1ª Região realizou, nos dias 10 e 11 de abril, o Encontro dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (JEFs). O evento teve o objetivo principal de apresentar e avaliar os resultados do Projeto MELHORAÇÃO e permitir o intercâmbio de experiências entre magistrados e servidores que atuam nos JEFs da 1ª Região.

A avaliação final do projeto indicou que os resultados atingidos com o MELHORAÇÃO foram exitosos e todas as metas traçadas foram atingidas. Entre outros aspectos, a iniciativa conseguiu: reduzir as distâncias entre os juizados e as turmas recursais, implementar 20 ações de melhoria, criar indicadores de gestão para acompanhar o funcionamento dos JEFs e divulgar, por meio de livro virtual e exposição, a história dos juizados.

A primeira ação foi o lançamento do livro virtual *Olhares do JEF*, livro vivo que possibilitará permanente atualização, disponível no Portal do TRF 1ª Região, no menu JEF, que reúne informações sobre a história dos juizados, com texto dinâmico, vídeos e fotos. Apresenta, também, os planos de ação desenvolvidos pelas equipes dos juizados durante o Projeto MELHORAÇÃO, além de boas práticas de comprovada eficiência.

Foram também apresentados os resultados da pesquisa o “JEF QUE QUEREMOS”, instrumento de avaliação e acompanhamento da situação dos JEFs e das turmas recursais da 1ª Região. O sistema automatizado de avaliação tem por objetivos identificar a situação atual de cada uma das unidades para obtenção de indicadores de desempenho e possibilitar a implementação de melhorias em busca da situação ideal de funcionamento desses órgãos julgadores.

O resultado do “JEF QUE QUEREMOS” foi traduzido em forma de dois indicadores globais: o índice de gestão de vara JEF (IGV-JEF) e o índice de turma recursal (IGTR) e sete fatores avaliados, a saber:

1. ambiente físico;
2. serviços oferecidos;
3. condição de funcionamento;
4. condições de trabalho;
5. prioridade de julgamento;
6. tempo de tramitação processual;
7. situação do acervo em tramitação.

O indicador, que varia de 0 a 1, é exibido por órgão julgador e apresenta informações comparativas com os demais órgãos de JEF da 1ª Região.

Os três primeiros classificados nos índices globais foram:

- a) IGV-JEF – Índice de Gestão de Vara – JEF:
  1. 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais;
  2. 22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia;
  3. 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia;



b) IGTR – Índice de Gestão de Turma Recursal:

1. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso;
  2. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre;
  3. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas.
- Quanto aos fatores avaliados, os resultados são apresentados no quadro seguinte.

QUADRO 37  
Fatores avaliados

FATOR	1º LUGAR JEF (*)	1º LUGAR TR (*)
Ambiente físico – indicadores que avaliam a adequação das condições físicas para atendimento ao jurisdicionado	Vara Única da SSJ de Tabatinga/AM	TR da SJ do Distrito Federal
Serviços oferecidos – indicadores que avaliam a adequação dos serviços oferecidos ao jurisdicionado	22ª Vara da SJ da Bahia	TR da SJ de Mato Grosso
Condições de funcionamento – indicadores que possibilitam a verificação das condições de funcionamento do JEF/TR, inclusive a relacionada à participação dos órgãos auxiliares	33ª Vara da SJ de Minas Gerais	TR da SJ de Mato Grosso
Condições de trabalho – indicadores que possibilitam a verificação da estrutura física do JEF/TR, do quadro de pessoal e do canal de comunicação interno	Vara Única da SSJ de Bom Jesus da Lapa/BA	TR da SJ do Piauí
Prioridade de julgamento – indicadores que mensuram o cumprimento das determinações legais relativas à prioridade de julgamento	Vara Única da SSJ de Tabatinga/AM; Vara Única da SSJ de Tefé/AM; Vara Única da SSJ de Bom Jesus da Lapa/BA; Vara Única da SSJ de Juazeiro/BA; 21ª Vara da SJ da Bahia; 22ª Vara da SJ da Bahia; 13ª Vara da SJ de Goiás; 2ª Vara da SSJ de Divinópolis; Vara Única da SSJ de Ponte Nova/MG; 2ª Vara da SSJ de Pouso Alegre/MG; 33ª Vara da SJ de Minas Gerais; 6ª Vara da SJ de Mato Grosso; Vara Única da SSJ de Paragominas/RO; Vara Única da SSJ de Guajará-Mirim/RO; 4ª Vara SJ de Rondônia	TR da SJ de Mato Grosso



FATOR	1º LUGAR JEF (*)	1º LUGAR TR (*)
Tempo de tramitação processual – indicador para verificar a adoção de procedimentos relativos à redução do acervo processual. Congestionamento entendido onde o fluxo processual fica lento, onde há maior dificuldade	Vara Única da SSJ de Tefé/AM; Vara Única de Teófilo Otoni/MG	TR da SJ de Mato Grosso
Situação do acervo em tramitação – indicador que avalia a quantidade processos antigos na unidade jurisdicional	Vara única da SSJ de Tabatinga/AM; 6ª Vara da SJ do Amazonas; 21ª Vara da SJ da Bahia; 22ª Vara da SJ da Bahia; 26ª Vara da SJ do Distrito Federal; Vara única da SSJ de Aparecida de Goiânia/GO; 13ª Vara da SJ de Goiás; Vara única da SSJ de Teófilo Otoni/MG; 2ª Vara da SSJ de Divinópolis/MG; 1ª Vara da SJ de Minas Gerais; 4ª Vara da SSJ de Uberlândia/MG; 29ª Vara da SJ de Minas Gerais; 31ª Vara da SJ de Minas Gerais; 32ª Vara da SJ de Minas Gerais; 33ª Vara da SJ de Minas Gerais; 6ª Vara da SJ do Mato Grosso; 8ª Vara da SJ do Pará; 10ª Vara da SJ do Pará; 7ª Vara do Piauí; 4ª Vara da SJ de Rondônia	TR da SJ do Acre; TR da SJ de Mato Grosso; TR da SJ do Piauí; TR da SJ de Rondônia; TR da SJ Roraima

(\*) Consideradas as ocorrências de empates.

## SISTEMA NORMATIVO

O sistema normativo da 1ª Região assegura o eficiente conhecimento das políticas e objetivos estabelecidos para a 1ª Região, permitem a operacionalização e a divulgação de decisões proferidas pelos colegiados do Tribunal, a fixação das competências administrativas das unidades, a uniformização de procedimentos e métodos de trabalho, a transferência de conhecimentos e a racionalização de recursos.

Em 2014, foram publicadas as seguintes normas:

### QUADRO 38 Resoluções

Resolução	Assunto
Presi/Secge 1 de 10/01	Dispõe sobre a localização de turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região
Presi/Secge 2 de 15/01	Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região e dá outras providências



Resolução	Assunto
Presi/Secoi 3 de 27/01	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)
Presi 4 de 06/02	Redefine os quadros de cargos efetivos e de funções comissionadas das turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região
Presi 5 de 06/02	Dispõe sobre a padronização dos quadros de função comissionada das áreas cartorárias e administrativas das subseções judiciárias da 1ª Região
Presi 6 de 04/04	Dispõe sobre a especialização das 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Varas Federais da Seção Judiciária do Piauí
Presi 7 de 23/04	Dispõe sobre a especialização da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e naqueles praticados por organização criminosa
Presi 8 de 23/04	Altera a Resolução Presi/Cenag 15/2013
Presi/Secbe 9 de 23/04	Aprova novo Regulamento Geral do Pro-Social e revoga a Resolução Presi/Secbe 31 de 18/12/2013
Presi/Diges 10 de 29/04	Altera a Resolução Presi/Cenag 15 de 01/08/2013 e a Resolução Presi/Secge 8 de 23/04/2014, que dispõem sobre a estrutura organizacional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi 11 de 14/05	Altera a Resolução Presi/Secge 6/2014, que dispõe sobre a especialização das 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Varas Federais da Seção Judiciária do Piauí
Presi/Secoi 12 de 22/05	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)
Presi/Secbe 13 de 23/05	Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Pro-Social
Presi/Coger/Cojef 14 de 11/06	Autoriza a delegação para a prática de alguns atos ordinatórios aos diretores de Secretaria de vara da Justiça Federal da 1ª Região, independentemente de despacho do juiz federal ou juiz federal substituto
Presi/Secbe 15 de 16/07	Altera a Resolução Presi/Secbe 30 de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para a cobertura de despesas com órteses, próteses e/ou materiais especiais médico-odonto-hospitalares (OPMEs), exclusivamente para procedimentos cirúrgicos, no âmbito do Tribunal e das seccionais
Presi 16 de 03/09	Institui o Processo Administrativo Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região – PAe e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento
Presi 17 de 19/09	Dispõe sobre o Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região
Presi 19 de 30/09	Amplia a competência de JEFs adjuntos especializados em previdenciário e criminal
Presi 21 03/10	Cria o Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico e Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico
Presi 22 de 27/11	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais com fundamento na Resolução CNJ 185/2013
Presi 23 de 01/12	Dispõe sobre a instituição de Câmaras Regionais Previdenciárias para atuar, descentralizadamente, em julgamento de feitos previdenciários nas Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais
Presi 24 de 05/12	Regulamenta as indenizações a magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região em mudança de domicílio por interesse do serviço, referente a ajuda de custo, transporte de mobiliário e bagagens e fornecimentos de passagens
Presi 25 de 05/12	Dispõe sobre o Sistema de Publicação dos atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região





Resolução	Assunto
Presi 26 de 12/12	Altera a Resolução Presi/Cenag 17/2013, que dispõe sobre a extinção de especialidades da área de apoio e área administrativa, dos cargos de técnico judiciário e de auxiliar judiciário do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi 27 de 15/12	Altera a Resolução Presi 25 de 05/12/2014, que dispõe sobre o Sistema de Publicação de Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região
Presi 28 de 16/12	Regulamenta o expediente e a jornada de trabalho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, institui o controle eletrônico de frequência e o banco de horas
Presi 29 de 17/12	Dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das seções e das subseções judiciárias
Presi 30 de 18/12	Altera o Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, aprovado pela Resolução Presi 17 de 19/12/2014
Presi 31 de 29/12	Altera os anexos I e II da Resolução Presi 21 de 03/10/2014 para adequar a estrutura do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico e corrigir erro material na estrutura da Diretoria-Geral

### QUADRO 39 Portarias

94

Portaria	Ementa
Cojef 10 de 25/09	Dispõe sobre a composição da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região
Presi/Secge 11 de 17/01	Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA e dá outras providências
Presi/Secge 12 de 17/01	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Itabuna/BA e dá outras providências
Presi/Secge 23 de 23/01	Dispõe sobre a instalação da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia e dá outras providências
Presi/Secor 25 de 30/01	Fixa, com efeitos a partir de 01/01/2014, o valor do auxílio financeiro das bolsas de estágio em R\$ 820,00 para estudantes de nível superior e em R\$ 540,00 para estudantes de nível médio do Tribunal, bem como fixa, com efeitos a partir de 01/01/2014, o valor do auxílio-transporte em R\$ 8,00 por dia para os estagiários do Tribunal
Presi/Secge 30 de 31/01	Institui comissão para realizar estudos e verificar o impacto, na Justiça Federal da 1ª Região, das mudanças propostas pelo CNJ em audiência em consultas públicas
Presi/Asmag 33 de 06/02	Regulamenta procedimentos relacionados ao Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secbe 34 de 10/02	Regulamenta o Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, bem como os procedimentos em caso de acidente em serviço no TRF 1ª Região
Presi/Secbe 35 de 14/02	Regulamenta a exigência de exames médicos admissionais para fins de posse em cargo público na Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secge 36 de 17/02	Dispõe sobre a instalação da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão e dá outras providências
Presi/Secge 37 de 17/02	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Varginha/MG e dá outras providências
Presi 44 de 10/01	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Portaria	Ementa
Presi/Secge 45 de 24/02	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia e dá outras providências
Presi/Secge 56 de 28/02	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal dos Estados do Amazonas e de Roraima e dá outras providências
Presi/Secge 57 de 05/03	Declara luto oficial, por três dias, no Tribunal Regional Federal, seções e subseções judiciárias da 1ª Região, em decorrência do falecimento do excelentíssimo desembargador federal Leomar Amorim, ocorrido no dia 5 de março, em São Paulo/SP
Diges/Secre 70 de 30/01	Determina a quantidade e o valor de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação lato e stricto sensu no Tribunal Regional Federal, seções e subseções judiciárias da 1ª Região e estabelece diretrizes
Presi/Secge 71 de 19/03	Dispõe sobre a instalação da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão e dá outras providências
Presi/Secge 73 de 24/03	Dispõe sobre a instalação das 2ª e 3ª Turmas Recursais Permanentes dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal e dá outras providências
Presi/Secge 74 de 24/03	Dispõe sobre a instalação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão e dá outras providências
Presi/Secge 76 de 24/03	Institui a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e regulamenta a publicação de atos administrativos neste meio de divulgação
Presi/Secge 78 de 25/03	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso e dá outras providências
Presi/Secge 80 de 31/03	Designa o diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia para representar o TRF da 1ª Região no ato que formalizará a escritura de doação de um terreno pelo município de Vitória da Conquista/BA
Presi/Secge 81 de 31/03	Dispõe sobre a implementação da Resolução Presi/Secge 4/2014, que trata da organização das turmas recursais permanentes, bem como sobre a implementação da Resolução Presi/Secge 5/2014, que trata da organização das subseções judiciárias
Presi/Secge 85 de 03/04	Dispõe sobre a instalação da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia e dá outras providências
Presi/Cojef 91 de 09/04	Institui revista eletrônica de cunho técnico-científico destinada ao segmento do JEF da 1ª Região
Presi/Secge 101 de 24/04	Estabelece procedimentos necessários para a realização de eventos regionais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secge 102 de 25/04	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Anápolis/GO e dá outras providências
Presi/Secge 103 de 25/04	Institui o Sistema de Informações e Estatística do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências
Presi/Secge 135 de 30/04	Dispõe sobre a instalação da Subseção Judiciária de Corrente/PI
Presi/Secge 136 de 30/04	Revoga a Portaria Presi/Secge 101 de 24/04/2014, que estabelece procedimentos para realização de eventos regionais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secor 141 de 30/04	Institui o e-Orçamento, Sistema de Controle da Execução Orçamentária, integrante do e-Admin, Sistema de Gestão Administrativa Integrada, destinado ao acompanhamento e controle da execução orçamentária da 1ª Região
Presi/Secge 147 de 05/05	Delega à excelentíssima senhora vice-presidente desta Corte, desembargadora federal Neuza Alves, competência para decidir sobre a admissibilidade e os pedidos de efeito suspensivo de recursos especiais e de recursos extraordinários oriundos da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas) do Tribunal
Presi 148 de 08/05	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Portaria	Ementa
Presi/Secge 161 de 12/05	Dispõe sobre o controle de frequência dos servidores do TRF 1ª Região
Presi 169 de 15/05	Designa, ad referendum do Conselho de Administração, a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso para exercer a função de coordenadora do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secbe 185 de 23/05	Dispõe sobre o Tratamento Fora do Domicílio – TFD no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secbe 186 de 23/05	Dispõe sobre a Assistência Domiciliar à Saúde – Home Care no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secbe 187 de 23/05	Regulamenta a utilização do serviço de assistência de pronto socorro móvel de emergências e urgências médicas – UTI móvel terrestre e UTI móvel aérea – aos beneficiários do Pro-Social
Presi/Secge 198 de 06/06	Dispõe sobre alteração nas jurisdições das Subseções Judiciárias de Altamira/PA, Itaituba/PA e Santarém/PA
Presi/Secge 209 de 11/06	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí e dá outras providências
Presi/Secge 217 de 20/06	Institui a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e regulamenta a publicação de atos administrativos neste meio de divulgação
Presi/Secbe 222 de 03/07	Dispõe sobre o processo eletivo para escolha dos representantes dos servidores ativos e inativos no Conselho Deliberativo do Pro-Social
Presi/Secge 247 de 22/07	Regulamenta procedimentos de instrução de ajuda de custo de magistrados e servidores da 1ª Região
Diges/Secre 249 de 11/04	Concede progressão funcional aos servidores relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal, com observância das respectivas vigências
Presi/Secge 249 de 25/07	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi/Secge 259 de 05/08	Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Contagem/MG e dá outras providências
Presi/Secge 260 de 06/08	Dispõe sobre a instalação da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão e dá outras providências
Presi/Secge 280 de 18/08	Altera a Portaria Presi/Secge 232 de 12/07/2014, que institui a comissão de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região
Presi/Secge 301 de 03/09	Dispõe sobre a instalação da 2ª Turma Recursal do Amapá e do Pará e dá outras providências
Presi/Secge 302 de 03/09	Dispõe sobre a instalação da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária Pará e dá outras providências
Presi/Secge 310 de 08/09	Dispõe sobre a instalação da Subseção Judiciária de Balsas/MA e dá outras providências
Presi 328 de 25/09	Dispõe sobre a instalação da Subseção Judiciária de Ituiutaba/MG
Presi 332 de 26/09	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, com estrutura permanente
Presi 335 de 02/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Maranhão e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 336 de 02/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Pará e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 337 de 02/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária de Rondônia e nas subseções judiciárias vinculadas



Portaria	Ementa
Presi 338 de 02/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Amazonas e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 362 de 17/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária de Mato Grosso e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 363 de 17/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária de Roraima e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 366 de 21/10	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi 369 de 23/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária de Goiás e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 372 de 28/10	Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima e dá outras providências
Presi 373 de 28/10	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Tocantins e dá outras providências
Presi 375 de 29/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária de Minas Gerais e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 376 de 26/10	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Piauí e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 382 de 31/10	Dispõe sobre a instalação da Subseção Judiciária de Janaúba/MG
Presi 387 de 04/11	Padroniza os quadros de estagiários e terceirizados nos gabinetes dos desembargadores federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi 391 de 06/11	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária da Bahia e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 392 de 06/11	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Acre e na Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul
Presi 393 de 06/11	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Amapá e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 395 de 06/11	Dispõe sobre a implantação do PAe/SEI na Seção Judiciária do Tocantins e nas subseções judiciárias vinculadas
Presi 398 de 07/11	Estabelece o funcionamento dos serviços essenciais da área administrativa durante o recesso forense de 2014/2015
Presi 408 de 13/11	Dispõe sobre a instalação da Subseção Judiciária de Poços de Caldas/MG e dá outras providências
Presi 410 de 14/11	Institui o serviço de inspeção de pessoas, cargas e volumes por meio de equipamentos detectores de metais fixos e portáteis, scanners de raios-X e verificação visual destinados ao controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi 419 de 18/11	Dispões sobre a escala de férias do 1º semestre de 2015 dos desembargadores federais da 1ª Região
Presi 421 de 18/11	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, com estrutura permanente
Presi 422 de 18/2011	Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG e dá outras providências
Presi 467 de 17/12	Regulamenta procedimentos relacionados ao Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Diges/Secge 542 de 12/08	Institui grupo de trabalho responsável pela elaboração e consolidação do Relatório de Gestão da Justiça Federal da 1ª Região referente ao exercício de 2014



## QUADRO 40

### Provimentos Coger

Provimento	Assunto
105 de 23/01	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA, de competência geral com juizado especial federal adjunto
106 de 27/01	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Itabuna/BA, com juizado especial federal adjunto
107 de 19/01	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, especializada em juizado especial federal cível, com processos exclusivamente virtuais
108 de 31/01	Altera os arts. 122, § 1º, I, do Provimento Coger 38 de 12/06/2009, que dispõe sobre a possibilidade da exclusão de processos das inspeções ordinárias, e acrescenta parágrafos e incisos ao seu art. 200
109 de 06/02	Dá nova redação aos arts. 42; 103; 111; 123; 207, §2º; 347 a 353, todos do Provimento Geral 38 de 12/06/2009
110 de 06/02	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, especializada em juizado especial federal cível com processos exclusivamente virtuais
111 de 20/02	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Varginha/MG, com juizado especial federal adjunto
112 de 10/03	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da extinção da Turma Recursal de Roraima e instalação da Turma Recursal Única do Amazonas e Roraima
113 de 17/03	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, especializada em juizado especial federal cível com processos exclusivamente virtuais
114 de 17/03	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 2ª e 3ª Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal
115 de 24/03	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão
116 de 03/04	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia
117 de 12/06	Regulamenta a realização de videoconferência nas seções e subseções judiciárias do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em matéria cível e criminal
118 de 12/05	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Anápolis/GO, com juizado especial federal adjunto
119 de 19/05	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização das 1ª e 3ª Varas Federais da Seção Judiciária do Piauí
120 de 19/05	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização das 2ª e 5ª Varas Federais da Seção Judiciária do Piauí
121 de 07/08	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, com competência cível
122 de 21/08	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da especialização da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e naqueles praticados por organizações criminosas



Provimento	Assunto
123 de 04/09	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias do Amapá e do Pará
124 de 04/09	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, especializada em juizado especial federal cível com processos exclusivamente virtuais
125 de 06/10	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG
126 de 04/11	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima/RR, com competência cível e criminal
127 de 27/11	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG
128 de 25/11	Regulamenta a distribuição e a mudança de acervo do Juizado Especial Federal autônomo para a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, especializada em juizado especial federal cível e criminal

#### QUADRO 41 Portarias Coger

99

Portaria	Assunto
1 de 28/04	Define o período de 2 a 11/06/2014 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Goiás (sede e subseções judiciárias)
2 de 28/04	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Goiás (sede e subseções judiciárias), no período de 2 a 11/06/2014
3 de 30/04	Delega aos juízes federais Lincoln Rodrigues de Faria, Marcelo Velasco Nascimento Albernaz e Rodrigo Navarro de Oliveira as seguintes atribuições: coordenar e acompanhar os trabalhos de consolidação de atos regulamentares da Corregedoria Regional
4 de 30/04	Recompõe comissão para o fim de apresentar proposta de atualização do Provimento Geral Consolidado (Provimento 38, de 12/06/2009)
5 de 20/05	Inclui membro em comissão instituída para o fim de apresentar proposta de atualização do Provimento Geral Consolidado (Provimento 38, de 12/06/2009)
6 de 13/06	Define o período de 21/07 a 01/08/2014 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Maranhão (sede e Subseções Judiciárias de Bacabal, Caxias e Imperatriz)
7 de 13/06	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Maranhão (sede e subseções judiciárias), no período de 21/07 a 01/08/2014
8 de 25/06	Prorroga prazo para comissão apresentar proposta de atualização do Provimento Geral Consolidado (Provimento 38, de 12/06/2009)
9 de 15/07	Define o período de 1 a 05/09/2014 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Tocantins (sede e subseções judiciárias de Araguaína e Gurupi)
10 de 15/07	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Tocantins (sede e subseções judiciárias), no período de 1 a 5 de setembro de 2014
11 de 08/08	Define o período de 16 a 26/09/2014 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal



Portaria	Assunto
12 de 21/08	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal, no período de 16 a 26/09/2014
13 de 17/09	Define o período de 17/11 a 19/12/2014 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Minas Gerais (sede e Subseções Judiciárias de Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Lavras, Manhuaçu, Muriaé, Paracatu, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Unai, Varginha e Viçosa)
14 de 24/09	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Minas Gerais (sede e Subseções Judiciárias), no período de 17/11 a 19/12/2014
15 de 05/12	Define o período de 19/01 a 13/02/2015 para a realização de Correição Geral Ordinária nas Subseções Judiciárias mineiras de Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia e Janaúba
16 de 16/12	Homologa a escala de férias dos juízes federais titulares e substitutos para o primeiro semestre de 2015
17 de 26/12	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária nas Subseções Judiciárias de Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia e Janaúba, no estado de Minas Gerais, no período de 19/01 a 13/02/2014

#### QUADRO 42 Circulares Coger

Circular	Assunto
1 de 13/01	Vitalicimento – solicita aos magistrados que informem à Corregedoria Regional, no prazo 10 dias, os eventuais impedimentos e suspeições declarados no exercício da magistratura, outras colocações declaradas no exercício da magistratura, ou quaisquer outras que entendam pertinentes, para instrução de processo de vitalicimento, nos termos dos arts. 12 ao 21 da Resolução 17 de 17/12/2007 do TRF1
2 de 28/01	Manual de Declaração de Não Exercício de Atividade Incompatível com a Magistratura e Magistério – Expediente Administrativo TRF1 2007/00606 – DF – Provimento Coger 38
3 de 20/02	Provimento Coger 108 de 31/01/2014 e Provimento Coger 109 de 06/02/2014
4 de 29/01	Marcação de férias e elaboração da escala – 2º semestre/2014
5 de 17/03	Escala de férias – 2º período 2014
6 de 26/03	Dispõe sobre a estatística das varas especializadas no processo e julgamento de crimes de lavagem de bens, direitos ou valores e crimes contra o sistema financeiro
7 de 20/06	Declaração de Não Exercício de Atividade Incompatível com a Magistratura e Magistério - Expediente Administrativo TRF1 n. 2007/00606 – DF – Provimento Coger 38
8 de 18/06	Provimento Coger 109 de 06/02/2014
9 de 17/07	Expediente Administrativo 2014/00763 – MG. Substituição automática – Interpretação do art. 101, §§ 2º e 5º, do Provimento Geral Coger
10 de 17/07	Atualização cadastral dos magistrados
11 de 17/07	Arquivamento de processos somente após intimação das partes acerca da efetivação do depósito de valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor cujos saques independam de alvará
12 de 17/07	Interrupção, suspensão e adiamento de férias – obrigatoriedade de marcação de 60 dias de férias por ano



Circular	Assunto
13 de 17/07	Desnecessidade da comunicação prevista no art. 3º, § 1º, da Resolução CJF 558/2007 nos casos de fixação de honorários periciais acima do limite máximo previsto na tabela do CJF
14 de 04/08	Divulgação da Recomendação CNJ proveniente da Reclamação Disciplinar 0001425-04.2014.2.00.0000
15 de 03/09	Informações relativas ao controle de expedição de alvarás de levantamento, bem como dos originais dos formulários cancelados ou anulados discriminados mês a mês
16 de 03/09	Escala de férias – 1º semestre/2015
17 de 19/09	Marcação de férias e elaboração da escala do 1º semestre/2015
18 de 26/09	Cumprimento da META 4/2014 do CNJ
19 de 26/09	Cumprimento da META 2/2014 do CNJ
20 de 12/10	Divulga modelos de ofícios para solicitar a intercessão da Coger quanto ao cumprimento de cartas precatórias e outras diligências e para responder às solicitações análogas
21 de 13/09	Divulga respostas a consultas sobre registro, distribuição e tramitação de inquérito entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal e às hipóteses de obrigatoria atuação do Poder Judiciário
22 de 16/12	PAe 0000153-36.2014.4.01.8000 – divulga resposta à consulta sobre distribuição de processos sem recolhimento de custas e negativa de distribuição que não estejam instruídos com cópia do CPF/CNPJ e/ou procuração

### QUADRO 43

#### Comissões, comitês, equipes e grupos de trabalho

Portaria	Assunto
Esmaf 1 de 19/09	Institui comissão para planejamento e execução de cursos de juízes
Presi 5 de 10/01	Designa comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação permanente das turmas recursais criadas pela Lei 12.665/2012 na 1ª Região
Presi/Secge 30 de 31/01	Institui comissão para realizar estudos e verificar o impacto, na Justiça Federal da 1ª Região, das mudanças propostas pelo CNJ em audiência em consultas públicas
Presi/Secor 46 de 24/02	Altera a composição do Comitê Técnico de Obras Regionais da 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Secor 149/2013
Diges/Secge 56 de 22/01	Designa servidores para integrarem a comissão criada pela Portaria Presi/Secge 5/2014 para instalação permanente das turmas recursais
Presi/Secge 69 de 11/03	Designa comissão de transição administrativa indicada pela Administração eleita no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, com os seus respectivos interlocutores
Presi/Asrep 98 de 22/04	Designa membros para a comissão de recepção da sessão solene de posse dos novos dirigentes do TRF da 1ª Região
Presi/Secge 140 de 29/04	Designa comissão para instalação de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 e de turmas recursais com estrutura permanente, criadas pela Lei 12.655/2012 na 1ª Região
Diges/Asrep 176 de 05/03	Institui a equipe de trabalho das Assessorias de Comunicação Social (Ascom) e de Representação e Programação Social (Asrep) para atuar, em missão institucional, nos períodos abaixo indicados, no acompanhamento e assessoramento à Presidência e à Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, na organização do cerimonial do velório e enterro do desembargador federal Leomar Amorim que ocorrerá dias 6 e 7 de março, na cidade de São Luís/MA





Portaria	Assunto
Presi/Secge 176 de 16/05	Institui o comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-PJe-TRF1 no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Presi/Secge 181 de 22/05	Altera a Portaria Presi/Cenag 480 de 25/11/2011, que institui a comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução da obra do edifício-sede do TRF 1ª Região
Presi/Secge 182 de 22/05	Designa o presidente da Comissão de Avaliação e Gestão Documental do TRF 1ª Região
Presi/Secge 183 de 22/05	Designa membros para a Comissão de Acervo Jurídico do TRF 1ª Região
Presi/Secge 184 de 22/05	Altera a Composição da Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados da 1ª Região
Presi/Secge 188 de 23/05	Designa membros para a Comissão do Conselho do Colar e da Medalha Ministro Nelson Hungria do TRF 1ª Região
Presi/Secge 192 de 30/05	Designa o presidente da Comissão de Avaliação e Gestão Documental do TRF 1ª Região
Presi/Secge 197 de 30/05	Altera a Portaria Presi/Cenag 199 de 02/05/2011, que instituiu o Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – Coretab1
Presi/Secge 202 de 10/06	Designa os gestores estratégicos das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2014
Presi/Secge 231 de 15/07	Institui o Comitê Gestor Regional do Sistema Eletrônico de Informações – SEI da 1ª Região e dá outras providências
Presi/Secge 232 de 12/07	Institui comissões de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região
Diges/Ascom/Asrep 247 de 03/04	Institui a equipe de trabalho das Assessorias de Comunicação Social (Ascom) e de Representação e Programação Social (Asrep) para atuar, em missão institucional, nos períodos abaixo indicados, no acompanhamento e assessoramento à Presidência e à Diretoria-Geral, na organização, cerimonial, filmagem, fotografia e cobertura jornalística da solenidade de inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Jequié, a ser realizada no dia 6 de abril em Jequié/BA, e de instalação da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, a ser realizada no dia 7 de abril em Salvador/BA
Diges/Secre 249 de 10/04	Institui equipe de trabalho para atuar em missão institucional
Diges/Secre 251 de 04/04	Institui a Comissão de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão de Bens Móveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi/Secge 271 de 31/07	Altera a Portaria Presi/Cenag 199 de 02/05/2011, que instituiu o Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – Coretab1
Presi/Secge 280 de 18/08	Altera a Portaria Presi/Secge 232 de 12/07/2014, que institui a comissão de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região
Diges/Secre 288 de 14/04	Concede progressão funcional aos servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal, com observância das respectivas vigências
Presi 305 de 05/09	Institui Comissão de Gestão do Projeto de Implantação do Sistema de Publicação de Atos Judiciais da Justiça Federal da 1ª Região
Presi 312 de 09/09	Dispensa, a pedido, o presidente da Comissão de Avaliação e Gestão Documental do TRF 1ª Região
Presi 315 de 16/09	Institui comissão para atuar em processo administrativo disciplinar
Presi 331 de 26/09	Institui comissão para atuar em Processo Administrativo Disciplinar: Neuza Maria Gomes Ortiz, Elvécio Martins Soares Souto e Agnaldo Dias de Souza
Presi 400 de 07/11	Designa os seguintes desembargadores federais para integrarem a Comissão Permanente de Jurisprudência: Reynaldo Fonseca, presidente; Hilton Queiroz, membro efetivo; Ângela Catão, membro efetivo; e Marcos Augusto de Sousa, suplente



Portaria	Assunto
Presi 413 de 17/11	Institui equipe de trabalho para atuar em comissão de sindicância
Presi/Secge 416 de 26/05	Institui comissão de gestão do projeto de construção da sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Presi 417 de 18/11	Altera a Portaria/Presi/Secge 17/06/2014, que institui o Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-Pje-TRF1 no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, que passa a vigorar consolidada com a Portaria Diges/Secin 455/2014, que institui o grupo de trabalho Permanente do PJe
Diges 426 de 02/06	Institui equipe de trabalho para atuar em missão institucional
Presi 440 de 01/12	Altera a composição da Comissão para o planejamento e acompanhamento das ações relativas à efetiva implantação dos procedimentos de operacionalização de pagamentos na assistência judiciária gratuita no âmbito da 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Cenag 511, de 15/11/2011, alterada pela Portaria Presi/Cenag 338, de 26/09/2012
Presi 441 de 01/12	Altera a composição do Comitê Técnico de Obras Regionais da 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Secor 46/2014
Presi 442 de 01/12	Institui grupo de trabalho para apoiar a implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias criadas pela Resolução Presi 23 de 01/12/2014
Presi 463 de 15/12	Designa membros para a Comissão de Recepção da Sessão Solene de Posse de Desembargadores Federais no TRF 1ª Região
Diges/Secge 510 de 22/07	Institui grupo de trabalho para atualizar a proposta de regulamentação e uniformização de procedimentos cartorários no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Diges/Nupad 526 de 04/08	Institui equipe de trabalho para atuar em comissão de sindicância
Diges/Secad 541 de 12/08	Institui comissão permanente de licitação
Diges 629 de 30/09	Institui comissão de aperfeiçoamento de licitações e contratos
Diges 664 de 15/10	Constitui Comissão Especial de Inventário de Bens Móveis – 2014
Diges 731 de 24/11	Institui equipe de trabalho para participar do SEI Federação, bem como realizar visitas técnicas às unidades administrativas na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Diges 789 de 12/12	Institui grupo de trabalho responsável pela elaboração do Relatório de Atividades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região referente ao exercício de 2014

## ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR

Em continuidade aos trabalhos de articulação com o Poder Legislativo, o Tribunal, de acordo com a determinação do presidente, acompanhou o andamento dos assuntos de interesse da 1ª Região naquela Casa, buscando dar maior celeridade aos temas prioritários. Com o mesmo objetivo, fez-se presente no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Há que se destacarem os seguintes acompanhamentos:

- diversas ações empreendidas no intuito de aumentar os valores das rubricas referentes ao Amos – Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, bem como evitar ou diminuir as perdas com cancelamentos em créditos suplementares ou extraordinários;
- criação de varas federais em localidades como Rondonópolis, Araguaína e Palmas, no âmbito do CNJ;



- elaboração de emendas e gestão junto às bancadas regionais do Congresso Nacional do Ploa 2015;
- gestão junto ao Governo Federal para elaboração do decreto de desapropriação de imóvel de interesse da Justiça Federal de Guajará-Mirim/RO.

Registrou-se, no período de 2014, o acompanhamento de projetos de lei e de emendas constitucionais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme quadro demonstrativo abaixo.

**QUADRO 44**  
Matérias acompanhadas no Congresso Nacional

Matérias	Quantidade
PECs	52
Projetos de lei	56
Crédito suplementar	2
Crédito especial	2
<b>Total</b>	<b>112</b>

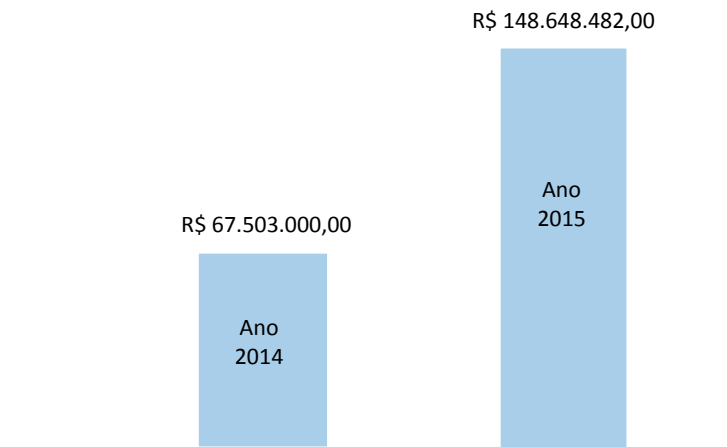
Importante salientar que o Tribunal apoiou a Justiça Federal de 1º grau e alavancou, para o orçamento de 2015, mais de 100% a mais que o orçamento de 2014, bem como obteve valor superior a 330% ao orçamento de 2014 para o TRF 1ª Região, conforme os quadros e gráficos a seguir.

**QUADRO 45**  
Emendas aprovadas ao projeto de orçamento da  
Justiça Federal da 1ª instância (R\$)

Ação	Orçamento de 2014	Orçamento de 2015
Projetos	67.203.000,00	124.678.482,00
Amos	200.000,00	23.100.000,00
Julgamento de causas	100.000,00	870.000,00
<b>Total</b>	<b>67.503.000,00</b>	<b>148.648.482,00</b>



**GRÁFICO 19**  
Emendas aprovadas ao projeto de orçamento da Justiça Federal da 1ª instância (R\$)

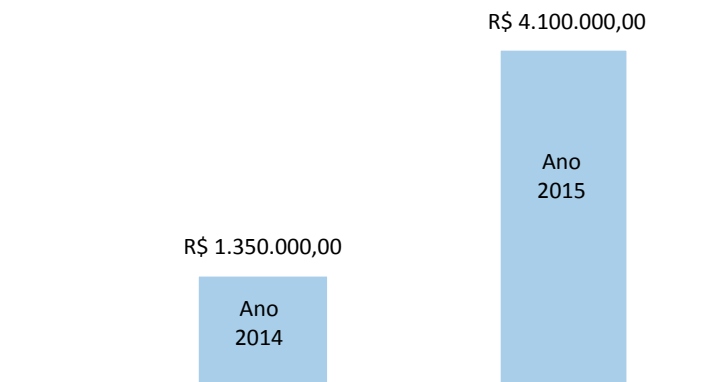


105

**QUADRO 46**  
Emendas aprovadas ao projeto de orçamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (R\$)

Ação	Orçamento de 2014	Orçamento de 2015
Projetos	1.350.000,00	–
Amos		100.000,00
Julgamento de causas	–	4.000.000,00
<b>Total</b>	<b>1.350.000,00</b>	<b>4.100.000,00</b>

**GRÁFICO 20**  
Emendas aprovadas ao projeto de orçamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (R\$)





Abaixo seguem informações dos projetos de lei e das emendas constitucionais que se encontram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e projetos de lei complementar que não sofreram qualquer andamento no ano de 2014 não constam neste relatório.

**QUADRO 47**  
**Proposta de Emenda à Constituição (PEC)**  
**Câmara dos Deputados**

PEC	Ementa	Última tramitação
544/2002	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões	Transformada na Emenda Constitucional 73/2013
358/2005	Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências. Inclui a necessidade de permanência de 3 anos no cargo para que o magistrado tenha direito à vitaliciedade na função; proíbe a prática de nepotismo nos Tribunais e Juízos; altera a composição do STM e inclui competências para o STF e STJ; institui a “súmula impeditiva de recursos”, a ser editada pelo STJ e TST – Reforma do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988	06/02/2014 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento 9.394/2014, pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: “Requer, nos termos do § 6º do art. 114, XIV do Regimento da Câmara dos Deputados a inclusão na Ordem do Dia da PEC 358 de 2005”
128/2007	Dá nova redação aos arts. 94, 101, 104, 107, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura de membros do Poder Judiciário	01/09/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Devolvido ao relator, dep. Gabriel Guimarães (PT-MG), para reexame
184/2007	Dispõe sobre as polícias judiciárias da União e dos estados e dá outras providências	18/12/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Devolvida sem manifestação
210/2007	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público	13/02/2014 – Plenário (Plen). Apresentação do Requerimento 9.510/2014, pelo deputado João Campos (PSDB-GO), que: “Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC 210/2007, que “Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público”
519/2010	Altera redação das disposições do Capítulo III do Título III da Constituição Federal. Reformula o Poder Judiciário	18/12/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Devolvida sem manifestação
17/2011	Dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal	06/08/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Retirada de pauta, de ofício, por acordo



PEC	Ementa	Última tramitação
25/2011	Dá nova redação ao inciso I do art. 93 e ao § 3º do art. 129, ambos da Constituição Federal, para exigir dos candidatos ao ingresso na magistratura e promotoria de justiça cinco anos de efetiva prática forense	13/10/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Parecer do relator, dep. Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), pela admissibilidade desta, da PEC 56/2011, da PEC 399/2014, da PEC 168/2012 e da PEC 221/2012, apensadas
56/2011	Altera as disposições que menciona da Constituição Federal. Explicação: eleva o limite mínimo de idade para os candidatos ao cargo de presidente e vice-presidente da República, senador, governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal e para o advogado-geral da União. Também eleva o limite mínimo de idade para ingresso nos Tribunais de Contas em todas as esferas e nos Conselhos de Contas de municípios, na carreira da magistratura, nos tribunais e no Ministério Público. Aumenta o tempo de efetivo exercício para ingresso na carreira da magistratura, nos tribunais e no Ministério Público	09/07/2014 – Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). À CCJC o Memorando 92/2014 – CCP, solicitando apensar a PEC 56/11 à de n. 25/11
79/2011	Estabelece que a indicação dos advogados que irão compor a lista sêxtupla para a seleção de juizes para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a indicação de advogados para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) será feita pelo Conselho Seccional da OAB	26/02/2014 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Apense-se a este(a) o(a) PEC-380/2014
107/2011	Altera o art. 109 da Constituição Federal, para possibilitar o deslocamento de competência para a Justiça Federal das causas relativas à atividade de grupos de extermínio	05/08/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Retirada de pauta, de ofício
204/2012	Dá nova redação aos arts. 94, 104, 119 e 120 da Constituição Federal, para alterar a forma de indicação de membros do Ministério Público e advogados às vagas nos tribunais	15/10/2014 – Plenário (Plen). Ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos § 2º do art. 202 do Regimento Interno
209/2012	Insere o § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o parágrafo único, para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ	03/09/2014 – Plenário (Plen). Matéria não apreciada por falta de quorum (obstrução)
217/2012	Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e estabelece prazo para o Superior Tribunal de Justiça encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre o novo tribunal	16/07/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Parecer do relator, dep. Jaime Martins (PSD-MG), pela admissibilidade
275/2013	Dá nova redação aos arts. 28, 29 e 77 da Constituição Federal, para mudar o período das eleições de governador e vice-governador de Estado, prefeito e vice-prefeito e presidente e vice-presidente da República	13/11/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Designado relator, dep. Gabriel Guimarães (PT-MG)
358/2013	Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica	16/12/2014 – A matéria retornou à Comissão Especial para elaboração da redação para o segundo turno
378/2014	Altera dispositivos constitucionais, instituindo mandato com duração de 10 anos, vedando a recondução para os Ministros do STF, TCU e TCE e modifica forma de investidura no STF	24/02/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC



**QUADRO 48**  
**Proposta de Emenda à Constituição (PEC)**  
**Senado Federal**

PEC	Ementa	Última tramitação
29/2004	Altera a redação dos arts. 105, I, "a", e 108, I, "c" e "d", da Constituição Federal, para incluir na competência do Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de membros do Ministério Público Estadual quando se tratar de prática de crimes comuns e de responsabilidade e para submeter aos Tribunais Regionais Federais o processo e julgamento de mandados de segurança e de habeas corpus impetrados contra ato praticado por membro do Ministério Público Federal	26/12/2014 – Matéria arquivada ao final da legislatura
33/2006	Acrescenta parágrafo ao art. 107 da Constituição Federal, com o seguinte teor: Os Tribunais Regionais Federais constituirão câmaras e varas com competência exclusiva para o julgamento dos crimes contra administração pública, o sistema financeiro nacional, etc.	26/12/2014 – Matéria arquivada ao final da legislatura
2/2011	Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências pertinentes	26/12/2014 – Matéria arquivada ao final da legislatura
4/2011	Acrescenta os § 2º a 4º ao art. 84 da Constituição Federal, para fixar prazo para o presidente nomear autoridades judiciárias ou enviar os respectivos nomes à deliberação do Senado Federal	26/12/2014 – Matéria arquivada ao final da legislatura
9/2011	Modifica o caput e os incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal para alterar a composição do Conselho Nacional de Justiça, que passará de 15 para 17 membros; altera o número de desembargador de Tribunal de Justiça na composição do CNJ, que passará de 1 para 2; altera o número de juiz estadual na composição do CNJ, que passará de 1 para 2	23/12/2014 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa 2 de 2014
26/2011	Altera o art. 93 da Constituição Federal para dispor que as aposentadorias dos magistrados dar-se-ão com proventos integrais, sendo concedidas e pagas pelos tribunais, assegurada a paridade das pensões, mediante o ressarcimento dos valores pela Previdência Social, e observado, no que couber, o disposto no art. 40 desta Constituição Federal	23/12/2014 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa 2 de 2014
66/2011	Altera a redação do inciso I do art. 109 da Constituição Federal para deslocar para a Justiça Federal a competência para julgamento das causas relativas a acidentes de trabalho em que forem interessadas (na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes) a União, entidade autárquica ou empresa pública federal	26/12/2014 – Matéria arquivada ao final da Legislatura
86/2011	Acrescenta os §§ 11 e 12 ao art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que deverá ser instalado no prazo de 6 meses a contar da promulgação da Emenda Constitucional, composto na forma do art. 107 da Constituição Federal	23/12/2014 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa 2 de 2014



PEC	Ementa	Última tramitação
97/2011	Dá nova redação ao art. 102 e ao art. 103-B da Constituição Federal, que dispõem sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e sobre o Conselho Nacional de Justiça, para explicitar as competências do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria Nacional de Justiça, e dá outras providências	23/12/2014 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa 2 de 2014
117/2011	Altera o art. 104 da Constituição Federal, que dispõe sobre a composição do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para estabelecer que: a) as vagas destinadas a juizes dos Tribunais Regionais Federais e a desembargadores dos Tribunais de Justiça deverão ser preenchidas por magistrados de carreira; e b) as vagas destinadas ao Ministério Público sejam preenchidas ora por membros oriundos do Ministério Público Federal, ora por membros oriundos do Ministério Público estadual. Assunto: organização político-administrativa do Estado – Administrativo	23/12/2014 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa 2 de 2014
42/2012	Cria Tribunal Regional Federal. Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT para criar Tribunal Regional Federal com jurisdição no estado do Paraná e sede na cidade de Curitiba, estabelecendo que o STJ encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional, em 180 dias, dispondo sobre organização, estrutura e funcionamento do Tribunal, inclusive das alterações decorrentes na organização do Judiciário federal de 2º grau	23/12/2014 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aguardando designação de relator

**QUADRO 49**  
**Projeto de Lei (PL) – Câmara dos Deputados**

PL	Ementa	Última tramitação
3.894/2000	Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades da administração indireta	22/12/2014 – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Devolvida sem manifestação
3.294/2004	Cria cargos e funções no quadro de pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Cria 46 cargos de analista judiciário e 88 de técnico judiciário, além de cargos em comissão e funções comissionadas	17/09/2014 – Transformado na Lei Ordinária 10.945/2004
4.825/2005	Dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, X, da Constituição, referente a 2005. Reajusta em 0,1%, a partir de 1º de janeiro de 2005	29/10/2014 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem manifestação





PL	Ementa	Última tramitação
2.636/2007	Regulamenta o art. 114 da Constituição Federal de 1988 (Emenda 45, de 2004 – Reforma do Judiciário). Regulamentação, Constituição Federal, competência, Justiça do Trabalho, julgamento, ato ilícito, infração penal, processo trabalhista, relação de emprego, exceção, crime, organização, trabalho, órgãos, preservação, direitos, deveres, trabalhador, previsão, Código Penal	08/07/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Parecer do relator, dep. Paes Landim (PTB-PI), pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 2.684/2007 e do PL 5.146/2009, apensados
3.500/2008	Dispõe sobre a execução de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei 6.830, de 22/09/1980, e dá outras providências. Estabelece a forma de execução das dívidas de crédito rural, através de ajuizamento em varas cíveis do Poder Judiciário e a utilização de rito ordinário, proibindo a inscrição na Dívida Ativa e a execução pelo rito da execução fiscal	10/04/2014 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Parecer do relator, dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
6.613/2009	Altera dispositivos da Lei 11.416, de 15/12/2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências. Denomina o oficial de justiça avaliador da União; altera a denominação da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para Gratificação Judiciária; extingue a possibilidade de opção pela remuneração do cargo efetivo para os servidores no exercício de funções comissionadas; limita o maior vencimento básico da categoria a 75% do subsídio de juiz federal substituto; enquadra os servidores da categoria de auxiliar operacional de serviços diversos e confere fé pública às carteiras de identidade funcional dos órgãos do Poder Judiciário	16/07/2014 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Parecer do relator, dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e das Emendas 6, 15, 18, 29, 31, 33, 46 e 49 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas 1, 2, 3, 4, 8, 9, 13, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 35, 37, 38, 39, 44, 45, 47, 53 e 54, apresentadas na CTASP; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas 5, 7, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 24, 26, 32, 34, 36, 40, 41, 42, 43, 48, 50, 51 e 52 apresentadas na CTASP e das Emendas 1/10, 2/10, 1/11 e 3/11 apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação
7.412/2010	Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação, e dá outras providências	17/12/2014 – CAE – Comissão de Assuntos Econômicos (SF). Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa 2 de 2014



PL	Ementa	Última tramitação
7.705/2010	Disciplina e fixa limitações para nomeação e exercício de cargos em comissão e direção no âmbito dos órgãos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas e dá outras providências	28/03/2014 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Deferido o Requerimento 9.599/2014, conforme despacho do seguinte teor: “Defiro o pedido contido no Requerimento 9.599/2014. Desapense-se o Projeto de Lei 7.396/2010 e seus apensos do Projeto de Lei. 6.785/2013, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Em consequência, distribua-se o Projeto de Lei 7.396/2010 e seus apensos às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania, mérito e art. 54 do RICD, sujeitos à apreciação conclusiva pelas Comissões e sob o regime de tramitação ordinário. Publique-se. Oficie-se. [Atualização do despacho do PL 7.396/2010: Às CTASP e CCJC (mérito e art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.]”
359/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil, ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Sinmetro	10/06/2014 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Devolvida pelo relator sem alterações no parecer
1.037/2011	Institui forma especial de ressarcimento ou compensação financeira para os municípios que realizarem despesas durante as eleições e para a manutenção de órgãos integrantes da estrutura do Poder Judiciário	03/11/2014 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem manifestação
1.614/2011	Altera as Leis 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para estabelecer procedimentos relativos ao protocolo integrado judiciário nacional	14/10/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas
1.868/2011	Dispõe sobre a extinção e transformação dos cargos de auxiliar judiciário em cargos de técnico judiciário e de analista judiciário nos quadros de pessoal da Secretaria dos Tribunais Regionais do Trabalho e dá outras providências	16/12/2014 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Parecer do relator, dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
2.214/2011	Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências Altera o Decreto-Lei 5.452, de 1943.	30/07/2014 – Transformado na Lei Ordinária 13.015/2014



PL	Ementa	Última tramitação
2.937/2011	Altera a Lei 9.307, de 1996, para aperfeiçoar e ajustar as hipóteses legais de nulidade da sentença arbitral, possibilitar ao Poder Judiciário receber, no efeito suspensivo e devolutivo, o pedido de anulação da decisão arbitral em ação de nulidade, embargos ou impugnação, que implica no direito de suspender e anular o procedimento arbitral	26/11/2014 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Arquivado nos termos do art. 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito)
3.198/2012	Autoriza o exercício da advocacia aos servidores ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente ao Ministério Público da União e dos estados e Poder Judiciário	07/08/2014 – Plenário (Plen). Apresentação do requerimento de inclusão na Ordem do Dia 10.639/2014, pelo deputado Padre João (PT-MG), que: “Requer inclusão do Projeto de Lei 3.198/2012, na ordem do dia do Plenário”
4.359/2012	Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no quadro de pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal	24/09/2014 – Transformado na Lei Ordinária 13.028/2014
5.741/2013	Altera os arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e acrescenta-lhe o art. 20-A para criar a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos estados e do Distrito Federal	03/09/2014 – Plenário (Plen). Matéria não apreciada por falta de “quorum” (obstrução)
5.826/2013	Altera a Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, e a Lei 12.665, de 13 de junho de 2012	13/05/2014 – Plenário (Plen) Aprovado requerimento dos deputados Eduardo Cunha, líder do PMDB; Vicentinho, líder do PT; Mendonça Filho, líder do DEM; Jandira Feghali, líder do PCdoB; Eduardo da Fonte, líder do Bloco PP/PROS; Antonio Imbassahy, líder do PSDB; Moreira Mendes, líder do PSD; Rubens Bueno, líder do PPS; Glauber Braga, na qualidade de líder do PSB; André Moura, líder do PSC; Vieira da Cunha, líder do PDT; Arthur Oliveira Maia, na qualidade de líder do SD; e Giacobbo, na qualidade de líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP; que requer, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a tramitação do Projeto de Lei 5.826 de 2013, de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que altera a Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, e a Lei 12.665, de 13 de junho de 2012 DCD de 14/05/2014, p. 109, col 1
6.234/2013	Dispõe sobre a criação de uma vara federal no estado do Mato Grosso e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal da Justiça Federal e dá outras providências	29/10/2014 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem manifestação
7.028/2013	Inclui a disciplina “Educação para o trânsito” como conteúdo do Ensino Fundamental e cria mecanismos para coibir a violência no trânsito, com a criação de varas especializadas e privativas de crimes de trânsito	22/12/2014 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Apense-se a este(a) o(a) PL-8.300/2014



PL	Ementa	Última tramitação
7.116/2014	Acresce o § 5º ao art. 8º da Lei 8.906, de 04/07/1994, para permitir que os operadores de direito, que comprovar o exercício efetivo de três anos de profissão, possam se inscrever na OAB, com isenção do exame de ordem, desde que não haja nenhuma incompatibilidade	19/02/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC
7.717/2014	Institui a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa aos membros da Justiça Federal e dá outras providências	19/12/2014 – Transformado na Lei Ordinária 13.093/2015
7.920/2014	Altera dispositivo da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências	10/12/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aguardando designação de relator
8.132/2014	Dispõe sobre a criação de 82 cargos de juiz de Tribunal Regional Federal; altera a composição quantitativa dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas nos seus quadros de pessoal; e estabelece normas de funcionamento	21/11/2014 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP

#### QUADRO 50

##### Projeto de Lei Complementar (PLP) – Câmara dos Deputados

PLP	Ementa	Última tramitação
436/2008	Acrescenta o art. 170-B na Lei 5.172, de 25/10/1966 (Código Tributário Nacional), para dar competência ao Poder Judiciário de decidir sobre o instituto da compensação tributária.	20/03/2014 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado relator, dep. Marcos Rogério (PDT-RO)
302/2013	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/1991, e Lei 11.196, de 21/11/2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de 29/03/1990, o art. 36 da Lei 8.213, de 24/07/1991, a Lei 5.859, de 11/12/1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26/12/1995; e dá outras providências	19/11/2014 – Matéria pronta para pauta no Plenário

#### QUADRO 51

##### Projeto de Lei do Senado (PLS) – Senado Federal

PLS	Ementa	Última tramitação
374/2007	Altera o art. 66 da Lei Complementar 35, de 14/03/1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional	19/12/2014 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) À Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal – SCLSF, em atendimento ao art. 332 do Regimento Interno



## COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

### EVENTOS PROTOCOLARES

#### ■ Solenidades de posse

- 6 de abril – Nova diretoria da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, no Clube Naval em Brasília/DF.
- 25 de abril – Novos dirigentes do TRF 1ª Região no Plenário do Tribunal.
- 28 de abril – Nova diretoria do TRF 1ª Região.
- 23 de maio – Nova diretoria da Cojef, Conciliação e Revista.
- 2 de junho – Novo diretor e vice-diretor do foro da Seção Judiciária de Rondônia.
- 3 de junho – Ratificação da posse do diretor e do vice-diretor do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 4 de junho – Nova diretoria da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf.
- 6 de junho – Ratificação da posse do diretor e do vice-diretor do foro da Seção Judiciária da Bahia.
- 13 de junho – Ratificação da posse do diretor e do vice-diretor do foro das Seções Judiciárias do Mato Grosso e do Piauí.
- 18 de julho – Ratificação da posse do diretor e do vice-diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais.
- 25 de junho – Juiz federal Marcos Augusto de Sousa no cargo de desembargador federal do TRF 1ª Região, no Plenário do Tribunal.
- 1º de dezembro – Juiz federal João Luiz de Sousa no cargo de desembargador federal do TRF 1ª Região, no gabinete da Presidência do TRF 1ª Região.
- 17 de dezembro – Juízes federais Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas e Jamil Rosa de Jesus Oliveira no cargo de desembargador federal do TRF 1ª Região, no Plenário do Tribunal, e posse da nova diretoria da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região – Ajufer, no Salão Nobre do TRF 1ª Região.

#### ■ Solenidades de instalação de vara federal

- 24 de janeiro – 35ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG.
- 17 de fevereiro – 2ª Vara Federal de Itabuna/BA.
- 19 de fevereiro – 3ª Vara Federal de Feira de Santana/BA.
- 24 de fevereiro – 6ª Vara Federal e 1ª Turma Recursal de Porto Velho/RO.
- 28 de fevereiro – 3ª Turma Recursal de Brasília/DF.
- 7 de março – Turma Recursal Única dos Juizados Especiais Federais dos estados do Amazonas e Roraima.
- 10 de março – 12ª Vara Federal e 2ª Turma Recursal de São Luís/MA.
- 17 de março – 2ª Vara Federal de Varginha/MG.



- 6 de abril – 4ª Turma Recursal de Salvador/BA.
- 14 de abril – 9ª Vara Federal e Turma Recursal de Cuiabá/MT.
- 19 de maio – Instalação da Subseção Judiciária de Corrente/PI.
- 30 de maio – 2ª Vara Federal de Anápolis/GO.
- 13 de junho – Turma Recursal Permanente de Teresina/PI.
- 29 de agosto – 3ª Vara de Contagem/MG.
- 4 de setembro – 13ª Vara de São Luís/MA.
- 19 de setembro – 12ª Vara de Belém/PA e 2ª Turma Recursal dos estados do Amapá e Pará.
- 10 de outubro – Turma Recursal de Juiz de Fora/MG.
- 24 de outubro – Instalação da Subseção Judiciária de Ituiutaba/MG.
- 31 de outubro – Instalação da Subseção Judiciária de Balsas/MA.
- 17 de novembro – 4ª Vara Federal de Boa Vista/RR.
- 21 de novembro – Instalação da Subseção Judiciária de Janaúba/MG.
- 24 de novembro – Turma Recursal Permanente e Núcleo de Apoio ao Juizado Especial Federal de Palmas/TO.
- 28 de novembro – Instalação da Subseção Judiciária de Poços de Caldas/MG.
- 17 de dezembro – Instalação da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG.

#### ■ **Solenidades de inauguração**

- 19 de fevereiro – Nova sede de Feira de Santana/BA.
- 17 de março – Nova sede de Varginha/MG.
- 6 de abril – Nova sede de Jequié/BA.
- 30 de maio – Nova sede de Anápolis/GO.
- 25 de julho – Nova sede de Parnaíba/PI.
- 5 de agosto – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.

#### ■ **Principais acontecimentos, encontros, reuniões e eventos**

- 10 de fevereiro – Visita técnica do presidente às instalações da Seção Judiciária de Roraima, em Boa Vista.
- 6 e 7 de março – Velório e enterro do desembargador federal Leomar Amorim em São Luís/MA.
- 11 de março – Missa de 7º Dia do desembargador federal Leomar Amorim, realizada na Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe em Brasília/DF.
- 13 de março – Comemorações do Dia Internacional da Mulher com palestra do médico Fernando Maluf no Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 28 de março – Sessão solene comemorativa dos 25 anos do TRF da 1ª Região.



- 10 e 11 de abril – Encontro da Turma Recursal de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região do Projeto MELHORAção, realizado no Salão Nobre do Tribunal.
- 23 de abril – Fotografia oficial com a administração do presidente Mário César Ribeiro na sede do TRF 1ª Região.
- 9 de maio – Evento “Vem de *bike* que é Legal”, realizado no Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral.
- 12 a 15 de maio – II Encontro de Diretores de Vara e Diretores de Secretarias de Administração das Seccionais da 1ª Região – Secads, realizado na Seção Judiciária da Bahia, objetivando o intercâmbio de boas práticas, a realização do fórum e integração da primeira e da segunda instâncias, simplificação de processos e alcance das metas do planejamento estratégico.
- 23 de maio – III Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação – Alinhando a Estratégia de TI ao Negócio, promovido pela Secretaria da Tecnologia da Informação – Secin. O Evento foi realizado no TRF 1ª Região, com o objetivo de obter subsídios para a confecção de um plano diretor de TI – ações táticas – para o biênio 2014/2016, que atenda às necessidades de toda a Justiça Federal da 1ª Região. Constou da pauta a responsabilidade dos envolvidos na gestão de TI, o nivelamento tecnológico, o Processo Judicial Eletrônico – PJe e o Processo Administrativo Eletrônico.
- 26 de maio – Lançamento da pedra fundamental da Subseção Judiciária de Juína/MT.
- 5 e 6 de junho – IV Jornada de Direito Processual Civil da Esmaf – O projeto do novo CPC em debate, realizada na sede da Esmaf.
- 25 de junho – Ato de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o TRF 1ª Região e o TRF 4ª Região para implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI na 1ª Região.
- 29 de julho – Reunião da Presidência com os diretores de foro, para intercâmbio de informações administrativas e processuais no âmbito da 1ª Região.
- 24 de setembro – Evento comemorativo do Dia do Estagiário, realizado no Salão Nobre do Tribunal.
- 2 de outubro – Evento comemorativo do Dia dos Pais, realizado no Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 20 de outubro – Abertura da semana comemorativa do Servidor Público e solenidade de abertura da correição do CNJ no TRF 1ª Região, ambos realizados no Salão Nobre do Tribunal.
- 4 de novembro – Solenidade de abertura dos trabalhos da correição extraordinária do CJF no Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 17 de novembro a 12 de dezembro – Campanha Árvore da Solidariedade no TRF 1ª Região.



- 10 a 12 de dezembro – Realização do TRF Mix de Natal. Evento já tradicional que congrega servidores expositores de obras e artesanatos com motivo natalino, que são oferecidos ao público interno.
- 12 de dezembro – Encontro de Corais realizado no Salão Nobre do Tribunal.
- 17 de dezembro – apoio ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE no evento de diplomação do governador, vice-governador e parlamentares eleitos no Distrito Federal, realizado no Centro de Convenções de Brasília. Nessa mesma data, também aconteceu a abertura do I Curso de Vitaliciamento da Esmaf, realizado na sede da Escola.
- 19 de dezembro – Missa de Natal realizada no Salão Nobre do Tribunal.

#### ■ Programa de visitas - principais visitas

O Programa de visitas foi instituído para receber estudantes e visitantes que desejam conhecer as instalações e unidades do Tribunal, assistir sessões, visitar o memorial etc.

No decorrer do ano, há que se destacar a parceria com o Programa Joaquim Nabuco e o Programa Teixeira de Freitas, ambos coordenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), destinados, respectivamente, a magistrados/servidores judiciais das Cortes Supremas Constitucionais e a estudantes do Mercosul. Os participantes conhecem o Poder Judiciário, visitam diversos tribunais e órgãos essenciais à Justiça e podem expandir o conhecimento de áreas conexas àquelas nas quais atuam em sua corte de origem. Busca promover o entendimento mútuo das realidades jurídicas dos países do Mercosul para apoiar o desenvolvimento de linhas de pesquisa jurídica e facilitar a criação de um espaço de reflexão sobre questões fundamentais para o fortalecimento jurídico do bloco regional. A cada edição do programa são escolhidos, no máximo, oito magistrados das cortes de países latinos, que realizam visitas pelos tribunais brasileiros no período de duas semanas.

Coube ao TRF 1ª Região recebê-los e apresentar o Tribunal em:

##### 1) 23 de maio de 2014 (Programa Teixeira de Freitas)

- Universidad Nacional de Córdoba/Argentina – estudante;
- Universidad Alberto Hurtado/Chile – estudante;
- Universidad Alberto Hurtado/Chile – estudante;
- Universidad del Desarrollo/Chile – estudante.

##### 2) 5 de junho de 2014 (Programa Joaquim Nabuco)

Chile – Corte Constitucional:

- advogada assessora de ministro;
- II oficial de secretaria;

Uruguai – Corte Suprema de Justicia:

- magistrados.





Além dessa parceria, também aconteceram outras três visitas:

16/10 – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – Unifeb, com 27 visitantes;

23/10 – Faculdade Mauá de Brasília – com 50 visitantes;

06/11 – Upis-Brasília, com 30 visitantes.

## **DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL**

Uma novidade na área de divulgação institucional foi o lançamento, em outubro, do programa Inteiro Teor — revista eletrônica que divulga reportagens realizadas em Brasília e em toda a 1ª Região referentes às decisões mais importantes do Tribunal e de repercussão no dia a dia das pessoas. Com duração de 30 minutos, é exibido na TV Justiça três vezes durante a semana — um programa inédito e duas reprises.

Há que se destacar, também, a intensificação da produção de campanhas institucionais voltadas para o público interno e externo, com o objetivo de divulgar projetos e iniciativas em andamento nos órgãos da Justiça Federal da 1ª Região, buscando envolver o público nas mudanças necessárias para o desenvolvimento da instituição e a modernização dos serviços.

118

### **■ TRF 1ª Região no Facebook e no YouTube**

Em 2014, a área de comunicação do Tribunal otimizou o uso do Facebook como ferramenta de comunicação direta com o cidadão. A publicação de decisões de grande impacto na sociedade buscou tornar o meio mais atrativo e, conseqüentemente, angariar número maior de seguidores, “curtidas” e compartilhamentos. A medida surtiu bom efeito. O número diário de postagens aumentou de dois para cinco, em média. Todas as postagens passaram a ser feitas com imagens, em horários programados, durante toda a semana, incluindo os finais de semana, com foco no maior alcance de visualizações. Em dezembro, registraram-se 14.265 visualizações. Já o número de “curtidas” na rede social aumentou de 7.970 (2013) para 8.289 (2014). A interatividade com o cidadão deu-se de forma ágil e efetiva, dentro da proposta das redes sociais, aproximando o jurisdicionado do Tribunal.

Com relação ao YouTube, as reportagens produzidas pela equipe de TV do TRF 1ª Região e o programa Primeira Região na Web/TV continuaram a ser veiculados na ferramenta de pesquisa, permitindo aos usuários carregar e compartilhar vídeos em formato digital, bem como interagir com o TRF 1ª Região. Foram postados no decorrer do ano 295 vídeos.

### **■ Divulgação de notícias e avisos institucionais na web**

No decorrer do ano, foram veiculadas, na página do Tribunal, um total de 1.304 notícias, sendo 609 processuais e 620 institucionais; 75 matérias institucionais foram publicadas apenas na intranet.

### **■ Assessoria de Imprensa**

No decorrer do ano, os principais veículos de informação que procuraram a área de comunicação do Tribunal foram:



QUADRO 52  
Veículos de comunicação

Impressos	Correio Braziliense, Folha de Boa Vista, Folha Dirigida, Jornal dos Concursos, Diário do Litoral (Santa Catarina), Correio Popular de Campinas, Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, O Estado de São Paulo, Folha Dirigida, Jornal O Tempo (Belo Horizonte), Correio da Paraíba
Sítios eletrônicos	Consultor Jurídico, Diário de Comunicação (Grupo Diário Web), Ig, G1, R7, Canal Energia, Olhar Direto, Brasília247, Uol Notícias, Agora São Paulo, Migalhas Jurídicas, Diários Associados – Correio Web, Terra
Rádios	EBC, Rádio Difusora AM, Band News, Rádio Jovem Pan, Agência Rádio Web, Rádio Manchete – Rio, Rádio Justiça STF
TVs	Rede Amazônica de Televisão, SBT, TV Câmara, TV Justiça, TV Correio (Record) de Pernambuco, TV Santa Cruz (Itabuna/BA), TV Globo, Globo News, TV Record
Outros	Agência CNJ de Notícias, Agência Brasil, Agência Amazônia Real

A imprensa buscou informações sobre assuntos ligados a questões institucionais e processuais. Os eventos de maior destaque foram o mutirão Judiciário em Dia, a instalação de novas varas na Justiça Federal da 1ª Região, a construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, os concursos públicos promovidos pelo Tribunal e as posses de desembargadores no TRF.

Os processos que mais chamaram a atenção da imprensa foram os relativos à Operação Caixa de Pandora, Usinas Hidroelétricas Belo Monte e Teles Pires, Aerus (aposentados da Varig), Operação Terra Prometida, ocupação de terras indígenas e telefonia celular.

#### ■ Campanhas institucionais - SEI e PJe

O trabalho com campanhas institucionais foi bastante intensificado durante o ano, por meio de planos de comunicação elaborados em parceria com as unidades demandantes. Duas grandes divulgações devem ser destacadas, tendo em vista o grau de importância para a Justiça Federal da 1ª Região: a do Sistema Eletrônico de Informação – SEI e a do Processo Judicial Eletrônico – PJe.

A campanha do sistema de gestão de processos e documentos administrativos eletrônicos (SEI) foi iniciada em julho no âmbito de toda a 1ª Região, de forma a apresentar o SEI e suas funcionalidades ao público interno da Justiça Federal, considerando que o sistema passou a ser a única ferramenta de gestão documental utilizada na 1ª Região. As ações prosseguiram até novembro, mês de encerramento do cronograma de implantação do novo sistema.

Durante a campanha, foram apresentadas as vantagens que levaram o Tribunal a adotar o SEI, destacando as facilidades do sistema e buscando criar um clima de receptividade e aceitação da ferramenta.



A segunda grande campanha, o Processo Judicial Eletrônico (Pje), que continua sendo conduzida pelo Tribunal, tem por objetivo informar os públicos interno e externo da Justiça Federal da 1ª Região sobre a nova ferramenta de gestão processual judicial eletrônica adotada por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

A campanha apresenta as vantagens que o Pje oferece aos usuários, destacando as facilidades do sistema, os ganhos em produtividade e a simplificação de procedimentos, além disso, trabalha com mensagens-chave, de forma a se criar um clima de receptividade e aceitação da ferramenta.

A divulgação do Pje teve início em setembro e prosseguirá até que todas as seccionais tenham implantado o sistema. Cabe destacar o processo de divulgação externa do Pje, que contou com a parceria de outros órgãos: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB nacional e seccionais, Defensoria Pública da União – DPU, Advocacia-Geral da União – AGU, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Ministério Público da União – MPU e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Em ambas as campanhas foram utilizadas as seguintes mídias: documentos oficiais, *banners online*, *banner* físico, cartazes, fôlderes, prisma, estande para certificação, papel de parede, *Kit* publicitário com material de divulgação repassado às áreas de comunicação do Tribunal e das seccionais, treinamento, *house organs* (informativos e boletins locais), *hotpage*, *TV Web*, Revista mensal, *e-mail marketing*, vídeo de apresentação do presidente, mídias sociais (Facebook e YouTube).

#### ■ Jornalismo Impresso

Em 2014, foram mantidas as versões impressas dos informativos nos quadros disponibilizados em pontos estratégicos dos vários edifícios do TRF1, o que permite aos visitantes dos diversos prédios tomarem conhecimento dos fatos institucionais, à exceção do informativo TRF Notícias, que circula somente no meio virtual.

Encaminhadas aos *e-mails* de todo o corpo funcional da Justiça Federal da 1ª Região — com exceção dos informativos TRF Notícias e Primeira Região Variedades, que são voltados apenas ao público do Tribunal — as publicações atingiram, aproximadamente, três mil pessoas.

A distribuição eletrônica visa criar a cultura digital no público leitor, além de propiciar acesso rápido à informação, comodidade, redução de custos com papel e qualidade de vida no trabalho, já que eletronicamente os textos oferecem maior conforto na leitura.

QUADRO 53  
Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso e eletrônico

Informativo	Número de edições	Conteúdo
Primeira Região Hoje	209	Principais notícias de interesse de todo o corpo funcional da 1ª Região
Primeira Região em Revista*	11	Principais fatos institucionais ocorridos durante o ano na administração da Corte



Informativo	Número de edições	Conteúdo
TRF Notícias	24	Assuntos gerais de interesse do corpo funcional do Tribunal
Primeira Região Variedades	44	Divulga os aniversariantes da semana e os anúncios de classificados encaminhados pelo corpo funcional do TRF 1ª Região
Primeira Região Infojef	17	Assuntos relacionados aos JEFs da 1ª Região

\*O Informativo Primeira Região em Revista divulgou, no decorrer do ano, 11 entrevistas, 281 matérias jornalísticas, entre institucionais e especiais, de decisões, proferidas por magistrados, de interesse da sociedade em geral; 5 artigos jurídicos — de autoria de magistrados, autoridades convidadas a palestrar na Escola de Magistratura da 1.ª Região e palestrantes da Unicorp —, 2 artigos e 11 pontos de vista sobre temas variados de servidores da 1ª Região.

### ■ Telejornalismo

QUADRO 54  
Informativos da 1ª Região – telejornalismo

121

Meio de comunicação	Quantidade	Conteúdo
TV Justiça	236 reportagens	Importantes decisões do Tribunal e das seccionais, além da cobertura de eventos e solenidades. As reportagens, com média de dois minutos, foram veiculadas no Jornal da Justiça e transmitidas pela TV Justiça
Programa Via Legal	46 matérias	Matérias retiradas de decisões judiciais, veiculadas pela TV Justiça e por mais 25 emissoras nacionais
Programa Inteiro Teor	12 edições	Reportagens realizadas em toda a 1ª Região referentes às decisões mais importantes do Tribunal e que repercutem no dia a dia da população. O programa tem duração de 30 minutos
Cobertura de eventos e solenidades	159 eventos e solenidades	Inauguração de sedes, de varas federais, turmas recursais ou centrais de conciliação da 1ª Região; sessões solenes de posse de desembargadores federais e de juízes federais substitutos; assinaturas de acordos de cooperação; lançamento de livro de magistrados; entre outros
Primeira Região na Web	47 programas	Webprograma semanal enviado por e-mail, com o objetivo de informar os servidores da 1ª Região sobre os principais acontecimentos ocorridos no Tribunal, nas seções e subseções judiciárias

Em 2014, foram editadas 21 solenidades de inauguração de varas federais e instalação de subseções judiciárias, além de três eventos realizados pela Esmaf e três solenidades de posse de desembargadores federais do TRF 1ª Região.



### ■ Rádio Justiça e Rádio Cidadania

A parceria com a Rádio Justiça na produção de boletins diários e do programa semanal “Painel de Notícias”, bem como a participação eventual do Tribunal na “Voz do Brasil”, foi mantida. No total, foram encaminhados, durante o ano, 526 boletins para noticiários da Rádio Justiça e Rádio Cidadania e 52 edições do programa semanal “Painel de Notícias”, que divulga as principais decisões proferidas pela Justiça Federal da 1ª Região na Rádio Justiça.

### PRODUÇÃO EDITORIAL

Na área de produção editorial, destacam-se os seguintes trabalhos:

- revisão textual e produção editorial da publicação *Olhares do JEF*, nas versões impressa e virtual;
- revisão textual e produção editorial do *Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recurais e da Turma Nacional de Uniformização*;
- elaboração, confecção e distribuição das agendas e dos calendários TRF 1ª Região 2015;
- revisão da publicação comemorativa dos 25 anos do Tribunal;
- produção editorial do *Manual do adicional de qualificação*;
- produção editorial de fôlderes, entre eles o do *Manual de inclusão de dados na Biblioteca Digital do TRF 1ª Região*;
- criação e impressão do material de divulgação das exposições no Espaço Cultural do TRF 1ª Região;
- produção editorial das publicações referentes às jornadas jurídicas promovidas pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf n. 22, 23, 24 e 25;
- produção editorial do *Relatório de atividades 2013*;
- criação e impressão do material de divulgação, e respectiva programação, da a IV Jornada de Direito Processual Civil e do II Curso de Formação de Juízes Federais Substitutos, ambos promovidos pela Esmaf;
- criação e impressão do material de divulgação de eventos realizados pelo Tribunal;
- produção de artigos do periódico “O Quê do Mês”, edições de outubro, novembro, e dezembro;
- criação do leiaute e diagramação dos boletins informativos Dibib;
- produção editorial do livreto da Missa de Natal 2014;
- atualização da diagramação dos organogramas do Tribunal e das seções judiciárias;
- confecção de convites para instalações de subseções judiciárias, posses de desembargadores e juízes, exposições no Espaço Cultural do TRF 1ª Região, entre outros eventos;



- confecção de cartões de visita para desembargadores, juízes convocados e dirigentes, bem como de certificados de participação em cursos e palestras;
- revisão de documentos administrativos e normativos de diversas áreas;
- impressões coloridas para diversas áreas do Tribunal;
- alteração dos textos e adaptação do leiaute de formulários e impressos padronizados.

#### ■ Principais serviços gráficos

QUADRO 55  
Reprodução, acabamento e montagem

Demonstrativo de serviços		Quantidades
Periódicos	Revista 1ª Região em Revista	5.275
	Revista do TRF 1ª Região	7.600
	Livro – II Jornada de direito constitucional – Esmaf	1.500
	Livro – IV Jornada de direito processual civil – Esmaf	1.500
	Livro – I Jornada de direito internacional – Esmaf	1.500
Periódicos	Livro – Seminário sobre demandas repetitivas na Justiça Federal – Esmaf	1.500
	Livro – I Jornada sobre teoria e prática do processo eletrônico – Esmaf	1.500
	Livro – I Jornada sobre cooperação judicial nacional e internacional – Esmaf	1.500
	Relatório de transição 2014	24
Outras publicações e serviços	Relatório de gestão 2013	34
	Relatório de atividades 2013	190
	Cartaz – Jubileu de Prata	10
	Caderneta de execução processual penal	500
	Protocolo de cadastro no Sirec	1.500
	Livro – Memória do Tribunal 25 anos	100
	Livro – Olhares do JEF	2.000
	Capas para processos	138.670
	Fôlder – I Jornada de cooperação judicial nacional e internacional	80
	Fôlder – I Jornada de teoria e prática do processo eletrônico	150
	Fôlder – Encontro estratégico das áreas de desenvolvimento	50
	Fôlder – Discurso da desembargadora federal Neuza Alves	100



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Outras publicações e serviços	Fôlder – Processo administrativo eletrônico	1.100
	Fôlder – Boletim eletrônico da Biblioteca Digital TRF	1.000
	Fôlder – Campanha PAe-Sei	300
	Fôlder – Curso de formação inicial	80
	Fôlder – Revista eletrônica da SJDF n. 33	40
	Fôlder – Projeto Judicial Eletrônico	4.200
	Fôlder – Seuni	120
	Fôlder – Revista Justiça	40
	Fôlder – I Curso de vitaliciamento de juízes federais substitutos	138
	Cartazes diversos	1.210
	Marcadores de página	13.040
	Livreto Missa de Natal 2014	120
	Crachás diversos	1.130
	Refilo e/ou dobra de convites	21.725
	Refilo e/ou dobra de cartões	8.698
	Etiquetas diversas	415.500
	Blocos para rascunho	4.908
	Prismas diversos	551
	Credenciais de estacionamento	684
	Cartões de visita	8.440
	Cópias diversas	10.000
	Envelope Super A3	100
	Agenda TRF 2015	1.000
	Calendários do TRF 2015	6.500
	Ingresso – Jogos internos Jubileu de prata TRF	700
	Formulários diversos	270
	Refilo e fornecimento de papéis diversos – Diedi	50.610
	Pastas	9.112
Divisória em cartolina para fichário – amarelo	200	
Portfólios	1.040	



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Outras publicações e serviços	Termo de recebimento, autuação e distribuição	300.000
	Encadernações	3.086
	Capas plásticas para encadernação	6.172

## ADMINISTRAÇÃO GERAL

### COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2014, foram realizados 136 procedimentos licitatórios, todos na modalidade Pregão Eletrônico, sendo 63 deles (cerca de 48% do total) pelo Sistema de Registro de Preços – SRP.

No exercício, 139 termos de referência preparados pelas áreas interessadas em aquisição de bens e serviços foram analisados, porém nenhum deles se encontrava em condições de licitar, sendo necessário submeter a totalidade dos termos aos devidos ajustes.

Um sério problema que vem afetando a conclusão dos procedimentos licitatórios é a estimativa de preço, que não corresponde à realidade de mercado, ocasionando cancelamento de itens ou a revogação do certame, em virtude dos baixos preços de referência. Faz-se necessário elaborar pesquisas de preços mais precisas, que reflitam a realidade do mercado, bem como dar prosseguimento aos cursos de atualização e aprimoramento dos servidores que trabalham na área de licitação, dada a complexidade e dinamismo das normas inerentes às licitações.

125

QUADRO 56  
Quantidade de licitações

Espécie	Total
Pregão eletrônico	40
Pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço – SRP	35
Pregão eletrônico exclusivo para microempresa e empresa de pequeno porte – ME/EPP	33
Pregão eletrônico SRP ME/EPP	28
Total	136

Ressalte-se que do total de 136 pregões realizados 122 foram homologados, 13 foram revogados e 1 não contou com interessados, ou seja, terminou deserto.





QUADRO 57  
Resultados obtidos nos pregões

Modalidade	Quantidade	Valores estimados (R\$)	Valores adjudicados (R\$)	Valores economizados (R\$)	Percentual economizado
Pregão eletrônico	122	180.009.143,77	115.397.030,97	64.612.112,80	35,89

QUADRO 58  
Registro de preço

Ações em SRP	Quantidade
Atas gerenciadas pelo TRF 1ª Região	185
Adesões às atas de registro de preços	11
Atendimento às solicitações dos órgãos interessados nas atas gerenciadas pelo TRF 1ª Região	112

Houve uma redução de 27,6% no número de pregões para registro de preços, com um aumento de 33,1% no número de atas emitidas, praticamente repetindo os números de 2012.

Ocorreu um significativo aumento na utilização das atas de registro de preços, comparativamente ao ano anterior, que registrou o total de 139 atas. Essa situação decorreu do fato de que, em 2013, muitas atas tinham sido assinadas com base no Decreto 3.931/2001, revogado pelo Decreto 7.892/2013. Com isso, a decisão do Tribunal, à época, foi não aderir à utilização de atas de outros órgãos (a validade das atas é de um ano e, geralmente, a maioria dos órgãos assinam atas no final de cada exercício). Assim, a situação se reverteu em 2014, levando à assinatura de atas já em conformidade com a nova legislação. Observe-se os dados:

- por outros órgãos: entre 2013 (66 atas) e 2014 (112 atas);
- de outros órgãos: entre 2013 (zero) e 2014 (11 atas).

QUADRO 59  
Compras e contratações

Atividades	Quantidade
Instrução de processos de dispensa de licitação	106
Inexigibilidade de licitação	111
Inclusão de empresas no cadastro de fornecedores	23
Atualização de dados de empresa cadastrada	1.316
Lançamento de penalidades de empresas no cadastro de fornecedores	41
Emissão de carta de capacidade técnica	34



Verificou-se, no exercício, diminuição de 22% no número de inexigibilidade de licitações. Ao contrário, o registro de novas empresas apresentou aumento em relação ao ano anterior. Atualmente o Tribunal mantém no Sicaf o cadastro de 241 empresas com atualização periódica.

A implementação do processo de gerenciamento e controle de compras/execução das atas de registro de preços no Sistema Gercon – Gestão de Contratos Administrativos, para controle e administração de Atas de Registro de Preços, foi uma melhoria prevista no exercício anterior, que se efetivou em 2014, surtindo os resultados esperados.

■ **Notas fiscais, pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio e processos de penalidades**

QUADRO 60

Quantitativo de notas fiscais analisadas, de pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio distribuídos e de processos de penalidade autuados

Tipo	Quantidade
Análise de notas fiscais	2.548
Distribuição de pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio	20
Autuação de processos de penalidades	57

127

■ **Lavratura de instrumentos de contratos e congêneres**

QUADRO 61

Lavratura de novos instrumentos por tipo de instrumento

Tipo de instrumento									Total
Acordo de cooperação	Autorização de uso	Cessão de uso	Contrato	Convênio	Permissão de uso	Termo de adesão	Termo de compromisso	Termo de cooperação	
2	–	–	77	3	–	–	1	1	84

QUADRO 62

Lavratura de contrato por tipo de objeto

Tipo de objeto					Total
Prestação de serviços	Locação de mão de obra	Locação de imóveis/ concessão de uso	Aquisição de material	Obras e serviços de engenharia	
32	6	–	35	4	77



QUADRO 63  
Lavatura de termos aditivos por tipo de instrumento

Tipo de instrumento									Total
Acordo de cooperação	Autorização de uso	Cessão de uso	Contrato	Convênio	Permissão de uso	Termo de adesão	Termo de compromisso	Termo de cooperação	
-	-	-	147	2	1	-	1	2	153

QUADRO 64  
Lavatura de apostilamento e rescisão por tipo de instrumento

Tipo	Contrato	Convênio	Acordo/termo de cooperação	Permissão de uso	Total
Apostilamento	101	-	-	-	101
Rescisão	5	-	-	-	5

■ **Termos de cooperação**

128

QUADRO 65  
Termos de cooperação firmados

Data de início	Data de término	Instituição	Objeto
07/07/2014	31/12/2014	Imprensa Nacional – IN	Acordo de cooperação com vistas à consolidação, edição, disponibilização e publicação do Diário da Justiça Federal da 1ª Região, em formato eletrônico, para a imprensa nacional, que o disponibilizará regularmente nos dias úteis em sítio da rede mundial de computadores, em conformidade com a Lei 11.419/2006.
01/01/2015	01/07/2015	Imprensa Nacional – IN	Acordo de cooperação com vistas à consolidação, edição, disponibilização e publicação do Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, em formato eletrônico, para a imprensa nacional, que o disponibilizará regularmente nos dias úteis em sítio da rede mundial de computadores, em conformidade com a Lei 11.419/2006.
13/08/2014	Indeterminado	Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda	Termo de compromisso com a finalidade de disciplinar a forma, os procedimentos e os prazos que deverão ser observados pelo Escritório Niemeyer na resolução de pendências atuais e na correção de quaisquer falhas, erros ou omissões já identificados nos projetos e nos documentos que os acompanham ou que venham a ser constatados durante os trabalhos de sua atualização.
25/06/2014	25/06/2019	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Termo de cooperação com vistas à cessão do software SEI – Sistema Eletrônico de Informação, criado pelo TRF4, para o trâmite virtual dos processos administrativos no TRF1.



## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2014, para dirigir e executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira dos recursos provisionados nas Unidades Gestoras 90027 – TRF 1ª Região e 090049 – TRF 1ª Região Precatório/RPV, foram realizadas as atividades constantes no quadro abaixo.

QUADRO 66

Gerenciamento de documentos orçamentários e financeiros

Atividade	Quantidade
Emissão de nota de empenho (NE)	1.387
Emissão de ordem bancária (OB)	8.600
Emissão de documento de arrecadação financeira (DAR)	2.615
Emissão de documento de arrecadação da Receita Federal (DARF)	4.080
Emissão de guia da previdência social (GPS)	494
Emissão de nota de lançamento (NL)	3.624
Emissão de nota de sistema (NS)	11.848
Emissão de documento de programação financeira (PF)	229
Emissão de guia de recolhimento da União (GR)	392
Emissão de documento de anulação de nota de empenho	387
Emissão de documento de reforço de nota de empenho	642
Emissão de documento de empenho de restos a pagar (RP) de anulação	231

129

## MATERIAL E PATRIMÔNIO

### ■ Gestão de material

QUADRO 67

Gestão de material

Atividade	Quantitativo
Demanda de material de consumo	4.730
Aquisição e incorporação de material permanente	3.064
Fornecimento de material permanente	3.638

### ■ Material de consumo

Em 2014, as melhorias nos processos de registros de preços implementadas desde o ano anterior apresentaram incremento. No entanto, uma característica observada na administração de Atas de Registro de Preços foi o alto índice de pedidos de troca de marca e até repactuação financeira, demonstrando que os fornecedores apresentaram



preços para se sagrarem vencedores, porém, posteriormente, não conseguiram honrar o compromisso.

Foi mantido o ajuste das aquisições a estoques que atendessem lapsos de tempo menores, e os materiais que importam em grandes volumes ou peso excessivo passaram a ser adquiridos em menores quantidades, mais vezes ao ano.

#### ■ **Material permanente**

Deu-se continuidade à política de aquisição dos bens móveis compatível com a redução do quantitativo de bens estocados e a manutenção de registros de preços dos materiais mais requisitados, uma vez que ela tem possibilitado o não desabastecimento.

Verificou-se, no decorrer do ano, o incremento da utilização do Sistema de Registro de Preços para suprir a aquisição de bens de uso permanente.

#### ■ **Desfazimento de bens**

QUADRO 68

Desfazimento de bens por tipo de procedimento

Cessão	Doação	Baixa	Total
317	411	22	750

130

Em 2014 houve baixa movimentação de bens por cessão, restringindo-se basicamente a envio de equipamentos de informática às seccionais da 1ª Região.

Comparativamente aos anos anteriores, também houve pequena baixa de bens patrimoniais por doação de bens classificados como ociosos, obsoletos ou inservíveis.

Os materiais tidos como inservíveis (antieconômicos) foram objetos de editais de desfazimento e entregues a entidades privadas reconhecidas como de utilidade pública federal ou Oscips.

Teve continuidade o trabalho de implementação de processos licitatórios com grupos menores de bens – agrupados por afinidade de fornecedor – de forma a permitir a elaboração de Atas de Registro de Preços de execução de forma mais célere e racional.

### **COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### ■ **Autuação de processos administrativos**

Foram autuados, durante o ano, 6.049 processos administrativos, quantitativo 40% inferior ao registrado no ano anterior, em virtude da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, em 8 de setembro de 2014. Com essa medida, deixou-se de autuar processos administrativos físicos. Não houve nenhum registro nos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano. Cabe ressaltar que a implantação do SEI conferiu maior eficiência e celeridade às atividades de autuação e trâmite de processos administrativos.



### ■ **Publicação de matérias no Diário Oficial da União**

Seguindo uma tendência já observada nos anos anteriores, houve, em 2014, um discreto crescimento do volume de publicações de matérias encaminhadas aos diários oficiais e jornais de grande circulação, na ordem de 5%, comparativamente ao ano anterior, totalizando 609 matérias. Da mesma forma, o exercício de 2014 continuou apresentando uma flutuação significativa no quantitativo mensal de publicação de matérias, tendo registrado uma elevação mais intensa no mês de março (118) e uma queda acentuada no mês de junho (15).

Por outro lado, a despeito da elevação observada na demanda pelo serviço, houve, em 2014, uma redução no valor anual despendido com publicações de matérias, no patamar de aproximadamente 18%, relativamente ao ano de 2013. Essa retração ocorreu, principalmente, em virtude da diminuição dos gastos relacionados aos concursos para provimento de juiz federal substituto e de servidor. Cabe ressaltar que, em junho de 2014, foram gastos R\$ 19.573,46 com a publicação do edital de abertura do concurso de servidor e, em outubro do mesmo ano, foi despendido o valor de R\$ 9.414,70 para a divulgação da relação dos candidatos que obtiveram inscrição definitiva no concurso de juiz federal substituto. Somadas as duas despesas, obtêm-se um total de R\$ 28.988,16 — muito abaixo, portanto, da despesa de R\$ 66.358,45 realizada em 2013 com a mesma finalidade. De todo modo, os gastos com publicações relativas a concurso público corresponderam a, aproximadamente, 19% de toda a despesa com publicações de matérias realizadas no exercício de 2014, que contabilizou R\$ 153.155,00.

QUADRO 69  
Publicação de matérias

Modalidade	Quantidade	Percentual
Diários oficiais	513	84
Outros jornais	96	16
Total	609	100

### ■ **Tramitação de documentos**

O declínio no volume anual de postagem de correspondências registrado nos anos anteriores confirmou-se em 2014. Comparativamente ao ano de 2013, houve uma retração de 11%.

Quanto às modalidades de remessa, verificou-se que o serviço de Malote, embora continue a ser o recurso de postagem mais utilizado pelo Tribunal, apresentou um discreto declínio no exercício, passando de 46% do total de postagens realizadas em 2013 para os atuais 42%. Por outro lado, enquanto o volume proporcional de encomendas por Sedex e PAC permaneceu inalterado (13%), as remessas nas modalidades Mão Própria, Registrado, Registrado com AR, Simples e Impresso representaram, juntas, 45% de todas as correspondências postadas no presente exercício.



No que se refere às despesas com serviços postais, deve-se registrar que, acompanhando a retração observada no volume anual de postagens, o valor despendido no exercício de 2014 foi inferior ao gasto realizado em 2013, o que proporcionou uma economia ao Tribunal de cerca de 14%. As despesas com serviços postais totalizaram R\$ 2.314.468,00.

QUADRO 70  
Documentos postados

Modalidade	Quantidade
Via malote	42.604
Encomenda	13.201
Outras modalidades	46.148
<b>Total</b>	<b>101.953</b>

#### ■ Processos baixados à origem

132

QUADRO 71  
Baixas de processos judiciais por destino da remessa

Destino da remessa	Quantidade
1ª Região	42.821
Comarcas e demais tribunais	23.834
<b>Total</b>	<b>66.655</b>

#### ■ Envio de documentos com entrega em mãos

O envio de documentos com entrega em mãos, abrangendo todos os documentos de natureza externa, destinados principalmente aos demais órgãos do Poder Judiciário, sofreu, em 2014, nova retração, relativamente ao exercício anterior, na ordem de 7%. No total, foram entregues 10.475 documentos.

#### ■ Recebimento e distribuição de documentos

QUADRO 72  
Documentos postados

Via de recebimento	Quantidade
Malote	44.485
Correios	104.854
Em mãos*	8.115
<b>Total</b>	<b>157.454</b>

(\*) Diários oficiais, revistas e jornais, documentos fiscais.



### ■ Serviços reprográficos

No decorrer do exercício de 2014, a central reprográfica do TRF 1ª produziu o total de 615.069 páginas de documentos, entre cópias, impressões e digitalizações. Desse montante de serviço, 92,2% destinaram-se ao atendimento das solicitações advindas das diversas unidades administrativas do Tribunal, mediante preenchimento e apresentação de formulário próprio. Os 7,8% restantes dizem respeito ao atendimento realizado ao público externo.

QUADRO 73  
Receita gerada com fornecimento de cópias reprográficas,  
digitalizações e autenticações

Serviço prestado	Receita (R\$)
Fornecimento de cópia reprográfica	10.039,00
Digitalização	10.155,00
Autenticação	1.007,00
<b>Total</b>	<b>21.201,00</b>

133

### ■ Serviços de telecomunicações

QUADRO 74  
Telegramas transmitidos e petições recebidas via fax

Serviço prestado	Quantidade
Telegramas transmitidos	1.699
Fax recebido com petição	1.732
<b>Total</b>	<b>3.431</b>

Quanto ao recebimento de petições judiciais pela central de fax do Tribunal, os dados demonstram que, semelhantemente ao que vem sendo observado ao longo dos exercícios, houve um novo retraimento no quantitativo, na ordem de aproximadamente 26%, relativamente ao ano anterior.

### ■ Ações de destaque

- Em virtude da implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, as requisições de transmissão de telegramas relativas à nomeação e desempate de candidatos a cargo público, bem como o envio dos respectivos comprovantes de postagem emitidos pela ECT, passaram a compor um processo administrativo eletrônico (PAe) próprio, o que resultou na total virtualização do procedimento, com a decorrente economia de recursos humanos e materiais, notadamente de papéis.





▪ A contratação de pessoal para atendimento telefônico — Contrato 19/2014, firmado com a empresa Intelit – Processos Inteligentes Ltda. em 24 de abril de 2014 — supriu um problema que vinha se arrastando há algum tempo. O aumento gradativo e substancial do fluxo de ligações telefônicas direcionadas ao PABX do Tribunal, advindo do crescimento significativo da estrutura físico-organizacional da Corte, sem que houvesse, em contrapartida, incremento no quadro de pessoal da área de telefonia, que, desde a criação do Tribunal, contava com os mesmos cinco servidores, resultou em situação de iminente colapso no setor de atendimento telefônico. Decisão tomada no exercício anterior determinou a terceirização dos serviços, sendo implementada só no decorrer deste ano. A medida, seguramente, garantirá uma prestação de serviço mais rápida e eficiente ao público interno e externo do órgão.

▪ Importante ressaltar a atuação da área de comunicação administrativa do Tribunal no processo de análise técnica, procedimental e normativa, bem como na implantação do Sistema SEI (instituído pela Portaria Presi Secge 231 de 11/07/2014). Por consequência, o mesmo ocorreu em relação ao Processo Administrativo Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região – PAe, fornecendo suporte na alimentação da base de teste cedida pelo TRF 4ª Região, bem como ministrando treinamento aos usuários do TRF 1ª Região e seccionais. A área continua atuando no suporte ao sistema SEI, tanto no cadastramento de unidades e usuários de toda a 1ª Região, quanto no atendimento às demandas de utilização do Sistema, bem como em sua gestão administrativa.

## GESTÃO DOCUMENTAL

### JURISPRUDÊNCIA

Em prosseguimento ao trabalho de atualização do banco de jurisprudência, foram selecionados 240 acórdãos para envio ao Repositório Oficial de Jurisprudência do Tribunal. Foram também atualizados 13 enunciados de súmula do Superior Tribunal de Justiça – STJ, dois enunciados de súmula do TRF 1ª Região e cinco enunciados de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal – STF. Foram sistematizados, acompanhados, atualizados e publicados na intranet 1.702 temas relativos a recursos repetitivos e de repercussão geral

Foram realizados 474 atendimentos referentes a pesquisa jurisprudencial: 39 presenciais, de advogados e jurisdicionados, e 435 solicitações por e-mail, de inteiro teor de processos judiciais. Além disso, 6.050 páginas de fotocópias de processos judiciais foram providenciadas, correspondendo ao recolhimento de R\$ 2.127,65 de GRUs emitidas.

Visando o aperfeiçoamento dos trabalhos de pesquisa de jurisprudência foi efetuada gestão junto ao Conselho da Justiça Federal para elaboração de acordo de cooperação técnica com a finalidade de utilização do seu espaço *web* e de suas ferramentas de pesquisa para a realização da pesquisa de jurisprudência do TRF 1ª Região, em substituição ao programa utilizado atualmente no sítio do Tribunal. Este acordo proporcionará economia de recursos com a dispensa da compra de um programa de pesquisa, oferecerá aos usuários ferramentas de pesquisa mais confiáveis e desonerará a Secretaria de Tecnologia da Informação da manutenção de programa de pesquisa de uso exclusivo deste Tribunal.



QUADRO 75  
Jurisprudência (publicações)

Publicações	Periodicidade	Tiragem (exemplares)	Publicação na internet/intranet	Número de edições
Cartazes de anúncios da Revista	bimestral	220	não	–
Revista do Tribunal	bimestral	800	sim	6
Boletim Informativo de Jurisprudência	semanal	–	sim	45 (de 256 a 300)
Ementário de Jurisprudência	semanal	–	sim	47 (de 906 a 952)

QUADRO 76  
Base de jurisprudência (indexação)

Documentos incluídos	Documentos analisados
21.135	25.303

135

QUADRO 77  
Acórdãos processados\*

Documentos publicados	Documentos inseridos na base	Documentos expurgados
102.359	27.020	75.339

\*Os dados referem-se à jurisprudência do Tribunal, das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

## ARQUIVOS

QUADRO 78  
Processos e documentos judiciais arquivados por classe

Espécie/tipo/classe	Ano 2013	Ano 2014
Processos judiciais	5.901	1.752
RPVs	41.320	66.614
Precatórios	1.371	1.515
Total	48.592	69.881

No decorrer do ano, foram desarquivados 232 processos judiciais, rearquivados 155 e 99 emprestados para cópia ou vista aos interessados.



QUADRO 79  
Movimentação de processos administrativos

Tipo	Arquivado	Desarquivado
Processo administrativo	11.591	1.944

A área responsável pelo arquivo incorporou novo espaço, localizado no térreo do Edifício Adriana, o que permitiu o remanejamento e a ampliação da área localizada no 1º subsolo do mesmo edifício e a separação física dos arquivos corrente, intermediário e permanente.

Servidores que trabalham na área de gestão documental do Tribunal participaram dos seguintes eventos:

- treinamento no sistema SEI de gerenciamento de documentos administrativos;
- reunião do Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal – Coged no Conselho da Justiça Federal;
- Curso de Descrição Arquivística com uso do *software* ICA-AtoM;
- 1º Encontro Técnico do SEI – área de arquivo, no TRF 4ª Região.

## DESCARTE

Em 2014, após a publicação do edital do 1º Descarte de Documentos Administrativos, que incluiu 639.018 documentos administrativos avulsos que se encontravam arquivados, obteve-se a liberação de 64,67 metros lineares de espaço físico no acervo.

## MEMORIAL

O Memorial Mauro Leite Soares recebeu a visita de 475 pessoas durante o ano de 2014.

Foram empreendidas as seguintes ações de atualização da memória institucional do Tribunal:

- descrição arquivística do selo comemorativo dos 25 anos do Tribunal;
- inclusão da folha com o selo comemorativo do Jubileu de Prata no expositor;
- inclusão, na Galeria dos Desembargadores, da foto oficial do desembargador Cândido Moraes;
- reedição dos vídeos com as entrevistas dos desembargadores federais Alberto Vieira da Silva, Aloísio Palmeira, Catão Alves, Plauto Ribeiro e Tourinho Neto, do projeto Memória Oral;
- inclusão, no terminal dos desembargadores, das fotos e dados biográficos dos desembargadores Federais Ney Bello e Cândido Moraes;
- atualização do terminal Linha do Tempo e do terminal servidores;
- entrevista com o desembargador federal Antônio Ezequiel para o Memória Oral.



## BIBLIOTECA ADHEMAR MACIEL

QUADRO 80  
Atualização do acervo de livros

Unidade	Livros adquiridos
Biblioteca (livros nacionais)	897
Gabinetes e unidades administrativas	244
<b>Total</b>	<b>1.141</b>

QUADRO 81  
Atualização do acervo de periódicos

Categoria	Quantidade
Título de periódicos renovados	33
Periódicos recebidos	853

137

QUADRO 82  
Valores gastos na atualização de acervos

Categoria	Valor empregado (R\$)
Livros nacionais	83.322,20
Periódicos	58.541,90
<b>Total</b>	<b>141.864,10</b>

QUADRO 83  
Registro e processamento técnico de acervo

Serviços	Total
Processamento técnico de livros e folhetos	936
Processamento técnico de artigos de periódicos	49
Processamento técnico de títulos de periódicos	30

## AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

### COMISSÃO JUSTIÇA SUSTENTÁVEL

O programa socioambiental do TRF 1ª Região — Justiça Sustentável —, cujo objetivo é implementar medidas que visem diminuir os impactos negativos das rotinas administrativas e judiciais do Tribunal sobre o meio ambiente e promover o desenvolvimento de



uma cultura institucional afinada com os princípios do desenvolvimento sustentável, foi responsável pelas seguintes atividades no decorrer do ano:

#### ■ **Coleta seletiva solidária**

Em virtude do término da vigência do Termo de Compromisso 2/2013 em 13 de dezembro de 2014, firmado com a Associação Recicle a Vida, objetivando a execução da coleta seletiva dos resíduos produzidos no âmbito deste TRF 1ª Região, sem possibilidade de prorrogação, foi deflagrado, em novembro de 2014, novo procedimento habilitatório, com vistas à escolha de cooperativa/associação apta a realizar o manuseio e a destinação adequados dos materiais descartados pelo Tribunal, nos termos da Portaria Presi 600-107, de 17/04/2008, e do Decreto 5.940, de 25/10/2006.

#### ■ **Gestão de recursos**

Em novembro, por intermédio da área de engenharia e manutenção do Tribunal, procedeu-se à inclusão do órgão na Intenção de Registro de Preços-IRP 37/2014, originária da Câmara dos Deputados, objetivando a participação do Tribunal no procedimento licitatório destinado a contratar os serviços de coleta, transporte, tratamento, descontaminação e destinação final de lâmpadas fluorescentes, compactas e de descarga. A prestação dos serviços objetiva o descarte adequado e ambientalmente correto das lâmpadas fluorescentes inservíveis retiradas dos edifícios que compõem o complexo predial do TRF 1ª Região, cuja classificação pela ABNT NBR 10.004/2014 está associada aos resíduos de Classe I ou perigosos, requerendo, por essa razão, a observância de critérios rigorosos de desfazimento.

#### ■ **Ações de conscientização**

Foram realizadas as seguintes ações educativas nas principais datas comemorativas de natureza socioambiental:

- Dia Mundial da Água – 22 de março: publicação de nota pela área de comunicação do Tribunal, destacando-se a importância da água para a preservação da vida e a necessidade de adoção de medidas que otimizem o uso desse recurso natural escasso;
- Dia Mundial do Meio Ambiente – 6 de junho: afixação de cartaz alusivo ao tema, com destaque para a necessidade de economia de papel;
- Dia da Árvore – 21 de setembro: afixação de cartaz alusivo ao tema, destacando-se a importância da implantação do Processo Administrativo Eletrônico – Pae e do Sistema Eletrônico de Informações – SEI como instrumentos para a promoção da economia de recursos materiais, notadamente de papel, e a mitigação dos impactos ambientais pela menor necessidade de cortes de árvores.

#### ■ **Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3p**

Em decorrência do término da vigência do Termo de Adesão à A3P, de 2008, foram iniciados os procedimentos para a realização de nova adesão à Agenda Ambiental desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA. Foi autuado o PAe 0004152-84.2014.4.01.8000, que tem por teor a apresentação da proposta de plano de trabalho para o quinquênio 2015-2020.



Ressalte-se que a importância da A3P está relacionada à oportunidade de troca de informações e conhecimentos entre os órgãos da Administração Pública, com o intuito de disseminar conceitos, práticas e atitudes voltadas à promoção de uma gestão administrativa amparada na responsabilidade socioambiental.

## SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

### CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

Em cumprimento ao disposto na Lei 5.010/1966, art. 6, VII, e no Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, no art. 21, com a redação dada pelo Provimento 39, de 03/11/2009, foram realizadas, no ano de 2014, correções gerais ordinárias nas seções judiciárias da 1ª Região identificadas no quadro 84.

Os procedimentos prévios para a realização das correções foram devidamente respeitados: expedição de portaria e divulgação de cronograma com antecedência mínima de 30 dias, em conformidade com o art. 23 do Provimento 38/2009; expedição de ofícios a todas as autoridades elencadas no art. 25 do aludido Provimento Geral Consolidado; comunicações às varas a serem correcionadas com antecedência mínima de 10 dias; expedição de ato de designação dos juízes auxiliares e servidores para atuarem nas correções; e a não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Ao longo dos trabalhos correccionais, foram:

- realizadas reuniões com os juízes federais e servidores, para debater sugestões para o melhor funcionamento dos respectivos juízos e da Justiça Federal de primeira instância;
- analisados dados e informações complementares ou circunstanciais;
- verificados os relatórios da inspeção anual realizada pelos próprios Juízes Federais (Lei 5.010, art. 13, III);
- observados os relatórios das correções gerais ordinárias da gestão anterior;
- consultados o relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juízes federais das seções e subseções judiciárias (Lei 5.010, art. 13, VIII);
- realizadas vistorias na relação dos processos selecionados previamente pela área responsável pela correção regional, assim como nos feitos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos, com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14/03/1979, art. 39);
- verificados os boletins estatísticos e o resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores;
- levantadas as condições de funcionamento e instalações físicas das diversas áreas administrativas nas seções e subseções judiciárias, através de visitas setorizadas.



QUADRO 84  
Correições gerais ordinárias

Seção judiciária	Varas	Subseções judiciárias	Data
GO	Varas de Goiânia (todas – 16) e 1ª e 2ª Turmas Recursais	1ª e 2ª Varas de Anápolis, Rio Verde, Jataí, Luziânia, Formosa, Uruaçu, Aparecida de Goiânia e Itumbiara	02 a 11/06
MA	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas de São Luís e 1ª e 2ª Turmas Recursais do Juizado Especial	1ª e 2ª Varas de Imperatriz, Bacabal e Caxias	21/07 a 01/08
TO	Varas de Palmas (todas – 4) e Turma Recursal do Juizado Especial	Araguaína e Gurupi	01 a 05/09
DF	Varas do Distrito Federal (todas – 27) e 1ª, 2ª e 3ª Turmas Recursais do Juizado Especial	–	16 a 26/09
MG	Varas de Belo Horizonte (todas – 35) e 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas Recursais do Juizado Especial	1ª e 2ª Varas de Contagem, 1ª e 2ª Varas de Divinópolis, 1ª, 2ª e 3ª Varas de Governador Valadares, 1ª e 2ª Varas de Ipatinga, Lavras, Manhuaçu, Muriaé, Paracatu, Passos, Ponte Nova, 1ª e 2ª Varas de Pouso Alegre, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, 1ª e 2ª Varas de Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Unaí, 1ª e 2ª Varas de Varginha e Viçosa	17/11 a 19/12

### INSPEÇÕES ORDINÁRIAS

Em atenção aos normativos legais (Lei 5.010/1966, art. 13, III, IV e VIII, e Provimento Geral da Coger 38/2009, art. 114), deu-se continuidade aos trabalhos de inspeção judicial, inclusive com elaboração de parecer técnico, de forma a buscar garantir maior eficiência e aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

O resultado foi o registro, no decorrer do ano, da autuação de 294 processos de Inspeção Ordinária, o que motivou o total de 630 despachos, 230 decisões e a elaboração de 250 pareceres técnicos, pela Corregedoria Regional, encaminhados eletronicamente a cada uma das varas e turmas recursais e, também, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

QUADRO 85  
Processos autuados

Classe	Quantidade		
	Físicos	SEI	Físicos + SEI
Consulta	16	7	23
Correção extraordinária	–	–	–



Classe	Quantidade		
	Físicos	SEI	Físicos + SEI
Correção geral ordinária	4	1	5
Correção parcial	58	37	95
Expediente administrativo	749	282	1.031
Inquérito	1	–	1
Inspeção ordinária	282	12	294
Procedimento avulso	111	79	190
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	–	–
Representação	1	2	3
Sindicância	–	–	–
<b>Total</b>	<b>1.222</b>	<b>420</b>	<b>1.642</b>

QUADRO 86  
Processos arquivados

Classe	Quantidade		
	Físicos	SEI	Físicos + SEI
Consulta	26	14	40
Correção extraordinária	1	–	1
Correção geral ordinária	13	1	14
Correção parcial	77	38	115
Expediente administrativo	548	52	600
Inquérito	2	–	2
Inspeção ordinária	294	5	299
Procedimento avulso	160	106	266
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	–	–
Representação	7	1	8
Sindicância	–	–	–
<b>Total</b>	<b>1.128</b>	<b>217</b>	<b>2.024</b>





QUADRO 87  
Decisões e despachos proferidos por procedimento

Classe	Decisões	Despachos	Decisões	Despachos	Decisões	Despachos
	(físicos)	(físicos)	(SEI)	(SEI)	(físicos +SEI)	(físicos +SEI)
Correção extraordinária	–	–	–	–	–	–
Correção geral ordinária	42	10	–	1	42	11
Correção parcial	6	17	8	9	14	26
Representação	2	1	1	1	3	2
Expediente administrativo	10	475	3	377	13	852
Inspeção ordinária	218	629	–	1	218	630
Procedimento avulso	25	104	–	91	25	195
Recurso em sindicância	–	–	–	–	–	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	1	–	–	–	1
Consulta	–	19	–	10	–	29
Inquérito	–	3	–	–	–	3
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>1.259</b>	<b>12</b>	<b>490</b>	<b>315</b>	<b>1.749</b>

### FISCALIZAÇÃO INTERNA

No exercício de sua competência regulamentar, a área de controle interno do Tribunal participou de todas as sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, com a atribuição de zelar pela qualidade, legalidade e eficiência dos serviços e benefícios oferecidos pelo programa de saúde da Justiça Federal da 1ª Região.

Em continuidade à política de transparência dos gastos públicos, elaborou e encaminhou, para a aprovação do Conselho de Administração, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal e das seccionais da 1ª Região. Após aprovados, os referidos relatórios, juntamente com os demonstrativos da despesa com pessoal, foram devidamente cadastrados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação (SISTN), publicados no *link* Transparência do Portal do TRF 1ª Região e remetidos ao Congresso Nacional.

Em 2014, o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas da Seção Judiciária do Acre, exercício de 2000, dando quitação plena aos responsáveis, conforme Acórdão 7.828/2014 – TCU – 1ª Câmara. O processo TC 004.202/2001-2 havia sido sobrestado, em razão da auditoria objeto do TC 004.510/2002-9.



**QUADRO 88**  
Situação atual dos processos de contas do TRF 1ª Região

Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2005	TC 015.012/2006-7	5.094/2012 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis. SJMT e SJPA – Informar, nas próximas contas, o andamento das sindicâncias 698/2004 e 490/2004, respectivamente. DOU de 30/07/2012.
2006	TC-019.899/2007-9	3.582/2008 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2007	TC-018.750/2008-6	4.580/2010 – 1ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2008	TC-015.023/2009-5	2.756/2009 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2009	TC-022.943/2010-2	–	18/11/2014 – Documento/elementos comprobatórios/ evidências juntados ao processo. 5/9/2014 – Removido o sobrestamento de processo. 5/5/2011 – Processo sobrestado. Motivo: decisão do Despacho do TC 022.943/2010-2, fl. 535 do volume 2, em 28/04/2011. Processo sobrestante 005.568/2009-0.
2010	TC-026.219/2011-5	5.850/2012 – 1ª Câmara	TRF – Contas regulares com ressalva dando-lhes quitação. Seções judiciárias vinculadas ao TRF1 – contas regulares com quitação plena. DOU de 05/10/2012.
2011	TC-021.592/2012-8	–	7/1/2013 – Situação: aberto. Unidade responsável técnica alterada de SECEX3/D2.
2012	TC 021.769/2013-3	–	14/8/2014 – Relatoria alterada de MIN-VC para MIN-BD. 9/8/2013 – Situação: aberto. Enviado por SECEX-3 para providências externas na Admin/SA.
2013	–	–	As contas do exercício 2013 não serão objeto de julgamento pelo TCU.
2014	–	–	Processo de contas em fase de elaboração, com prazo para remessa ao TCU até 31/07/2015, nos termos da DN TCU 140/2014.

As contas relativas aos exercícios de 2001 e 2002 da Seção Judiciária do Acre ainda continuam pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a saber:

**QUADRO 89**  
Contas relativas aos exercícios de 2001-2002 pendentes de julgamento pelo TCU

Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2001	TC 005.801/2002-5	–	21/11/2014 – Sobrestado até o pronunciamento definitivo no processo TC 013.777/2014-9 que o sobrestou. 03/09/2014 – Excluído (motivo de sobrestamento). 13/08/2014 – Relatoria alterada do ministro Valmir Campelo para o ministro Bruno Dantas. 11/10/2002 – (DC-1304-36/02-P) – Sobrestado.



Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2002	TC-007.193/2003-5	–	11/11/2014 – Distribuído para o gabinete da subprocuradora-geral Cristina Machado. 10/11/2014 – Enviado para parecer do MP por SECEX-AC. 03/09/2014 – Excluído (motivo: sobrestamento de processo). 19/12/2012 – Relatoria alterada de MIN-AN para MIN-BZ 13/08/04 – Sobrestado.

#### ■ Verificação e análise

As atividades de verificação e análise da documentação comprobatória de despesas do TRF 1ª Região objetivaram o monitoramento e acompanhamento da gestão, com fundamento nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência, a fim de orientar e supervisionar a adequada aplicação da legislação e da jurisprudência.

Os processos administrativos analisados foram selecionados por amostragem, com base nos critérios de risco, relevância e materialidade e, quando constatadas falhas, impropriedades ou irregularidades, elaboraram-se informações, relatórios e diligências com recomendações para adoção de medidas corretivas e preventivas, tanto para o Tribunal como para as seções judiciárias vinculadas.

144

#### ■ Despesas com pessoal

##### QUADRO 90

Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão

Assunto relacionado	Processos analisados	Diligências expedidas	Atos encaminhados ao TCU via Sisac	Atos julgados legais pelo TCU
Nomeação de servidor ou magistrado	668	48	666	564
Concessão de aposentadorias	108	76	100	44
Concessão de pensões estatutárias	10	5	7	–
Total	786	129	773	608

Os processos de prestação de contas das folhas de pagamento de servidores e magistrados do Tribunal foram examinados por amostragem, ao passo que os relativos a acertos de desligamentos e despesas de exercícios anteriores foram analisados em sua totalidade.



**QUADRO 91**  
Quantitativo de processos de folha de pagamento e  
despesa de exercícios anteriores

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas
Folha de pagamento de pessoal, ajuste de contas, cálculo de proventos e direitos dos servidores	200	585	32
Despesa de exercícios anteriores	287	237	7
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>822</b>	<b>39</b>

■ **Auxílio ao Controle Externo (TCU)**

No decorrer de 2014, foram adotadas providências para atender às determinações do Tribunal de Contas da União dirigidas à Justiça Federal da 1ª Região, expedidas em notificações de acórdãos e diligências, num total de 10 acórdãos e 7 diligências, conforme consta nos quadros a seguir:

145

**QUADRO 92**  
Atendimento aos acórdãos do TCU

Acórdão TCU	Documento de referência	Ofício Secoi	Data de atendimento	Assunto
928/2013	Ofício/Sefip 12.842, de 27/08/2013	52	20/03/2014	Encaminha documentação elaborada pelas unidades técnicas do TRF 1ª Região, para atendimento às determinações decorrentes da Auditoria de Conformidades nos atos de pessoal, realizada em 2013
044/2014	Ofício/Sefip 595, de 04/02/2014	32	24/02/2014	Encaminha planilha de cálculos e esclarecimentos acerca das providências para restituição da Vantagem Pessoal Dif. Lei 9.421/1996, recebida por beneficiária de pensão
152/2014	Ofício/Sefip 371, de 30/01/2014	42	11/03/2014	Encaminha esclarecimentos prestados pela Secre-TRF acerca do cumprimento do acórdão
154/2014	Ofício/Sefip 533, de 30/01/2014	33	24/05/2014	Encaminha documento de comprovação de ciência de interrupção de pagamento de pensão
1.680/2014	Ofício/Sefip 3.503, de 06/05/2014	116	20/05/2014	Encaminha documentação comprovante de licença à gestante usufruída entre a data de nomeação e a posse em novo cargo efetivo
1.743/2014	Ofício/Sefip 3.565, de 07/05/2014	137	29/05/2014	Encaminha comprovação de ciência de servidora aposentada acerca do teor do Ofício Sefip/TCU
1.390/2014	Ofício/Sefip 5.073, de 03/06/2014	151	09/06/2014	Encaminha à Diges-TRF notificação referente ao cumprimento da jornada de trabalho pelos analistas judiciários – especialidade: médico
3.312/2014	Ofício/Sefip 6.744, de 15/08/2014	206	15/08/2014	Encaminha comprovação de ciência de servidor sobre opção de aposentadoria fundamentada na CF, art. 40, § 3º, com redação da EC 41/2003



Acórdão TCU	Documento de referência	Ofício Secoi	Data de atendimento	Assunto
3.599/2014	Ofício/Sefip 8.101, de 01/08/2014	221	11/09/2014	Encaminha informações prestadas pela Secre-TRF acerca das determinações contidas no Acórdão TCU 3.599/2014, que reiterou o Acórdão 10.267/2011-TCU-1ª Câmara
2.211/2014	Ofício/Sefip 9.477, de 28/08/2014	3	22/01/2015	Comunica o não reconhecimento do pedido de reexame do Acórdão 1.390/2014, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, mantendo a determinação de cumprimento da jornada de trabalho pelos analistas judiciários – especialidade: médico

### QUADRO 93

#### Atendimento às demais diligências do TCU

Diligência/data	Ofício Secoi	Data de atendimento	Assunto
Ofício/Sefip 1.188, de 19/02/2014	36	28/02/2014	Encaminha documentação referente à concessão de pensão
Ofício/Sefip 1.608, de 06/03/2014	58	21/03/2014	Encaminha esclarecimentos prestados pela Secre-TRF sobre incorporação de funções por servidora aposentada
Ofício/Sefip 2.445, de 01/04/2014	97	07/05/2014	Encaminha mídia contendo informações sobre fichas financeiras de abril/2014 de servidores e magistrados do TRF e seccionais da 1ª Região
Ofício/Sefip 3.926, de 14/05/2014	146	05/06/2014	Encaminha mídia contendo informações sobre fichas financeiras, referentes ao pagamento de pensionistas na situação de filha maior solteira, com fundamento da Lei 3.373/1958
Ofício/Sefip 5.844, de 25/06/2014	178	15/07/2014	Encaminha documentos solicitados no Ofício 5.844/2014, em relação a servidores das seções judiciárias vinculadas
Ofício/Sefip 10.217, de 220/9/2014	244	13/11/2014	Encaminha mídia contendo informações sobre fichas financeiras de setembro/2014, de servidores e magistrados do TRF e seccionais da 1ª Região
Ofício/Sefip 10.406, de 29/09/2014	03	22/01/2015	Encaminha Fax do STF, de 24/9/2014, com deferimento de pedido de liminar para suspender os efeitos do Acórdão TCU 1.390/2014

#### ■ Despesas com licitações, contratos, convênios e ajustes congêneres

Com vistas a avaliar, acompanhar e monitorar as licitações, inexigibilidades, dispensas, contratos, convênios e ajustes congêneres realizados pelo Tribunal, bem como orientar a realização nas seções judiciárias vinculadas, a fim de comprovar a adequada aplicação dos recursos públicos, foram analisados processos administrativos diversos, conforme relação a seguir.



QUADRO 94  
Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas
Licitações e contratos administrativos	124	126	16
Despesas com contratações diretas (que geraram termo de contrato)	4	6	7
Despesas com contratações diretas (sem termo de contrato)	141	141	6
Suprimento de fundos	54	54	2
Autorizações de viagem a serviço	346	255	10
Ajuda de custo e despesas diversas	78	24	8
Bolsa de estudos	3	2	–
Gratificação por encargo de curso ou concurso	1	–	03
Estágio remunerado	1	–	01
Despesas do Pro-Social	394	–	–
Penalidades administrativas	45	45	–
Total	1.191	655	53

#### ■ Controle da execução da obra de construção da nova sede

A área de controle interno realizou análises prévias ao pagamento das notas fiscais dos contratos relacionados à construção do edifício-sede com vistas a assegurar à Administração do Tribunal, a cada medição e pagamento contratual, a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, entre outras que venham a ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Também foram examinadas as minutas de termos de referência, editais e contratos, em cumprimento à Resolução CNJ 114/2009, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário.

O TCU, durante o exercício, apreciou as providências e justificativas apresentadas pelos gestores do TRF 1ª Região no Processo TC-043.834/2012-4 (Relatório de Inspeção) e considerou cumpridas as determinações contidas no Acórdão 460/2013 – TCU – Plenário. Em vista disso, foi expedido o Acórdão 3.536/2014 – TCU – Plenário, determinando o arquivamento dos autos.

#### ■ Análise e controle contábil

Com vistas ao registro da conformidade contábil, foram supervisionados os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça Federal da 1ª Região, mediante a análise de processos administrativos e consultas aos sistemas administrativos do TRF 1ª Região e do Governo Federal (Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg).



### ■ Objeto da análise contábil

Como resultado dessa análise, apresentam-se a seguir algumas das principais informações expedidas:

a) análise, acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2014 e abertura de 2015 no Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal – Siafi;

b) prestação de orientação e apoio técnico às unidades gestoras e aos órgãos setoriais na utilização do Siafi, na aplicação de normas e utilização de técnicas contábeis;

c) registro da conformidade contábil das unidades gestoras do Tribunal, com base na análise da movimentação mensal e dos registros de gestão no Siafi, atestando a regularidade ou não dos demonstrativos contábeis;

d) elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do TRF 1ª Região, em conjunto com a área de planejamento estratégico;

e) encaminhamento às unidades gestoras de diligências, orientações contábeis e respostas a consultas sobre matéria contábil, orçamentária, patrimonial e tributária;

f) registro da conformidade dos operadores que utilizam os sistemas Siafi, Siasg e Siafi Gerencial das unidades gestoras do Tribunal;

g) emissão de informações resultantes da análise de processos referentes à baixa/incorporação de bens móveis, aquisição de material de consumo e permanente, compras centralizadas, classificação da despesa, registros na conta de depreciação acumulada;

h) acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis referentes a contratos, diárias e aos saldos das contas de garantias contratuais (seguro, fiança e cauções) no âmbito da UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando ao devido ajuste no Siafi;

i) análise das planilhas de memória de cálculo das provisões de encargos trabalhistas para liberação de férias, abono, 13º salário, rescisões contratuais e multa do FGTS de prestadores cujos contratos foram celebrados sob a égide das Resoluções 98/2009, 169/2013 e 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

j) acompanhamento e conciliação da conta 21261.00.00 – GRU – Valores em Trânsito para Estorno de Despesa referente à UG 090049 – Justiça Federal da 1ª Região – Precatórios/RPV, solicitando ao setor de execução a regularização;

k) análise de ressarcimentos das despesas com honorários de peritos decorrentes de RPVs expedidas pelos Juizados Especiais Federais nas seções judiciárias que compõem a 1ª Região;

l) emissão de análise sobre ressarcimentos, por meio de expedição de RPVs, das despesas com honorários de peritos das seções judiciárias que compõem a 1ª Região em processos de Juizados Especiais Federais;

m) acompanhamento e análise de processos sobre recolhimento da contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, incidente sobre precatórios/RPVs sacados em conta vinculada;



n) análise de pagamento de precatórios de entes não integrantes do Siafi, cujos processos judiciais não estão cadastrados no Procjud e não são considerados como despesa do Orçamento Fiscal e da seguridade Social.

Também merece destaque a análise de processos administrativos que versam sobre reposição ao erário em virtude de desligamento de servidores, regularização de conta contábil em razão de despesa inscrita indevidamente em restos a pagar, emissão de empenho em subitem da despesa incompatível com a ação orçamentária e contas com saldo invertido, despesa de exercícios anteriores, dispensa de função comissionada ou cargo comissionado e desligamento de servidor, acerto de remuneração (adicional de férias, recolhimento de contribuição previdenciária), conferência de memória de cálculo das provisões de encargos trabalhistas e acompanhamento da evolução dos registros na conta de depreciação acumulada.

#### QUADRO 95

Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade

Documentos	Quantidade
Informações expedidas como resultado de análise de processos administrativos	756
Análise de processos administrativos que não geraram informação	71
Análise de processos de diárias no sistema e-AVS – Autorização de Viagem a Serviço	141
<b>Total</b>	<b>968</b>

149

#### QUADRO 96

Quantitativo de orientações contábeis expedidas

Documentos	Quantidade
Solicitação de regularização contábil no Siafi	550
Respostas a consultas para TRF e seccionais	285
Diligências/questionamentos contábeis direcionados às unidades gestoras da 1ª Região	88
Documentos cadastrados na intranet, página da Secoi	438
Cadastramento de operadores e cadastradores nos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siafi Educacional, Siafi Gerencial e Siasg)	285
Registro de conformidade contábil e de operadores	72
<b>Total</b>	<b>1.718</b>

#### ■ Informativo da área de controle interno

A área do Tribunal responsável pelo controle interno elabora, quinzenalmente, o Informe Secoi, que é encaminhado por correio eletrônico às unidades interessadas e publicado no portal do TRF 1ª Região. O informativo reúne seleção atualizada de normas





legais e regulamentares, soluções de consultas da Receita Federal do Brasil, bem como jurisprudência do Tribunal de Contas da União e tribunais superiores relativas às áreas administrativas e de controle interno. No decorrer do ano, foram elaborados e divulgados, no portal, 52 informativos.

## AUDITORIA

Em função das determinações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho da Justiça Federal – CJF, estabeleceram-se ações específicas para a Justiça Federal, as quais foram incluídas no Plano Anual de Auditoria:

- o CNJ solicitou a realização de ação coordenada de auditoria na área de tecnologia da informação, em conformidade com o Acórdão TCU 1.603/2008;
- o CJF, por intermédio do seu Comitê Técnico de Controle Interno – CTCI, estabeleceu ações conjuntas no âmbito da Justiça Federal, tendo como temática os sistemas de controles internos administrativos.

Os trabalhos foram executados de acordo com os parâmetros das auditorias operacionais e das ações coordenadas de auditoria, nos termos da Resolução CNJ 171, de 01/03/2013.

O quadro a seguir apresenta o cronograma das auditorias realizadas no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região durante o exercício.

**QUADRO 97**  
Execução de auditorias na Justiça Federal da 1ª Região

Órgão	Tipo de auditoria	Localidade	Dias úteis	Período	Equipe
Seção Judiciária do Amapá	Auditoria Operacional – 022/2014	Macapá	12	06 a 21/02	4
Seção Judiciária do Piauí	Auditoria Operacional – 026/2014	Teresina	20	17/03 a 11/04	4
TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 038/2014	Brasília	56	30/05 a 09/10	8
TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 049/2014	Brasília	43	01/10 a 28/11	7
Seção Judiciária do Amazonas	Auditoria Operacional – 050/2014	Manaus	25	11/07 a 15/08	4
Seção Judiciária de Minas Gerais	Auditoria Operacional – 051/2014	Belo Horizonte	17	28/08 a 19/09	4

### ■ Auditoria de Gestão

Tendo em vista a Decisão Normativa TCU 132, de 2/10/2013, o TRF 1ª Região e as seções judiciárias vinculadas não foram incluídos entre as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis teriam as contas de 2013 julgadas pelo TCU, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 01/09/2010.



### ■ Auditorias operacionais

Em 2014, foram realizadas auditorias operacionais nas seções judiciárias do Amapá, Piauí, Amazonas e Minas Gerais, com ações que abrangeram as atividades de gestão de estoques de materiais (almoxarifado), de patrimônio (bens móveis) e de veículos oficiais, cujos resultados constam de relatórios encaminhados às seções judiciárias, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos e ao atendimento de normas legais e regulamentares.

Quanto às auditorias operacionais realizadas no TRF 1ª Região, estas objetivaram avaliar:

- Auditoria Operacional 038/2014 – execução dos Contratos 15/2010 e 54/2012 relativos à prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e vigilância, respectivamente, sob os critérios da Lei 8.666/1993, da Instrução Normativa SLTI/MP 05, de 30/6/2014, e da jurisprudência do TCU.

- Auditoria Operacional 049/2014 – aspectos do planejamento existente e os procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de tecnologia da informação (TI), em vista dos critérios estabelecidos na IN SLTI 04/2010, na Resolução CNJ 182/2013 e nas Resoluções CJF 187/2012 e 279/2013.

### ■ Avaliação e monitoramento das auditorias

A avaliação e o monitoramento das auditorias realizadas têm por objetivo analisar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao cumprimento das recomendações expedidas, bem como os resultados e benefícios alcançados, procurando auxiliar os procedimentos e controles administrativos dos atos de gestão das unidades auditadas.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de processos administrativos analisados e de documentos, recomendações e solicitações de providências expedidas em auditoria operacional:

QUADRO 98  
Documentos técnicos expedidos em auditorias

Auditoria	Processos analisados	Documentos expedidos	Recomendações
AOp - 022/2014	12	12	40
AOp - 026/2014	11	8	79
AOp - 038/2014	9	3	35
AOp - 049/2014	10	5	23
AOp - 050/2014	33	8	27
AOp - 051/2014	15	5	15
Outras ações de auditoria	8	37	109
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>78</b>	<b>328</b>



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Promover a conciliação.

### ■ Descrição do objetivo

Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade.

### SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

O incentivo à conciliação é um ponto de partida para que o país possa oferecer uma Justiça mais acessível, rápida e efetiva para a solução de conflitos, reduzindo os custos e o tempo de duração do processo. Ao longo de 2014, buscou-se divulgar e incrementar o trabalho da Justiça Conciliatória, com o intuito de consolidar essa nova forma de resolução de litígios e dar cumprimento às metas e aos objetivos tanto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ quanto da Presidência do Tribunal.

Como resultado do trabalho realizado em 2014, o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região logrou aumentar significativamente o número de acordos obtidos em relação ao ano anterior. Com efeito, foram realizadas 122.739 homologações de acordos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (fase processual e pré-processual), representando um aumento percentual de 17% em relação aos 105.168 acordos obtidos em 2013.

Os resultados alcançados deram-se a partir do desenvolvimento e implantação de novos projetos, tais como:

1. “Quero Conciliar”, por intermédio do qual qualquer parte ou advogado pode manifestar, pela internet, seu interesse em conciliar em todo tipo de processo e independentemente do assunto e do valor da causa;
2. parceria com a Caixa Econômica Federal e disponibilização de sala, situada no próprio Núcleo Central de Conciliação, para análise e triagem de processos por equipe técnica daquela instituição, com o intuito de possibilitar a conciliação logo após o recebimento dos feitos no Tribunal;
3. parceria com a Advocacia-Geral da União, para a redução da litigiosidade, tendo-se ajustado a remessa semanal de processos, com vistas à tentativa de conciliação, mormente nos casos em que já existe entendimento jurisprudencial pacificado;
4. instalação de sistema de videoconferência, para realização de audiências de conciliação no Núcleo Central de Conciliação, evitando-se a devolução de processos às unidades processantes de origem, para a realização desse ato;
5. utilização pelos servidores do Núcleo Central de Conciliação dos sistemas G-Doc, GPD, envio eletrônico e de publicação, o que permitiu maior agilidade na tramitação dos processos submetidos à tentativa de conciliação; e



6. participação de equipe da unidade de conciliação em mutirões externos, para apoio técnico e operacional a trabalhos conciliatórios efetuadas em seções judiciárias integrantes da 1ª Região.

Durante o ano, foram realizados diversos mutirões de audiências nas unidades de conciliação, bem como nas varas ou Juizados Especiais. No caso do Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso, a alocação de estrutura física e recursos humanos permitiu que as audiências de conciliação passassem a ocorrer rotineiramente.

Outro fator determinante do impulsionamento da conciliação deve-se à parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que tem redundado em um número elevado de conciliações em matéria de benefícios previdenciários. No Tribunal, e em algumas seccionais, a implantação dos benefícios é efetivada em terminal do INSS instalado dentro da própria unidade de conciliação, o que confere efetividade ao cumprimento dos acordos em prol dos beneficiários da previdência social.

No ano de 2014, foram homologados, somente no Tribunal, 1.063 acordos previdenciários, com valor total negociado de R\$ 4.337.120,30.

Iniciaram-se, ainda, tratativas com a Fazenda Nacional, para estender a conciliação às execuções fiscais tributárias e não tributárias.

A prática da conciliação tem-se espalhado também a causas coletivas e complexas. Destacam-se, nesse diapasão, a atuação do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região em ações de desapropriação/desocupação de grandes áreas, tais como as relacionadas à ampliação da BR-381 e ao Anel Rodoviário de Belo Horizonte, bem como a atuação nos conflitos que envolvem a consolidação/regularização de área no Parque Nacional da Serra da Canastra.

Nessas espécies de demanda, as atividades conciliatórias direcionam-se a garantir a realização de programas de governo em prol da sociedade — obstados por processos judiciais que tramitam por longos anos —, velando, contudo, pela desocupação humanizada de milhares de famílias, pela preservação do patrimônio humano imaterial, ambiental, pelo fomento ao emprego e desenvolvimento e pela coibição do trabalho escravo.

Faz-se importante destacar que a prática conciliatória teve seu incremento a partir de 2012, com a criação das unidades de conciliação com quadro próprio de servidores. Por conseguinte, entende-se satisfatório o substancial crescimento, ano a ano, da celebração de acordos realizados apenas nessas unidades, como atestam os somatórios abaixo:

QUADRO 99  
Evolução da conciliação

Ano	Quantidade
2012	5.468
2013	9.584
2014	16.310



Na intenção de se conferir maior autonomia às unidades de conciliação e de complementar a normatização do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon, a atual gestão (2014/2016) elaborou minuta de resolução conjunta da Presidência, Corregedoria e do SistCon destinada a regulamentar a capacitação e o cadastramento de conciliadores, bem como dispor sobre a forma, trâmite e destino das reclamações pré-processuais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, entre outras providências. Referido projeto encontra-se em fase final de aprovação.

Há, ainda, muito o que fazer em termos de estruturação das unidades de conciliação de todas as seccionais integrantes da 1ª Região, tanto em relação à melhoria das instalações físicas dessas unidades, quanto à alocação de recursos humanos qualificados e uniformização dos respectivos procedimentos.

O objetivo primordial do SistCon é combinar a eficiência e a eficácia para garantir a consolidação desse importante mecanismo de pacificação social.

### **CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL NOS JEFs**

Em 2 de julho, foi emitida a Portaria Cojef 9, que recomenda a adoção da conciliação pré-processual em todos os JEFs da 1ª Região. A medida foi adotada observando a Resolução 125/2010 do CNJ, bem como a Resolução Presi/Cenag 2/2011 do TRF 1ª Região, que criou o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon.

Trata-se de norma que visa proporcionar prestação de serviço mais célere e eficiente à população, reduzindo a judicialização de conflitos, a quantidade de recursos e a execução de sentenças. “A conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios cada vez mais presentes no cenário jurídico, devendo ser aperfeiçoadas e consolidadas”, considera a portaria.

A expectativa é que o documento venha a estimular os procedimentos pré-processuais que ficarão a cargo da Central ou Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Secon). Nas cidades que não contam com estas unidades, as sessões pré-processuais de conciliação deverão ocorrer nos próprios Juizados.

Nos termos do normativo, qualquer processo dos JEFs em que houver viabilidade de acordo poderá ser objeto da chamada “Reclamação pré-processual”, sem prejuízo de eventual tentativa de conciliação futura pelo juiz que receber o processo por distribuição. Os acordos homologados na fase pré-processual deverão ser computados para todos os fins, inclusive os estatísticos.

De acordo com o coordenador dos JEFs, o Judiciário percebeu a necessidade de estimular e contribuir para a consolidação da cultura da conciliação no meio da sociedade civil, como forma efetiva de pacificação social e de tornar excepcional a via judicial. Atualmente, existem mais de 92 milhões de processos em tramitação no Brasil, sendo mais de 11 milhões nos órgãos da Justiça Federal. Abriu-se a possibilidade de o próprio tecido social ser capaz de construir soluções pacíficas para as controvérsias, sem necessidade de judicialização.

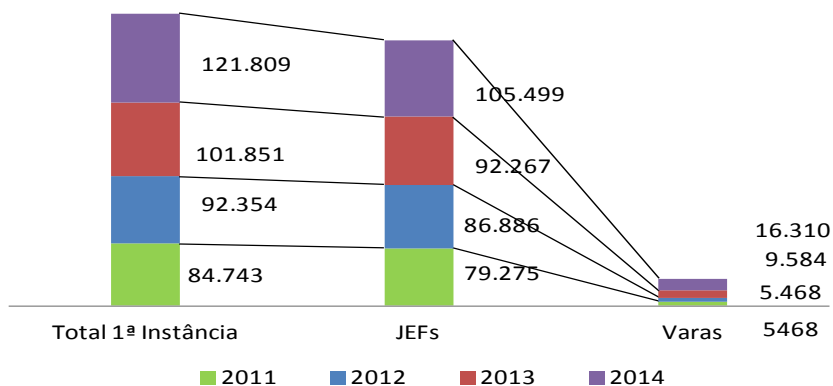
Assevera, ainda que essa ideia, como uma habitualidade social, precisa ser construída dia após dia. Trata-se de uma guinada gerencial e de vida. Para tanto, o CNJ criou



uma classe denominada Reclamação pré-processual, a fim de que a população comece a adquirir confiança na solução não adversarial e pré-processual. Essa é uma transição necessária e pedagógica. Precisamos construir tal direção, tendo a convicção, todavia, de que a conciliação pré-processual não será gerida, no futuro, pelo Judiciário, mas sim pela própria sociedade civil.

A importância da conciliação no âmbito dos JEFs pode ser medida pela representatividade das ações conciliadas na 1ª Região. Nos últimos quatro anos, os JEFs têm realizado mais de 90% do total de conciliações da 1ª Região.

GRÁFICO 21  
Conciliações realizadas nas varas e juizados - 2011 a 2014



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.

### ■ Descrição do objetivo

Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das turmas recursais, das turmas regionais de uniformização e da turma nacional de uniformização, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.

### TURMAS RECURSAIS

A Lei 12.665/2012 criou 25 turmas recursais para a 1ª Região, a serem localizadas pelos próprios Tribunais Regionais Federais, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 1º da



Resolução 198/2012, do Conselho da Justiça Federal, competentes para processar e julgar os recursos interpostos nos Juizados Especiais Federais – JEFs, nos termos da Lei 10.259/2001.

Já tendo instalado, em 2013, 13 turmas recursais com estrutura permanente, foram instaladas e estruturadas mais 11 turmas recursais e destinados 33 cargos de juiz federal à atuação nesses colegiados, restando para o ano de 2015 somente a instalação, em caráter permanente, da Turma Recursal do Acre.

Destaca-se a instalação da Turma Recursal de Juiz de Fora, com competência para julgamento dos recursos interpostos nos JEFs das Subseções Judiciárias de Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, São João Del Rei e Viçosa, e da Turma Recursal de Uberlândia, competente para o julgamento dos recursos interpostos nos JEFs das subseções judiciárias de Uberlândia, Paracatu, Patos de Minas, Uberaba, Unaí e Ituiutaba.

Com a descentralização dessas duas turmas recursais, o Tribunal procurou levar a justiça para mais perto do jurisdicionado, notadamente o de menor poder aquisitivo, que representa a grande maioria dos litigantes dos Juizados Especiais Federais.

QUADRO 100  
Turmas recursais da 1ª Região

Turma recursal	Ato normativo	Instalação em caráter permanente	Jurisdição
TR/AC	Resolução Presi/Secge 1/2014	Prevista para o início de 2015	Estado do Acre
	Instalação em caráter permanente Portaria Presi 38/2015		
TR/AM-RR	Resolução Presi/Secge 1/2014	11/03/2014	Estados do Amazonas e de Roraima
	Instalação em caráter permanente Portarias Presi/Secge 56 e 65/2014		
1ª TR/BA	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	26/03/2013	Estado da Bahia
2ª TR/BA	(1ª e 2ª Turma em caráter permanente)		
3ª TR/BA	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013		
	Instalação Portaria Presi/Secge 196/2013		
4ª TR/BA	Resolução Presi/Secge 1/2014	07/04/2014	
	Instalação Portaria Presi/Secge 85/2014		
1ª TR/DF	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	26/03/2013	
	(1ª Turma em caráter permanente)		
2ª TR/DF	Resolução Presi/Secge 05/2013	25/03/2014	Distrito Federal
	Instalação Portaria Presi/Secge 73/2014		
3ª TR/DF	Resolução Presi/Secge 1/2014		
	Instalação Portaria Presi/Secge 73/2014		



Turma recursal	Ato normativo	Instalação em caráter permanente	Jurisdição
1ª TR/GO	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	26/03/2013	Estado de Goiás
	(1ª Turma em caráter permanente)		
2ª TR/GO	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	30/08/2013	
	Instalação Portaria Presi/Cenag 133/2013		
1ª TR/MA	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	26/03/2013	Estado do Maranhão
	(1ª Turma em caráter permanente)		
2ª TR/MA	Resolução Presi/Secge 1/2014	31/03/2014	
	Instalação Portaria Presi/Secge 74/2014		
TR/MT	Resolução Presi/Secge 1/2014	14/04/2014	Estado de
	Instalação em caráter permanente Portaria Presi/Secge 78/2014		Mato Grosso
1ª TR/MG	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	26/03/2013	Subseções Judiciárias de Minas Gerais, menos as abrangidas pelas TR/JFO e TR/UDI
2ª TR/MG	(1ª, 2ª e 3ª Turmas em caráter permanente)		
3ª TR/MG			
4ª TR/MG	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	23/04/2013	
	Instalação Portaria Presi/Cenag 46/2013		
TR/JFO	Resolução Presi/Secge 1/2014	10/10/2014	
	Instalação Portaria Presi 332/ 2014		
TR/UDI	Resolução Presi/Secge 1/2014	09/12/2014	Subseções de Judiciárias de Uberlândia, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Uberaba e Unai
	Instalação Portaria Presi 421/2014		
1ª TR/PA-AP	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013	26/03/2013	Estados do Pará e do Amapá
	(1ª Turma em caráter permanente)		
2ª TR/PA-AP	Resolução Presi/Secge 1/2014	19/09/2014	
	Instalação Portaria Presi/Secge 301/2014		
TR/PI	Resolução Presi/Secge 1/2014	13/06/2014	Estado do Piauí
	Instalação em caráter permanente – Portaria Presi/Secge 209/2014		





Turma recursal	Ato normativo	Instalação em caráter permanente	Jurisdição
TR/RO	Resolução Presi/Secge 1/2014	24/02/2014	Estado de Rondônia
	Instalação em caráter permanente – Portaria Presi/Secge 45/2014		
TR/TO	Resolução Presi/Secge 1/2014	24/11/2014	Estado do Tocantins
	Instalação em caráter permanente – Portaria Presi 373/2014		

# RECURSOS

## GESTÃO DE PESSOAS

Objetivos estratégicos

- Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia
- Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

## INFRAESTRUTURA E TI

Objetivos estratégicos

- Prover estrutura e meios de segurança adequados
- Garantir soluções tecnológicas efetivas

## ORÇAMENTO

Objetivo estratégico

- Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

# GESTÃO DE PESSOAS

## MAGISTRADOS DA 1ª REGIÃO

### ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Em 25 de junho, o juiz federal Marcos Augusto de Sousa tomou posse como desembargador federal em vaga decorrente da aposentadoria voluntária, em 2013, do desembargador federal Catão Alves.

Em 1º de dezembro o juiz federal João Luiz de Sousa tomou posse como desembargador federal em vaga decorrente da aposentadoria voluntária, em 2014, do desembargador federal Leomar Amorim.

Em 16 de dezembro tomaram posse os juízes federais Gilda Sigmaringa Seixas e Jamil de Jesus Oliveira, como desembargadores federais, em vagas decorrentes das aposentadorias voluntárias, em 2014, dos desembargadores federais Selene Almeida e Tolentino Amaral, respectivamente.

Em 28 de fevereiro de 2014, o desembargador federal Carlos Olavo deixou o Tribunal, em decorrência da aposentadoria voluntária.

foto: Samuel de Oliveira



Posse do desembargador federal Marcos Augusto de Sousa.

foto: Antônio Soares



Posse do desembargador federal João Luiz de Sousa.



foto: André Novaes



Posse dos desembargadores federais Gilda Sigmaringa Seixas e Jamil de Jesus Oliveira.

## DIRETORIAS DE FORO

### QUADRO 101

#### Diretores e vice-diretores de foro

Seção judiciária	Diretor	Vice-diretor
AC	Náiber Pontes de Almeida	Jair Araújo Facundes
AP	Lívia Cristina Marques Peres	Anselmo Gonçalves da Silva
AM	Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	Ana Paula Serizawa Silva Podedworny
BA	Iran Esmeraldo Leite	Dirley da Cunha Júnior
DF	Rui Costa Gonçalves	Vallisney de Souza Oliveira
GO	Paulo Ernane Moreira Barros	Carlos Roberto Alves dos Santos
MA	Ronaldo Castro Destêrro e Silva	Lino Oswaldo Serra Sousa Segundo
MG	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	Simone dos Santos Lemos Fernandes
MT	Marcelo Meireles Lobão	Roberto Luis Luchi Demo
PA	Arthur Pinheiro Chaves	Lucyana Said Daibes Pereira
PI	Daniel Santos Rocha Sobral	Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira
RO	Tales Krauss Queiroz	Dimis da Costa Braga
RR	Wagner Mota Alves de Souza	Clara da Mota Santos Pimenta Alves
TO	Denise Dias Dutra Drumond	Waldemar Claudio de Carvalho



## PROVIMENTO DE CARGOS NA 1ª INSTÂNCIA

No primeiro grau de jurisdição, a Justiça Federal da 1ª Região conta com um quadro de 657 cargos de juiz federal e de juiz federal substituto, sendo 379 providos e 278 vagos.

### QUADRO 102

#### Cargos de juiz federal e juiz federal substituto

Seção judiciária	Juiz federal			Juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
AC	6	2	8	–	5	5
AM	9	4	13	–	10	10
AP	5	3	8	2	6	8
BA	51	4	55	7	36	43
DF	33	3	36	18	9	27
GO	29	2	31	6	19	25
MA	20	4	24	2	16	18
MG	92	9	101	33	50	83
MT	15	5	20	–	17	17
PA	12	16	28	1	21	22
PI	13	3	16	6	7	13
RO	4	9	13	1	9	10
RR	4	–	4	1	3	4
TO	7	2	9	2	4	6
Total	300	66	366	79	212	291

## CONCURSO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

Aberto para preencher, inicialmente, 81 vagas, o XV Concurso Público para Provisamento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, iniciado em 2013 e concluído em dezembro de 2014, aprovou 58 candidatos.

Antes mesmo da conclusão do certame, iniciaram-se, em meados de agosto, as tratativas para a contratação de instituição especializada para a realização do XVI Concurso Público para Provisamento do Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, ocasião em que foram escolhidos os membros da Comissão de Concurso. O contrato deverá ser firmado com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos – Cebbraspe/Cespe, no início de 2015, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/1993, com vigência de dois anos.

Tal procedimento, de caráter inovador, permitirá ao Tribunal, sem ferir a legislação, reduzir o intervalo entre a realização dos concursos, tornando mais ágil o provimento de cargos vagos de magistrados na 1ª Região.

**VACÂNCIA****QUADRO 103****Vacância no TRF 1ª Região**

Desembargador federal	A partir de	Motivo
Carlos Olavo Pacheco de Medeiros	28/01/2014	Aposentadoria voluntária
Leomar Barros Amorim de Sousa	28/02/2014	Aposentadoria voluntária
Luciano Franco Tolentino Amaral	01/06/2014	Aposentadoria voluntária
Selene Maria de Almeida	06/04/2014	Aposentadoria voluntária

**QUADRO 104****Vacância nas seções judiciárias**

Juiz federal	Seção judiciária	A partir de	Motivo
Sidiny Garcia Filho	5ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG	09/07/2014	Aposentadoria

**VITALICIAMENTO****QUADRO 105****Vitaliciamento dos juízes federais substitutos**

Juiz federal substituto	Data do vitaliciamento
Adonias Ribeiro de Carvalho Neto	05/09/2014
Eduardo de Assis Ribeiro Filho	05/07/2014
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro	03/07/2014
Francisco Vieira Neto	17/09/2014
Ilan Preser	17/09/2014
Jamyl de Jesus Silva	04/09/2014
Renato Coelho Borelli	05/09/2014



## CONVOCAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS

### QUADRO 106

#### Auxílio em gabinete de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária de origem
Mário César Ribeiro (presidente)	Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho Klaus Kuschel Márcio Barbosa Maia	GO MG DF
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)	Luciana Pinheiro Costa	MG
Carlos Olavo (corregedor regional)	Carlos Augusto Pires Brandão César Cintra Jatahy Fonseca	PI BA
Neuza Alves (Cojef)	Murilo Fernandes de Almeida	MG
Cândido Ribeiro (presidente)	Antonio Oswaldo Scarpa César Cintra Jatahy Fonseca Luciana Pinheiro Costa	BA BA MG
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)	Lincoln Rodrigues de Farias David Wilson de Abreu Pardo Marcelo Velasco Nascimento Albernaz Rodrigo Navarro de Oliveira	SSJ/UDI DF DF DF
Reynaldo Fonseca (Cojef)	Murilo Fernandes de Almeida	MG

### QUADRO 107

#### Substituição de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Origem
Ângela Catão	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	MG BA
Candido Moraes	Carlos D'Ávila Teixeira	BA
Cândido Ribeiro	Luciana Pinheiro Costa Roberto Carvalho Veloso Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	MG MA MA
Carlos Olavo	Carlos Augusto Pires Brandão	PI
Catão Alves	Henrique Gouveia da Cunha	DF
Daniel Paes Ribeiro	Daniele Maranhão Costa	DF
Francisco de Assis Betti	Cleberon José Rocha	DF
Hilton Queiroz	Marcus Vinícius Reis Bastos Pablo Zuniga Dourado	DF MA
I'talo Mendes	Clemência Maria Almada Lima de Ângelo Rosimayre Gonçalves de Carvalho	MA DF
Jirair Aram Meguerian	Hind Ghassan Kayath	PA



Desembargador federal	Juiz federal convocado	Origem
João Batista Moreira	Evaldo de Oliveira Fernandes, filho Márcio Barbosa Maia	MG DF
José Amílcar Machado	Evaldo de Oliveira Fernandes, filho Rodrigo de Godoy Mendes	MG MG
Leomar Amorim	Lino Oswaldo Serra Sousa Segundo Roberto Carvalho Veloso Alexandre Buck Medrado Sampaio	MA MA MG
Luciano Amaral	Jamil Rosa de Jesus Oliveira Rafael Paulo Soares Pinto	DF DF
Marcos Augusto de Sousa	Mark Yshida Brandão	GO
Mário César Ribeiro	Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho Klaus Kuschel Carlos Eduardo Castro Martins	GO MG DF
Mônica Sifuentes	Renato Martins Prates Alexandre Buck Medrado Sampaio	MG MG
Ney Bello	Iran Esmeraldo Leite Pablo Zuniga Dourado	BA MA
Neuza Alves	Fábio Moreira Ramiro Murilo Fernandes de Almeida	BA MG
Néviton Guedes	David Wilson de Abreu Pardo	DF
Novély Vilanova	Lana Lígia Galati Mark Yshida Brandão	DF GO
Reynaldo Fonseca	Murilo Fernandes de Almeida Ronaldo Castro Destêrro e Silva	MG MA
Selene Almeida	Márcio Barbosa Maia Gilda Seixas	DF DF
Souza Prudente	Carlos Eduardo Castro Martins	DF

## QUADRO 108

## Auxílio em outros órgãos

Órgão	Juiz federal convocado	Origem
STJ	Alexandre Buck Medrado Sampaio (auxílio)	MG
	Márcio Flávio Mafra Leal (auxílio)	DF
	Vallisney de Souza Oliveira (auxílio)	DF
	Márcio Luiz Coêlho de Freitas (auxílio)	DF
CNJ	Saulo José Casali Bahia (conselheiro)	BA





## MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

### QUADRO 109

Juízes federais e juízes federais substitutos desligados por remoção

Juiz federal e juiz federal substituto	Removido para
Arnaldo Pereira de Andrade Segundo	5ª Região
Adrian Soares Amorim de Freitas	5ª Região
Andréa de Araujo Peixoto	2ª Região
Lucas Mariano Cunha A. Albuquerque	5ª Região
Luiz Bispo da Silva Neto	5ª Região
Priscilla Pinto de Azevedo	4ª Região
Sávio Soares Klein	2ª Região

167

### QUADRO 110

Juízes federais e juízes federais substitutos ingressos por remoção

Juiz federal e juiz federal substituto	Origem
Adonias Ribeiro de Carvalho Neto	5ª Região
Eduardo de Assis Ribeiro Filho	2ª Região
Jamyl de Jesus Silva	2ª Região
Marco Fratteezi Gonçalves	5ª Região
Renato Coelho Borelli	5ª Região

### QUADRO 111

Remoção de juiz federal

Juiz federal	Origem	Destino
Agliberto Gomes Machado	Vara Única Federal SSJ Caxias	3ª Vara Federal SJPI
Alaôr Piacini	2ª Vara Federal SSJ Ji-Paraná	2ª Vara Federal SSJ Anápolis
Alex Schramm de Rocha	Vara Única Federal SSJ de Bom Jesus da Lapa	Vara Única Federal SSJ Eunápolis
Alexandre Henry Alves	Vara Única Federal SSJ Jataí	Vara Única Federal SSJ Ituiutaba



Juiz federal	Origem	Destino
Ana Carolina Campos Aguiar	1ª Vara Federal SJAC 1ª Vara Federal SSJ Ipatinga	1ª Vara Federal SSJ Ipatinga Vara Única Federal SSJ Janaúba
Ana Carolina Dias Lima Fernandes	2ª Vara Federal SSJ Vitória da Conquista 3ª Vara Federal SSJ Feira de Santana	3ª Vara Federal SSJ Feira de Santana 2ª Relatoria da 4ª TR/BA
Ana Paula Rodrigues Mathias Nunes	Vara Única Federal SSJ Sete Lagoas	3ª Vara Federal SSJ Contagem
André Prado de Vasconcelos	25ª Vara Federal SJMG	7ª Vara Federal SJMG
Andréa Márcia Vieira de Almeida	3ª Vara Federal SJRO	Vara Única Federal SSJ Juazeiro
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	3ª Relatoria da 1ª TR/MG	2ª Vara Federal SJMG
Antonio Claudio Macedo da Silva	8ª Vara Federal SJDF	1ª Relatoria da 3ª TR/DF
Bruno César Bandeira Apolinário	1ª Vara Federal SSJ Imperatriz	3ª Relatoria da TR/TO
Caio Castagine Marinho	8ª Vara Federal SJMA 11ª Vara Federal SJDF	11ª Vara Federal SJD 1ª Vara SSJ Imperatriz
Carina Catia Bastos de Senna	Vara Única Federal SSJ Castanhal 8ª Vara Federal SJPA	8ª Vara Federal SJPA 12ª Vara Federal SJPA
Carlos Geraldo Teixeira	1ª Vara Federal SSJ Contagem	34ª Vara Federal SJMG
Ciro José de Andrade Arapiraca	Vara Única Federal SSJ Rondonópolis Vara Única Federal SSJ Campo Formoso	Vara Única Federal SSJ Campo Formoso 1ª Vara Federal SJMT
Clara da Mota Santos Pimenta Alves	2ª Vara Federal SJRR	2ª Relatoria da TR/MT
Cláudia Aparecida Salge	Vara Única Federal SSJ de Paracatu	4ª Vara Federal SSJ Uberaba
Cláudia Oliveira da CostaTourinho Scarpa	21ª Vara Federal SJBA	4ª Vara Federal SJBA
Cláudio Henrique Fonseca de Pina	Vara Única Federal SSJ Altamira	1ª Vara Federal SJPA
Cláudio José Coelho Costa	2ª Vara Federal SJMG 25ª Vara Federal SJMG	25ª Vara Federal SJMG 12ª Vara Federal SJMG
Cleberon José Rocha	3ª Vara Federal SJTO	7ª Vara Federal SJDF
Cristiane Miranda Botelho	2ª Vara Federal SSJ Contagem	25ª Vara Federal SJMG
Cynthia de Araújo Lima Lopes	5ª Vara Federal SJAM 24ª Vara Federal SJBA	24ª Vara Federal SJBA 14ª Vara Federal SJBA
Dayana Bião de Souza Moinhos Muniz	1ª Relatoria da 1ª TR/BA	9ª Vara Federal SJBA
Dayse Starling Lima Castro	7ª Vara Federal SJMG Vara Única Federal Oiapoque	Vara Única Federal Oiapoque 2ª Vara Federal SSJ Ipatinga
Diogo Souza Santa Cecília	1ª Vara Federal SJTO 3ª Vara Federal SJTO	3ª Vara Federal SJTO Vara Única Federal SSJ Guanambi
Eduardo de Melo Gama	2ª Vara Federal SSJ SInop 2ª Vara Federal SSJ Patos de Minas	2ª Vara Federal SSJ Patos de Minas Vara Única Federal SSJ Jataí
Emmanuel Mascena de Medeiros	6ª Vara Federal SJAP	8ª Vara Federal SJAM
Eudócio Cêspedes Paes	Vara Única Federal SSJ Irecê	2ª Vara Federal SSJ Feira de Santana



Juiz federal	Origem	Destino
Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza	Vara Única Federal SSJ Diamantino	1ª Relatoria da TR/MT
Fábio Moreira Ramiro	23ª Vara Federal SJBA	24ª Vara Federal SJBA
Fábio Rogério França Souza	2ª Relatoria da 1ª TR/BA	21ª Vara Federal SJBA
Fábio Stief Marmund	Vara Única Federal SSJ Eunápolis	2ª Vara Federal SSJ Vitória da Conquista
Flávio da Silva Andrade	1ª Vara Federal da SSJ Ji-Paraná	4ª Vara Federal SSJ Uberlândia
Flávio Marcelo Sérvio Borges	Vara Única Federal SSJ São Raimundo Nonato	Vara Única Federal SSJ Picos
Francisco Alexandre Ribeiro	9ª Vara Federal SJBA	8ª Vara Federal SJDF
Gabriel Brum Teixeira	4ª Vara Federal SJRO	2ª Relatoria da TR/TO
Gabriel José Queiroz Neto	1ª Vara Federal SSJ Marabá	Vara Única Federal SSJ Paracatu
Gabriela Silva Macedo	7ª Vara Federal SJMA 2ª Vara Federal SJBA	2ª Vara Federal SJBA Vara Única Federal SSJ Barreiras
Geneviève Grossi Orsi	2ª Vara Federal SSJ Feira de Santana	2ª Relatoria da TR/ Uberlândia
George Ribeiro da Silva	3ª Relatoria da 1ª TR/PA-AP	10ª Vara Federal SJMA
Gilberto Pimentel M. Gomes Junior	1ª Vara Federal SJRR 3ª Vara Federal SSJ Feira de Santana	3ª Vara Federal SSJ Feira e Santana Vara Única Federal SSJ Irecê
Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	34ª Vara Federal SJMG	21ª Vara Federal SJMG
Gleuso de Almeida França	Vara Única Federal SSJ Cruzeiro do Sul 2ª Vara Federal SJAC	2ª Vara Federal SJAC Vara Única Federal SSJ Muriaé
Guilherme Fabiano Julien de Rezende	2ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora	1ª Relatoria da TR/Juiz de Fora
Guilherme Jorge de Resende Brito	Vara Única Federal SSJ Luziânia 7ª Vara Federal SJDF	7ª Vara Federal SJDF 27ª Vara Federal SJDF
Gustavo André Oliveira dos Santos	Vara Única Federal SSJ Bacabal	Vara Única Federal Caxias
Gustavo Moreira Mazzilli	Vara Única SSJ Manhuaçu	Vara Única Federal Viçosa
Henrique Gouveia da Cunha	1ª Vara Federal SSJ Montes Claros	1ª Relatoria da TR/ Uberlândia
Igor Matos Araújo	Vara Única Federal SSJ Barreiras	Vara Única Federal SSJ Alagoinhas
Iolete Maria Fialho de Oliveira	1ª Vara Federal SSJ Anápolis	Vara Única Federal Luziânia
Jaqueline Conesuque Gurgel do Amaral	Vara Única Federal da SSJ Guajará-Mirim	6ª Vara Federal SJRO
João Carlos Mayer Soares	12ª Vara Federal SJMG	17ª Vara Federal SJDF
José Airton de Aguiar Portela	2ª Vara Federal SSJ Santarém	1ª Relatoria da 2ª TR/PA-AP
José Alexandre Essado	2ª Vara Federal SSJ Patos de Minas	5ª Vara Federal SSJ Uberlândia
José Gutemberg de Barros Filho	Vara Única Federal SSJ Gurupi	Vara Única Federal SSJ Parnaíba



Juiz federal	Origem	Destino
José Márcio da Silveira e Silva	5ª Vara Federal SJPA	1ª Relatoria da TR/TO
José Mauro Barbosa	Vara Única Federal SSJ Rio Verde 3ª Vara Federal SSJ Uberaba	3ª Vara Federal SSJ Uberaba 1ª Vara Federal SSJ Governador Valadares
José Valterson de Lima	1ª Relatoria da 1ª TR/MA	13ª Vara Federal SJMA
Jucelio Fleury Neto	Vara Única Federal SSJ Luziânia Vara Única Federal Aparecida de Goiânia	Vara Única Federal Aparecida de Goiânia 5ª Vara Federal SJAP
Karin Almeida Weh de Medeiros	Vara Única Federal SSJ Juazeiro	1ª Vara Federal SSJ Feira de Santana
Lana Lígia Galati	9ª Vara Federal SJDF	3ª Relatoria da 3ª TR/DF
Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	Vara Única Federal SSJ Teixeira de Freitas 1ª Vara Federal SSJ Pouso Alegre	1ª Vara Federal SSJ Pouso Alegre 2ª Relatoria da TR/Juiz de Fora
Lilian Oliveira da Costa Tourinho	8ª Vara Federal SJPA	2ª Relatoria da 1ª TR/BA
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	Vara Única SSJ Parnaíba	1ª Relatoria da TR/PI
Luiz Salomão Amaral Viana	4ª Vara Federal SJBA	20ª Vara Federal SJBA
Luzia Farias da Silva Mendonça	3ª Vara Federal SJRR 7ª Vara Federal SJAM	7ª Vara Federal SJAM 4ª Vara Federal SJRR
Maízia Seal Carvalho Pamponet	1ª Relatoria TR/BA	1ª Vara Federal SSJ Itabuna
Manoela de Araújo Rocha	10ª Vara Federal SJBA	15ª Vara Federal SJBA
Mara Cândida Carvalho Monteiro Almeida	17ª Vara Federal SJDF	24ª Vara Federal SJDF
Mara Lina Silva do Carmo	7ª Vara Federal SJAM	4ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora
Marcel Peres de Oliveira	Vara Única Federal SSJ Guanambi	3ª Vara Federal SSJ Feira de Santana
Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	3ª Vara Federal SJPI	3ª Relatoria da TR/PI
Marcelo Honorato	Vara Única Federal SSJ Laranjal do Jari	1ª Vara Federal SSJ Marabá
Marcelo Meireles Lobão	3ª Vara Federal SJMT	1ª Vara Federal SSJ Anápolis
Marcelo Motta de Oliveira	Vara Única Federal SSJ Muriaé	2ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora
Marcelo Pires Soares	2ª Vara SSJ Marabá	1ª Relatoria da TR/AM-RR
Marcelo Stival	Vara Única Federal SSJ Redenção 2ª Vara Federal SJRO	2ª Vara Federal SJRO 3ª Relatoria da TR/RO
Márcio André Lopes Cavalcante	Vara Única Federal SSJ Tefé 5ª Vara Federal SJAM	5ª Vara Federal SJAM 2ª Relatoria da TR/AM-RR
Marcio José de Aguiar Barbosa	1ª Vara Federal SSJ Pouso Alegre	1ª Vara Federal SSJ Contagem
Marcio Luiz Coêlho de Freitas	2ª Vara Federal SJAM	9ª Vara Federal SJDF
Márcio Sá Araújo	2ª Vara Federal SSJ Imperatriz	12ª Vara Federal SJMA
Marcos Vinicius Liptenski	Vara Única Federal SSJ Paragominas	1ª Vara Federal SSJ Ipatinga
Maria Cecília de Marco Rocha	11ª Vara Federal SJPA	1ª Relatoria da 1ª TR/BA



Juiz federal	Origem	Destino
Maria Lúcia Gomes de Souza	3ª Vara SJAM	3ª Relatoria da TR/AM-RR
Maurício Rios Júnior	2ª Relatoria da 1ª TR/PA-AP	9ª Vara Federal SJMA
Mauro Rezende de Azevedo	2ª Vara Federal SSS Governador Valadares	2ª Vara Federal SSS Varginha
Mei Lin Lopes Wu Bandeira	1ª Vara SSS Itabuna	1ª Relatoria da 4ª TR/BA
Náiber Pontes de Almeida	4ª Vara Federal SJAC	1ª Vara Federal SJAC
Nazareno César Moreira Rêis	Vara Única Federal SSS Picos	2ª Relatoria da TR/PI
Neian Milhomem Cruz	9ª Vara Federal SJMA	1ª Relatoria da 2ª TR/MA
Olívia Mérlin Silva	Vara Única Federal SSS Alagoinhas	1ª Relatoria da 2ª TR/BA
Pablo Zuniga Dourado	1ª Vara Federal SSS Santarém 10ª Vara Federal SJMA	10ª Vara Federal SJMA 2ª Relatoria da 2ª TR/MA
Paulo Augusto Moreira Lima	Vara Única Federal SSS Barra do Garças	Vara Única Federal SSS Rio Verde
Paulo Máximo de Castro Cabacinha	10ª Vara Federal SJPA Vara Única Federal Teófilo Otoni	Vara Única Federal SSS Teófilo Otoni Vara Única Federal SSS Castanhal
Paulo Ricardo de Souza Cruz	1ª Vara Federal SJPA	3ª Relatoria da 4ª TR/BA
Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday	14ª Vara Federal SJBA	2ª Vara Federal SSS Itabuna
Pedro Felipe de Oliveira Santos	Vara Única Federal SSS Aparecida de Goiânia 3ª Vara Federal SJDF	3ª Vara Federal SJDF 6ª Vara Federal SJAP
Rafael de Sousa Branquinho e Assis	3ª Vara Federal SJTO 1ª Vara Federal SSS Anápolis	1ª Vara Federal SSS Anápolis Vara Única Federal Diamantino
Rafael Leite Paulo	Vara Única SSS Itaituba 4ª Vara Federal SJAP	4ª Vara Federal SJAP 5ª Vara Federal SJAM
Rafael Lima da Costa	1ª Vara Federal SJPA 10ª Vara Federal SJM	10ª Vara Federal SJMA 2ª Vara Federal SSS Imperatriz
Rafael Vasconcelos Porto	1ª Vara Federal SSS Cáceres 2ª Vara Federal SSS Governador Valadares	2ª Vara Federal SSS Governador Valadares Vara Única Federal SSS Poços de Caldas
Raphael Cazelli de Almeida Carvalho	2ª Vara Federal SSS Cáceres 1ª Vara Federal SJMT	1ª Vara Federal SJMT 8ª Vara Federal SJMT
Régis de Souza Araújo	1ª Vara Federal SJAC 9ª Vara Federal SJMT	9ª Vara Federal SJMT 3ª Relatoria da TR/MT
Ricardo Augusto de Sales	8ª Vara Federal SJAM	3ª Vara Federal SJAM
Rodrigo de Godoy Mendes	5ª Vara Federal SSS Uberlândia	3ª Relatoria da 1ª TR/MG
Rodrigo Pinheiro do Nascimento	Vara Única Federal SSS Campo Formoso	3ª Relatoria da 2ª TR/MA
Rodrigo Rigamonte Fonseca	1ª Vara Federal SSS Ipatinga	2ª Vara Federal SSS Contagem
Ronaldo Santos de Oliveira	2ª Vara Federal SSS Ipatinga	Vara Única Federal SSS Sete Lagoas
Rosimayre Gonçalves de Carvalho	7ª Vara Federal SJDF	2ª Relatoria da 3ª TR/DF



Juiz federal	Origem	Destino
Rubem Lima de Paula Filho	10ª Vara Federal SJMA	1ª Relatoria da 1ª TR/MA
Sandra Lopes Santos de Carvalho	2ª Relatoria da 2ª TR/BA	23ª Vara Federal SJBA
Silvia Elena Petry Wieser	3ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora	3ª Relatoria da TR/Juiz de Fora
Simone dos Santos Lemos Fernandes	7ª Vara Federal SJMG	35ª Vara Federal SJMG
Tales Krauss Queiroz	2ª Vara Federal SJRO	3ª Relatoria da TR/Uberlândia
Tânia Zucchi de Moraes	Vara Única Federal SSJ Juína 1ª Vara Federal SSJ Montes Claros	1ª Vara Federal SSJ Montes Claros 1ª Vara Federal SSJ Pouso Alegre
Társis Augusto de Santana Lima	16ª Vara Federal SJDF Vara Única Federal SSJ Tabatinga	Vara Única Federal SSJ Tabatinga 2ª Vara Federal SSJ Governador Valadares
Ubirajara Teixeira	Vara Única Federal SSJ Viçosa 3ª Relatoria da TR/Uberlândia	3ª Relatoria da TR/Uberlândia 3ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora
Valter Leonel Coelho Seixas	1ª Vara Federal SSJ Feira de Santana	2ª Relatoria da 2ª TR/BA
Wagmar Roberto Silva	Vara Única Federal SSJ Tucuruí	2ª Vara Federal SSJ Patos de Minas
Wagner Mota Alves de Souza	3ª Vara Federal SJRR	9ª Vara Federal SJMT
Walter Henrique Vilela Santos	4ª Vara Federal SJPA 18ª Vara Federal SJDF	18ª Vara Federal SJDF 4ª Vara Federal SJAP
Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza	1ª Vara Federal SSJ Governador Valadares	3ª Vara Federal SSJ Governador Valadares
Wilson Medeiros Pereira	Vara Única SSJ Balsas Vara Única SSJ Janaúba	Vara Única SSJ Janaúba 1ª Vara Federal SSJ Montes Claros

## QUADRO 112

### Remoção de juiz federal substituto

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Bruno Anderson Santos da Silva	2ª Vara Federal SJRR	1ª Vara Federal SSJ Feira de Santana
Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues	1ª Vara Federal SSJ Feira de Santana 10ª Vara Federal SJBA	10ª Vara Federal SJBA 22ª Vara Federal SJBA
Emanuel José Matias Guerra	8ª Vara Federal SJPA	7ª Vara Federal SJPI
Felipe Bouzada Flores Viana	Vara Única Federal SSJ Guanambi	Vara Única Federal SSJ Rio Verde
Frederico Botelho de Barros Viana	3ª Vara Federal SJPA	Vara Única Federal SSJ Luziânia
Isaura Cristina de Oliveira Leite	11ª Vara Federal SJDF	2ª Vara Federal SJDF
Ivo Anselmo Höhn Júnior	1ª Vara Federal SJMA	8ª Vara Federal SJMA



Juiz federal substituto	Origem	Destino
José Flávio Fonseca de Oliveira	5ª Vara Federal SJPA	6ª Vara Federal SJPI
Lilian Mara de Souza Ferreira	7ª Vara Federal SJAM	1ª Vara Federal SSJ Itabuna
Liviane Kelly Soares Vasconcelos	8ª Vara Federal SJMA	9ª Vara Federal SJDF
Luciana Raquel Tolentino de Moura	18ª Vara Federal SJAC	7ª Vara Federal SJAC
Robson de Magalhães Pereira	10ª Vara Federal SJMA	Vara Única Federal Sete Lagoas
Rodrigo Britto Pereira Lima	15ª Vara Federal SJBA	11ª Vara Federal SJBA
Rodrigo Pessôa Pereira da Silva	Vara Única Federal Sete Lagoas	35ª Vara Federal SJMG
Tiago Borré	2ª Vara Federal SSJ Vitória da Conquista	1ª Vara Federal SJDF
Umberto Paulini	4ª Vara Federal SJAM	19ª Vara Federal SJDF
Victor Cretella Passos Silva	1ª Vara Federal SSJ Itabuna	17ª Vara Federal SJDF

### QUADRO 113

#### Promoção de juiz federal

173

Juiz federal	Titularização
Alcioni Escobar da Costa Alvim	2ª Relatoria da 1ª TR/PA-AP
Ana Carolina Campos Aguiar	Vara Única Federal SSJ Janaúba
Bruno Teixeira de Castro	2ª Vara Federal SSJ Marabá
Caio Castagine Marinho	1ª Vara Federal SSJ Imperatriz
Camile Lima Santos	3ª Vara Federal SJTO
Carolynne Souza de Macêdo Oliveira	2ª Relatoria da TR/AC
Clécio Alves de Araujo	Vara Única Federal SSJ Bacabal
Danila Gonçalves de Almeida	Vara Única Federal SSJ Bom Jesus da Lapa
Dayse Starling Lima Castro	2ª Vara Federal SSJ Ipatinga
Diego Leonardo Andrade de Oliveira	3ª Vara Federal SJRR
Diogo Souza Santa Cecília	Vara Única Federal SSJ Guanambi
Eduardo de Assis Ribeiro Filho	Vara Única Federal SSJ Gurupi
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro	2ª Vara Federal SSJ Santarém
Flávio Bittencourt de Souza	3ª Relatoria da 1ª TR/PA-AP
Flávio Fraga e Silva	2ª Relatoria da TR/RO



Juiz federal	Titularização
Francisco Vieira Neto	Vara Única Federal SSJ Barra do Garças
Gabriela Silva Macedo	Vara Única Federal SSJ Barreiras
Gilberto Pimentel de Mendonça Gomes Junior	Vara Única Federal SSJ Irecê
Guilherme Bacelar Patrício de Assis	Vara Única Federal SSJ Teixeira de Freitas
Guilherme Michelazzo Bueno	3ª Relatoria TR/AC
Gustavo Soratto Uliano	1ª Relatoria TR/AC
Heitor Moura Gomes	Vara Única Federal SSJ Tucuruí
Herley da Luz Brasil	2ª Vara Federal SJAC
Ilan Presser	11ª Vara Federal SJPA
Jorge Ferraz de Oliveira Junior	5ª Vara Federal SJPA
José Mauro Barbosa	1ª Vara Federal SSJ Governador Valadares
Jucelio Fleury Neto	5ª Vara Federal SJAP
Juliana Maria da Paixão Araújo	Vara Única Federal SSJ Rondonópolis
Lincoln Pinheiro Costa	Vara Única de Ilhéus/BA
Luciano Mendonça Fontoura	3ª Relatoria da 2ª TR/PA-AP
Luzia Farias da Silva Mendonça	4ª Vara Federal SJRR
Mara Elisa Andrade	7ª Vara Federal SJAM
Marcel Queiroz Linhares	2ª Vara Federal SSJ Sinop
Marcos Vinicius Lipiensi	Vara Única de Paragominas/PA
Marllon Sousa	2ª Vara Federal SJAM
Mauro César Garcia Patini	1ª Vara Federal SSJ Cáceres
Mauro Henrique Vieira	8ª Vara Federal SJPA
Omar Bellotti Ferreira	Vara Única Federal SSJ Redenção
Paulo Máximo de Castro Cabacinha	Vara Única Federal SSJ Castanhal
Pedro Felipe de Oliveira Santos	6ª Vara Federal SJAP
Rafael de Sousa Branquinho e Assis	Vara Única Federal SSJ Diamantino
Rafael Ianner Silva	Vara Única Federal SSJ Campo formoso
Rafael Lima da Costa	2ª Vara Federal SSJ Imperatriz
Renata Mesquita Ribeiro Quadros	2ª Relatoria da 2ª TR/PA-AP





Juiz federal	Titularização
Renato Grizotti Junior	Vara Única Federal SSJ Manhuaçu
Ricardo Beckerath da Silva Leitão	1ª Relatoria da TR/RO
Társis Augusto de Santana Lima	2ª Vara Federal SSJ Governador Valadares
Walisson Gonçalves Cunha	3ª Vara Federal SJRO
Walter Henrique Vilela Santos	4ª Vara Federal SJAP

## SERVIDORES DA 1ª REGIÃO

### FORÇA DE TRABALHO

Conta a 1ª Região com 8.747 servidores efetivos, entre analistas, técnicos e auxiliares judiciários, requisitados e sem vínculo.

QUADRO 114  
Servidores efetivos

Local	Analista judiciário	Técnico judiciário	Auxiliar judiciário	Requisitados	Sem vínculo	Total
TRF	317	675	23	220	34	1.269
AC	56	86	–	8	–	150
AM	101	142	–	16	–	259
AP	110	84	–	16	1	211
BA	421	619	8	97	1	1.146
DF	255	447	9	94	3	808
GO	259	337	–	47	1	644
MA	160	255	1	43	1	460
MG	770	1070	14	130	3	1.987
MT	158	229	2	9	2	400
PA	207	295	–	16	2	520
PI	137	192	–	21	–	350
RO	92	131	–	28	–	251
RR	37	65	–	16	–	118
TO	64	96	–	14	–	174
Total	3.144	4.723	57	775	48	8.747



## MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

### QUADRO 115

#### Provimentos e vacâncias

		TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO
Provimentos	Nomeação	35	8	19	21	63	57	32	62	130	47	58	30	35	17	27
	Redistribuição	3				2	1	1	2	3						1
	Processo seletivo permanente de remoção (PSPR)	16	1	2	1	19	12	16	10	52	2	7	4	1		3
	Readaptação															
	Reversão															
	Aproveitamento															
	Reintegração															
	Recondução						1			1						
	Requisição/exercício provisório	46	3	6	1	14	22	12	10	25	2	5	3	3	1	5
	Retorno à origem	11		1	1		8	2	3	4			2	6		
	Remoção – Lei 11.416/2006	2			1	10	1	1	3	14			2	1		
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>11</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>108</b>	<b>102</b>	<b>64</b>	<b>90</b>	<b>229</b>	<b>51</b>	<b>70</b>	<b>41</b>	<b>46</b>	<b>18</b>	<b>36</b>	
Vacâncias	Exoneração	11	3	8	3	2	7	3	5	3	5	7	2	3	1	3
	Demissão											1				
	Processo seletivo permanente de remoção (PSPR)	8	5	10	11	7	27	9	6	8	12	12	4	11	5	17
	Readaptação	1		1		1		2		1						
	Aposentadoria	29	1	1		8	11	7	4	19	2	10	1	1	2	3
	Posse em cargo inacumulável	14	1	5	3	9	12	4	5	28	11	3	4	9	1	3
	Falecimento					1	1	1	1	2	1	2				
Vacâncias	Redistribuição	2				2	1	1	3	5						1
	Retorno à origem	50		6	2	17	24	10	5	27	4	3	2	4	3	1
	À disposição	10		1		4	16	4	2	5		1	2	6	1	1
	Remoção – Lei 11.416/2006					2	3	1	1	1						
	<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>10</b>	<b>32</b>	<b>19</b>	<b>53</b>	<b>102</b>	<b>42</b>	<b>32</b>	<b>99</b>	<b>35</b>	<b>39</b>	<b>15</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>29</b>
	(provimentos – vacâncias)	-29	1	-4	6	55		5	58	130	16	31	26	12	5	7



## ESTAGIÁRIOS

Atualmente existem 431 estagiários, sendo 115 de nível médio e 316 de nível superior. Em novembro de 2014, houve um aumento de 24 estagiários para os gabinetes dos desembargadores federais por meio da Portaria Presi/Secre 387 de 04/11/2014, e também foram acrescentados mais 33 estagiários para a área administrativa. Os valores da bolsa-estágio no ano de 2014 foram de R\$ 820,00, para estagiários de nível superior, e de R\$ 540,00, para os estagiários de nível médio, e o valor do auxílio-transporte foi de R\$ 8,00.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.

### ■ Descrição do objetivo

Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.

## APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS - ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (ESMAF)

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) realizou as seguintes atividades destinadas à capacitação de magistrados da 1ª Região, sob a direção do desembargador federal José Amilcar Machado, no ano de 2014, cujo mandato se estendeu até 04/06/2014.

No dia 4 de junho de 2014, tomou posse no cargo de diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região o desembargador federal João Batista Moreira e, no cargo de vice-diretor, a desembargadora federal Mônica Sifuentes.

## ENCONTROS JURÍDICOS

### ■ Juizado Especial Federal da 1ª Região - II Encontro do Projeto MELHORAÇÃO

Foi realizado, nos dias 10 e 11 de abril de 2014, no salão nobre do edifício Sede I do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília/DF, com carga horária de 14 horas e 30 minutos. No evento foram capacitados 47 magistrados federais da 1ª Região.

## JORNADAS JURÍDICAS

### ■ IV Jornada de Direito Processual Civil da Esmaf. O projeto do novo CPC em debate

Realizado na Esmaf, em Brasília, em 5 e 6 de junho de 2014, com a participação de 57 magistrados federais da 1ª Região.

## VIDEOCONFERÊNCIAS

### ■ Videoconferência - I Curso de Vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos

Sob a coordenação do juiz federal Marcelo Velasco Albernaz, Marco Antônio Barros Guimarães e Vânia Cardoso Andre de Moraes, foi realizada videoconferência no dia 8 de outubro de 2014, das 10h30 às 13 horas, com participação de 47 juízes federais substitutos do XV Concurso. O objetivo foi receber contribuições dos magistrados vitaliciandos quanto à elaboração do I Curso de Vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos, cuja realização foi de 17 a 26 de novembro do mesmo ano.

178

## CURSOS

### ■ I Curso de Vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos

Sob a coordenação dos juízes federais Marcelo Velasco Albernaz, Marco Antônio Barros Guimarães e Vânia Cardoso Andre de Moraes, foi realizado, no período de 17 a 26 de novembro de 2014, na sede da Esmaf, o I Curso de Vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos, com a presença de 46 magistrados federais substitutos em fase de vitaliciamento. A carga horária do curso foi de 67 horas-aula.

foto: Samuel de Oliveira



Mesa de abertura do curso de vitaliciamento realizado na sede da Esmaf.



## EVENTOS EXTERNOS

O Tribunal autorizou a participação de magistrados para os seguintes eventos externos promovidos por outros órgãos:

■ **Seminário “Jurisdição constitucional: a efetivação dos direitos humanos”**

Promotor: Emagis/TRF 4ª Região

Local: Porto Alegre/RS

Período: 18 e 19/09/2014

Participante: um magistrado

■ **Colóquio sobre educação judicial**

Promotor: Enfam

Local: Santiago/Chile

Período: 25 e 26/09/2014

Participante: um magistrado

■ **Fórum permanente do sistema penitenciário federal**

Promotor: CEJ

Local: Foz do Iguaçu/PR

Período: 25 a 28/03/2014

Participante: um magistrado

■ **Seminário DRCI 10 anos**

Promotor: Ministério da Justiça

Local: Brasília/DF

Período: 13/05/2014

Participante: um magistrado

■ **Workshop - sistema penitenciário federal**

Promotor: CJF

Local: Brasília/DF

Período: 12 e 13/08/2014

Participantes: dois magistrados

■ **Seminário internacional sobre a Convenção 169 da OIT**

Promotor: PGR/MPF

Local: Brasília/DF

Período: 23 a 25/04/2014

Participante: um magistrado

■ **I Jornada do fórum nacional de saúde**

Promotor: CNJ e TJMA

Local: São Paulo/SP



Período: 14 a 16/05/2014  
Participante: um magistrado

■ **Fórum nacional de alternativas penais**

Promotor: CNJ  
Local: São Luís/MA  
Período: 07 a 08/08/2014  
Participante: um magistrado

■ **Curso de formação de formadores**

Promotor: CEJ/CJF em parceria com a Emagis/TRF 4ª Região e a Enfam  
Local: Porto Alegre/RS  
Período: 09 a 13/06/2014  
Participante: um magistrado

■ **Curso de formação de formadores**

Promovido: CEJ/CJF  
Local: Brasília/DF  
Período: 29/09 a 03/10/2014  
Participantes: três magistrados

180

■ **Encontro de juízes das varas federais especializadas no julgamento de crimes de lavagem de dinheiro**

Promotor: TRF 4ª Região  
Local: Curitiba/PR  
Período: 25 e 26/09/2014  
Participante: um magistrado

■ **III Fórum nacional de juízes federais criminais - Fonacrim**

Promotor: Ajufe  
Local: Recife/PE  
Período: 10 a 12/09/2014  
Participantes: dois magistrados

■ **Seminário sobre improbidade administrativa**

Promotor: CEJ/CJF  
Local: Brasília/DF  
Período: 21 e 22/08/2014  
Participantes: três magistrados

■ **Seminário “Teoria da Decisão Judicial”**

Promotor: CEJ/CJF  
Local: Brasília/DF  
Período: 23 e 25/04/2014  
Participantes: cinco magistrados



■ **Cooperação jurídica de fronteiras: desafios e perspectivas no âmbito do direito penal**

Promovido: TRF 4ª Região

Local: Foz do Iguaçu/PR

Período: 23 e 24/09/2014

Participante: um magistrado

■ **Curso sobre gestão orçamentária: trâmites orçamentários e execução financeira na Justiça Federal**

Promotor: Ajufe em parceria com o CEJ/CJF

Local: Brasília/DF

Período: 13 a 15/10/2014

Participantes: quatro magistrados

■ **XI Fórum nacional dos Juizados Especiais Federais**

Promotor: Ajufe

Local: Campo Grande/MT

Período: 12 a 14/11/2014

Participantes: dois magistrados

■ **I Curso de segurança e proteção de autoridades judiciais**

Promovido: Enfam em parceria com o Exército brasileiro

Local: Brasília/DF

Período: 26 a 30/05/2014

Participante: um magistrado

■ **IV Workshop Grotius “Cooperação Internacional nas Fronteiras”**

Promotor: Enfam e Ministério da Justiça

Local: Foz do Iguaçu/PR

Período: 29 a 31/07/2014

Participantes: dois magistrados

■ **Programa de visitantes voluntários 2014**

Promotor: Embaixada dos EUA no Brasil em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos/PR

Local: Washington/Califórnia-EUA

Período: 11 a 19/08/2014

Participantes: dois magistrados

■ **Seminário “Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças - Convenção de Haia de 1980”**

Promotor: CEJ/CJF em parceria com a Emagis/TRF 4ª Região e Esmaf/TRF 1ª REGIÃO

Local: Porto Alegre/RS

Período: 03 a 04 /11/2014

Participantes: sete magistrados



■ **Seminário “Como a mediação e a arbitragem podem ajudar no acesso e na agilização da justiça?”**

Promotor: CEJ/CJF

Local: Brasília/DF

Período: 20 e 21/11/2014

Participantes: quatro magistrados

■ **XI Fórum nacional dos Juizados Especiais Federais - Fonajef**

Promotor: Ajufe

Local: Campo Grande/MT

Período: 12 a 14/11/2014

Participantes: quatro magistrados

■ **Encuentro: Puntos de contacto y enlaces de IberRed sobre aspectos civiles de la sustracción internacional de menores y su restitución**

Promotor: IberRed

Local: Cartagena das Índias/Colômbia

Período: 15 a 17/12/2014

Participantes: uma magistrada

### **COLEÇÃO JORNADA DE ESTUDOS DA ESMAF**

Foram publicados os seguintes volumes da Coleção Jornada de Estudos da Esmaf, no exercício de 2014:

Volume 21 – referente à II Jornada de Direito Constitucional;

Volume 22 – referente à III Jornada de Direito Processual Civil;

Volume 23 – referente ao Seminário sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal: possíveis soluções processuais e gerenciais;

Volume 24 – referente à I Jornada sobre Teoria e Prática do Processo Eletrônico; e

Volume 25 – referente à I Jornada sobre Cooperação Judicial Nacional e Internacional.

As revistas são constituídas de artigos produzidos pelos magistrados que participaram dos cursos de capacitação e pelos conferencistas sobre a temática das respectivas jornadas jurídicas.





## CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS OU PÓS-GRADUAÇÃO - AFASTAMENTO DE MAGISTRADOS

### QUADRO 116

Juízes afastados para participar de cursos, seminários, congressos ou pós-graduação

SJ	Juiz	Período	Curso	Local
DF	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	A partir de 01/05/2013 por dois anos	Mestrado em Direito	Washington/DC
DF	José Magno Linhares Moraes	25/05/2013 e 24/05/2015	Mestrado em Direito	Montreal/Canadá
MG	Daniel Castelo Branco Ramos	15/07/2013 a 15/05/2015	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Doutorado em Direito Ambiental	Samford/EUA
MG	Arthur Pinheiro Chaves	09/12/2013 a 09/01/2014	Conclusão da tese de doutorado	Nova Iorque/EUA
MA	Jorge Ferraz de Oliveira Junior	10/03 a 20/06/2014	Conclusão da tese de mestrado	Maranhão/MA
MG	Cláudia Maria Resende Neves Guimarães	12/03 a 37/07/2014	Mestrado	Belo Horizonte/MG
BA	Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday	A partir de 17/03/2014 por dois anos	Mestrado em Direito Processual Civil	Vitória/ES
MA	Newton Pereira Ramos Neto	02/06/2014 a 02/06/2016	Doutorado em Direito Público	São Paulo/SP
MG	Carlos Henrique Borlido Haddad	01/08 a 31/12/2014	Pós-Doutorado em Direito	Michigan/EUA
MG	Sérgio Santos Melo	04/08 a 19/11/2014	Conclusão do Mestrado	Pouso Alegre/MG
PA	Marcelo Honorato	20 a 23/04/2014	Palestrante no evento ICAO	Lima/Peru
MG	Rodrigo Pessoa Pereira da Silva	30/04 a 09/05/2014	Seminário Internacional “Conhecendo o Sistema Jurídico da China”	Nanjing/China
PA	Marcelo Honorato	30/04 a 09/05/2014	Seminário Internacional “Conhecendo o Sistema Jurídico da China”	Nanjing/China
MG	Gabriela de Alvarenga Silva Murta	30/04 a 09/05/2014	Seminário Internacional “Conhecendo o Sistema Jurídico da China”	Nanjing/China
MG	José Henrique Guaracy Rebelo	30/04 a 09/05/2014	Seminário Internacional “Conhecendo o Sistema Jurídico da China”	Nanjing/China
MG	Carmen Elizângela Dias Moreira de Resende	30/04 a 09/05/2014	Seminário Internacional “Conhecendo o Sistema Jurídico da China”	Nanjing/China
MG	Rodrigo Pessoa Pereira da Silva	29/04 a 13/05/2014	Seminário Internacional “Conhecendo o Sistema Jurídico da China”	Nanjing/China
BA	Ciro José de Andrade Arapiraca	10 a 24/10/2014	Curso “Organização Judiciária nas Cortes da União Europeia e Italiana	Roma/Itália
MA	Ivo Anselmo Hörn Junior	12 a 24/10/2014	Curso “Organização Judiciária nas Cortes da União Europeia e Italiana	Roma/Itália



SJ	Juiz	Período	Curso	Local
DF	Rodrigo Navarro de Oliveira	13 a 24/10/2014	Curso "Organização Judiciária nas Cortes da União Europeia e Italiana"	Roma/Itália
GO	Carlos Augusto Tôres Nobre	13 a 24/10/2014	Curso "Organização Judiciária nas Cortes da União Europeia e Italiana"	Roma/Itália
GO	Juliano Taveira Bernardes	13 a 24/10/2014	Curso "Organização Judiciária nas Cortes da União Europeia e Italiana"	Roma/Itália
BA	Valter Leonal Coelho Seixas	24/02 a 28/02/2014	Seminário Internacional "Protección de los Derechos humanos em un Contexto Internacional"	Madri/Espanha
BA	Fábio Stief Marmund	24/02 a 28/02/2014	Seminário Internacional "Protección de los Derechos humanos em un Contexto Internacional"	Madri/Espanha
MG	Rafael Vasconcelos Porto	22 a 26/09/2014	Seminário Internacional "Problemas Fundamentais de Direito Penal e Processual Penal"	Göttingen/Alemanha
AM	Emmanuel Mascena de Medeiros	19 a 29/09/2014	Seminário Internacional "Problemas Fundamentais de Direito Penal e Processual Penal"	Göttingen/Alemanha
MG	Simone dos Santos Lemos Fernandes	20 a 24/10/2014	Curso "Law, Justice and Development Week" 2014	Washington/EUA
DF	Ricardo Augusto Soares Leite	17 a 20/11/2014	Seminário Regional sobre Crimes Cibernéticos	Assunção/Paraguai
DF	Ricardo Augusto Soares Leite	29/11 a 14/12/2014	Curso "Direito Comparado com Foco na Área Constitucional, Penal e Civil do Sistema Judiciário Norte Americano"	Geórgia/USA

## CONVÊNIOS

No dia 3 de dezembro/2014, o diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), desembargador federal João Batista Moreira, recebeu em seu gabinete no Tribunal o diretor da Cumberland School of Law, faculdade de Direito vinculada à Universidade Sanford, localizada em Birmingham, Alabama, EUA, Michael D. Floyd, e Maria Cristina Zucchi, desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

O objetivo do encontro foi reafirmar o Termo de Cooperação assinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pela Esmaf e pela Faculdade em 2013, cuja finalidade é possibilitar o ingresso de magistrados brasileiros no curso de mestrado em direito comparado oferecido pela instituição americana.

Os juízes interessados no curso de mestrado da Faculdade Cumberland serão selecionados, por meio de exames, pela Esmaf, sendo que o primeiro colocado no certame ganhará uma bolsa de custeio do primeiro ano de mensalidade.



## **CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO - UNICORP**

As organizações contemporâneas reconhecem que a implementação de importantes projetos institucionais e o alcance das metas estratégicas dependem de incentivo e investimento no desenvolvimento profissional do indivíduo.

Para atender às novas exigências da gestão de pessoas e garantir bases sólidas para execução das diretrizes traçadas, o Tribunal proporcionou o aprimoramento técnico de áreas estratégicas, tais como a de tecnologia da informação, escritório de projetos e obras.

No entanto, as demandas de capacitação específicas de cada uma das áreas do Tribunal foram contempladas no cronograma de atividades da área de desenvolvimento e capacitação, objetivando promover o aperfeiçoamento profissional das unidades adequadas às necessidades, singularidades e competências a serem desenvolvidas.

Diante desse cenário, as ações de capacitação de 2014 foram idealizadas e estruturadas com o objetivo de contribuir efetivamente para a realização de projetos relevantes e necessários para toda a Justiça Federal da 1ª Região, bem como para propiciar a qualificação do quadro de pessoal e o alcance das estratégias delineadas pela Instituição no planejamento.

Vale ressaltar que as seccionais foram convidadas a participar das ações educacionais ocorridas no Tribunal e voltadas às necessidades comuns de aperfeiçoamento da 1ª Região, possibilitando-se a otimização do recurso orçamentário e garantindo o alinhamento de competências relevantes.

## **TREINAMENTO EM SISTEMAS INFORMATIZADOS**

Como dois novos importantes sistemas informatizados — o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e o Processo Judiciário Eletrônico (PJe) — foram implantados no âmbito do Tribunal e das seccionais, as atividades da área de capacitação voltaram-se para o planejamento, a coordenação e a realização do treinamento de diversas turmas de usuários das ferramentas tecnológicas deste Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O programa de ações de capacitação para o Sistema PJe foi composto do treinamento em configuração e parametrização do sistema PJe, de turmas destinadas à formação de multiplicadores e ao treinamento de usuários finais — módulo básico e módulo avançado. Também foram treinados advogados e procuradores regionais da República.



### QUADRO 117

Participações em treinamento no PJe  
(parametrização, formação de multiplicadores, usuários finais)

Evento	Número de Turmas	Vagas ocupadas	Carga horária
Parametrização 1º e 2º graus	2	14	70h
Formação de Multiplicadores 1º e 2º graus	4	78	80h
Usuários finais – módulo básico 1º e 2º graus	23	307	116h
Usuários finais – módulo avançado 1º e 2º graus	6	135	27h
Total	35	534	293h

### QUADRO 118

Participações em treinamento no SEI

Número de turmas	Vagas ocupadas TRFs/Seder DF	Carga horária
21	713	72h

186

E ainda, para garantir que todos os servidores da Justiça do 1º grau pudessem ter acesso ao treinamento para a implantação do SEI nas seccionais, foram promovidas palestras de apresentação do sistema e treinamento na ferramenta aos servidores das seções judiciárias com o apoio da Direh, que disponibilizou um servidor para acompanhar a realização de cada um dos eventos educacionais.

#### **ENCONTROS REGIONAIS ENTRE ÁREAS SIMILARES DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

O aprimoramento de processos de trabalho, a disseminação de boas práticas e o estabelecimento de diretrizes e linhas de ação para atuação sinérgica entre áreas similares da Justiça Federal da 1ª Região exigem constante integração, intercâmbio de informação e contínuo diálogo entre os envolvidos no processo.

Dessa forma, a UniCorp apoia e contribui para a realização de eventos regionais destinados aos servidores que atuam em áreas similares neste Tribunal e nas seccionais, pois o processo de aprendizagem é um ato coletivo. Em 2014, foram realizados três eventos dessa natureza, a saber: o Encontro Estratégico dos Polos Educacionais da Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região, o II Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação e o Encontro dos Juizados Especiais Federais.



QUADRO 119  
Participações em eventos regionais

Número de eventos	TRFs	Seccionais	Vagas ocupadas
3	38	74	137

## DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ALCANCE DA ESTRATÉGIA

### Eventos transmitidos por videoconferência

Ainda se baseando no diagnóstico de qualidade de vida no trabalho realizado em 2012, o quarto ano consecutivo do evento intitulado “Terças Gerenciais”, parte integrante do projeto “A UniCorp em Videoconferência”, contou com a realização de sete edições, totalizando 1.374 participações em toda a 1ª Região, que abordaram temáticas como: gestão de conflitos, construindo qualidade de vida pelo trabalho, relações no ambiente de trabalho, liderança, o autoconhecimento como ferramenta na gestão de pessoas, as gerações e seus papéis nas organizações e liderança – como posso ser melhor.

A Sexta Jurídica também faz parte do projeto “A UniCorp em Videoconferência” e tem como objetivo promover o aprimoramento e a atualização jurídica nos diversos ramos do Direito, fatores indispensáveis às atividades diárias dos servidores. Em 2014, foram seis edições do projeto, com 894 participações em toda a 1ª Região.

A complexidade de gerir a construção da sede das novas instalações do TRF 1ª Região e de outras obras em geral, bem como a necessidade de se promover o gerenciamento de cada uma das fases e de todo o projeto, exige o constante desenvolvimento de habilidades técnicas dos servidores que conduzirão os trabalhos. Dessa forma, capacitação para obras públicas, com “Obras Públicas no Poder Judiciário: execução, recebimento e garantia”, foi ofertada, presencialmente neste Tribunal e por videoconferência, aos servidores da 1ª Região que lidam com as tarefas da área.

QUADRO 120

Participações em eventos de capacitação presencial com videoconferência

Número de eventos	TRF	Seccionais	Total
7 Terças Gerenciais	54	1.320	1.374
6 Sextas Jurídicas	26	868	894
Obras Públicas no Poder Judiciário	11	14	25

### Eventos virtuais de capacitação

Os ocupantes de cargos gerenciais de toda a 1ª Região tiveram a oportunidade de atualizar e aprimorar os conhecimentos e habilidades gerenciais em quatro cursos virtu-



ais específicos sobre a temática, a saber: “Decifrando o planejamento estratégico”, “Introdução à capacitação gerencial”, “Introdução à gestão estratégica com o uso do BSC”, “Gerenciamento de projetos”.

Tendo em vista que a atividade fim desta instituição é a prestação jurisdicional, para contribuir com o alcance dessa missão, os cursos virtuais voltados para área jurídica não só possibilitaram reciclagem de conhecimento como também se tornaram espaço de reflexão sobre a busca da excelência, contribuindo para uma gestão ética, orientada para a prestação de serviços públicos de qualidade, pois tiveram caráter teórico-formal e prático, voltado para realidade da Justiça Federal. A seguir, tabela com o quantitativo de cursos *on-line* ofertados e o de participações em toda a 1ª Região.

#### QUADRO 121

Participações de servidores em eventos de capacitação virtuais

Total de ofertas de cursos	Carga horária total	TRF	Seccionais	Vagas ocupadas
25	664h	149	1.131	1.280

188

#### Eventos presenciais internos

Assim como os eventos virtuais e os transmitidos por videoconferência, os eventos presenciais internos buscaram contemplar ações de natureza estratégica, gerencial, técnica e de cidadania organizacional, conforme descrito no quadro 122.

#### QUADRO 122

Participações de servidores em eventos de capacitação presenciais

Total de ofertas de cursos	Vagas ocupadas TRFs/seccionais	Carga horária
16	358	254

#### Eventos presenciais externos

Em 2014, foram 198 participações de servidores em eventos externos, tendo sido investido o montante de R\$ 265.348,75 para a inscrição em 68 cursos, tanto na modalidade presencial quanto na virtual.

### FORTALECIMENTO DOS POLOS EDUCACIONAIS DA UNICORP

Desde a criação da UniCorp, a descentralização das atividades e a realização de trabalhos em conjunto com toda a 1ª Região são premissas norteadoras para a condução das capacitações do corpo funcional.

A criação dos quatro polos educacionais da UniCorp é um exemplo da solução dada pelo Tribunal para proporcionar maior capilaridade das ações de capacitação, ga-



rantindo que os servidores lotados nas localidades mais longínquas possam se desenvolver profissionalmente.

Em 2014, a realização do 1º Encontro Estratégico dos Polos Educacionais da UniCorp possibilitou traçar a identidade institucional dos polos e, conseqüentemente, o fortalecimento das áreas envolvidas.

Além disso, em 2014, o polo da Seção Judiciária de Minas Gerais foi capacitado para que pudesse ofertar as primeiras turmas de cursos virtuais de forma autônoma, o que ocorreu no segundo semestre do exercício.

## EDUCADOR JUDICIÁRIO

Para dar maior transparência ao Portal da UniCorp, foi inserida a relação de servidores da 1ª Região que atuaram como educador judiciário e os respectivos cursos ministrados.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.

### ■ Descrição do objetivo

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações socioprofissionais.

## PREVIDÊNCIA

### QUADRO 123

Aposentados, pensionistas e instituidores

Seção judiciária	Aposentados	Instituidores	Pensionistas
AC	22	7	7
AM	28	11	15
AP	19	1	1
BA	104	27	32
DF	179	43	50
GO	73	16	25
MA	41	16	36
MG	240	51	75



Seção judiciária	Aposentados	Instituidores	Pensionistas
MT	42	7	11
PA	55	28	41
PI	25	7	13
RO	18	5	10
RR	24	1	1
TO	13	0	0
TRF	154	18	26
Seccionais	883	220	317
Total	1.037	238	343

## CARREIRA

A Seção de Incentivo à Carreira trabalha, essencialmente, com o registro e a concessão do Adicional de Qualificação – AQ, com a concessão e o acompanhamento de bolsas de estudo para pós-graduação e com os processos de licença que envolvem afastamento para treinamento, informando se atendem à área de interesse do Tribunal.

190

A seguir, apresentamos os quadros dos quantitativos de concessões em 2014:

### QUADRO 124

#### Adicional de qualificação

Ações de treinamento	Pós-graduação
320	60

### QUADRO 125

#### Licença para capacitação

Ações de treinamento	Cursos acadêmicos
15	9

### QUADRO 126

#### Bolsa de estudo

TRF	12
SJAC	1
SJAP	4
SJAM	3
SJBA	8





SJDF	10
SJGO	4
SJMA	5
SJMT	4
SJMG	7
SJPA	3
SJPI	8
SJRO	7
SJRR	4
SJTO	4

## RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E COLOCAÇÃO DE PESSOAL

Houve lotação inicial de 33 servidores, entre os quais 26 participaram do curso de ambientação; distribuição da 2ª edição do Guia de Boas-Vindas da 1ª Região para as novas varas federais; acompanhamento e atendimento a candidatos do V Concurso Público para Provimento de Cargos do TRF 1ª Região; apoio à realização do Concurso Público para provimento dos cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado (Biblioteconomia, Engenharia Civil, Arquitetura, Medicina – Clínica Geral, Odontologia e Informática) e do cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado (Informática) para as seções judiciárias dos estados do Acre, Amapá, Bahia, Minas Gerais e Piauí; realização de 64 processos seletivos para seleção de funções comissionadas e excedentes; participação no grupo de facilitadores do Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho; participação na Comissão para Atualização do Manual de Atribuições dos titulares de comissão judiciária e funções comissionadas do TRF 1ª Região.

## QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

Com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, aprovado pela Resolução Presi/Secbe 9 de 23/04/2014, a administração das atividades relativas à qualidade de vida e bem-estar social foram transferidas para a Secretaria de Recursos Humanos. Todavia, a Secbe permaneceu responsável pelas ações específicas voltadas à prevenção e manutenção da saúde dos servidores e magistrados.

## QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho foi implantado como uma das iniciativas prioritárias da área de recursos humanos em 2013, atendendo às necessidades constatadas na pesquisa, alinhadas ao Planejamento e Gestão Estratégica do Poder Judiciário (Resolução 194 de 20/07/2012) e Mapa Estratégico da Justiça Federal 2010-2014 (Resolução 70 de 18/03/2009). Considera-se que os servidores e colaboradores são o maior patrimônio institucional e que a consecução efetiva da missão e das metas defini-



das só é possível com um corpo funcional saudável, satisfeito, reconhecido e valorizado em seu potencial técnico profissional e humano.

A Seção de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho priorizou, no seu planejamento estratégico, ações e projetos que impactarão na melhoria constante do ambiente de trabalho. O Programa teve como finalidade maior planejar e implementar ações estratégicas, de caráter institucional e multidisciplinar, que favorecessem continuamente a melhoria do ambiente de trabalho e a produtividade saudável e, conseqüentemente, a mudança dos resultados do diagnóstico de qualidade de vida no trabalho quanto aos fatores avaliados como críticos, geradores de mal-estar. Outros objetivos delineados do Programa são: 1) estimular o desenvolvimento de competências técnicas, conversacionais e emocionais/comportamentais, de modo a facilitar a formação de atitudes nos líderes e corpo funcional para o aprimoramento da política de gestão de pessoas e melhoria do clima organizacional; 2) melhorar o ambiente de trabalho no que se refere à organização do trabalho — definição de papéis, rotinas, mapeamento e aprimoramento de processos; administração do tempo; divisão do trabalho; melhoria da comunicação interpessoal e outros aspectos.

As principais ações do Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho desenvolvidas em 2014 foram:

#### QUADRO 127

##### Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho

Atividades	Carga horária	Período
Elaboração do Plano de Intervenção	Oito reuniões (uma hora cada)	06/02 a 10/06
Aquisição de materiais (urna, <i>pen drive card</i> e botons) para divulgação do Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho – PMAT		Novembro/ dezembro
Campanha Virtual: “Virtudes e ações geram soluções”		11/11 a 12/12
Curso “Conversas cruciais”	16h	29 a 30/10

#### QUADRO 128

##### Participações em evento externo de capacitação virtual

Atividades	Carga Horária	Período
Curso <i>online</i> de gestão de finanças pessoais pela ESAF em parceria com o Banco Central	20h	23/09 a 23/10



## QUADRO 129

## Eventos comemorativos – TRF 1ª Região

Dia Internacional da Mulher		
Atividades	Carga Horária	Período
Oficina de <i>scrapbook</i>	2h (cada turma)	13/03
Oficina “Aprenda a lidar com as diferentes mulheres que há em você”	1h30	13/03
Palestra “Saúde da mulher”, com Dr. Fernando Maluf	1h30	14/03
Dia das Mães		
Atividades	Carga horária	Período
Oficina de <i>scrapbook</i>	2h (cada turma)	08/05.
Campanha solidária “Faça o Dia das Mães diferente – presenteie uma mãe carente”	Duração de 30 dias	07/04 a 07/05
Dia do Estagiário		
Atividades	Carga horária	Período
Roda de conversa: “Cuidar do presente é a melhor maneira de prever o futuro”	1h30	24/09
Dramatização dos estagiários sobre a postura profissional	20min	24/09
Mês do Servidor Público		
Atividades	Carga horária	Período
Palestra: “Prevenir é a melhor maneira de se cuidar”, com o Dr. Fernando Maluf	1h30	02/10
Danças urbanas e folclóricas árabes	40min	20/10
Painel interativo: Bem-estar no trabalho – desafios, oportunidades e escolhas	1h30	20/10
Oficina de reeducação postural e prevenção de dores crônicas	2h	21/10
Oficina gastronômica, com a Cozinha Brasil do Sesi	1h30	23/10

O aprofundamento do estudo setorial pela identificação dos principais problemas relacionados à organização e condições de trabalho, crescimento e reconhecimento profissional, bem como a busca de soluções conjuntas com o corpo funcional, assessoria específica da área de recursos humanos, gestão estratégica e possibilidade de estabelecimento de parcerias necessárias, constituem pontos fortes e oportunidades diante dos objetivos definidos. Um dos fatores de êxito para a eficácia e efetividade do Programa é o apoio da alta direção e gestores, bem como o aproveitamento do potencial dos servidores e colaboradores em um processo de gestão participativa.

A atuação nas unidades de trabalho acontecerá em nível institucional. A equipe de facilitadores iniciará a intervenção em uma unidade pioneira na fase de implantação do projeto. A escolha das unidades está sendo feita pelos critérios de demanda e necessidade. Como a política de qualidade de vida no trabalho é institucional e transversal, a intervenção está prevista para acontecer no âmbito institucional. Após a implantação do Programa no Tribunal, os facilitadores irão disseminar os conhecimentos e estratégias implementadas nas seções judiciárias.



## PROGRAMAS E CAMPANHAS

### ■ Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores (PAPSS)

O programa Exame Periódico de Saúde – EPS iniciou-se em junho de 2007. O EPS é um instrumento imprescindível para que se conheça o perfil epidemiológico do Tribunal e das seções judiciárias e, conseqüentemente, se estabeleça a política de saúde para os servidores do Tribunal e das seções e subseções jurisdicionadas.

QUADRO 130

#### Exame Periódico de Saúde

Servidores convocados	1.120
Pré-consulta – Enfermagem	671
Consulta médica	511
Desembargadores convidados	24
Fizeram o EPS completo	511

194

### ■ Programa de Prevenção e Controle de Riscos Cardiovasculares

O Serviço de Saúde do TRF 1ª Região realizou a XV Semana do Coração, no período de 22 a 26 de setembro de 2014, alcançando os objetivos propostos:

- foi aferida a pressão arterial de 1.070 pessoas, sendo 531, entre magistrados e servidores, e 539, entre prestadores de serviços e estagiários. Do total de magistrados e servidores atendidos, 87 apresentaram pressão arterial (sistólica e/ou diastólica) igual ou superior a 140 x 90 mm de Hg, o que representa 16,40% daqueles cuja pressão foi aferida, valor inferior à estimativa da Sociedade Brasileira de Cardiologia, que refere prevalência nacional de 22,3 a 43,9%;
- foram realizados 91 exames de bioimpedância e verificações do Índice de Massa Corporal – IMC dos interessados, no dia 26 de setembro, por laboratório credenciado. Entre as pessoas atendidas, 61,54% apresentaram IMC normal, e 6,59%, obesidade, sendo que, relativamente à bioimpedância, 65,93% apresentaram percentual de gordura aumentado;
- foram realizados exames de tonometria e verificada a proteção dos óculos escuros de 79 pessoas, sendo que, destas, 31 pessoas não tinham tido consultas com o oftalmologista há pelo menos dois anos.

### ■ Programa de imunização contra a gripe

O TRF 1ª Região promove a Campanha de Vacinação contra a Gripe desde 1999 para desembargadores e servidores como política de prevenção de saúde e contra absenteísmo ao trabalho. Em 2014, a campanha foi realizada no período de 12 a 15 de maio de 2014, no Tribunal, na Gráfica e na Base Operacional.



QUADRO 131  
Imunização contra a gripe

Doses adquiridas	1.000
Doses aplicadas	972
Doses perdidas (frasco danificado e incidentes relacionados ao preparo e aplicação)	28

#### ■ Programa de Segurança Ocupacional

A área de saúde ocupacional realizou o acompanhamento e o monitoramento de conformidades ocupacionais com visitas a postos de trabalho e áreas de risco do Tribunal, que resultaram em recomendações de ações corretivas e preventivas para minimização de riscos à saúde e à segurança, com maior conscientização sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), e em orientações ergonômicas nos postos de trabalhos.

QUADRO 132  
Visitas aos postos de trabalho – ações realizadas

Total de postos avaliados		431
Principais recomendações formuladas para minimização de riscos para a saúde e a segurança	Ajustes no posto/equipamento	320
	Substituição de móveis/equipamentos	69
	Correção de iluminação	49

195

As notificações de acidente/incidente de trabalho tiveram avaliação local das conformidades ocupacionais, com proposição de correções de eventuais inadequações.

QUADRO 133  
Notificações realizadas (servidores e terceirizados)

Incidente/acidente sem gravidade	11
Acidente com afastamento	4
Total	15

#### ■ Projeto Superação - Assistência Social

O setor de Serviço Social deu continuidade ao Projeto de Acompanhamento de Servidores em Licenças Prolongadas ou Recorrentes, para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família. Esse projeto foi desenvolvido em parceria com a área responsável pela saúde ocupacional do Tribunal, objetivando atender servidores com licenças de 30 dias ou mais, seguidos ou não, priorizando aqueles que apresentam CIDs: C (neoplasias); F (transtornos mentais e comportamentais); M (doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo); S (traumatismos e lesões).



## QUADRO 134

## Projeto Superação – acompanhamento hospitalar/domiciliar

Relatórios recebidos da Audicare	76
Beneficiários internados atendidos pelo Setsoc	58
Atendimentos hospitalar/domiciliar/nas dependências do Setsoc	56

■ **Projeto Doe Sangue, Doe Vida**

O Projeto Doe Sangue, Doe Vida tem a finalidade de estimular a responsabilidade social dos servidores e auxiliar os bancos de sangue do Distrito Federal na coleta e no cadastramento de voluntários à doação de medula óssea. Em 2014, foi realizado em parceria com o Serviço Social da SJDF.

## QUADRO 135

## Projeto Doe Sangue, Doe Vida

Total de doadores cadastrados	388
Doadores encaminhados para doação de sangue	82
Campanhas de doação de sangue realizadas, com encaminhamento para o Hemocentro e para os bancos de sangue da rede credenciada	6

### ESPAÇO BEM-ESTAR RICARDO DUTRA AMARAL

O Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral, em funcionamento desde outubro de 2013, conta com unidade de treinamento/condicionamento físico, que tem como objetivo principal o incentivo à prática de atividades físicas que auxiliem o corpo funcional desta Casa a manter uma vida saudável. Conta, também, com unidade de fisioterapia que oferece tratamento fisioterápico preferencialmente durante o expediente, buscando facilitar a realização da atividade em busca do restabelecimento de forma mais simples e mais rápida.

A Unidade de Treinamento/Condicionamento Físico oferece aulas semanais nas modalidades: dança de salão, pilates, *jiu jitsu*, *kickboxing*, ioga, ginástica funcional, zumba, *krav maga* e karatê; além de massagens relaxante e terapêutica. Oferece, ainda, apoio logístico ao Projeto “Vem de *bike* que é legal”, que incentiva a prática do ciclismo, disponibilizando vestiários e paraciclos aos servidores do Tribunal que venham para o trabalho utilizando a bicicleta como meio de transporte.

A Unidade de Fisioterapia conta com duas fisioterapeutas, sendo uma servidora pública requisitada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e outra contratada por meio de contrato de terceirização de mão de obra. Ressalte-se que a unidade encerrou o exercício com 927 atendimentos de sessões de fisioterapia.



## ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Entre as ações de bem-estar social, o Tribunal promove, ainda, a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das seções judiciárias para todos os magistrados, servidores (ativos e inativos) e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social. Essa assistência é prestada por profissionais do quadro de servidores do Tribunal ou por terceirizados, custeados com recursos próprios do Pro-Social.

A assistência indireta é prestada aos beneficiários do Pro-Social por meio de rede credenciada, tanto no domicílio dos beneficiários quanto em centros de excelência que podem ser utilizados, por livre escolha ou por meio de Tratamento Fora do Domicílio autorizado pela Secbe.

### ASSISTÊNCIA DIRETA

Durante o ano de 2014, a clientela atendida distribuiu-se da seguinte maneira, conforme a área que prestou os atendimentos:

QUADRO 136

Clientela atendida no Serviço Médico (por especialidade)

Clientela	Atend. médico	% med.	Atend. enfermagem	% enf.	Atend. odontologia	% odont.	Atend. psicologia	% psi.	Atend. fisioterapia	% fis.
Dependente	832	14,25	289	2,88	3.354	46,48	361	43,13	415	24,31
Desembargador	31	0,53	98	0,97	13	0,18	7	0,84	32	1,87
Estagiário	211	3,61	1.109	11,03	–	0,00	–	0,00	–	0,00
Juiz federal	155	2,65	–	0,00	89	1,23	–	0,00	24	1,41
Outros	31	0,53	202	2,01	19	0,26	31	3,70	–	0,00
Servidor requisitado	437	7,48	580	5,77	363	5,03	–	0,00	101	5,92
Servidor sem vínculo	174	2,98	1.895	18,85	73	1,01	–	0,00	22	1,29
Servidor do quadro	3.287	56,28	2.533	25,20	3.191	44,22	438	52,33	1.109	64,97
Servidor em exercício provisório	37	0,63	–	0,00	17	0,24	–	0,00	4	0,23
Terceirizado	645	11,04	3.346	33,29	97	1,34	–	0,00	–	0,00
Total	5.840	0	10.052	0	7.216	0	837	0	1.707	

Foram prestados, ainda, 350 atendimentos de nutrição para orientação dietética, realizadas inspeções no restaurante e admitidos novos bebês no berçário do Tribunal.



## ASSISTÊNCIA INDIRETA

### QUADRO 137

#### Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2014

Típos	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Totais
Titulares ativos	967	105	193	160	758	624	518	280	272	1.026	341	186	183	84	140	5.837
Dependentes de ativos	1.904	220	361	319	1.375	1.096	1.007	644	468	2.058	715	470	372	188	284	11.481
Subtotal ativos	2.871	325	554	479	2.133	1.720	1.525	924	740	3.084	1.056	656	555	272	424	17.318
Titulares inativos	149	19	18	18	72	149	49	26	34	160	31	17	15	22	13	792
Dependentes de inativos	154	27	20	24	74	144	58	27	41	148	29	13	14	17	22	812
Subtotal inativos	303	46	38	42	146	293	107	53	75	308	60	30	29	39	35	1.604
Titulares pensionistas	24	6	5	1	14	31	17	18	4	23	17	6	4	1	0	171
Dependentes de pensionista	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal pensionistas	25	6	5	1	14	31	17	18	4	23	17	6	4	1	0	172
Total de titulares	1.140	130	216	179	844	804	584	324	310	1.209	389	209	202	107	153	6.800
Total de dependentes	2.059	247	381	343	1.449	1.240	1.065	671	509	2.206	744	483	386	205	306	12.294
<b>Total</b>	<b>3.199</b>	<b>377</b>	<b>597</b>	<b>522</b>	<b>2.293</b>	<b>2.044</b>	<b>1.649</b>	<b>995</b>	<b>819</b>	<b>3.415</b>	<b>1.133</b>	<b>692</b>	<b>588</b>	<b>312</b>	<b>459</b>	<b>19.094</b>

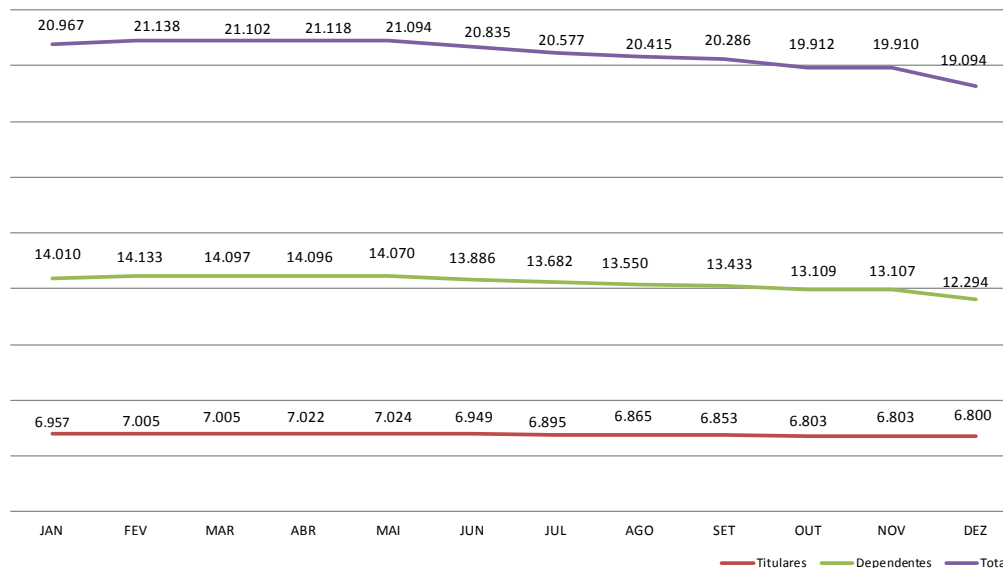
Fonte: Relatório TRF012 do Sistema BENNER, data base 31/12/2014.





GRÁFICO 22

## Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social

**CRENCIAMENTOS**

Foram oferecidos aos beneficiários do Pro-Social 313 credenciamentos de hospitais, clínicas e profissionais de saúde, das mais diversas áreas.

Dentre os credenciamentos efetivados, destaca-se o convênio firmado com o Plano Saúde-Caixa, destinado à assistência à saúde dos servidores da Caixa Econômica Federal, que conta com rede credenciada com alto índice de capilaridade no país.

A implantação desse convênio será iniciada pela Seção Judiciária da Bahia, que vem enfrentando dificuldades em oferecer atendimento em saúde no interior do estado, em razão da dificuldade de manutenção do contrato com a operadora atual.

**Gestão financeira dos recursos do Pro-Social**

As despesas decorrentes dos serviços e benefícios do Programa têm seus custos cobertos parcialmente com recursos provenientes do Orçamento da União e, complementarmente, com as contribuições mensais e diretas dos beneficiários associados (recursos próprios).

Com a implantação, em abril de 2014, do novo Regulamento Geral do Pro-Social, foi modificada a forma de contribuição fixa dos beneficiários do Programa, que passou a ser estabelecida de acordo com as faixas etárias especificadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual dispõe o custo médico e odontológico conforme a idade dos beneficiários.



O valor estabelecido foi calculado com base nas despesas apuradas no período de janeiro a dezembro de 2014, considerando-se os beneficiários ativos em 31/12/2014, o que resultou na tabela que se segue:

### QUADRO 138

#### Custo mensal, *per capita*, médico-hospitalar e odontológico (R\$)

Idades ANS	Faixa	médico-hospitalar jan.-dez. 2014	Custo médico <i>per capita</i>	Odonto jan.-dez. 2014	Custo odonto <i>per capita</i>	Despesa mensal médica + odonto	Beneficiários ativos 31/12/2014	Custo mensal med + odonto <i>per capita</i>	Despesas em 2014
00 a 18 anos	faixa 1	8.743.852,59	132,29	1.338.900,81	20,26	840.229,45	5.508	152,55	10.082.753,40
19 a 23 anos	faixa 2	2.501.758,02	173,30	383.086,14	26,54	240.403,68	1.203	199,84	2.884.844,16
24 a 28 anos	faixa 3	1.308.424,33	257,77	173.868,12	34,25	123.524,37	423	292,02	1.482.292,45
29 a 33 anos	faixa 4	2.191.233,57	197,84	289.227,23	26,11	206.705,07	923	223,95	2.480.460,80
34 a 38 anos	faixa 5	4.490.944,82	257,74	611.047,44	35,07	425.166,02	1.452	292,81	5.101.992,26
39 a 43 anos	faixa 6	5.573.690,25	263,01	1.021.834,98	48,22	549.627,10	1.766	311,23	6.595.525,23
44 a 48 anos	faixa 7	8.657.380,42	351,41	1.389.166,10	56,39	837.212,21	2.053	407,80	10.046.546,52
49 a 53 anos	faixa 8	8.962.856,48	390,23	1.561.041,48	67,97	876.991,50	1.914	458,20	10.523.897,96
54 a 58 anos	faixa 9	5.149.045,78	400,27	1.088.086,03	84,58	519.760,98	1.072	484,85	6.237.131,81
+ de 59 anos	faixa 10	30.153.280,94	903,88	1.821.653,82	54,61	2.664.577,90	2.780	958,48	31.974.934,76
		77.732.467,20	0,00	9.677.912,15	0,00	7.284.198,28	19.094	0,00	87.410.379,35

Obs1. Os dados acima consideram as despesas brutas, da área médico-hospitalar e odontológica, sem considerar os retornos possíveis de custeios das despesas realizadas.

Obs2. Os dados de beneficiários consideram apenas os que estejam como associados Pro-Social.

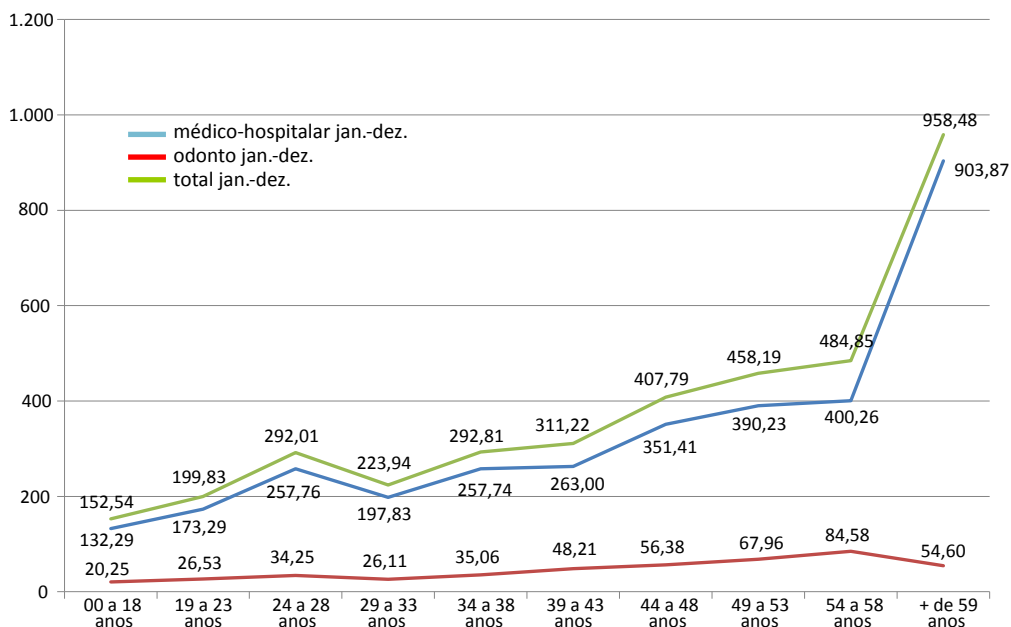
Obs3. Os dados médico-hospitalares acima não estão considerando o valor de R\$ 10.773,48, relativos à despesa de junta médica não beneficiário, e de 7.163,47, relativos à despesa odontológica "Perito não beneficiário", e R\$ 19.377,58 relativo à "Perito despesas odontológicas PF" não fracionáveis por faixa etária.

Obs4. O total de despesa apurada não representa o total de despesa efetivamente paga.



GRÁFICO 23

Curvas do custo mensal, por faixa etária, médico-hospitalar e odontológico (R\$)



QUADRO 139

Despesas do Pro-Social por benefício (dados atualizados até 31/12/2014)

I – Despesas na área social	Total 2013 (R\$)	Mensal 2013 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Total 2014 (R\$)	Variação %
Pro-Bem PJ	512.400,52	42.700,04	13.571,55	162.858,56	-68,22
Pro-Bem PF	0,00	0,00	23,32	279,84	0
INSS Patronal Pro-Bem	7.426,48	618,87	4,66	55,97	-99,25
<b>Total</b>	<b>512.400,52</b>	<b>42.700,04</b>	<b>13.594,87</b>	<b>163.138,40</b>	<b>-68,16</b>

II – Despesas médicas	Total 2013 (R\$)	Mensal 2013 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Total 2014 (R\$)	Variação %
Consulta médica	8.284.976,37	690.414,70	542.077,89	6.504.934,70	-21,49
EPS	0,00	0,00	18.825,05	225.900,64	0
Exames cardiológicos	1.922.687,58	160.223,97	96.424,22	1.157.090,65	-39,82
Exames laboratoriais	14.194.896,66	1.182.908,06	12.86.922,35	15.443.068,23	8,79
Exames radiológicos	3.774.170,86	314.514,24	206.676,58	2.480.118,91	-34,29
Fonoaudiologia	642.783,17	53.565,26	24.785,92	297.430,99	-53,73
Interações – gases e materiais de consumo	8.357.045,91	696.420,49	829.523,54	9.954.282,47	19,11



II – Despesas médicas	Total 2013 (R\$)	Mensal 2013 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Total 2014 (R\$)	Variação %
Internações – honorários	9.181.985,45	765.165,45	865.531,67	10.386.380,05	13,12
Internações – medicamentos	8.214.739,62	684.561,64	830.101,35	9.961.216,17	21,26
Internações – taxas e diárias	7.471.112,56	622.592,71	664.092,60	7.969.111,16	6,67
Internações – OPMES	4.989.253,28	415.771,11	532.903,20	6.394.838,38	28,17
Junta médica não beneficiário	0,00	0,00	897,79	10.773,48	0
Medicina física e reabilitação	2.004.991,32	167.082,61	100.710,68	1.208.528,12	-39,72
Outros exames e procedimentos	2.743.222,09	228.601,84	336.792,69	4.041.512,29	47,33
Psicologia	3.185.148,37	265429,03	108.637,84	1.303.654,08	-59,07
Quimioterapia	499.432,23	41619,35	32.802,24	393.626,88	-21,19
Subtotal	75.466.445,47	6.288.870,46	6.477.705,60	77.732.467,20	3,00
INSS Patronal-médica	4.496.830,43	374.735,87	475.413,61	5.704.963,32	26,87
<b>Total</b>	<b>79.963.275,90</b>	<b>6.663.606,33</b>	<b>6.953.119,21</b>	<b>83.437.430,52</b>	<b>4,34</b>
III – Despesas odontológicas	Total 2013 (R\$)	Mensal 2013 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Total 2014 (R\$)	Variação %
Cirurgia	297.302,73	24.775,23	22.720,20	272.642,35	-8,29
Consulta odontológica	1.438.737,88	119.894,82	92.532,01	1.110.384,16	-22,82
Dentisteria	1.268.089,89	105674,16	83.459,13	1.001.509,60	-21,02
Endodontia	511.245,25	42.603,77	36.079,79	432.957,50	-15,31
Odontopediatria	131.358,47	10.946,54	7.727,17	92.726,00	-29,41
Ortodontia	888.198,32	74.016,53	48.963,95	587.567,40	-33,85
Outros exames e procedimentos odontológicos	0,00	0,00	124,45	1.493,35	0
Testes laboratoriais odontológicos	0,00	0,00	3,67	44,00	0
Perito despesas odontológicas PF	42.420,27	3.535,02	1.614,80	19.377,58	-54,32
Perito não beneficiário	0,00	0,00	596,96	7.163,47	0
Periodontia	765.988,29	63.832,36	44.997,01	539.964,09	-29,51
Prevenção	1.363.624,40	113.635,37	90.184,83	1.082.218,00	-20,64
Prótese Dentária	4.290.207,14	357.517,26	306.749,33	3.680.992,00	-14,20
Radiologia	1.047.541,37	87.295,11	70.739,39	848.872,65	-18,97
Subtotal	12.044.714,01	1.003.726,17	806.492,68	9.677.912,15	-19,65
INSS Patronal-odontológica	1.330.177,80	110.848,15	62.792,78	753.513,35	-43,35
<b>Total</b>	<b>13.374.891,81</b>	<b>1.114.574,32</b>	<b>869.285,46</b>	<b>10.431.425,50</b>	<b>-22,01</b>
IV – Despesas na área administrativa	Total 2013 (R\$)	Mensal 2013 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Total 2014 (R\$)	Variação %
Contratos de locação de mão de obra e auditoria médica	9.227.839,10	768.986,59	819.739,86	9.836.878,26	6,60
Passagens e hospedagem (TFD)	74.528,47	6.210,71	5.324,86	63.898,35	-14,26



IV – Despesas na área administrativa	Total 2013 (R\$)	Mensal 2013 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Total 2014 (R\$)	Varição %
Simpro/Brasíndice/manutenção de convênio	39.303,19	3.275,27	1.224,09	14.689,04	-62,63
Suporte em TI	101.422,04	8.451,84	12.051,63	144.619,52	42,59
<b>Total</b>	<b>9.443.092,80</b>	<b>786.924,40</b>	<b>838.340,43</b>	<b>10.060.085,17</b>	<b>6,53</b>
<b>Total geral</b>	<b>103.293.661,03</b>	<b>8.607.805,09</b>	<b>8.674.339,97</b>	<b>104.092.079,59</b>	<b>0,77</b>

### QUADRO 140

#### Composição dos recursos do Pro-Social

2013		2014	
Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26	Saldo em 31/12/2013	44.215.200,88
Contribuição social titular	39.318.727,01	Contribuição social titular	31.607.107,26
Contribuição social dep. direto	2.078.060,85	Contribuição social dep. direto	15.300.608,02
Contribuição social dep. indireto	1.136.795,19	Contribuição social dep. indireto	1.697.532,16
Cota do associado	377.549,50	Cota do associado	249.744,54
Custeios diversos	4.531.642,77	Custeios diversos	8.224.203,52
Outros	377.428,56	Outros	322.138,13
Rendimentos	3.613.543,88	Rendimentos	4.829.737,58
<b>Total</b>	<b>51.433.747,76</b>	<b>Total</b>	<b>62.231.071,21</b>
Saldo em 31/12/2013	44.215.200,88	Saldo em 31/12/2014	53.113.869,20
Dotação orçamentária 2013*	39.306.379,00	Dotação orçamentária 2014	46.471.708,17
Restos a pagar inscritos de 2012*	4.497.623,81	Restos a pagar inscritos de 2013	2.624.526,17
Receita orçamentária Total 2013*	43.804.002,81	Receita orçamentária Total 2014	49.096.234,34

\* Extraídos do quadro 109 do relatório anual de gestão de 2013.

## QUADRO 141

## Demonstrativo de receitas e despesas – recursos da União

R\$ 1,00

Mês	Restos a pagar executado	Receitas	Despesas	Saldo
jan.	784.947,50	44.110.320,00	129.646,00	43.980.674,00
fev.	950.105,13	0,00	626.349,99	43.354.324,01
mar.	346.535,07	0,00	2.207.997,20	41.146.326,81
abr.	64.541,58	0,00	3.678.457,26	37.467.869,55
mai.	111.422,74	0,00	4.967.613,13	32.500.256,42
jun.	4.264,32	0,00	5.102.329,63	27.397.926,79
jul.	8.730,21	0,00	7.701.558,28	19.696.368,51
ago.	8.166,65	537.624,00	7.331.573,94	12.902.418,57
set.	0,00	0,00	7.800.635,19	5.101.783,38
out.	27.448,06	0,00	2.780.501,88	2.321.281,50
nov.	473,30	0,00	976.247,65	1.345.033,85
dez.	114,67	1.823.764,17	3.167.207,16	1.590,86
Total	2.306.749,23	46.471.708,17	46.470.117,31	1.590,86

QUADRO 142

Demonstrativo de receitas e despesas - recursos próprios

R\$ 1,00

Saldo anterior	Receitas								Despesas	Saldo
	Contribuição	Contribuição dep. direto	Contribuição dep. indireto	Cotas	Custeios diversos	Rendimentos	Outras	Total		
44.215.200,88	3.702.428,38	543.894,82	291.030,08	108.814,17	529.979,67	365.730,01	30.788,66	5.572.665,79	3.686.057,87	46.101.808,80
46.101.808,80	3.694.972,06	547.728,10	290.216,27	94.578,70	455.153,32	325.235,03	7.538,63	5.415.422,11	8.898.979,75	42.618.251,16
42.618.251,16	3.677.616,61	543.391,78	283.007,49	19.378,70	680.959,06	304.818,68	70.511,30	5.579.683,62	4.804.175,34	43.393.759,44
43.393.759,44	3.660.487,84	540.494,13	281.796,79	13.717,17	627.458,65	334.790,07	38.358,64	5.497.103,29	3.305.381,27	45.585.481,46
45.585.481,46	3.638.524,63	535.975,15	277.188,74	10.538,11	629.751,18	364.356,75	33.265,58	5.489.600,14	4.383.880,23	46.691.201,37
46.691.201,37	3.622.693,37	534.455,60	274.292,79	1.436,46	762.896,61	368.789,69	32.906,45	5.597.470,97	1.455.966,15	50.832.706,19
50.832.706,19	1.563.710,85	2.031.208,73	0,00	387,85	757.586,36	444.174,54	25.360,12	4.822.428,45	1.488.414,70	54.166.719,94
54.166.719,94	1.590.190,63	2.021.069,90	0,00	505,53	760.485,75	423.561,86	34.217,10	4.830.030,77	946.603,75	58.050.146,96
58.050.146,96	1.606.620,39	2.009.317,89	0,00	387,85	755.862,25	466.856,48	29.554,93	4.868.599,79	1.159.448,60	61.759.298,15
61.759.298,15	1.606.578,84	2.014.237,24	0,00	0,00	785.286,93	499.418,21	6.635,70	4.912.156,92	6.827.160,36	59.844.294,71
59.844.294,71	1.631.843,75	1.983.176,24	0,00	0,00	766.786,95	434.389,37	5.254,29	4.821.450,60	6.240.660,84	58.425.084,47
58.425.084,47	1.611.439,91	1.995.658,44	0,00	0,00	711.996,79	497.616,89	7.746,73	4.824.458,76	10.135.674,03	53.113.869,20
	31.607.107,26	15.300.608,02	1.697.532,16	249.744,54	8.224.203,52	4.829.737,58	322.138,13	62.231.071,21	53.332.402,89	53.113.869,20

Fonte: Recursos União – Secor; Recursos próprios – Divaf.

Obs 1: Saldo restos a pagar 01/14: R\$ 2.624.526,17.

Obs 2: Saldo restos a pagar em 12/14 R\$ 27.555,62.

Obs 3: Restos a pagar cancelado: R\$ 290.221,32.



### ■ **Transparência**

A área de Bem-Estar Social do Tribunal tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente aos conselheiros do Pro-Social, mas também aos beneficiários.

Dessa maneira, foram mapeados novos relatórios de despesa e receita a partir do Sistema e-Prososocial, por meio do *software* BI (Business Intelligence), em parceria com a área de tecnologia da informação, disponibilizados, mensalmente, na intranet, após apresentação ao Conselho Deliberativo do Pro-Social.

Para 2015, será iniciado o levantamento dos dados do sistema dos prontuários médicos, para também se permitir a extração ágil de informações gerenciais de forma consolidada.

A busca pela sustentabilidade, organização e eficiência do Pro-Social requer, constantemente, ações que visem ao aperfeiçoamento, tanto do planejamento como da execução dos serviços de assistência à saúde, bem como à correção constante de eventuais distorções.

Desse modo, foi licitada, ao final de 2014, a contratação de empresa para avaliação atuarial do Pro-Social, objetivando o planejamento consistente do custeio e dos benefícios oferecidos pelo Programa e sua sustentabilidade em longo prazo.

A gestão financeira do Pro-Social deixou para trás a situação deficitária que vinha experimentando desde 2012 e registrou, no exercício de 2014, resultado superavitário, com recuperação dos recursos que compõem a reserva técnica financeira do Programa.

### ■ **Conselho Deliberativo do Pro-Social**

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é integrado pelo presidente do TRF 1ª Região, por dois representantes dos magistrados, dois representantes dos servidores, pelo diretor-geral da Secretaria, pelo diretor da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), pelo diretor da Secretaria de Controle Interno (Secoi), conforme composição estabelecida pelo art. 68 do novo Regulamento-Geral do Pro-Social – RGPS, aprovado pela Resolução Presi/Secbe 9, de 23/04/2014, vigente a partir de primeiro de julho de 2014.

A designação dos dois representantes dos magistrados, um ativo e outro inativo, ocorreu por meio da Portaria Presi/Secbe 230 de 11/07/2014, mediante indicação do presidente do Tribunal, na forma do RGPS.

Os representantes dos servidores ativos e inativos foram escolhidos mediante eleição direta — entre candidatos servidores do TRF e da SJDF —, que obedeceu às disposições da Portaria Presi/Secbe 222 de 03/07/2014 e cuja votação foi operacionalizada por meio do sítio do Tribunal na internet, aberta à participação de todos os beneficiários titulares do Programa em exercício no TRF 1ª Região e nas seções judiciárias da 1ª Região. A nomeação ocorreu por meio da Portaria Presi/Secbe 264 de 08/08/2014.

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é o órgão responsável pela qualidade, eficácia e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa, e pelo exame e





aprovação de propostas de modificação das normas, julgamento de recursos interpostos contra atos praticados na administração do Programa, entre outras atribuições. A atuação de seus membros foi fundamental para a execução de medidas de saneamento, aporte e conservação de recursos, que geraram resultado superavitário, revertido para recomposição da reserva financeira do Programa.

No ano, foram realizadas nove sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, tendo sido analisados 71 processos.



# INFRAESTRUTURA E TI

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Prover estrutura e meios de segurança adequados.

### ■ Descrição do objetivo

Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física, considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas e meios para garantir a segurança pessoal e predial, permitindo a execução das atividades da Justiça Federal de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.

## INFRAESTRUTURA

### CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE

Em 2014, destacou-se a realização dos serviços emergenciais na obra de construção da nova sede do TRF 1ª Região (Contrato 64/2013 — destinado à proteção das estruturas de concreto existentes), bem como à fabricação e instalação de esquadrias em pele de vidro nos blocos A e D (Contrato 114/2012), uma vez que mantiveram os elementos de concreto preservados da ação da água de chuvas. Mesmo com as chuvas intensas e em grande volume ocorridas no término de 2014, não houve alagamento dos subsolos nem acúmulo de água sobre peças de concreto — problema constatado em anos anteriores. As águas pluviais precipitadas sobre a estrutura foram recolhidas e conduzidas de forma satisfatória para reservatórios provisórios distantes da edificação. Esta solução foi adotada para não comprometer a rede pública de águas pluviais local.

Destacou-se também a contratação dos serviços de recuperação e restauração de elementos estruturais de concreto armado e protendido do mesmo complexo (Contrato 51/2014), os quais estão previstos para iniciar em janeiro de 2015.

#### **Arcabouço estrutural**

*Projetos* – Em 13 de agosto de 2014, o Tribunal firmou um termo de compromisso com o Escritório Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer para complementação e resolução de pendências nos projetos. Em 22 de dezembro de 2014 foi firmado o Contrato 56/2014 com a empresa Soares Barros Engenharia Ltda. — SBE para atualização tecnológi-



ca e normativa dos projetos — com integral conversão para a metodologia BIM (*Building Information Modeling*) e elaboração de plano de obras.

*Execução da Obra* – Em 30 de dezembro de 2013 foi contratada a Construtora LDN para execução dos serviços considerados emergenciais (Contrato 64/2013; valor – R\$31.586.495,10; prazo de execução – 180 dias), bem como para fabricar e instalar, nos blocos A, C e D, brises e esquadrias do tipo pele de vidro (Contrato 114/2012; valor – R\$ 52.484.431,92; prazo de execução – 360 dias).

#### ■ **Situação do Bloco A (gabinetes)**

*Projeto* – em fase de revisão tecnológica e normativa.

*Estágio da construção* – 99% da estrutura do bloco e 95% das esquadrias e brises concluídos – para a finalização, resta a concretagem do reservatório e das casas de máquinas.

*Previsão de conclusão* – prazo condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas.

#### ■ **Situação do Bloco B (Plenário)**

*Projeto* – em fase de revisão tecnológica e normativa.

*Estágio da construção* – sem alterações em relação a 2013; iniciados os serviços de escavação de terra para executar a fundação do bloco.

*Previsão de conclusão* – prazo permanece condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas (execução do Bloco B não incluída no contrato emergencial).

#### ■ **Situação do Bloco C (salas de sessões)**

*Projeto* – em fase de revisão tecnológica e normativa.

*Estágio da construção* – sem alterações em relação a 2013; 35% do bloco concluído – resta executar as duas últimas lajes.

*Previsão de conclusão* – prazo permanece condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas (conclusão do Bloco C não incluída no contrato emergencial).

#### ■ **Situação do Bloco D (administração)**

*Projeto* – em fase de revisão tecnológica e normativa.

*Estágio da construção* – sem alterações em relação a 2013; 98% do bloco concluído. Resta a execução de platibandas, reservatório superior e casas de máquinas.

*Previsão de conclusão* – prazo condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas.

#### ■ **Situação da passarela de interligação dos Blocos A, B e C**

*Projeto* – em fase de revisão tecnológica e normativa.

*Estágio da construção* – concluído o trecho central da passarela coincidente com a projeção do bloco A.

*Previsão de conclusão* – nos demais trechos, prazo condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas.



■ **Situação de outras grandes estruturas de concreto, tais como muros de contenção, reservatórios inferiores e de águas pluviais**

*Projeto* – em fase de revisão tecnológica e normativa.

*Estágio da construção* – não iniciado.

*Previsão de conclusão* – prazo condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas.

**Estudo de área de estacionamento público**

O Tribunal organizou um grupo de estudo para sugerir novos locais de estacionamento na região onde está sendo construída a nova sede — o que resultou no termo de conciliação 003/2014/CCAF/CGU/AGU-PBB, de 17/02/2014, com nova proposta de estacionamentos públicos para todo o setor. Essa proposta levou a secretaria do Governo do Distrito Federal competente no assunto a alterar a legislação para o local, por meio da edição de novo projeto urbanístico — denominado URB — contendo as alterações aprovadas do sistema viário e dos estacionamentos públicos para a região.

Ressalta-se que os estacionamentos públicos situados junto às divisas próximas ao lote onde está sendo construída a sede do Tribunal (nas fachadas sul, norte e leste), que já haviam sido anteriormente aprovados, foram preservados nesse estudo.

211

**Gerenciamento de projetos para construção da nova sede**

Instituída a Comissão de Gestão de Projetos da Obra de Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região por meio da Portaria Diges/Secge 416 de 26/05/2014, iniciaram-se os trabalhos de gerenciamento com a abertura do Projeto de Gestão da Obra de Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região. Esse projeto teve início seguindo as orientações de padronização do Escritório de Projetos do TRF 1ª Região, com base na metodologia de gerenciamento de projetos do PMI (*Project Management Institute*) — notadamente o PMBOK® (*Project Management Body of Knowledge*) em sua 5ª edição.

Anteriormente, estava sendo adotada a estratégia de subdividir o projeto da nova sede em vários contratos distintos. Contudo, esta medida trouxe dificuldades no que se refere à precisão da visão do todo a ser executado, prejudicando assim as estimativas sobre a data de finalização da obra.

Com a recuperação do processo contínuo de tarefas até a conclusão do projeto, foi possível determinar e controlar cada uma das etapas. Esse controle passou a ser feito cotidianamente, de forma que a dinâmica de execução dessas etapas fosse planejada e monitorada, e com isso viabilizou-se a definição de impacto de tais execuções sobre a conclusão da obra como um todo.

A adoção da metodologia permitiu ao Tribunal sistematizar o processo de acompanhamento da obra de construção da sede por meio da confecção de artefatos de gerenciamento de projetos, estimando-se prazos de conclusão das diversas fases do projeto, além de atualizar os custos para cada etapa — subsidiando, assim, a elaboração do PLOA/2016 E PPA 2016/2019 quanto à execução da obra de construção da nova sede



do TRF 1ª Região. Também possibilitou a tomada de decisões de forma mais eficiente e segura sobre as questões orçamentárias. Com o controle do cronograma, a previsão de execução orçamentária fica delimitada pelo processo administrativo, monitorando etapa por etapa, até o início da execução dos contratos propriamente ditos.

Em outras palavras, a comissão aprimorou o controle da obra, viabilizou a análise e verificação de impacto no cronograma no caso de alteração de escopo e ocorrência de atrasos, bem como possibilitou acompanhar o andamento processual dos contratos para aquisição de serviços. Em adição, permitiu subsidiar a emissão de alertas para as áreas interessadas quando da ocorrência de atrasos ou inconformidades.

A mudança de paradigma deu um caráter inovador e profissional à empreitada, ao promover o gerenciamento quanto à integração, ao escopo, aos custos, à qualidade, às aquisições, aos recursos humanos, às comunicações, aos riscos, aos prazos de conclusão de etapas – resultando em uma maior interação entre os setores envolvidos na contribuição para o sucesso do projeto.

Além disso, foram notados diversos benefícios à execução do projeto relacionados à transparência, prestação de contas, economicidade, e subsídio ao processo decisório. A obra teve sua documentação incluída no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com os respectivos artefatos sendo atualizados e publicados periodicamente. Desde então, possíveis situações desfavoráveis passaram a ser previamente antecipadas e mapeadas, permitindo assim a adoção de estratégias e ações de contingência antes que tais situações se consolidem como problemas.

A partir de então, tem sido dada ampla divulgação às informações atualizadas referentes à obra por meio dos planos de comunicação, das reuniões periódicas realizadas pela comissão de gestão de projeto, e pela disponibilização de uma página (*hot page*) específica no portal do Tribunal: <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/transparencia/nova-sede/>.

Ainda em 2014, foi assinada portaria que altera a composição da Comissão de Desembargadores Federais para acompanhamento da execução da obra do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Estão entre as atribuições do grupo de magistrados: acompanhar o processo licitatório das diversas etapas da obra; acompanhar a execução dos serviços contratados mediante análise de medições e relatórios de fiscalização; e sugerir medidas que visem à regularização dos serviços prestados e ao seu aperfeiçoamento.

### **ELABORAÇÃO DE PROJETOS PADRÃO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE SEDES DAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DA 1ª REGIÃO**

Em conformidade com as metas estabelecidas para a interiorização da Justiça Federal dispostas na Lei 10.772/2003, tem sido crescente na 1ª Região o número de empreendimentos que visam à construção de edificações para abrigar novas varas e subseções judiciárias.



Nesse sentido, deu-se início às atividades de gestão de projeto visando elaborar projeto padrão para construção das novas subseções judiciárias, utilizando-se a metodologia proposta pelo PMI.

Este projeto tem por foco a redução de despesas rotineiras em diversas contratações pelas seções judiciárias – atualmente diversificadas em demasia, embora possuam características programáticas, técnicas e administrativas similares. Com esta redução, a utilização de recursos da União se dará de maneira mais eficiente. A proposta objetiva minorar os custos na contratação de empresas para confeccionar os projetos individualmente.

Atualmente, nas seccionais, não existe quadro técnico suficiente para elaboração dos projetos, acompanhamento de obras e serviços ordinários de manutenção. Assim, esta metodologia irá impactar positivamente em uma racionalização dos trabalhos nas seções e subseções judiciárias.

A elaboração de projetos padrão para construção de novas sedes para subseções judiciárias da 1ª Região, além de atender às necessidades das seccionais, vem a conceder os seguintes benefícios à Administração, entre outros:

- traz maior racionalidade nos fatores de planejamento dos projetos, nos processos licitatórios das obras e no processo construtivo;

- traz uniformidade no padrão das construções, favorecendo por consequência os aspectos institucionais em detrimento dos pessoais;

- reduz tanto o tempo de planejamento como os custos do investimento, por conta do aperfeiçoamento de especificações de projetos e orçamentos – aproximando tanto quanto possível as previsões orçamentárias da realidade;

- permite ao Tribunal atender ao disposto na Lei 8.666/1993, no que tange à padronização de obras e serviços destinados aos mesmos fins por tipos, categorias ou classes;

- traz maior precisão nas informações a serem prestadas aos órgãos competentes;

- minimiza a probabilidade de enfrentamento de desafios inesperados ao longo das obras;

- possibilita também a padronização dos ambientes, móveis e serviços para posterior manutenção das edificações.

O projeto padrão de construção é um antigo anseio do Tribunal e das seccionais, que só agora foi possível materializar-se e tornar-se realidade.

## **REORGANIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NOS EDIFÍCIOS DO TRIBUNAL**

Os problemas descritos no Relatório de Atividades 2013 relacionados ao espaço físico utilizado pelas áreas de expedição e de distribuição de correspondências (responsáveis, respectivamente, pelo envio à origem dos processos judiciais físicos e pelo serviço de postagem no âmbito deste Tribunal) foram minimizados em razão da transferência destes para uma sala com área de trabalho mais ampla. Essa transferência possibilitou melhores condições de manuseio e acondicionamento dos processos judiciais destinados à baixa.



Em 2014 foi executada a incorporação de mais uma área ao espaço já existente ao setor de arquivo administrativo, o que permitiu o remanejamento e a ampliação da área destinada à separação física dos arquivos corrente, intermediário e permanente.

## VEÍCULOS

### MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS

QUADRO 143

Despesas com manutenção de veículos oficiais por fabricante (R\$)

Fabricante de veículo						
Fiat	Ford	Citroën	Renault	Toyota	VW	Total
8.490,68	26.307,35	702,55	1.274,17	12.374,39	379,31	49.528,45

### AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NO ÂMBITO DA 1ª REGIÃO

214

A renovação da frota, regulamentada pela Resolução CJF 72/2009, vem sendo realizada gradativamente pelo Tribunal considerando o regramento disposto. O Plano Anual de Aquisição de Veículos 2014, aprovado pelo CJF, contemplou todas as necessidades levantadas pelas seções judiciárias e pelo Tribunal, visando à expansão da frota ou renovação de viaturas com oito ou mais anos de uso consideradas antieconômicas.

Os quantitativos e valores totais referentes às aquisições podem ser consultados no capítulo “Orçamento”, item “Atividades”, na página 254, quadro 162, deste relatório.

No período consolidado, houve a execução de 87 aquisições na 1ª Região, o que resulta na diminuição dos custos com peças de reposição. Em adição, a aquisição de veículos *flex* possibilita o uso do combustível economicamente mais viável para o Tribunal. Por fim, a renovação da frota — com a aquisição de veículos mais econômicos — diminui as despesas com combustíveis e de manutenção com reposição de peças.

### ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL

QUADRO 144

Despesa com combustível para veículos oficiais do Tribunal (R\$)

Combustível			
Álcool	Diesel	Gasolina	Total
37.064,38	12.720,41	133.239,77	183.024,56



## ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS OFICIAIS DA SJDF

QUADRO 145

Despesa com combustível para veículos oficiais da SJDF (R\$)

Combustível			
Álcool	Diesel	Gasolina	Total
19.567,55	12.977,95	47.522,22	80.067,72

Em análise, é possível observar que o consumo de gasolina pela Seção Judiciária do Distrito Federal foi reduzido substancialmente em relação ao exercício anterior, aumentando-se, todavia, o consumo de diesel — fato que, provavelmente, se deveu à demanda desse combustível por parte do conjunto gerador de eletricidade.

## MANUTENÇÃO

### ATENDIMENTOS A SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

215

QUADRO 146

Requisições via Siate - totais mensais de atendimento

Categoria	Instalação						Total
	Telefonia	Acabamentos e hidrossanitários	Leiautes	Elétrica	Equipamentos	Projetos	
Manutenção	1.226	3.878	–	1.767	344	1.226	7.292
Reforma/obra	87	–	–	–	–	87	155
Remanejamento	65	–	141	–	–	65	65
Total	1.378	3.878	141	1.767	344	1.378	7.512

## GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS

QUADRO 147

Número de contratos contínuos

Objeto	Contratos gerenciados em 2014	
	Quantidade	Valor aplicado (R\$)
Fornecimento de serviços básicos (água, energia e telefonia)	5	5.518.187,40
Serviços de manutenção continuada	19	5.487.343,73
Locação de imóveis	1	1.636.165,00
Total	25	12.641.696,13





## GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS

QUADRO 148

Prestação de serviços não continuados

Objeto	Contratos em 2014	
	Quantidade	Valor aplicado (R\$)
Obras/serviços de reforma	11	1.408.316,67

## SEGURANÇA

### PROGRAMA DE SEGURANÇA OCUPACIONAL

Em 2014 registrou-se o acompanhamento e monitoramento de conformidades ocupacionais com visitas a postos de trabalho e áreas de risco do Tribunal, que resultaram em recomendações de ações corretivas e preventivas para minimização de riscos para saúde e segurança, de conscientização sobre o uso de equipamentos de proteção individual – EPI e sobre ergonomia nos postos de trabalho.

216

QUADRO 149

Visitas aos postos de trabalho e ações realizadas

Tipos de ação	Quantidade
Total de postos avaliados	431
Ajustes no posto/equipamento	320
Substituição de móveis/equipamentos	69
Correção de iluminação	49

As notificações de acidente/incidente de trabalho tiveram avaliação local das conformidades ocupacionais, com proposição de correções em eventuais inadequações.

QUADRO 150

Notificações realizadas servidores e terceirizados

Tipo de notificação	Quantidade
Incidente/acidente sem gravidade	11
Acidente com afastamento	4
Total	15



## **SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL**

Quanto à segurança pessoal e patrimonial, verificou-se, em 2014, um aumento significativo de 104,97% das ocorrências registradas, em comparação ao exercício de 2013.

Em relação ao ano anterior, houve um aumento do número de solicitações para levantamento de imagens do Sistema de Monitoramento por Câmeras – CFTV, reflexo de uma mudança de comportamento do público com relação à eficiência do sistema.

Em 2014 as ocorrências da Brigada de Incêndio passaram a ser registradas em sua totalidade, diferentemente de anos anteriores, em que se registraram tão somente aquelas demandadas a partir da área de segurança do Tribunal. Tal mudança visa tornar mais transparente o controle de chamadas pelos serviços dos bombeiros civis que trabalham em coordenação com a segurança.

Em relação ao controle de acesso às instalações do Tribunal, houve pequena diminuição na quantidade de registros no período de 2014 se comparado ao ano anterior. No último exercício, foi realizado um estudo para implantação de controle de acesso informatizado para as áreas vulneráveis e remanejamento de vigilantes para locais passíveis de ocorrências específicas — por exemplo, desvio de bens e acesso não autorizado de pessoas.

Ainda, para garantir a segurança nas dependências do Tribunal, foram adquiridos aparelhos scanners e de raios-x, atualmente em fase de instalação, e, após ampla divulgação, passou-se a fiscalizar o uso do crachá pelos servidores, terceirizados, estagiários e demais usuários.

## **ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NA 1ª REGIÃO**

Foi elaborado o Questionário para Levantamento de Segurança Institucional na 1ª Região, com perguntas objetivas, formuladas dentro de critérios técnicos da área de segurança institucional. Em seguida, foi realizada consulta às unidades de segurança das seccionais da Justiça Federal da 1ª Região, com o objetivo de coletar dados referentes ao quantitativo de servidores lotados nas áreas de vigilância e transporte das seções judiciárias, armamentos, equipamentos de segurança instalados nos fóruns, procedimentos adotados em relação à segurança de magistrados, entre outras informações. Os questionários foram respondidos pelas seccionais e devolvidos para análise da área de segurança do Tribunal. As informações levantadas serão analisadas com posterior análise e diagnóstico a respeito da Segurança Institucional na Justiça Federal da 1ª Região.



## OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Garantir soluções tecnológicas efetivas.

### ■ Descrição do objetivo

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

## SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

218

### PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE

Em dezembro de 2014 foi implantado o piloto do PJe (Sistema Nacional de Tramitação de Processos Judiciais) no TRF 1ª Região e na Seção Judiciária do Distrito Federal — inicialmente envolvendo processos das classes de mandado de segurança e ação monitória e respectivos recursos.

Para a implantação foi necessário, entre outras atividades, o desenvolvimento do mecanismo de prevenção com os sistemas legados, alterações em fluxos, criação de novas funcionalidades, homologação e treinamento dos usuários finais. O sistema foi instalado com uma infraestrutura temporária, a ser revisada e ampliada em 2015.

### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - PAE

O Processo Administrativo Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região, concebido para gerenciar processos administrativos, teve seu desenvolvimento iniciado com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido pelo TRF da 4ª Região. Sua utilização no TRF 1ª Região e na Seção Judiciária do Distrito Federal teve início no mês de setembro, sendo gradativamente disponibilizado nas demais seções judiciárias entre os meses de outubro e novembro de 2014. O PAE-SEI permite a produção, a edição, a assinatura e o trâmite de documentos digitais, possibilitando a atuação simultânea de várias unidades em um mesmo processo — ainda que estejam distantes fisicamente —, tornando o trabalho rápido e colaborativo. A entrada do PAE-SEI na 1ª Região colocou em desuso os sistemas SISPRO, e-Sisad, SIOUV e e-Ouvidoria. Até o fim do exercício de 2014, o PAE-SEI possuía 32.676 processos cadastrados, compostos por 222.812 documentos. No decorrer de 2015, a infraestrutura deste sistema será ampliada para suportar a taxa de crescimento e requisitos de desempenho e disponibilidade requeridos.



GRÁFICO 24  
Processos cadastrados no PAe-SEI em 2014

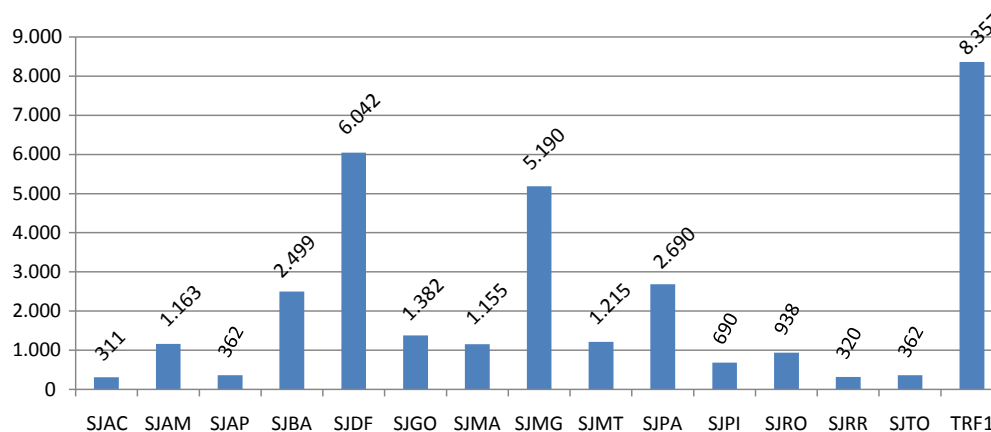
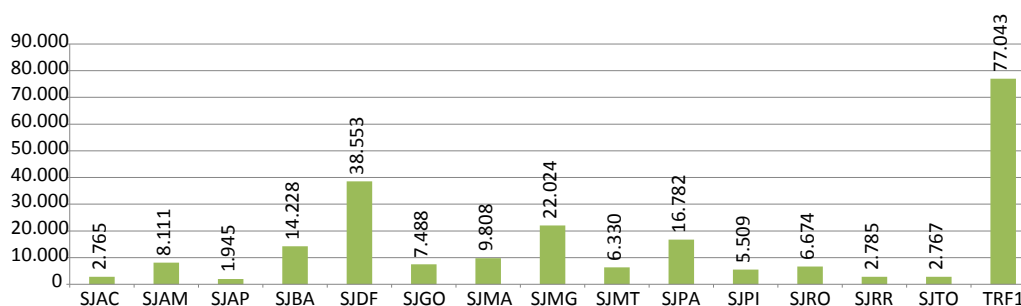


GRÁFICO 25  
Documentos cadastrados no PAe-SEI em 2014



## SISTEMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DAS MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS DE 1º GRAU - PROCESSUAL

O Sistema de Registro e Acompanhamento das Movimentações Processuais de 1º Grau permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 1º grau. Principais ações realizadas no sistema em 2014:

- prevenção – integração entre o sistema Processual e o PJe;
- instalação de subseções judiciárias: Corrente/PI, Ituiutaba/MG, Balsas/MA, Poços de Caldas/MG e Janaúba/MG;
- redistribuição de processos com instalação das seguintes varas/JEFs/TRs: instalação da 4ª Turma Recursal da SJBA, instalação da 3ª Vara de Feira de Santana/BA, instalação da 2ª Vara de Itabuna/BA, instalação da 2ª Vara de Anápolis/GO, instalação da 2ª Turma Recursal da SJMA, instalação da 13ª Vara Federal da SJMA, instalação da 35ª Vara Federal da SJMG, especialização da 11ª Vara Federal da



SJMG, instalação da 1ª Turma Recursal de Juiz de Fora /MG, instalação da 1ª Turma Recursal de Uberlândia/MG, instalação da 2ª Vara Federal de Varginha/MG, instalação da 2ª Turma Recursal da SJPA; especialização da 1ª e da 3ª Vara Federal da SJPI; especialização da 2ª e da 5ª Vara Federal/SJPI; instalação da 4ª Vara Federal /SJRR. Instalação de varas sem haver redistribuição: 6ª Vara Federal/SJRO; 2ª e 3ª Turmas Recursais da SJDF; 12ª Vara Federal/SJMA; 9ª Vara Federal/SJMT; 12ª Vara Federal /SJPA;

- ajuste na rotina de cadastro de trânsito em julgado para permitir a movimentação de trânsito em julgado quando a parte ré não tiver CPF e a classe processual for criminal;
- solução do Expediente Administrativo 2009/000573 – MG (ajuste na atribuição de acervo e de movimentação processual);
- solução do Expediente Administrativo 2011/00304 – MG (ajuste nos contadores das varas criminais comuns e varas especializadas em classes processuais do sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e naqueles praticados por organizações criminosas);
- confecção do novo relatório de inspeção para contemplar acervo das varas com os JEFs adjuntos, contemplar a junção dos processos físicos e virtuais no quantitativo de processos a ser inspecionados sem a necessidade de gerar mais de um relatório;
- Melhoria na rotina de atribuição de acervo a magistrados (impedir que a opção “saída de magistrado sem designação de substituto” seja selecionada em varas que tenham apenas um magistrado; incluir opção que permita cancelar o agendamento de transferência de acervo; incluir alerta para o tipo de acervo a ser retribuído; alterar as nomenclaturas e descrições dos procedimentos e a confecção do manual de acesso a rotina);
- Melhoria na rotina de distribuição (ajuste na validação do número do processo informado pelo e-Proc; ajuste para não permitir distribuir processos de classes de execução fiscal em que os autores não tenham CPF);
- Melhoria na rotina de cadastro de alvará (inclusão de novo tipo de alvará, “Alvará de Levantamento”, e dos seguintes campos para controlar o cadastro deste tipo de alvará: série do alvará, data do resgate, quantidade dos títulos, CPF/CNPJ, nome das partes, valor a ser pago, valor do acréscimo).

### **SISTEMA DE PROCESSOS VIRTUAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DAS TURMAS RECURSAIS - JEF-VIRTUAL**

O sistema de processos virtuais dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais registrou, até o final de 2014, 2.116.614 processos digitais.

Principais implementações em 2014:



- adaptação para viabilizar a prevenção de processos do JEF Virtual com o PJe;
- implementação do art. 122 e do Provimento Coger 108 no Relatório de Vara;
- implantação da remessa de processos virtuais da Turma Recursal/MG para os juizados de Uberlândia;
- inclusão de juiz responsável pelo alvará no JEF para constar no CVD;
- alteração na certidão de citação/intimação para especificar autor, réu e advogado; alteração para citação de entidades entre AP/PA e RR/AM;
- procedimentos de preparação para o mutirão de audiências no MA;
- procedimentos de preparação para o JEF itinerante do PI;
- correções na tela para anexar documentos;
- correção de problemas de *plugin* do Office na Justiça Federal/MG;
- correções nos procedimentos de remessa e recebimento entre juizado e turma recursal;
- padronização das remessas em caixas de tramitação;
- alteração para padronização da nomenclatura dos *e-mails* utilizados pelo sistema JEF-Virtual, determinada na Portaria Presi 600-342;
- redistribuição decorrente da extinção da Turma Recursal de RR e redistribuição dos processos para AM; redistribuição decorrente da criação das seguintes turmas recursais/varas: 2ª e 3ª Turmas Recursais do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal; 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão; 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia; 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso; 12ª Vara JEF da Seção Judiciária do Pará; 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará; 6ª Vara Federal de Porto Velho.

## **SISTEMAS DE PRECATÓRIOS E DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO**

Foram feitas as seguintes melhorias na rotina de cadastro de requisição de pagamento para comarca, demandadas pelo gestor do sistema:

- validação de cadastro de requisição do tipo RPV para no máximo 60 salários mínimos;
- ajustes referentes às datas: data base do débito a compensar, data do decurso de prazo, data de intimação;
- preenchimento do requisitante e réu de forma automática;
- recuperação do número do CPF/CNPJ de advogados de forma automática e direcionamento para o cadastro de advogado quando não existir a informação na base de dados;
- inclusão da justificativa de alteração de precatórios;
- validação do rendimento recebido acumulativamente;



- preenchimento automático dos elementos de despesas de acordo com o novo plano de contas.

Foram feitas as seguintes melhorias e ajustes na rotina de cadastro de requisição de pagamento para varas federais, demandadas pelo gestor do sistema:

- ajustes referentes às datas: data base do débito a compensar, data do decurso de prazo, data de intimação;
- validação de requisição isenta de imposto de renda com relação aos rendimentos recebidos acumulativamente;
- ajuste no relatório que gera os dados da requisição de pagamento;
- validação de cadastro de requisição do tipo “RPV” para no máximo 60 salários mínimos;
- ajuste no cadastramento de requisição do tipo “representante e representado”;
- permitir cadastro de requisição sem a data do trânsito em julgado quando a classe processual for execução fiscal;
- permitir data base da requisição anterior ao processo originário na Justiça Federal quando o processo nasceu na Justiça Comum e foi declinado para a Justiça Federal;
- expedir RPV de multa com destaque de honorário contratual;
- ajuste para a parte de cessão de crédito;
- permitir requisição do tipo “complementar” para honorários de sucumbência;
- permitir cadastro de honorário de perito sem exigência de advogado da causa;
- permitir cadastro de requisição de sucumbência em causa própria;
- ajuste na rotina que gera arquivos de lista de processos conforme novo plano de contas do Siafi;
- ajustes nos relatórios de autorização de pagamento conforme novo plano de contas do Siafi;
- implementação do sistema de gestão de precatórios para enviar dados de precatórios em aberto para o CNJ;
- ajuste do valor atualizado e valor pago dos precatórios e RPs no relatório discriminatório conforme regras repassadas pela área de execução judicial do Tribunal;
- melhoria no sistema de gestão de precatórios para enviar dados para o CNJ (precatórios pagos em 2014);
- ajuste na rotina que gera arquivos de lista de processos — agrupando União, FRGPS, FNAS, banco e elemento despesa;
- não permissão de cadastro de requisições como natureza comum de servidores públicos militares (ativo, inativo e pensionista);
- não permissão de que pessoa jurídica que seja beneficiária estadual ou municipal tenha requisições de natureza alimentar, devendo ser sempre comum;



- ajuste para processos oriundos do sistema JEF-Virtual, para não permitir duplicidade de cadastro;
- ajuste para cadastro de requisição quando for pessoa jurídica — não preencher de forma automática como pessoa jurídica, podendo ser pessoa física;
- não permissão de cadastro de requisições do tipo “geral” para assunto de honorários periciais;
- não permissão de cadastro de requisição sem a natureza do crédito;
- ajuste para os casos de ações originárias serem julgadas em vara diferente daquela da ação de execução;
- ajuste na rotina de cadastro de requisição de pagamento — comarca;
- ajuste na rotina de consulta de CPF/CNPJ – consulta *on-line* para nomes divergentes.

### **SISTEMA E-MANDADO**

Integrado ao BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão) do CNJ por meio de Webservice, o e-Mandado viabiliza o cadastro dos mandados de prisão, em cumprimento à Resolução 137/2011 do CNJ. No exercício de 2014, foi iniciado o desenvolvimento de nova versão, que possibilitará às varas a emissão de mandados de prisão no próprio sistema. Também constarão da nova versão as demandas encaminhadas pela corregedoria do Tribunal:

- ajuste nas datas, quando a data do delito é anterior à data do ajuizamento;
- criação das seguintes funcionalidades: consulta por juiz responsável; impressão de mandados assinados e não assinados; geração de mandado com base em um mandado modelo; cadastro de mandados já expedidos;
- ajuste na aplicação para filtrar os mandados por juiz, com base nos mandados cadastrados;
- ajuste na funcionalidade para não permitir exclusão de mandado de prisão sem justificativa;
- ajuste na aplicação para que o campo de data do mandado seja preenchido com a data da assinatura do juiz.

### **SISTEMA DE JURISPRUDÊNCIA**

Principais implementações em 2014:

- envio para o CJF das bases de acórdãos, súmulas e arguições do JEF;
- adaptação do programa de acórdãos administrativos para o SEI;
- carga das decisões monocráticas da Presidência e Vice-Presidência para criação da pesquisa de decisões na internet;





- início do desenvolvimento do programa de envio de decisões monocráticas e da carga das decisões monocráticas na base de dados para viabilização do envio de decisões para o CJF;
- prosseguimento da alteração do programa de cadastro das decisões monocráticas, para retomada de sua utilização pela área de jurisprudência do Tribunal.

### **SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DO TRF 1ª REGIÃO - JURIS**

O Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau.

Principais atividades realizadas em 2014:

- implementação de um procedimento para execução das rotinas de troca de acervo, de forma integrada com o sistema GPD;
- disponibilização de funcionalidade para que o usuário tenha autonomia para emitir relatórios gerenciais da área de recursos especiais e extraordinários do Tribunal — anteriormente, essa atividade era executada somente com intervenção da equipe de TI;
- Prevenção PJe: criação de mecanismo para a prevenção executada no sistema Juris, abarcando processos do PJe, e criação de mecanismo executado pelo PJe com a prevenção no Juris.

---

224

### **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SARH**

O Sistema de Administração de Recursos Humanos permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores, estagiários e mantém o cadastro dos prestadores de serviço. As principais melhorias conquistadas em 2014 foram:

- atualização dos programas da ATUÁRIA para adequação ao novo leiaute;
- criação de rotinas para varas, subseções e turmas recursais no sistema;
- reestruturação administrativa das áreas de TI e da diretoria-geral do Tribunal;
- melhoria das rotinas de geração de adicional de qualificação;
- melhoria das rotinas de gerência de estagiários;
- geração de relatórios diversos para atendimento das necessidades das unidades;
- adaptações e acréscimo de novas informações nas diversas telas e relatórios do sistema visando à melhoria da usabilidade.

### **SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO - SFP**

O Sistema de Folha de Pagamento efetua o cálculo da folha de pagamento dos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas. Permite a disponibilização de relatórios gerenciais financeiros, a manutenção e controle das informações, e a exportação



de informações para sistemas externos (DIRF – RAIS – GFIP). As principais melhorias realizadas foram:

- alteração do procedimento de importação de dados do SARH;
- elaboração de programa para cálculo de diferença entre folhas;
- automatização no cálculo de diferença de substituição de função;
- melhoria do sistema para atender às regras da DIRF;
- elaboração de novas funcionalidades para reajustes de valores em folha com base em regras;
- automatização no cálculo de diferença de progressão funcional;
- alteração das regras de compensação de remuneração de férias;
- alteração nas regras do cálculo de contribuição do plano de saúde, Pro-Social;
- ajustes em rotinas e relatórios para aprimorar sua usabilidade.

#### **SISTEMA DE CONTROLE DE DESPESAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - E-ORÇAMENTO**

225

Desenvolvido com integração ao Siafi, o que evita ações repetitivas nos controles orçamentários.

Em 2014 ocorreram diversas evoluções no sistema, das quais se destacam:

- desenvolvimento do módulo de planejamento orçamentário que permite ao usuário copiar as despesas do exercício vigente para uso no próximo exercício;
- criação de funcionalidade para realizar reajuste em lote por PTRES, “Natureza de Despesa” ou “Caráter”;
- desenvolvimento de funcionalidade para disponibilizar às seccionais a possibilidade de solicitar um valor diferente de orçamento para cada uma de suas despesas;
- implementação de funcionalidade na qual o “Orçamento Planejado” está totalmente integrado com o “Orçamento a ser Executado”; dessa forma o sistema dá maior transparência às ações, traz mais agilidade na apresentação das informações e elimina a necessidade de controle por planilhas do tipo Excel.



## OUTROS SISTEMAS

QUADRO 151  
Outros sistemas

Biblioteca Digital do TRF da 1ª Região – BDTRF1 (Dspace)	Implantado o repositório oficial dos atos administrativos do TRF1 – reúne e divulga a documentação institucional em acervos específicos, unificando as ferramentas de pesquisa. Os atos judiciais deixaram de ser publicados na Imprensa Nacional e foram incorporados à Biblioteca Digital do TRF da 1ª Região. Ocorreu também a integração dos sistemas legados com o novo processo de publicação. O sistema foi instalado com infraestrutura temporária, a ser revisada e ampliada em 2015.
Sistema de Controle Eletrônico de Frequência	Em 2014 foi disponibilizada a infraestrutura de Tecnologia da Informação – TI e foram instalados os sistemas necessários à implantação da solução de ponto eletrônico no TRF 1ª Região — sistema sob responsabilidade da área de cadastro de pessoal.
Consulta processual	Sistema que permite acesso aos dados processuais da 1ª Região e aos documentos dos processos digitais. Foi iniciado o desenvolvimento de consulta com movimentações processuais a partir de dados da tabela única do CNJ, disponibilizados através de XML dos sistemas JEF-Virtual, Processual e Juris. Mecanismo previsto para entrada em produção no primeiro bimestre de 2015.
Sistema de Peticionamento Eletrônico – e-Proc	Permite encaminhar petições via internet à Justiça Federal da 1ª Região, tanto dos processos digitais quanto dos físicos. Foi desenvolvida e implementada a busca de dados de advogados diretamente da base do Cadastro Nacional de Advogados da OAB via <i>WebService</i> . O sistema foi modificado para bloquear as classes que entraram em produção no ano de 2014 no sistema PJe. O e-Proc recebeu em 2014 cerca de 2.180.000 petições destinadas ao TRF 1ª Região, seções e subseções judiciárias. Foram feitas 7.047 validações por certificado digital no ano de 2014.
Sistema Nacional de Cálculos Judiciais – SNCJ	Está em andamento o projeto de evolução do SNCJ. Foram feitas melhorias nos módulos de reajuste salarial, benefício previdenciário e parâmetros de cálculo, e realizadas cargas de 38 arquivos do Siae encaminhados pelo Serpro, com dados de 1989 a 2014.
Precatórios/e-Precweb	Desenvolvida a aplicação de cadastro de requisição de pagamento para comarca, em fase de homologação pelo gestor do sistema. Novas melhorias na aplicação e-PrecWeb: recuperação das datas da ação originária, de trânsito em julgado e de decurso de prazo ou acordo de forma automática quando a requisição for complementar ou suplementar; ajuste para permitir que um magistrado possa ser cadastrado em mais de uma comarca; geração de relatório com a situação das requisições cadastradas no sistema; não exigência dos dados do advogado quando for requisição para sucumbência.
E-Eleição – Sistema de Eleições Eletrônicas do TRF1	Em 2014 foram efetuadas melhorias na arquitetura da aplicação que refletiram positivamente na agilização das votações realizadas pelos magistrados, tais como: acompanhamento em todas as sessões plenárias nas quais a eleição utilizou o sistema eletrônico; melhoria nas diversas páginas do sistema que aprimoraram a usabilidade e o acréscimo de novas informações.
E-Sosti – Sistema de Atendimento de Solicitações de TI	Foi disponibilizado, para testes e homologação, o módulo de laboratório para o controle de suprimentos de informática pela área de atendimento ao usuário.
Sistra – Sistema de Transporte	Utilizado para gerenciamento de veículos e motoristas. Dentre diversas funcionalidades do sistema, destaca-se o controle da requisição de viaturas, do abastecimento de veículos, das manutenções, dos impostos, dos acidentes e da validade da CNH. Em 2014, o sistema, que inicialmente era utilizado apenas no TRF 1ª Região, foi implantado a pedido das seções judiciárias nos seguintes locais: Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Roraima.



Conjufes	O Sistema de Concurso para Juizes Federais Substitutos permite gerenciar as etapas de provas de títulos e oral dos candidatos a juiz federal substituto do TRF 1ª Região. As principais melhorias ocorridas no sistema em 2014 foram a definição da comissão do concurso, o sorteio dos grupos de candidatos para a realização de provas orais, o sorteio de pontos/assuntos a serem utilizados nas provas orais.
TRF1doc – Sistema de Edição de Textos do e-Jur	Foi implantado nas subseções de Tabatinga, Santarém, Juiz de Fora, Ituiutaba e Janaúba. Foi disponibilizada a funcionalidade de exclusão de documento assinado.
CVD – Sistema Catalogador Virtual de Documentos	Foi implementada a alteração para catalogação do tipo de documento “Alvará” do JEF Virtual.
E-CVD – Sistema Catalogador Virtual de Documentos do e-Jur	Foi implementada a exclusão de documento catalogado.
G-Doc – Sistema Gerenciador de Documentos	Principais implementações em 2014: adequação do sistema para o uso pelas novas áreas criadas, na Presidência e na Conciliação; correção e reformulação de rotina de cadastro/alteração de documentos, para correção de problemas de sobreposição de documentos.
Gercon – Sistema de Gerenciamento de Contratos	Em 2014 foram ampliadas as funcionalidades e acessibilidade ao sistema de gerenciamento de contratos (GERCON), para fins de acompanhamento da formalização das avenças e de suas alterações pelos gestores e fiscais de contratos.
Relatório de Indisponibilidade	Sistema de consulta de informações sobre indisponibilidade de sistemas do TRF 1ª Região. Em 2014 teve início a implantação de melhorias no sistema para filtrar o resultado da busca do sistema e fornecer a informação de forma mais transparente e completa para os usuários.
Eleição do Conselho Deliberativo do Pro-Social	Sistema que permite a votação e apuração de representantes do Conselho Deliberativo do Pro-Social. No ano de 2014, o sistema foi adaptado para as novas regras da eleição, viabilizando a seleção de dois representantes (um em atividade e outro inativo); em adição, foi realizado ajuste possibilitando que servidores inativos vinculados ao Pro-Social participem da votação.

## OUTRAS AÇÕES E PROJETOS DE TI

### INSTALAÇÃO DE NOVAS VARAS

Para atender às necessidades de instalação das 18 novas varas federais inauguradas em 2014, coube à área de TI do Tribunal a estruturação dos CPDs em cinco novas subseções, fornecimento de equipamentos de microinformática e interligação da localidade à Rede WAN. Foram instaladas novas varas nas seguintes localidades: Belém, Itaituba, Palmas, Alagoinhas, Patos de Minas, Juína, Cruzeiro do Sul, Bom Jesus da Lapa, Uberaba, Uberlândia, Vilhena, São Raimundo Nonato e Macapá.

### PORTAL INSTITUCIONAL DO TRF 1ª REGIÃO E SECCIONAIS

Foram disponibilizadas novas opções de consulta processual na página inicial do portal: por número de processo, nome da parte, CPF/CNPJ da parte, nome do advogado, código da OAB do advogado, número do processo originário, número do processo de execução e protocolo SEDEX. Acrescido o serviço de *Newsletter*, que permite que usuários assinem o recebimento via *e-mail* de notícias e boletins de jurisprudência do TRF 1ª Região. O portal do TRF e Seccionais recebeu cerca de 27 milhões de acessos em 2014.



## TABELAS UNIFICADAS DO CNJ

Criado novo modelo de dados para refletir as informações das tabelas de classe e assunto do CNJ. A consulta processual pela *web*, os sistemas *Push* do Juris, o Processual e o JEF-Virtual foram adaptados em decorrência da adoção do novo modelo.

## CRIAÇÃO DAS ÁREAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

O Tribunal, por meio da Resolução Presi/Diges 10, de 29/04/2014, criou divisões para as áreas de governança e gestão de TI, com o objetivo de apoiar as unidades da TI a exercer um efetivo controle das respectivas ações e investimentos, bem como disseminar as melhores práticas de gestão — em busca da garantia de que o uso da TI esteja alinhado com a visão, missão e metas estratégicas do Tribunal. Destacam-se em 2014 as seguintes ações:

- PDTI-TRF1 2015/2017 – elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região para o triênio 2015/2017, em consonância com as orientações do CJF e do CNJ, sendo um instrumento alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PE-JF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, para estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.
- Plano de Contratações de TI da JF1 para 2015 – elaborado o Plano de Contratação de Soluções de TI da Justiça Federal da 1ª Região – PCSTI 2015, focado no atendimento das ações, objetivos e metas constantes na Estratégia da Justiça Federal 2015/2020 (PEJF e PETI) e do PDTI-TRF1 2015/2017.
- Definição do fluxo de trabalho da área de desenvolvimento de sistemas – definido o fluxo de trabalho dos processos desenvolvidos pela área de TI do Tribunal, relativo aos sistemas de informação utilizados no TRF 1ª Região. O fluxo foi elaborado por meio da identificação das atividades desenvolvidas, das regras de negócio já definidas e dos atores e atividades envolvidos em cada processo. Essa definição é necessária para que as implementações nos sistemas possam ocorrer de forma controlável, interativa, ágil e com melhores resultados.
- Trilha de Capacitação de TI – Iniciado o processo de desenho das trilhas de capacitação para servidores das áreas de TI do Tribunal e seccionais, com o objetivo de promover o aprimoramento das competências dos servidores envolvidos, alinhado ao planejamento estratégico da Justiça Federal. No primeiro momento foram definidas três trilhas para atender os principais papéis desempenhados pelos analistas judiciários e técnicos judiciários com especialidade em informática da área de sistema do Tribunal, sendo: gerente, analista e desenvolvedor. Está em andamento o desenho das trilhas de capacitação para as áreas de infraestrutura de TI e para os servidores de TI das seções judiciárias.



- Portfólio de Sistemas de TI – elaborado portfólio de sistema de TI da Justiça Federal da 1ª Região, que relaciona todos os sistemas desenvolvidos ou adquiridos, em uso ou em processo de desuso/substituição, onde ficou definido para cada sistema a sua abrangência, objetivo, assunto e descrição, o gestor, unidade técnica responsável, entre outros. A relação abrange os sistemas geridos pelo TRF 1ª Região, bem como os desenvolvidos, adquiridos e utilizados nas seções judiciárias.
- Contratações Soluções de TI – disseminado o processo de planejamento de contratações de TI seguindo a metodologia do MCTI – Modelo de Contratação de Soluções de TI do CJF, bem como prestado apoio técnico na realização das licitações de TI.

### **ORGANIZAÇÃO DE ENCONTRO DE GERENTES DE TI**

Realizado o III Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação da Primeira Região, promovido pela área de TI do Tribunal, para alinhar as estratégias de TI às necessidades da Justiça Federal da Primeira Região de primeiro e segundo grau. Com isso foram obtidos subsídios para a confecção do PDTI-TRF1 2015/2017. O evento contou com a participação dos gestores de TI do TRF 1ª Região e das 14 seções judiciárias.

229

### **PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Participação da equipe do TRF 1ª Região em duas reuniões do Comitê de Segurança da Informação da Justiça (CSI-Jus) e do Comitê de Resposta a Incidentes da Justiça (CRI-Jus), com o fim de elaborarem dois documentos propostos pela Resolução 6/2008 do CJF. São eles: “Política de Auditoria” e “Política de Segurança de Sistemas”.

### **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Contratada solução de segurança da informação – *Firewall*, com o objetivo de substituir a solução hoje existente, que possibilitará a agregação de novas funcionalidades aos acessos à internet, garantir nível de segurança adequado ao ambiente computacional do TRF 1ª Região, adequado às melhores práticas de mercado, além de reduzir em grande monta a dependência de conhecimento nas equipes terceirizadas.

### **ANÁLISE DE VULNERABILIDADES NAS SEÇÕES**

Algumas seções judiciárias do TRF 1ª Região (AM, BA, DF, GO, MT, MG, PA e RR) publicam serviços na internet, os quais são mantidos em servidores *web* nas próprias seções. Essas máquinas possuíam vulnerabilidades que poderiam ser atacadas e, conseqüentemente, colocar em risco a rede do Tribunal. A área de segurança de informação do Tribunal executou um procedimento chamado varredura nestes servidores e encaminhou às seções judiciárias os resultados, juntamente com as medidas que deveriam ser tomadas para correção.



## **DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO TRF DA 1ª REGIÃO**

Tendo em vista o Processo Administrativo 5.289/2014 – TRF1, que tem por assunto o “Diagnóstico Exaustivo das Condições de Segurança dos Serviços Informatizados da Justiça Federal da Primeira Região”, foi iniciado o levantamento para subsidiar a análise do ambiente de segurança da informação da Primeira Região. Para realizar o trabalho, está sendo utilizada a norma ISO/IEC 27005 (Tecnologia da Informação, Técnicas de Segurança, Sistema de Gestão de Segurança da Informação, Gestão de Riscos). A norma apresenta boas práticas para gerenciamento de riscos de segurança da informação nas organizações. A primeira análise de risco realizada diz respeito ao CPD do TRF da 1ª Região.

## **DESCENTRALIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET**

A contratação da solução de segurança da informação contemplou também a Seção Judiciária de Minas Gerais e propiciará realização de projeto piloto de descentralização do acesso à internet, bem como utilização desse acesso como contingência a eventuais falhas da rede WAN. O sucesso do projeto contribuirá para o aumento da disponibilidade de acesso a sistemas centralizados como o SEI e PJe, bem como desonerar o circuito de comunicação WAN.

230

## **COMUNICAÇÃO DE DADOS**

Contratada a duplicação da capacidade dos circuitos de comunicação de dados de todas as localidades da Primeira Região, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2015.

## **MIGRAÇÃO DE DOMÍNIO E MENSAGERIA**

Iniciado o projeto que objetiva a migração do domínio de autenticação de usuários e computadores para as versões mais atuais dos sistemas operacionais – domínio cuja aquisição foi concluída no decorrer de 2014. O projeto prevê, além de atualização dos servidores de aplicação e de mensageria, a preparação dos ambientes para futura consolidação.

## **GESTÃO DE INFRAESTRUTURA VIRTUALIZADA**

Gestão de infraestrutura virtualizada, composta por 249 servidores de rede, suportando 1.156 servidores virtualizados. Essa tecnologia, expandida no decorrer de 2014, permite a otimização da utilização de recursos computacionais, aumento da disponibilidade de serviços e redução no tempo de recuperação de serviços e sistemas decorrentes de falhas de *hardware*.

## **SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TI**

Foi realizada a instalação, configuração e manutenção de equipamentos nos 97 Centros de Processamento de Dados da 1ª Região, destacando a substituição de unidades de armazenamento de dados (*storages*), servidores e ativos de rede obsoletos e sem



garantia. Dentre as ações realizadas destacam-se as seguintes manutenções ou reestruturações de ambientes:

QUADRO 152  
Manutenções ou reestruturações de ambientes

Seção – subseção	Ações efetivadas
JFBA – Salvador	Mudança, reestruturação e instalação de equipamentos.
JFBA – Feira de Santana	Mudança, reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFMG – Varginha	Mudança, reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFGO – Anápolis	Mudança, reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFPI – Parnaíba	Mudança, reestruturação e instalação de equipamentos.
JFRR – Boa Vista	Instalação de equipamentos.
JFMA – Imperatriz	Instalação de equipamentos.
JFMA – São Luís	Mudança, reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFMG – Uberlândia	Reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFMG – Juiz de Fora	Reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFAP – Macapá	Reestruturação, ampliação da rede lógica e instalação de equipamentos.
JFMG – Governador Valadares	Mudança, reestruturação e instalação de equipamentos.

### **MIGRAÇÃO DE DADOS EXISTENTES NOS SISTEMAS LEGADOS PARA O PJE**

Iniciada a análise de viabilidade no que tange à migração de informações dos sistemas judiciais para o PJe.

### **PROJETO DE GESTÃO DE DEMANDAS - GDTI**

Iniciado o processo formal de gestão de todas as demandas encaminhadas à área de Tecnologia da Informação no Tribunal e nas seções e subseções judiciárias da Justiça Federal da Primeira Região, tendo como principais objetivos:

- fornecer previsão de atendimento aos chamados abertos para a TI;
- melhorar a estimativa de tempo para atendimento às demandas;





- proporcionar a definição de níveis de serviços mais adequados;
- prever a quantidade de recursos necessários para atendimento das demandas;
- definir normativos para regulamentação do processo de gestão de demandas e, por fim, aumentar a satisfação da área usuária.

### **PROJETO DE TRANSPARÊNCIA DE TI**

Iniciado o projeto que tem por objetivos a elaboração e implantação de processos voltados à transparência nas atividades desenvolvidas nas diversas unidades de TI da Justiça Federal da 1ª Região – abrangendo as ações estratégicas, priorização das ações de TI pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI-TRF1, planos de aquisição, distribuição de equipamentos, portfólio de sistemas, infraestrutura de TI, gestão contratual, entre outros.

### **TREINAMENTO DAS ÁREAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI**

Planejado e contratado o treinamento das áreas de Governança e Gestão de TI nas metodologias de gestão ITIL e COBIT, com o objetivo de adequar os processos de trabalho da área de TI às melhores práticas. Os cursos serão aplicados no decorrer dos anos de 2015 e 2016.

232

### **MGTI - MODELO DE GOVERNANÇA DE TI**

Iniciada a elaboração e revisão das diversas normas que envolvem o uso dos sistemas e infraestrutura de TI instalados no TRF 1ª Região. Nessa linha foi apresentada proposta e minuta de resolução para criação do Comitê de Arquitetura e Prospecção de Tecnologia; minuta para normatizar o papel do gestor de sistema de informação. Estão sendo analisadas as políticas de segurança da informação que tratam preliminarmente dos temas: utilização de recursos de TI, controle de acesso lógico e acesso físico. O objetivo principal é criar um texto normativo consolidado, disciplinando todos os aspectos referentes à Tecnologia da Informação.

### **ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS**

No decorrer do exercício de 2014, foi registrado no e-Sosti um total de 55.532 solicitações, sendo:

- 20.547 (37,0%) – solicitações resolvidas no primeiro e segundo níveis de atendimento;
- 6.553 (11,8%) – solicitações referentes à realização de videoconferências.



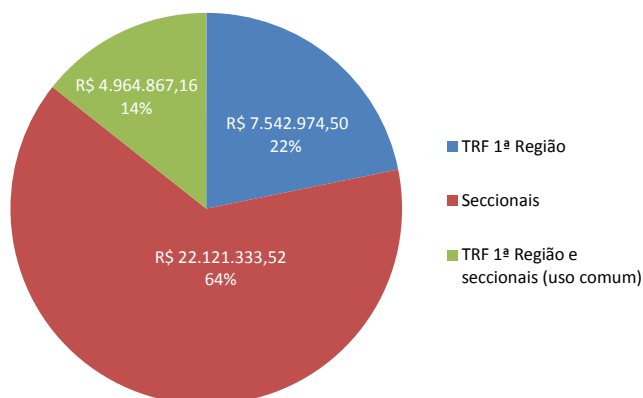
## AQUISIÇÕES DE TI

No exercício de 2014 foram realizadas diversas aquisições voltadas ao atendimento de necessidades dos usuários de serviços de Tecnologia da Informação. Tais aquisições resultam em um montante de R\$ 34.627.175,18, das quais se destacam:

- aquisição de unidades de armazenamento destinadas à implantação do SEI;
- expansão do licenciamento e contratação de suporte para a ferramenta de Portal Lumis – Portal Institucional;
- substituição de 14 *storages* sem garantia nas seções judiciárias;
- aquisição de 4.399 microcomputadores com dois monitores;
- aquisição de 1.090 escâneres;
- aquisição de 2.254 impressoras a *laser* e multifuncionais;
- aquisição de 1.076 leitores de código de barras;
- aquisição de 222 licenças VMWare, voltadas à implantação do SEI, PJe e atualização de versão do parque de servidores virtualizados;
- aquisição de solução de segurança (*Firewall*) com instalação, serviços de operação assistida e treinamentos.

GRÁFICO 26

Aplicação dos recursos financeiros em aquisições de TI na 1ª Região





# ORÇAMENTO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

### ■ Descrição do objetivo

Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou não, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no mapa estratégico.

A gestão do Orçamento da Justiça Federal da 1ª Região e seus recursos financeiros foi coordenada pelo Tribunal de maneira a permitir a concretização das ações abaixo relacionadas, conforme as determinações contidas na Lei Orçamentária 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e alterações, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 12.919, de 24/12/2013 (LDO-2014), com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

235

As seguintes atividades tiveram recursos assegurados:

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- manutenção das varas federais e do Tribunal;
- funcionamento dos juizados especiais federais, inclusive com a realização dos juizados itinerantes e mutirões;
- manutenção da estrutura física, com obras e reformas nas edificações existentes;
- aquisições de materiais e equipamentos para as diversas áreas visando à renovação, modernização e expansão;
- gerenciamento das obras e reformas com ações específicas;
- funcionamento das atividades do sistema de conciliação;
- instalação e manutenção de 18 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 e instaladas em 2014, e ainda 12 turmas recursais criadas pela Lei 12.665/2012.

O TRF 1ª Região foi contemplado com os créditos orçamentários discriminados no quadro 153, considerando os créditos originalmente consignados no orçamento de 2014



e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor):

QUADRO 153  
Orçamento 2014 para a 1ª Região

(+) Dotação inicial	2.314.854.974,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações (-) cancelamentos)	346.443.177,00
= Dotação autorizada	2.661.298.151,00
(+) Destaque recebido	56.823,48
(-) Contigenciamento	18.130.054,00
(=) Dotação final	2.643.224.920,48
(-) Destaque concedido	1.247.744,52
(=) Dotação disponível	2.641.977.175,96

As alterações na lei orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecendo-se aos limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme a Portaria SOF 10 de 12/02/2014, a Portaria MP/SOF 11 de 11/02/2014, a Portaria SOF 141 de 19/02/2014 e a Portaria CJF 102 de 26/02/2014.

Os créditos foram autorizados, na lei orçamentária, para o Poder Judiciário, por resolução do CJF: resoluções CJF 281, de 21/01/14; 289, de 22/04/14; 290, de 22/04/14; 296, de 06/06/14; 297, de 06/06/14; 298, de 06/06/14; 299, de 06/06/14; 302, de 08/09/14; 303, de 08/09/14; 319, de 04/11/14; 320, de 04/11/14; 321, de 04/11/14; 322, de 04/11/14; 325, de 26/11/14; 327, de 11/12/14; 328 de 11/12/14; 329 de 11/12/14; e 330 de 11/12/14. E por decreto do Poder Executivo: Decreto/PR SN de 29/05/14; Decreto/PR SN de 26/06/14; e Decreto/PR SN de 07/10/14.

Há também os créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica, a saber: Lei 13.070, de 30/12/14; Lei 13.071, de 30/12/14; Lei 13.073, de 30/12/14; e Lei 13.075, de 30/12/14.

Foi reaberto o crédito especial nos termos da Resolução CJF 281 de 21/01/2014.

O quadro seguinte demonstra a dotação inicial, as alterações resultantes da distribuição dos valores constantes da reserva do CJF e dos créditos adicionais, os valores contingenciados e bloqueados pela SOF e ainda a dotação final disponível. Quanto ao crédito extraordinário reaberto, só foram considerados os valores utilizados.



## QUADRO 154

## Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2014 (R\$)

Pessoal	Dotação inicial 2014	Contigenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Pagamento de pessoal ativo da União	1.243.200.000	0,00	167.248.363	1.410.448.363
Pagamento de aposentadorias e pensões	237.900.000	0,00	45.523.050	283.423.050
Custeio do regime de previdência dos servidores	230.700.000	0,00	23.514.638	254.214.638
<b>Total pessoal</b>	<b>1.711.800.000</b>		<b>236.286.051</b>	<b>1.948.086.051</b>
Benefícios	Dotação inicial 2014	Contigenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Auxílio-alimentação	67.998.120	0,00	19.011.987	87.010.107
Auxílio-transporte	237.160	0,00	44.755	281.915
Assistência pré-escolar	12.016.668	0,00	1.257.874	13.274.542
Assistência médica e odontológica a servidores	44.310.320	0,00	2.361.403	46.671.723
Benefícios assistenciais auxílio-funeral e natalidade – nacional	470.000	0,00	50.000	520.000
Pensões decorrentes de leg. especial – nacional (Montepio)	1.764.434	0,00	26.348	1.790.782
<b>Total benefícios</b>	<b>126.796.702</b>	<b>0,00</b>	<b>22.752.367</b>	<b>149.549.069</b>
Atividades	Dotação inicial 2014	Contigenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Julgamento de causas (3 e 4)	268.191.103	0,00	17.963.813	286.154.916
Modernização tecnológica e gestão da informação (3 e 4)	32.191.611	0,00	24.718.121	56.909.732
Capacitação de recursos humanos	5.700.000	0,00	(2.018.660)	3.681.340
Formação e aperfeiçoamento de magistrados	0,00	0,00	980.748	980.748
Mordenização de instalações da Justiça Federal	2.622.279	0,00	1.000.492	3.622.771
Mordenização de instalações da Justiça Federal – acessibilidade	0,00	0,00	477.187	477.187
Assistência jurídica a pessoas carentes	22.412.482	0,00	24.607.895	47.020.377
Comunicação e divulgação institucional	421.648	0,00	(168.697)	252.951
Rádio e TV Justiça	1.391.241	0,00	(251.426)	1.139.815
<b>Total manutenção</b>	<b>332.930.364</b>	<b>0,00</b>	<b>67.309.473</b>	<b>400.239.837</b>



Projetos	Dotação inicial 2014	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
11U3 – Ampliação edifício-sede da JF em Uberlândia – MG	7.182.189	3.197.495	12.016.336	16.001.030
12R8 – Reforma do edifício-sede I da JF em Belo Horizonte – MG	927.000	0	1.555.664	2.482.664
14YK – Reforma do edifício-sede III JF em Belo Horizonte – MG	300.000	158.000	(97.000)	45.000
1A59 – Construção do edifício-sede da JF em Passos – MG	1.000.000	0	(1.000.000)	0
7U97 – Construção 2ª etapa edifício-sede da JF em Juiz de Fora – MG	230.000	0	170.000	400.000
12RQ – Construção do edifício-sede em Barra do Garças – MT	0	0	2.482.747	2.482.747
12RS – Construção do edifício-sede em Diamantino – MT	250.000	1.630.969	2.670.597	1.289.628
12SR – Construção do edifício-sede II da JF em Cáceres – MT	664.980	0,	301.574	966.554
14YI – Construção do edifício-sede da JF em Juína – MT	800.000	0	2.083.144	2.883.144
7T82 – Ampliação edifício-sede da JF em Cuiabá – MT	19.780.000	8.294.552	(8.195.278)	3.290.170
1A66 – Construção edifício-sede da JF em SINOP – MT	0	0	657.216	657.216
14YJ – Construção do edifício-sede da JF em Parnaíba – PI	1.200.000	0	1.140.000	2.340.000
14UM – Reforma do edifício-sede II SJ do Distrito Federal em Brasília – DF	700.000	0	(600.000)	100.000
153C – Construção de galpão arquivo e depósito judicial JF em Brasília – DF	3.523.759	0	0	3.523.759
12RE – Construção do edifício-sede II da JF em Goiânia – GO	18.000.000	0	(18.000.000)	0
7T80 – Construção edifício-sede da JF em Jataí – GO	1.500.000	0	200.000	1.700.000
12RD – Construção do edifício-sede da JF em Rio Verde – GO	250.000	0	0	250.000
7E43 – Construção do edifício-sede da JF em Aparecida de Goiânia – GO	250.000	2.600.000	2.600.000	250.000
7K49 – Construção edifício-sede da SSJ em Jequié – BA	1.428.977	0	(1.000.000)	428.977
12R9 – Construção do edifício II SJ em Salvador – BA – Juizados Especiais Federais	20.000.000	204.874	0	19.795.126



Projetos	Dotação inicial 2014	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
7R91 – Construção edifício-sede da JF em Juazeiro – BA	143.000	0	0	143.000
7J62 – Construção edifício-sede SSJ em Campo Formoso – BA	1.500.000	0	(720.000)	780.000
12R6 – Construção edifício anexo da SJ em Salvador – BA	3.129.250	0	0	3.129.250
14YL – Reforma do complexo de imóveis SJ em Salvador – BA	1.350.000	0	(80.000)	1.270.000
7E41 – Construção edifício-sede da JF em Guanambi – BA	1.500.000	0	0	1.500.000
12RB – Reforma do edifício-sede da SJ em Belém – PA	3.218.753	0	71.000	3.289.753
1A58 – Construção edifício-sede da JF em Santarém – PA	1.000.000	0	(3.153)	996.847
1J26 – Construção edifício-sede da JF em Castanhal – PA	900.000	0	(596.847)	303.153
7T91 – Construção edifício-sede da SSJ em Araguaína – TO	1.550.000	255.000	0	1.295.000
11RV – Construção edifício-sede Tribunal Regional Federal 1ª Região	50.000.000	1.789.164	3.129.000	51.339.836
14PX – Aquisição do edifício-sede da JF em Guajara-Mirim – RO	1.050.000	0	145.000	1.195.000
12OX – Reforma e ampliação do edifício-sede da JF em Boa vista – RR	0	0	155.000	155.000
3755 – Implantação de varas federais – nacional (3 e 4)	0	0	15.743.000	15.743.000
14YP – Implantação das Turmas Recursais – nacional (3 e 4)	0	0	5.167.000	5.167.000
151W – Desenv. implantação PJE JF – nacional	0	0	100.286	100.286
<b>Total projetos</b>	<b>143.327.908</b>	<b>18.130.054</b>	<b>20.095.286</b>	<b>145.293.140</b>
<b>Total geral</b>	<b>2.314.854.974</b>	<b>18.130.054</b>	<b>346.443.177</b>	<b>2.643.168.097</b>



## DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO

As dotações orçamentárias foram descentralizadas da forma que se segue, para atender as despesas relativas à 1ª Região:

QUADRO 155

Dotação de 2014 por tipo de ação (R\$)

Secor – 090032 E 090053		Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
Dotação final		1.948.086.051,00	149.549.069,00	47.020.377,00	353.219.460,00	163.423.194,00	2.661.298.151,00
Destaques recebidos (+)		0,00	0,00	0,00	56.823,48	0,00	56.823,48
Contingenciamento (-)		0,00	0,00	0,00	0,00	18.130.054,00	18.130.054,00
Dotação disponível (=)		1.948.086.051,00	149.549.069,00	47.020.377,00	353.276.283,48	145.293.140,00	2.643.224.920,48
Provisão concedida 090032 (-)		1.946.028.665,08	148.514.022,73	39.415.124,07	351.735.162,87	141.862.189,65	2.627.555.164,40
Destaques concedidos (-)		357.389,52	0,00	0,00	0,00	890.355,00	1.247.744,52
Disponível (=)		1.699.996,40	1.035.046,27	7.605.252,93	1.541.120,61	2.540.595,35	14.422.011,56
crédito disponível		1.699.996,40	1.035.046,27	7.605.252,93	1.484.297,13	2.540.595,35	14.365.188,08
		Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
P1	Amapá	38.059.241,22	2.869.656,59	704,40	6.991.141,37	0,00	47.920.743,58
	Roraima	22.566.196,87	1.759.535,74	228.136,59	2.967.314,02	389.659,78	27.910.843,00
	Tocantins	35.684.605,88	2.903.795,20	1.225.374,69	7.932.120,38	1.613.368,36	49.359.264,51
P2	Acre	35.590.499,66	2.180.684,20	759.381,70	4.567.937,90	411.981,84	43.510.485,30
	Rondônia	48.262.993,25	3.852.187,52	1.854.898,00	12.195.299,96	1.876.659,01	68.042.037,74
P3	Amazonas	56.720.306,10	4.005.607,51	500.216,08	8.799.386,24	143.821,24	70.169.337,17
	Mato Grosso	83.046.069,65	5.864.938,96	2.389.575,08	11.922.636,62	11.832.296,98	115.055.517,29
	Piauí	74.305.580,42	5.063.364,01	894.960,00	10.353.634,08	2.876.168,51	93.493.707,02





		Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
P4	Maranhão	92.184.275,58	7.100.207,44	3.474.449,69	15.130.141,28	2.009.508,70	119.898.582,69
	Pará	111.761.349,75	8.034.984,55	3.273.931,96	16.998.002,86	5.702.485,44	145.770.754,56
P5	Goiás	154.574.133,90	11.541.244,91	5.124.565,33	22.237.862,32	981.275,88	194.459.082,34
P6	Bahia	245.417.007,82	19.297.456,18	7.360.315,24	35.187.379,04	27.223.588,73	334.485.747,01
	Distrito Federal	212.846.946,93	15.380.556,81	1.943.683,68	25.532.989,34	4.025.617,99	259.729.794,75
	Minas Gerais	454.181.025,34	32.118.857,36	10.374.931,63	57.410.595,19	22.295.286,88	576.380.696,40
090053-Esmaf – Saldo		0,00	0,00	0,00	926,06	0,00	926,06
Subtotal		1.665.200.232,37	121.973.076,98	39.405.124,07	238.227.366,66	81.381.719,34	2.146.187.519,42
TRF		280.828.432,71	26.540.945,75	10.000,00	113.507.796,21	60.480.470,31	481.367.644,98
Total geral		1.946.028.665,08	148.514.022,73	39.415.124,07	351.735.162,87	141.862.189,65	2.627.555.164,40



Os destaques recebidos, no valor de R\$ 56.823,48, tiveram as seguintes origens: R\$ 8.363,48 do Ministério Público Federal, destinados à Seção Judiciária do Amazonas, objetivando a cessão de espaço e infraestrutura que possibilitem condições de trabalho ao quadro de servidores e procuradores da Procuradoria da República em Tabatinga, durante o período de reforma das instalações daquele órgão; e R\$ 48.460,00 do Ministério de Orçamento e Gestão, para o TRF, objetivando a manutenção de imóveis funcionais.

Por outro lado, o destaque concedido de R\$ 1.247.744,52 destinou-se ao Comando do Exército, no valor de R\$ 890.355,00, a fim de atender ao Termo de Cooperação de execução de serviços técnicos em arquitetura e engenharia e assessoramento, e ao Superior Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 357.389,52, visando a suprir despesas com passivos de pessoal de ministros egressos do TRF 1ª Região.

### **RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES FINANCEIROS**

Os limites financeiros recebidos do Conselho da Justiça Federal, no decorrer do ano de 2014, foram repassados às unidades gestoras da 1ª Região, para pagamento de todas as despesas, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, conforme quadro 156.



## QUADRO 156

Limites financeiros concedidos, DARFS/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Categoria "A" Pessoal	Categoria "C" Custeio	Categoria "D" Investimento	Categoria "E" Inversão	Restos a pagar	DARFS/GPS/ DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P1	Amapá	24.697.569,44	9.538.498,79	244.909,38	0,00	21.715,36	13.381.391,72	0,00	47.884.084,69
	Roraima	15.307.999,80	4.880.737,43	308.908,70	0,00	544.919,31	7.365.478,16	0,00	28.408.043,40
	Tocantins	23.272.579,15	11.289.414,90	1.500.000,00	0,00	1.130.783,98	12.647.043,12	0,00	49.839.821,15
P2	Acre	23.689.033,94	7.213.074,57	589.141,67	0,00	51.217,50	11.902.635,12	0,00	43.445.102,80
	Rondônia	31.954.600,73	15.828.257,34	2.000.000,00	0,00	0,00	16.438.914,57	0,00	66.221.772,64
P3	Amazonas	37.314.401,46	12.520.934,89	921.851,85	0,00	1.308,00	19.614.364,58	0,00	70.372.860,78
	Mato Grosso	54.612.845,04	19.445.659,69	5.648.927,73	0,00	3.050.459,51	28.661.304,72	0,00	111.419.196,69
	Piauí	47.849.133,71	15.873.334,01	1.109.701,15	0,00	62.305,90	26.358.770,89	0,00	91.253.245,66
P4	Maranhão	59.717.853,85	25.248.808,32	2.155.601,12	0,00	1.726.475,30	32.436.548,93	0,00	121.285.287,52
	Pará	72.687.719,36	27.746.355,51	2.178.216,03	0,00	4.132.644,99	39.580.923,69	0,00	146.325.859,58
P5	Goiás	98.863.680,81	36.446.906,94	1.000.000,00	0,00	4.500.000,00	54.979.310,74	0,00	195.789.898,49
P6	Bahia	157.410.526,36	55.295.025,48	8.313.660,54	0,00	9.541.197,34	86.639.604,47	0,00	317.200.014,19
	Distrito Federal	138.826.776,21	41.323.808,21	3.024.290,61	0,00	963.875,63	71.095.871,23	0,00	255.234.621,89
	Minas Gerais	290.098.117,34	99.278.230,62	3.710.946,35	0,00	3.914.810,64	160.088.164,93	0,00	557.090.269,88
Subtotal		1.076.302.837,20	381.929.046,70	32.706.155,13	0,00	29.641.713,46	581.190.326,87	0,00	2.101.770.079,36
TRF		184.356.608,97	160.569.341,51	68.644.378,04	7.143.201,65	38.553.460,95	97.908.494,92	357.452,48	557.532.938,52
090049	PREC/RPV	1.060.014.525,30	4.257.441.041,09	0,00	129.953.990,24	0,00	0,00	0,00	5.447.409.556,63
Total geral		2.320.673.971,47	4.799.939.429,30	101.350.533,17	137.097.191,89	68.195.174,41	679.098.821,79	357.452,48	8.106.712.574,51



## **ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A emissão de relatórios periódicos permitiu o acompanhamento e controle da execução do orçamento. Estes demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada seção judiciária conforme o que foi planejado.

A execução orçamentária da 1ª Região foi de 99,05%. O quadro a seguir demonstra também, por unidade gestora, a dotação disponível, o valor empenhado, o crédito não utilizado, os valores pagos e a inscrição em restos a pagar. Já os quadros 158 a 164 espelham a execução por grupo de despesa: Pessoal; Benefícios; Atividades; Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; Projetos.



## QUADRO 157

## Execução orçamentária na 1ª Região – consolidada – 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	47.920.743,58	47.691.234,29	229.509,29	46.597.867,60	1.093.366,69	99,52
	Roraima	27.910.843,00	27.868.455,84	42.387,16	26.937.732,76	930.723,08	99,85
	Tocantins	49.359.264,51	48.080.556,75	1.278.707,76	45.803.889,82	2.276.666,93	97,41
P2	Acre	43.510.485,30	43.457.655,78	52.829,52	41.984.153,87	1.473.501,91	99,88
	Rondônia	68.042.037,74	67.809.871,91	232.165,83	60.428.211,63	7.381.660,28	99,66
P3	Amazonas	70.169.337,17	69.756.898,08	412.439,09	67.547.807,24	2.209.090,84	99,41
	Mato Grosso	115.055.517,29	111.289.199,52	3.766.317,77	101.636.229,87	9.652.969,65	96,73
	Piauí	93.493.707,02	91.001.464,29	2.492.242,73	88.103.083,60	2.898.380,69	97,33
P4	Maranhão	119.898.582,69	119.816.185,80	82.396,89	115.627.150,66	4.189.035,14	99,93
	Pará	145.770.754,56	145.362.016,85	408.737,71	137.983.520,44	7.378.496,41	99,72
P5	Goiás	194.459.082,34	194.235.723,19	223.359,15	185.808.700,11	8.427.023,08	99,89
P6	Bahia	334.485.747,01	334.485.747,01	0,00	298.731.448,45	35.754.298,56	100,00
	Distrito Federal	259.729.794,75	259.700.106,39	29.688,36	247.127.778,82	12.572.327,57	99,99
	Minas Gerais	576.380.696,40	576.374.649,78	6.046,62	544.555.469,29	31.819.180,49	100,00
	Subtotal – Seções	2.146.186.593,36	2.136.929.765,48	9.256.827,88	2.008.873.044,16	128.056.721,32	99,57
	TRF	481.367.644,98	479.836.780,58	1.530.864,40	391.731.826,31	88.104.954,27	99,68
	Secor – 090032	14.366.114,14	0,00	14.366.114,14	0,00	0,00	0
	Total geral	2.641.920.352,48	2.616.766.546,06	25.153.806,42	2.400.604.870,47	216.161.675,59	99,05



## PESSOAL

## QUADRO 158

## Execução orçamentária na 1ª Região - pessoal - 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	38.059.241,22	38.048.944,04	10.297,18	37.924.031,30	124.912,74	99,97
	Roraima	22.566.196,87	22.566.196,87	0,00	22.433.026,51	133.170,36	100
	Tocantins	35.684.605,88	35.684.605,87	0,01	35.464.665,40	219.940,47	100
P2	Acre	35.590.499,66	35.590.326,43	173,23	35.467.131,88	123.194,55	100
	Rondônia	48.262.993,25	48.262.993,25	0,00	47.589.865,18	673.128,07	100
P3	Amazonas	56.720.306,10	56.661.929,77	58.376,33	56.161.854,53	500.075,24	99,90
	Mato Grosso	83.046.069,65	83.046.069,65	0,00	82.557.417,89	488.651,76	100
	Piauí	74.305.580,42	74.267.910,11	37.670,31	73.792.179,76	475.730,35	99,95
P4	Maranhão	92.184.275,58	92.184.275,58	0,00	91.172.173,26	1.012.102,32	100
	Pará	111.761.349,75	111.724.848,24	36.501,51	111.361.736,12	363.112,12	99,97
P5	Goiás	154.574.133,90	154.560.469,25	13.664,65	152.468.544,32	2.091.924,93	99,99
P6	Bahia	245.417.007,82	245.417.007,82	0,00	241.555.038,66	3.861.969,16	100
	Distrito Federal	212.846.946,93	212.821.686,74	25.260,19	207.099.935,17	5.721.751,57	99,99
	Minas Gerais	454.181.025,34	454.181.025,34	0,00	447.404.787,70	6.776.237,64	100
Subtotal – Seções		1.665.200.232,37	1.665.018.288,96	181.943,41	1.642.452.387,68	22.565.901,28	99,99
TRF		280.828.432,71	280.686.212,31	142.220,40	275.274.087,66	5.412.124,65	99,95
Secor – 090032		1.699.996,40	0,00	1.699.996,40	0,00	0,00	0
Total geral		1.947.728.661,48	1.945.704.501,27	2.024.160,21	1.917.726.475,34	27.978.025,93	99,90



O valor total de R\$ 2.024.160,21 é relativo ao crédito não utilizado, que se desmembra da seguinte forma: dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, no valor de R\$ 1.420.256,64, que, de acordo com a legislação vigente, não pode ser remanejado para atender outras despesas de pessoal; dotação de ativos, no valor de R\$ 244.804,93; e dotação de inativos, no valor de R\$ 359.098,64.

O Tribunal, com a dotação orçamentária de pessoal aprovada e acrescida de suplementações orçamentárias, teve êxito no pagamento de todas as folhas ordinárias e sentenças judiciais não transitadas em julgado.

Foram empenhados, como despesas de exercícios anteriores, R\$ 40.573.467,43. Desse montante, R\$ 16.872.301,24 foram liquidados e R\$ 23.701.166,19 encontram-se inscritos em restos a pagar. Os pagamentos seguiram o disposto na Resolução CJF 224 de 26/12/12, alterada pelas resoluções 275 de 18/12/2013 e 324 de 19/11/2014.

A Resolução CJF 324 alterou de R\$ 2.000,00 para R\$ 5.000,00 o valor dos passivos irrelevantes, os quais não precisam constar dos bancos de passivos e podem ser pagos na folha ordinária, desde que o valor por objeto e beneficiário não ultrapasse os R\$ 5.000,00.

No exercício de 2014 foram efetuadas cinco apurações de passivos classificados como Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, conforme cronograma elaborado pelo CJF e constante da Resolução CJF 280 de 27/12/2013.

As seções judiciárias e o Tribunal encaminharam ao Conselho da Justiça Federal, mensalmente, as informações referentes às despesas com pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), bem como os bancos de passivos, os quais foram analisados e consolidados previamente ao envio. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, a elaboração dos créditos adicionais de pessoal e a definição dos limites orçamentários do próximo exercício.

**BENEFÍCIOS**

QUADRO 159

Execução orçamentária 1ª Região – benefícios – 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	2.869.656,59	2.868.208,11	1.448,48	2.868.018,87	189,24	99,95
	Roraima	1.759.535,74	1.759.535,72	0,02	1.756.526,58	3.009,14	100
	Tocantins	2.903.795,20	2.903.783,32	11,88	2.896.241,51	7.541,81	100
P2	Acre	2.180.684,20	2.180.646,50	37,70	2.173.106,67	7.539,83	100
	Rondônia	3.852.187,52	3.852.069,14	118,38	3.845.132,60	6.936,54	100
P3	Amazonas	4.005.607,51	4.003.330,27	2.277,24	4.003.330,27	0,00	100
	Mato Grosso	5.864.938,96	5.864.938,96	0,00	5.802.608,19	62.330,77	100
	Piauí	5.063.364,01	5.062.863,49	500,52	5.061.357,54	1.505,95	99,99
P4	Maranhão	7.100.207,44	7.099.167,43	1.040,01	7.099.104,43	63,00	99,99
	Pará	8.034.984,55	8.033.029,79	1.954,76	7.981.215,36	51.814,43	99,98
P5	Goiás	11.541.244,91	11.536.107,27	5.137,64	11.534.371,16	1.736,11	99,96
P6	Bahia	19.297.456,18	19.297.456,18	0,00	19.247.806,60	49.649,58	100
	Distrito Federal	15.380.556,81	15.380.556,81	0,00	15.358.952,82	21.603,99	100
	Minas Gerais	32.118.857,36	32.118.857,36	0,00	32.118.857,36	0,00	100
Subtotal – Seções		121.973.076,98	121.960.550,35	12.526,63	121.746.629,96	213.920,39	99,99
TRF		26.540.945,75	26.536.907,42	4.038,33	24.355.593,38	2.181.314,04	99,98
Secor – 090032		1.035.046,27	0,00	1.035.046,27	0,00	0,00	0
Total geral		149.549.069,00	148.497.457,77	1.051.611,23	146.102.223,34	2.395.234,43	99,30





Estão incluídas as seguintes ações classificadas como benefícios: “Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes”, “Auxílio Funeral e Natalidade”, “Auxílio Alimentação”, “Auxílio Transporte”, “Assistência Pré-Escolar” e “Pensões decorrentes de legislação especial – Montepio”.

O montante de R\$ 1.051.611,23 é relativo ao crédito não utilizado para benefícios. Desse total, R\$ 1.606,14 referem-se à assistência médica e odontológica (AMOS), R\$ 222.551,65 à assistência pré-escolar (APE), R\$ 51.809,66 ao auxílio-transporte (AT), R\$ 676.376,91 ao auxílio-alimentação (AA), R\$ 62.545,3 ao auxílio funeral e natalidade e R\$ 36.721,57 às pensões decorrentes de legislação especial — Montepio. Como a dotação destinada a benefícios diz respeito a despesas obrigatórias, não há possibilidade de serem utilizadas sobras para atender às demais necessidades.

Foram pagos na ação “Auxílio-Alimentação”, como despesas de exercícios anteriores, R\$ 9.402.818,64, relativos à segunda parcela do acordo firmado entre o CJF e a SOF/MP, visando ao pagamento dos passivos a magistrados, decorrentes da Resolução CNJ 131/2011.



## ATIVIDADES

### QUADRO 160

Execução orçamentária na 1ª Região - atividades - 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	6.991.141,37	6.773.377,74	217.763,63	5.805.113,03	968.264,71	96,89
	Roraima	2.967.314,02	2.924.926,88	42.387,14	2.391.396,61	533.530,27	98,57
	Tocantins	7.932.120,38	7.907.836,13	24.284,25	6.163.219,27	1.744.616,86	99,69
P2	Acre	4.567.937,90	4.515.533,46	52.404,44	3.680.660,87	834.872,59	98,85
	Rondônia	12.195.299,96	11.991.832,94	203.467,02	7.519.073,43	4.472.759,51	98,33
P3	Amazonas	8.799.386,24	8.449.165,97	350.220,27	6.740.150,37	1.709.015,60	96,02
	Mato Grosso	11.922.636,62	11.922.636,62	0,00	9.577.844,41	2.344.792,21	100
	Piauí	10.353.634,08	10.153.438,06	200.196,02	7.966.626,28	2.186.811,78	98,07
P4	Maranhão	15.130.141,28	15.099.304,80	30.836,48	12.044.968,96	3.054.335,84	99,80
	Pará	16.998.002,86	16.837.011,71	160.991,15	13.540.237,01	3.296.774,70	99,05
P5	Goiás	22.237.862,32	22.035.267,54	202.594,78	16.865.619,06	5.169.648,48	99,09
P6	Bahia	35.187.379,04	35.187.379,04	0,00	28.120.937,51	7.066.441,53	100
	Distrito Federal	25.532.989,34	25.528.669,42	4.319,92	21.029.947,88	4.498.721,54	99,98
	Minas Gerais	57.410.595,19	57.406.267,39	4.327,80	51.031.413,67	6.374.853,72	99,99
Subtotal – Seções		238.226.440,60	236.732.647,70	1.493.792,90	192.477.208,36	44.255.439,34	99,37
TRF		113.507.796,21	112.135.531,73	1.372.264,48	63.732.581,00	48.402.950,73	98,79
Secor – 090032 e 090053 esmaf		1.485.223,19	0,00	1.485.223,19	0,00	0,00	0
Total geral		353.219.460,00	348.868.179,43	4.351.280,57	256.209.789,36	92.658.390,07	98,77



As despesas com “Atividades” envolvem ações de “Julgamento de Causas”, “Comunicação e Divulgação Institucional”, “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”, “Capacitação de Recursos Humanos”, “Modernização das Instalações de Imóveis na Justiça Federal” e “Modernização das Instalações de Imóveis na Justiça Federal – Acessibilidade”.

Da perda orçamentária de R\$ 4.351.280,57, R\$ 2.658.611,05 foram no JC-3, R\$ 207.485,76 no JC-4, R\$ 158.176,80 no CRH-3, R\$ 16.121,59 no CDI-3, R\$ 7.178,72 no CDI- RTV-3, R\$ 951.341,47 no MTGI-3 e R\$ 1.664,53 no MTGI-4, R\$ 52.798,71 no FAM-3, R\$ 231.326,39 no MIJF-3 e R\$ 66.575,55 no MIJF-4.

As licitações frustradas no final de dezembro e a descentralização do CJF de R\$ 1.754.505,00, em 31/12/2014, pela 2014NC000399, não havendo tempo hábil para utilização, justificam a perda orçamentária. Ressalta-se que, ainda assim, se obteve uma execução de 98,77%.

As perdas ocorridas em 2014, por unidade gestora e por plano orçamentário, são demonstradas no quadro que se segue:



## QUADRO 161

## Crédito não utilizado na 1ª Região – atividades – 2014 (R\$)

Padrão	Seção	JC-3	JC-4	CRH -3	CDI-3	CDI-RTV-3	MTGI-3	MTGI-4	FAM-3	MIJF-3	MIJF-4	Total
P1	Amapá	203.747,51	0,00	13.801,54	0,00	0,00	0,00	0,00	214,58	0,00	0,00	217.763,63
	Roraima	39.455,14	2.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.387,14
	Tocantins	24.259,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,38	0,00	0,00	24.284,25
P2	Acre	46.056,53	320,00	5.967,41	0,00	0,00	60,39	0,00	0,11	0,00	0,00	52.404,44
	Rondônia	131.196,88	37.611,26	27.480,92	0,00	0,00	0,00	0,00	7.164,96	10,00	3,00	203.467,02
P3	Amazonas	217.142,51	97.219,27	4.664,67	0,00	0,00	13.022,57	0,00	3.271,15	9.000,10	5.900,00	350.220,27
	Mato Grosso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Piauí	181.292,80	185,15	11.692,32	0,00	0,00	4.860,00	0,00	1.845,46	320,29	0,00	200.196,02
P4	Maranhão	28.080,20	400,00	2.356,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.836,48
	Pará	127.958,31	15.757,95	10.442,18	0,00	0,00	2,28	0,00	462,63	6.367,80	0,00	160.991,15
P5	Goiás	162.829,84	5.689,90	24.536,03	0,00	0,00	6.761,00	0,00	136,72	2.641,29	0,00	202.594,78
P6	Bahia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Distrito Federal	4.154,13	95,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00	0,00	4.319,92
	Minas Gerais	4.327,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,80
Subtotal		1.170.501,52	160.211,32	100.941,35	0,00	0,00	24.706,24	0,00	13.189,99	18.339,48	5.903,00	1.493.792,90
TRF		555.179,73	37.482,05	39.234,21	16.121,28	2.051,00	683.513,63	0,00	38.682,58	0,00	0,00	1.372.264,48
Secor – 090032 e 090053 – Esmaf		932.929,80	9.792,39	18.001,24	0,31	5.127,72	243.121,60	1.664,53	926,14	212.986,91	60.672,55	1.485.223,19
Total geral		2.658.611,05	207.485,76	158.176,80	16.121,59	7.178,72	951.341,47	1.664,53	52.798,71	231.326,39	66.575,55	4.351.280,57



A seguir serão detalhados alguns itens de relevância neste grupo de despesa.

■ Despesas com remoções

A importância total de R\$ 6.460.858,66 foi paga, repartida em R\$ 4.385.916,00, para a remoção de 141 magistrados, e R\$ 2.074.942,66, para remoção de 143 servidores, visando ao pleno funcionamento das varas federais.

■ Despesas com auxílio-moradia para magistrados

O benefício de auxílio-moradia foi concedido aos magistrados federais que não residem em imóvel funcional, por decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Originária 1.773/DF, de Relatoria do Ministro Luiz Fux, que antecipou os efeitos da tutela, com fundamento no art. 62, inciso II, da Loman.

O Conselho da Justiça Federal, para dar cumprimento à decisão da Suprema Corte, expediu a Resolução CJF 310 de 07/10/2014, com efeitos financeiros a partir de 15 de setembro de 2014, gerando para a Primeira Região um montante de despesa com o referido benefício no valor de R\$ 6.483.855,14.

■ Juizado especial federal itinerante e mutirões

A programação itinerante efetivada demandou R\$ 362.150,76 e abrangeu os municípios de Feijó/AC, Alenquer/PA, Distrito de Extrema/RO (Baixo Rio Madeira e comunidades ribeirinhas), Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho/AP e Esperantina/PI.

Para atender mutirões na Bahia (Barreiras, Juazeiro, Feira de Santana, Irecê, Alagoas), no Maranhão (Caxias, São Luís, Bacabal), em Minas Gerais (Sete Lagoas, Uberlândia, Uberaba), Tocantins (Araguaína), Pará (Marabá, Castanhal, Belém), Piauí (Teresina, Picos) e Rondônia (Porto Velho), foram investidos R\$ 891.192,55.

■ Sistema de conciliação (Sistcon)

Foram alocados R\$ 88.328,15 para as atividades de conciliação e da agenda de audiências de 2014.

■ Corregedoria

O valor de R\$ 280.137,71 foi alocado para realizar as correções previstas.

■ Veículos

A relação de veículos existentes — Anexo III da Resolução CJF 72, de 20/08/2009 — foi recebida mensalmente das áreas de transporte do Tribunal e das seções judiciárias, efetuando-se sua análise, consolidação e remessa ao CJF.

Foi divulgada, no Diário da Justiça e no Portal desta Corte, em 30 de janeiro de 2014, a lista de veículos oficiais utilizados, conforme determina o art. 5º da Resolução CNJ 83.

O Plano Anual de Aquisição de Veículos 2014, aprovado pelo CJF, contemplou todas as necessidades levantadas pelas seções judiciárias e pelo Tribunal, visando à expansão da frota ou renovação de viaturas que tinham oito ou mais anos de uso, consideradas antieconômicas, nos termos da Resolução CJF 072/2009.



Por ocasião da apreciação, na sessão do dia 17 de novembro de 2014 do CJF, do detalhamento do Plano Anual de Aquisição de Veículos para a Justiça Federal (exercício de 2015), foi autorizada a execução do Plano de 2015 ainda durante o exercício de 2014, caso houvesse disponibilidade orçamentária.

A planilha que se segue demonstra de forma consolidada os planos de aquisição aprovados pelo CJF, referentes aos exercícios de 2014 e 2015, as demandas autorizadas pela direção do TRF e as aquisições executadas.

#### QUADRO 162

##### Aquisição de veículos – consolidada em 2014/2015

Padrão	TRF/Seção Judiciária	Autorizações CJF		Autorizações TRF1		Executado	
		Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
P1	Roraima	1	55.000,00	–	0,00	–	0,00
	Tocantins	5	358.000,00	3	228.000,00	3	214.780,00
P2	Acre	7	684.000,00	4	279.000,00	4	249.895,00
	Rondônia	9	1.235.000,00	5	626.320,00	5	619.320,00
P3	Amapá	6	494.000,00	3	179.000,00	2	115.100,00
	Amazonas	12	663.000,00	10	604.000,00	10	522.580,00
	Mato Grosso	18	1.781.000,00	5	376.000,00	5	340.648,00
	Piauí	11	1.078.000,00	3	390.000,00	3	363.480,00
P4	Maranhão	14	827.000,00	4	208.000,00	4	184.280,00
	Pará	14	1.123.000,00	6	588.000,00	6	493.779,00
P5	Goiás	16	1.530.000,00	3	440.000,00	3	435.400,00
P6	Bahia	32	2.902.000,00	14	1.197.000,00	14	1.121.113,00
	Distrito Federal	12	1.034.000,00	5	445.000,00	5	406.500,00
	Minas Gerais	15	1.092.000,00	7	477.300,00	7	477.300,00
Subtotal		172	14.856.000,00	72	6.037.620,00	71	5.544.175,00
TRF		28	2.341.000,00	16	1.182.000,00	16	1.058.762,00
Total geral		200	17.197.000,00	88	7.219.620,00	87	6.602.937,00

#### ■ Esmaf

Foram alocados R\$ 927.390,79 para realização de treinamentos, jornadas e curso de vitaliciamento dos juízes aprovados no XIII Concurso.



## ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (AJPC)

### QUADRO 163

Execução orçamentária na 1ª Região - AJPC - 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	704,40	704,40	0,00	704,40	0,00	100
	Roraima	228.136,59	228.136,59	0,00	212.287,49	15.849,10	100
	Tocantins	1.225.374,69	1.225.374,69	0,00	1.225.374,69	0,00	100
P2	Acre	759.381,70	759.381,70	0,00	601.437,75	157.943,95	100
	Rondônia	1.854.898,00	1.853.812,72	1.085,28	1.474.140,42	379.672,30	99,94
P3	Amazonas	500.216,08	498.650,89	1.565,19	498.650,89	0,00	99,69
	Mato Grosso	2.389.575,08	2.389.575,08	0,00	2.333.275,88	56.299,20	100
	Piauí	894.960,00	890.661,75	4.298,25	887.779,53	2.882,22	99,52
P4	Maranhão	3.474.449,69	3.474.449,69	0,00	3.468.053,21	6.396,48	100
	Pará	3.273.931,96	3.273.763,94	168,02	3.273.616,01	147,93	99,99
P5	Goiás	5.124.565,33	5.123.489,50	1.075,83	4.253.561,66	869.927,84	99,98
P6	Bahia	7.360.315,24	7.360.315,24	0,00	7.360.315,24	0,00	100
	Distrito Federal	1.943.683,68	1.943.683,68	0,00	1.943.683,68	0,00	100
	Minas Gerais	10.374.931,63	10.374.931,63	0,00	10.374.931,63	0,00	100
Subtotal – Seções		39.405.124,07	39.396.931,50	8.192,57	37.907.812,48	1.489.119,02	99,98
TRF		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	100
Secor – 090032		7.605.252,93	0,00	7.605.252,93	0,00	0,00	0
Total geral		47.020.377,00	39.406.931,50	7.613.445,50	37.907.812,48	1.499.119,02	83,81

O crédito não utilizado de R\$ 7.613.445,50 decorreu da não existência de demandas, uma vez que a dotação recebida em 2013 foi suficiente para quitar quase a totalidade das despesas, desonerando, assim, o exercício de 2014 de pagamentos de despesas de exercícios anteriores.



## PROJETOS

## QUADRO 164

Execução orçamentária na 1ª Região – projetos – 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Roraima	389.659,78	389.659,78	0,00	144.495,57	245.164,21	100
	Tocantins	1.613.368,36	358.956,74	1.254.411,62	54.388,95	304.567,79	22,25
P2	Acre	411.981,84	411.767,69	214,15	61.816,70	349.950,99	99,95
	Rondônia	1.876.659,01	1.849.163,86	27.495,15	0,00	1.849.163,86	98,53
P3	Amazonas	143.821,24	143.821,18	0,06	143.821,18	0,00	100
	Mato Grosso	11.832.296,98	8.065.979,21	3.766.317,77	1.365.083,50	6.700.895,71	68,17
	Piauí	2.876.168,51	626.590,88	2.249.577,63	395.140,49	231.450,39	21,79
P4	Maranhão	2.009.508,70	1.958.988,30	50.520,40	1.842.850,80	116.137,50	97,49
	Pará	5.702.485,44	5.493.363,17	209.122,27	1.826.715,94	3.666.647,23	96,33
P5	Goiás	981.275,88	980.389,63	886,25	686.603,91	293.785,72	99,91
P6	Bahia	27.223.588,73	27.223.588,73	0,00	2.447.350,44	24.776.238,29	100
	Distrito Federal	4.025.617,99	4.025.509,74	108,25	1.695.259,27	2.330.250,47	100
	Minas Gerais	22.295.286,88	22.293.568,06	1.718,82	3.625.478,93	18.668.089,13	99,99
Subtotal – Seções		81.381.719,34	73.821.346,97	7.560.372,37	14.289.005,68	59.532.341,29	0
TRF		60.480.470,31	60.468.129,12	12.341,19	28.369.564,27	32.098.564,85	99,98
Secor – 090032		2.540.595,35	0,00	2.540.595,35	0,00	0,00	0
Total Geral		144.402.785,00	134.289.476,09	10.113.308,91	42.658.569,95	91.630.906,14	93,00





O valor de R\$ 10.113.308,91, constante do crédito não utilizado, é demonstrado a seguir:

- R\$ 1.258.622,12 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Araguaína/TO;
- R\$ 1.283.570,77 – ampliação do edifício-sede da Seção Subseção Judiciária de Cuiabá/MT;
- R\$ 2.482.747,00 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT;
- R\$ 2.185.145,41 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI;
- R\$ 113.464,87 – reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de Belém/PA;
- R\$ 0,36 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Castanhal/PA;
- R\$ 51.567,48 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO;
- R\$ 250.000,00 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO;
- R\$ 1.700.000,00 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jataí/GO;
- R\$ 1.611,45 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA;
- R\$ 233.272,38 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jequié/BA;
- R\$ 40.073,48 – construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA;
- R\$ 792,46 – reforma do edifício Sede I da Seção Judiciária de Belo Horizonte/MG;
- R\$ 926,36 – ampliação do edifício-sede da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG
- R\$ 122.600,00 – segunda etapa da construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG;
- R\$ 12.341,88 – construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- R\$ 100.286,00 – desenvolvimento e implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal;
- R\$ 172.394,37 – projeto de implantação de turmas recursais;
- R\$ 103.892,52 – projeto de implantação de varas federais.

O acompanhamento da execução dos projetos da 1ª Região possibilitou evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e a LOA, verificar a impossibilidade de executar todos os projetos consignados na LOA de 2014 e elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais.

Em seguida, é demonstrada a situação dos projetos de construção, reformas e desapropriações que tiveram execução em 2014.



## **AÇÕES QUE NÃO CONSTARAM DA LOA DE 2014 E QUE TIVERAM EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

### **■ Construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Boa Vista/RR**

Em 2013, foram reinscritos em restos a pagar R\$ 614.997,42, que não foram pagos em decorrência das necessidades apontadas pela empresa fiscalizadora.

Depois da análise da Assessoria de Gestão de Obras do CJF, foram consideradas finalizadas as etapas de projeto básico e de aprovação, pelos órgãos fiscalizados, dos projetos. Encontra-se pendente a finalização do orçamento da obra (etapa 3 do cronograma financeiro). Após a correção da Planilha Orçamentária, a obra poderá ser licitada.

### **■ Modernização de instalações da Seção Judiciária de Palmas/TO**

Em 2013 foi reinscrito em restos a pagar o valor de R\$ 9.112,26, que foi cancelado.

### **■ Construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Rondonópolis/MT**

O total de R\$ 178.696,07 ficou reinscrito em restos a pagar em 2013. Desse montante, nenhum valor foi pago. O fechamento do contrato com a medição final está em análise. Possivelmente haverá glosas.

258

### **■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Cáceres/MT**

Em 2014 foi pago o valor de R\$ 82.036,97 do total reinscrito em restos a pagar, que era de R\$ 139.394,52.

A obra foi finalizada e foi emitido o termo de recebimento definitivo. Houve glosas no pagamento da medição final.

### **■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA**

Em 2013 foi reinscrito o valor de R\$ 37.911,89, que não foi pago em 2014.

### **■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barreiras/BA**

Em 2013 foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 434.489,60. Desse total, foi pago o valor de R\$ 57.489,60 e cancelado o valor de R\$ 337.000,00, referente à fiscalização da obra de Barreiras. A licitação referente a essa fiscalização foi concluída com sucesso no fim de 2013, o que não ocorreu com a obra. Como em 2014 não houve dotação para licitar novamente a construção, o empenho da fiscalização precisou ser cancelado assim que vencida a validade da proposta, considerando não haver obra a fiscalizar.

### **■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA**

Em 2013 foram inscritos/reinscritos R\$ 866.604,01 em restos a pagar, sendo que R\$ 619.704,85 foram pagos, e continua pendente de pagamento o valor de R\$ 246.899,16.

O custo total da construção foi de R\$ 11.920.248,36. O recebimento provisório já foi efetuado, e a fiscalização realiza a vistoria para verificar se as pendências foram sanadas,



a fim de que haja o recebimento definitivo. A obra foi concluída, e o prédio está ocupado pela Justiça Federal desde o dia primeiro de fevereiro de 2014.

## **AÇÕES QUE SERÃO CONCLUÍDAS COM A DOTAÇÃO DE 2014**

### **■ Reforma e Ampliação do edifício-sede da Seção Judiciária de Boa Vista/RR**

Em 2014 foi consignado, por meio de crédito adicional, o valor de R\$ 155.000,00. Além disso, reinscritos R\$ 260.152,94, totalizando R\$ 415.152,94.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 155.000,00 — inscritos em restos a pagar —, pagos R\$ 196.713,76 e cancelados R\$ 62.282,08 de restos a pagar.

### **■ Aquisição do edifício-sede da Justiça Federal de Guajará-Mirim/RO**

O valor de R\$ 1.050.000,00 foi consignado na LOA de 2014, suplementado em R\$ 145.000,00, perfazendo o total de R\$ 1.195.000,00, o qual foi empenhado na sua totalidade e inscrito em restos a pagar.

A desapropriação do edifício foi aprovada pela Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. O decreto já foi elaborado e aguarda a assinatura da Presidenta.

259

### **■ Construção do edifício Sede I da Subseção Judiciária de Sinop/MT**

O valor de R\$ 657.216,00 foi consignado por meio de crédito especial, que, somado aos R\$ 3.974.932,22 de restos a pagar, totalizou o montante disponível de R\$ 4.632.148,22.

No decorrer do exercício foi empenhado o total de R\$ 657.216,00, pagos R\$ 1.828.998,35 — R\$ 172.041,29 do exercício e R\$ 1.656.957,05 de restos a pagar — e inscritos em restos a pagar R\$ 485.174,71.

A obra encontra-se em andamento, e a 23ª Medição está em análise (19/11/2014 a 18/12/2014). A empresa foi notificada pelo atraso e outros problemas que constam nos relatórios da fiscalização e apresentou um novo cronograma físico-financeiro — em análise no momento —, solicitando prorrogação do prazo de execução da obra por dois meses, ou seja, do dia 19 de dezembro de 2014 para 18 de fevereiro de 2015.

### **■ Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de Belém/PA**

Em 2014 foi reaberto crédito especial de R\$ 3.218.753,00, suplementados R\$ 71.000,00, que, somados aos restos a pagar inscritos de R\$ 257.134,00, perfizeram um montante disponível para utilização de R\$ 3.546.887,00.

Durante o exercício, foi empenhado o valor de R\$ 3.176.288,13, total inscrito em restos a pagar. O valor de R\$ 113.464,87 permaneceu sem utilização, foi pago o montante de R\$ 175.586,56 e cancelado R\$ 0,38 de restos a pagar.

Após a terceira repetição do processo licitatório, o contrato da reforma foi assinado em dezembro.



#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Santarém/PA**

O total de R\$ 1.000.000,00 foi consignado na LOA 2014 e cancelado o valor de R\$ 3.153,00, que somados a R\$ 8.517.380,08 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 9.514.227,08 disponíveis.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 996.847,00 e pagos R\$ 2.637.599,85, R\$ 661.674,23 provenientes do exercício e R\$ 1.975.925,62 de restos a pagar. O valor de R\$ 335.172,77 foi inscrito em restos a pagar para pagamento em 2015.

A obra está em andamento e seu percentual de execução física é de 30,88%.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jequié/BA**

Inicialmente foram consignados na LOA de 2014 R\$ 1.428.977,00, dos quais foram cancelados R\$ 1.000.000,00. O valor restante de R\$ 428.977,00 foi acrescido de R\$ 2.508.672,24 de restos a pagar, ficando disponível para utilização o montante de R\$ 2.937.649,24

No exercício, R\$ 195.704,62 foram empenhados, R\$ 233.272,38 ficaram sem utilização e R\$ 2.850,42 foram pagos. O valor de R\$ 192.854,20 foi inscrito em restos a pagar para ser executado em 2015. Já no que tange à execução de restos a pagar, foram pagos R\$ 1.188.014,36 e cancelados R\$ 1.138.750,34, pois a empresa não entregou uma parte da obra referente ao CPD.

O contrato da obra encontra-se finalizado. Foi realizada vistoria para análise dos serviços, listagem de pendências, a serem revistas pela construtora, e emissão do termo de recebimento.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA**

Foram consignados inicialmente na LOA de 2014 R\$ 1.500.000,00, dos quais foram cancelados R\$ 720.000,00, restando R\$ 780.000,00, que foram acrescidos de R\$ 5.438.103,11 referentes a restos a pagar, ficando disponível para utilização o montante de R\$ 6.218.103,11.

No decorrer do exercício, foram empenhados R\$ 778.388,55 e o total de R\$ 1.611.45 ficou sem utilização. Foi pago o montante de R\$ 3.086.108,81, cuja parte de R\$ 443.040,23 se originou do exercício, e de R\$ 2.643.068,58, de restos a pagar. Os R\$ 335.348,32 foram inscritos em restos a pagar.

A obra apresenta um atraso no cronograma, e a empresa responsável solicitou aditivo de seis meses para finalizá-la, que está em análise.

#### ■ **Construção do edifício Sede II da Seção Judiciária de Salvador/BA (Juizados Especiais Federais)**

Foi consignado na LOA de 2014, por emenda de bancada, o montante de R\$ 20.000.000,00. Desse total, R\$ 19.795.126,00 foram empenhados, R\$ 204.874,00 ficaram contingenciados, R\$ 118.800,00 foram pagos e R\$ 19.676.236,00 foram inscritos em restos a pagar.



Em 2014 foi contratada a revisão e atualização dos projetos, pois a autora do projeto original cobrou um valor muito elevado para revisá-los, e a Direção decidiu licitar, gerando uma economia de 38%, bem como a construção da obra e a fiscalização.

■ **Reforma do edifício Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF**

Foram consignados na LOA de 2014 R\$ 700.000,00 e cancelados R\$ 600.000,00, que resultou em uma dotação de R\$ 100.000,00. Este valor, somado aos R\$ 900.000,00 de restos a pagar, totalizou um montante disponível de R\$ 1.000.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 100.000,00, os quais ficaram inscritos em restos a pagar, e não houve pagamento.

A reforma é relativa à modernização dos elevadores e foi contratada em dezembro de 2013, porém a empresa contratada ainda se encontra dentro do prazo para a entrega dos equipamentos.

■ **Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial na Seção Judiciária de Brasília/DF**

O valor de R\$ 3.523.759,00 foi consignado na LOA de 2014, por meio de crédito especial reaberto.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 3.523.759,00, pagos R\$ 1.296.543,28 e inscritos em restos a pagar R\$ 2.227.215,72.

A obra está em andamento e seu cronograma de execução físico-financeiro encontra-se em dia.

■ **Reforma do edifício Sede I da Seção Judiciária de Belo Horizonte/MG**

Foi consignado na LOA de 2014 o montante de R\$ 927.000,00, suplementado em R\$ 1.555.664,00, que, somados aos R\$ 3.066.430,02 de restos a pagar, perfizeram o montante disponível de R\$ 5.549.094,02.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 2.481.871,54 e pagos R\$ 3.654.006,52, sendo R\$ 3.066.430,02 de restos a pagar e R\$ 587.576,50 do exercício, tendo ficado sem utilização o valor de R\$ 792,46.

O contrato da reforma foi assinado em 8 de janeiro de 2014 e previa doze etapas. Destas, dez já foram executadas, o que corresponde a aproximadamente 68% da obra.

## **AÇÕES EM ANDAMENTO COM A OBRA LICITADA**

■ **Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Foi consignado na LOA de 2014 o valor de R\$ 50.000.000,00, que foi suplementado em R\$ 3.129.000,00, totalizando R\$ 53.129.000,00, os quais, somados aos R\$ 80.547.836,56 provenientes de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 133.676.836,56, disponível para a continuidade da obra.



No decorrer de 2014, o Tribunal empenhou R\$ 50.437.139,12 e descentralizou R\$ 890.355,00 para o Ministério do Exército. Além disso, pagou R\$ 73.891.882,32, dos quais R\$ 45.557.262,05 foram originários de restos a pagar e R\$ 28.334.620,27, do exercício. O montante de R\$ 12.341,88 ficou sem utilização. O TRF ainda contingenciou R\$ 1.789.164,00, inscreveu R\$ 22.114.860,04 em restos a pagar e cancelou R\$ 7.800.251,38 de restos a pagar.

A construção da nova sede do TRF tem-se desenvolvido em etapas, e suas contratações têm sido realizadas por meio de licitações autônomas, assim como subdivididas em quantas parcelas seja possível fracionar, observada a viabilidade técnica e econômica de sua execução.

A etapa de complementação do arcabouço estrutural estava sendo executada pela Construtora Engefort Ltda., que entrou em recuperação judicial e tornou-se inadimplente, o que motivou a sua rescisão contratual em 2013. Foi contratada, em caráter emergencial, ainda no fim de 2013, a Construtora LDN para a finalização dessa etapa, pois partes da estrutura ficaram parcialmente inconclusas e não poderiam permanecer em tal estado.

A empresa LDN foi também contratada para a execução de serviços de pintura de vigas de bordo, concluídos em 2014, e de instalação de esquadrias com pele de vidro nos blocos A e D, já executados, e C, ainda pendente. Anteriormente à conclusão deste bloco, necessita-se de contratação de empresa para finalizar a execução da empresa Engefort. Portanto, efetuou-se termo aditivo de prorrogação de prazo e suspendeu-se a execução das esquadrias com pele de vidro do bloco C, até que sejam finalizados os serviços a serem feitos por empresa ainda a ser contratada.

As obras referentes à complementação estrutural no bloco C e outros serviços remanescentes deverão ser contratados, tais como movimentação de terra e pavimentação de acessos, que no ano de 2013 não foram considerados serviços emergenciais.

O Tribunal contratou a empresa Essencial Engenharia Ltda. para executar os serviços de recuperação de estruturas, já em andamento.

Para a atualização tecnológica e normativa de projetos, já que estes foram traçados há mais de oito anos, foi contratada a empresa SBE Engenharia Ltda., que, no momento, aguarda emissão de ordem de serviço para iniciar seus trabalhos.

#### ■ **Construção do edifício Sede II da Subseção Judiciária de Cáceres/MT**

O valor de R\$ 164.980,00 foi consignado no PLOA de 2014, que foi acrescido em R\$ 500.000,00, por emenda individual, e suplementado em R\$ 301.574,00, totalizando a dotação em R\$ 966.554,00. Esta, somada aos R\$ 1.027.844,93 de restos a pagar, resultou no montante disponível de R\$ 1.994.398,93.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 966.554,00 e pagos R\$ 1.305.452,63, sendo \$ 510.257,08 do exercício e R\$ 795.195,55 de restos a pagar. Foi inscrito em restos a pagar para pagamento em 2015 o valor de R\$ 456.296,92.



A obra foi executada até a 13ª medição, correspondente a 67,97%. Não houve medição no período de 2 de novembro a primeiro de dezembro de 2014, ressaltando-se que a empresa concedeu férias coletivas até o dia 22 de janeiro de 2014 e que, por esse motivo, mais atrasos e outros problemas, constantes nos relatórios da fiscalização, foi notificada. Foi dado a essa empresa, no momento, prazo para sua defesa.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Juína/MT**

O total de R\$ 800.000,00 foi consignado na LOA de 2014, por emenda individual, que foi suplementado em R\$ 2.083.144,00 e resultou no montante de R\$ 2.883.144,00, disponível para utilização.

Durante 2014, o valor de R\$ 2.883.144,00 foi empenhado e inscrito em restos a pagar a serem pagos em 2015.

Contratou-se a execução da obra em 31 de dezembro de 2014, e foi determinado prazo de 18 meses para a execução.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Diamantino/MT**

Na LOA de 2014 foram consignados, por emenda, R\$ 250.000,00, suplementados em R\$ 2.670.597,00 de crédito adicional. Foram contingenciados R\$ 1.630.969,00 e acrescidos R\$ 48.883,25 de restos a pagar, perfazendo o total de R\$ 1.338.511,25.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 1.289.628,00 e pagos R\$ 51.884,68, considerando que R\$ 3.001,43 originaram-se do exercício e R\$ 48.883,25, de restos a pagar. O valor contingenciado foi R\$ 1.630.969,00, e o total de R\$ 1.286.626,57 foi inscrito em restos a pagar a ser utilizado em 2015.

A obra foi contratada em 2014, mas os créditos adicionais solicitados em abril só foram disponibilizados no dia 31 de dezembro, após as 15 horas; isso, somado ao excesso de trabalho, não possibilitou a transferência do crédito contingenciado de Diamantino para outra ação.

#### ■ **Construção do edifício anexo da Seção Judiciária de Salvador/BA**

Foram consignados na LOA de 2014 R\$ 3.129.250,00, que, somados aos R\$ 1.807.718,94 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 4.936.968,94, disponíveis para utilização.

Em 2014 foram empenhados R\$ 3.129.250,00, pagos R\$ 2.346.593,64, sendo R\$ 1.741.421,31 de restos a pagar e R\$ 605.172,33 do exercício, e ainda foram inscritos em restos a pagar R\$ 2.524.077,67.

A obra apresenta um percentual de atraso de 11,93% em relação ao cronograma físico-financeiro, decorrente dos problemas estruturais surgidos. Depois das correções realizadas, as atividades estão sendo desempenhadas sem maiores problemas.



#### ■ **Reforma do Complexo de imóveis da Seção Judiciária de Salvador/BA**

O montante de R\$ 1.350.000,00 foi consignado na LOA 2014, sendo R\$ 350.000,00, por emenda parlamentar. Desse valor, foram cancelados R\$ 80.000,00, restando disponíveis para utilização R\$ 1.270.000,00, que foram totalmente empenhados e inscritos em restos a pagar.

Foram empenhados os serviços de recuperação das fachadas externas e adequação de espaços físicos no prédio do JEF, assim como o fornecimento e a instalação dos “brises” e a reforma dos sistemas hidráulicos de alimentação de água potável do edifício-sede.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Guanambi/BA**

Foram consignados na LOA de 2014, por emenda parlamentar, R\$ 1.500.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 1.500.000,00, pagos R\$ 966.447,35 e inscritos em restos a pagar, para serem executados em 2015, R\$ 533.552,65.

A obra está sendo executada dentro do cronograma.

#### ■ **Ampliação do edifício-sede da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG**

Em 2014 foi reaberto o crédito especial, contingenciado em 2013, no valor de R\$ 7.182.189,00. Ele foi suplementado em R\$ 12.016.336,00, que, somados aos restos a pagar de R\$ 14.500,00, perfizeram o montante de R\$ 19.198.525,00, disponível para utilização.

A suplementação foi possível em decorrência do cancelamento na ação “Construção do Edifício Sede II da Seção Judiciária de Goiânia”, proveniente da recomposição, pelo relator geral do orçamento de 2014, da emenda de bancada do Estado de Goiás destinada a Uberlândia.

Durante o exercício foram empenhados R\$ 16.000.103,64, pagos R\$ 14.500,00 de restos a pagar, contingenciados R\$ 3.197.495,00. Ficou sem utilização o valor de R\$ 926,36 e ainda foi inscrito em restos a pagar para ser executado em 2015 o montante de R\$ 16.000.103,64.

A obra foi licitada em dezembro de 2014, seu contrato foi assinado com a Construtora Ambiental Ltda. em 2 de janeiro de 2015 e tem prazo de execução determinado de 24 meses.

### **AÇÕES EM ANDAMENTO COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS APROVADOS OU LICITADOS**

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Araguaína/TO**

Foram consignados na LOA de 2014, por meio de emenda parlamentar, R\$ 1.550.000,00, que, somados a R\$ 249.368,94 de restos a pagar, totalizaram o montante disponível de R\$ 1.799.368,94.





Durante o exercício, foram empenhados R\$ 36.377,88 para complementar o valor dos projetos e foram pagos R\$ 105.265,86, cujo valor de R\$ 679,95 foi proveniente do exercício, e de R\$ 104.585,91, de restos a pagar. O montante de R\$ 255.000,00 ficou contingenciado; já R\$ 35.697,93 foram inscritos em restos a pagar; e R\$ 1.258.622,12 ficaram sem utilização.

Os projetos arquitetônico, básico e executivo, contratados em 2013, não foram entregues em tempo hábil para a licitação da obra em 2014, o que resultou na perda da dotação. A demora na entrega foi ocasionada pelas alterações que tiveram que ser efetuadas, uma vez que a área a ser construída constante do projeto estava em desacordo com a área aprovada pelo Tribunal. O projeto básico está na fase de análise e correções para o recebimento provisório.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Jataí/GO**

Foi consignada na LOA de 2014, por emenda parlamentar, a dotação de R\$ 1.500.000,00, suplementada em R\$ 200.000,00, resultando em R\$ 1.700.000,00, os quais foram acrescidos de R\$ 113.215,46 de restos a pagar, totalizando um montante disponível de R\$ 1.813.215,46.

Durante o exercício, foram pagos R\$ 111.800,57 de restos a pagar e deixou de ser utilizado o total de R\$ 1.700.000,00.

Os projetos arquitetônico, básico e executivo foram entregues pela empresa responsável e aguardam aprovação do Tribunal, ocorrendo a perda da dotação.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Passos/MG**

Foi consignado o montante de R\$ 1.000.000,00 na LOA de 2014, totalmente cancelado, uma vez que será necessário revisar e atualizar as planilhas orçamentárias, pois os preços cotados já apresentavam defasagem superior a doze meses, o que causou a frustração de quatro procedimentos licitatórios.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal de Rio Verde/GO**

A dotação de R\$ 250.000,00 foi consignada na LOA de 2014, por emenda parlamentar. Desse montante, foram empenhados e inscritos em restos a pagar R\$ 198.432,52, destinados à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos. O valor que ficou sem utilização foi de R\$ 51.567,48.

O projeto foi licitado em dezembro de 2014, tem previsão de execução de 251 dias, a ser realizada em cinco etapas, que se iniciou em fevereiro de 2015.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI**

Na LOA de 2014 foram consignados, por meio de emenda, R\$ 1.200.000,00, que foram suplementados em R\$ 1.140.000,00, totalizando um montante de R\$ 2.340.000,00, disponível para utilização.



Durante o ano do exercício, foi empenhado o total de R\$ 154.854,59 para a contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, pago o valor de R\$ 25.743,08, inscritos em restos a pagar R\$ 129.111,51, e não foram utilizados R\$ 2.185.145,41.

O planejamento inicial era licitar o projeto e a obra em 2014, contudo houve questionamento pelo TRF sobre a concepção desse projeto e atraso na abertura do procedimento licitatório, o que inviabilizou a sua entrega. O Tribunal, quando teve conhecimento da impossibilidade de licitar a obra, tentou remanejar a suplementação solicitada que estava em tramitação no Congresso Nacional, por meio de emenda, acatada pela relatora do crédito. Contudo, o Congresso votou o crédito sem considerar a emenda, e a dotação ficou sem utilização. É aguardado o recebimento dos projetos.

#### ■ **Ampliação do edifício-sede da Seção Judiciária de Cuiabá/MT**

Foram consignados, por meio de emenda de bancada na LOA 2014, R\$ 19.780.000,00. Desse valor, foram cancelados R\$ 8.195.278,00, que foram remanejados para atender outros projetos da Seção Judiciária de Mato Grosso, restando a dotação de R\$ 11.584.722,00, que, somada aos R\$ 315.713,80 de restos a pagar, totalizou o montante disponível de R\$ 11.900.435,80.

Durante o exercício foram empenhados R\$ 2.006.599,23 e contingenciados R\$ 8.294.552,00. O valor que ficou sem utilização foi de R\$ 1.283.570,77. Foram pagos R\$ 534.655,27, sendo R\$ 431.001,72 do exercício e R\$ 103.653,55 de restos a pagar, e foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 1.575.597,51.

Tanto a reforma como a ampliação do edifício-sede estão sendo executadas nesta ação orçamentária, porque a Secretaria de Orçamento Federal não abriu uma ação específica para a reforma, alegando duplicidade de objeto.

A execução da primeira etapa da Reforma (parte interna) foi concluída com atraso, e a 2ª etapa (parte externa) foi paralisada em função da desistência da empresa contratada, que resultou em penalidade, rescisão contratual e nova contratação.

A licitação para contratação da obra de ampliação do edifício-sede foi suspensa e foi necessária sua republicação em função dos questionamentos a respeito do projeto. Este precisou ser revisto para correções e definições, razão pela qual a dotação prevista ficou sem utilização. A previsão de recebimento do projeto alterado é para fevereiro de 2015.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Castanhal/PA**

Na LOA de 2014, foi consignada, por emenda parlamentar, a dotação de R\$ 900.000,00, cancelada em R\$ 596.847,00, perfazendo o montante de R\$ 303.153,00 disponíveis para utilização.

Durante o exercício foram empenhados R\$ 303.152,64, na contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, e pagos R\$ 185.254,69. Além disso, foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 117.897,95, e o saldo que ficou sem utilização foi de R\$ 0,36.

Os projetos estão em elaboração e têm 65,53% de execução.



#### ■ **Reforma do edifício Sede III da Seção Judiciária de Belo Horizonte/MG**

Foram consignados na LOA de 2014 R\$ 300.000,00, mas foram cancelados R\$ 97.000,00, permanecendo um total disponível para utilização de R\$ 203.000,00.

No exercício, foram empenhados e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2015 R\$ 45.000,00 e ficaram contingenciados R\$ 158.000,00.

O projeto foi contratado em 14 de outubro de 2014, mas nenhuma etapa dele foi apresentada em 2014, pois a empresa atrasou a apresentação da Fase 1 – Estudo Preliminar.

#### ■ **Construção da segunda etapa do edifício-sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG**

A dotação de R\$ 230.000,00 foi consignada na LOA de 2014, por meio de emenda parlamentar, que foi suplementada em R\$ 170.000,00, totalizando o montante de R\$ 400.000,00, disponível para utilização.

No decorrer do exercício, R\$ 277.400,00 foram empenhados e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2015. O saldo que ficou sem utilização foi de R\$ 122.600,00.

A licitação para revisão dos projetos executivos foi realizada em dezembro/2014, e o contrato foi assinado em 8 de janeiro de 2015 com a empresa Eficácia Projetos e Consultoria Ltda, com prazo de execução de 210 dias corridos. A ordem de serviço está pendente de expedição.

### **AÇÕES NOVAS SEM EXECUÇÃO EM 2014**

#### ■ **Construção do edifício Sede II da Seção Judiciária de Goiânia/GO**

Em 2014 foram consignados na LOA, por meio de emenda de bancada, R\$ 18.000.000,00, que foram totalmente cancelados por meio de crédito adicional.

Apesar de o Conselho da Justiça Federal ter auxiliado a seccional no levantamento de necessidade para subsidiar a contratação dos projetos arquitetônicos, básicos e executivos, não houve tempo hábil para a contratação dos projetos na modalidade “concorrência técnica e preço” e nem disponibilidade orçamentária.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO**

Em 2014 foram consignados na LOA R\$ 250.000,00 e acrescidos R\$ 2.600.000,00 de crédito adicional, perfazendo o montante de R\$ 2.850.000,00.

Durante o exercício, foram contingenciados R\$ 2.600.000,00 e ficaram sem utilização R\$ 250.000,00.

A obra não foi licitada pelo fato de o projeto de arquitetura não ter sido aprovado pelo Corpo de Bombeiros e estar em desacordo com a lei municipal de uso do solo. A



estratégia seria a contratação da obra por etapas, o que poderia causar majoração dos gastos públicos e elevada complexidade operacional de gestão.

■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT**

Foram consignados, por meio de crédito adicional especial, R\$ 2.482.747,00, que, somados a R\$ 48.883,25 de restos a pagar, totalizaram o montante de R\$ 2.531.630,25.

No decorrer do exercício foram cancelados R\$ 48.883,25 de restos a pagar, em função da rescisão contratual com a empresa projetista. O valor de R\$ 2.482.747,00 ficou sem utilização e será reaberto no exercício de 2015, por se tratar de crédito especial aberto no último quadrimestre.

O contrato com a empresa projetista foi rescindido pelas seguintes razões: a conclusão dos serviços de terraplanagem detectou a existência de camada de rocha, e a viabilidade de se construir sobre o terreno doado, ou pleitear um novo terreno, ficou indefinida; e a contratação foi realizada nos moldes antigos, que não previam serviços como a realização de vistorias e emissão de laudos. O novo modelo de contratação de projetos, elaborado em 2013, incluiu no termo de referência a descrição das etapas da execução e dos itens que compõem cada etapa, o que vem possibilitando melhor acompanhamento durante a execução do contrato.

268

■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA**

Foi consignado na LOA de 2014 o valor de R\$ 143.000,00, sendo que R\$ 102.926,52 foram empenhados e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2015. A diferença de R\$ 40.073,48 foi perdida.

O serviço de construção de muro em alvenaria de blocos de cerâmica e gradil de ferro foi contratado.

## **REFORMAS E ADAPTAÇÕES**

As diversas necessidades da 1ª Região, solicitadas na proposta orçamentária para 2014, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico para obras e reformas. Recursos na ordem de R\$ 7.775.324,68 do Projeto de Modernização das Instalações da Justiça Federal e Atividade de Julgamento de Causas foram aplicados, conforme quadro a seguir:

## QUADRO 165

## Demonstrativo da execução de reformas (R\$)

Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total
Roraima	JC	imóvel funcional	substituição de caixas de medição das residências funcionais	7.116,20
		edifício-sede – Roraima	limpeza de fossa séptica. Reparos no sistema de segurança e portão eletrônico	3.050,00
Total Roraima				10.166,20
Amapá	JC	edifício-sede – Macapá	operacionalização e manutenção do sistema de refrigeração	275.760,00
		edifício-sede – Laranjal do Jari	manutenção de instalações físicas	3.937,50
Total Amapá				279.697,50
Tocantins	JC	edifício-sede e anexo – Palmas	reforma da identificação visual da fachada do Ed. Anexo. Manutenção de portas automáticas e detectores de metal. instalação de motor para porta automática. Substituição de esquadrias metálicas. Reforma de telhado	318.426,59
	MIJF	edifício anexo - Palmas	3º TA ao Contrato 17/14 ref. serviços de reformas	76.920,31
Total JC – Tocantins				318.426,59
Total MIJF – Tocantins				76.920,31
Total Tocantins				395.346,90
Rondônia	JC	edifício-sede – Porto Velho	obra de elevação da Substação de Energia. Instalação de porta detectora de metais	927.853,12
	MIJF	edifício-sede – Porto Velho	avaliação de danos e elaboração de projetos para recuperação predial decorrentes de enchentes. Reforma em banheiros. Higienização do Sistema de resfriamento. Elevação da subestação de energia	659.711,41
		Jl-Paraná	construção da cobertura do estacionamento	87.925,89
		Guajará-Mirim	reforma do sistema de combate a incêndio	38.502,59
Total JC – Rondônia				927.853,12
Total MIJF – Rondônia				786.139,89
Total Rondônia				1.713.993,01
Acre	JC	edifício-sede – Rio Branco	serviço de pintura em área da clarabóia. reforma da escada metálica e guarda-corpo. Reforma do 1º pavimento	74.450,44
		edifício-sede – Cruzeiro do Sul	adequação das instalações elétricas e sala de atermação. Serviços em fossa séptica, sumidouro e caixa de inspeção	5.358,00
Total Acre				79.808,44



Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total	
Amazonas	JC	edifícios-sede e anexos – Manaus	pintura sala JEF e demarcação de vagas de estacionamentos. Manutenção em toldos. Correção dos níveis de tensão elétrica. Instalação de divisórias. Instalação de grades em aparelhos de ar. Limpeza fachadas. Reparos diversos. Reparos na guarita; nas vidraças; nas portas detectoras de metal; no piso da passarela	168.982,38	
		edifício Rio Negro e imóvel Tocáia – Manaus	impermeabilização das calhas e das áreas descobertas. Reparo na rampa de acesso ao estacionamento. Reparos na área externa. Elevação do telhado da garagem	65.900,63	
		edifício-sede – Tabatinga	readequação da infraestrutura elétrica do CPD. Manutenção do grupo gerador. Limpeza do sistema de tratamento de esgoto	38.780,00	
	MIJF	edifício Rio Negro e edifício-sede – Manaus/ AM (edifício Waldemar Pedrosa). Edifício Rio Solimões. Imóvel Tocaia	adaptação e instalação de CFTV edifícios Rio Negro e sede; reparos fachada e pintura diversas. Reforma elétrica	205.999,84	
		Tabatinga/AM	instalação de cancela automática	5.900,00	
	Total JC – Amazonas				273.663,01
	Total MIJF – Amazonas				211.899,84
Total Amazonas				485.562,85	
Mato Grosso	JC	edifício-sede – Cuiabá	projeto de prevenção de incêndio. Impermeabilização de pisos. Reforma no estacionamento. Instalação de gradil. Aquisição de placas de inauguração. Readequação de rede elétrica. Pintura das vagas. Adequações em cerca elétrica; divisórias; sala de desmuniamento e demolição parede de gesso	90.453,81	
		edifício-sede – Cáceres	proteção grupo gerador. Execução controle de acesso	44.391,02	
		edifício-sede – Barra do Garças	construção de sumidoura. Execução controle de acesso	49.880,02	
		edifício-sede – Rondonópolis	execução controle de acesso	51.516,58	
		edifício-sede – Diamantino	execução controle de acesso	43.429,30	
			construção de totem	1.826,00	
		edifício-sede – Juína	execução controle de acesso	43.966,56	
	confecção e instalação de cerca de arame	2.850,00			



Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total
Mato Grosso	MIJF- -Acessi- bilidade	edifício-sede – Sinop	execução controle de acesso	42.827,11
		edifício-sede – Rondonópolis	execução de projeto de acessibilidade	189.000,00
	MIJF	prédio do arquivo judicial	adaptação da rede elétrica e lógica	57.322,90
		sede – Cuiabá/MT	execução do projeto de Controle de Acesso biométrico	85.707,82
Total JC				371.140,40
Total MIJF				143.030,72
Total MIJF-ACESSIBILIDADE				189.000,00
Total Mato Grosso				703.171,12
Piauí	JC	edifício-sede – Teresina	reparo no revertimentos internos e externos. Instalação de divisórias. Elevação do toldo	19.041,49
	MIJF	edifício-sede – Teresina	elaboração de projeto de fechamento das laterais do térreo	12.680,00
		edifício-sede – Picos	elaboração de laudo técnico da estrutura do edifício-sede	14.800,00
		imóvel antigo – Parnaíba	reforma visando devolução ao proprietário	39.389,71
		edifício-sede – Parnaíba/PI	reforma das instalações físicas	7.645,18
Total JC – Piauí				19.041,49
Total MIJF – Piauí				74.514,89
Total Piauí				93.556,38
Maranhão	JC	edifício-sede e anexo I – São Luís	reformas das copas da 1ª, 3ª, 6ª e 12ª Varas Federais	29.540,00
			reforma da sala onde funciona o acomp. Das penas alternativas	24.415,00
		edifício-sede – Impetratriz	serviços de correção de esquadrias	2.782,00
		edifício-sede – Caxias	serviços de remanejamento de divisórias	4.723,80
		edifício-sede – Bacabal	reconstrução do muro. Pintura geral e reforma	72.611,63
Total Maranhão				134.072,43
Pará	JC	edifício-sede – Belém	serviços de expansão da rede lógica	188.399,00
			Obras para instalação de varas federais. Desinsetização. Limpeza de poço e cisterna	15.213,01



Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total
Pará		edifício-sede – Marabá	serviços de pintura interna	4.392,76
		edifício-sede – Tucuruí	instalação de piso antiderrapante na rampa de acesso à Sede.	4.158,00
		edifício-sede – Santarém	construção da sala de audiência. Recuperação de calçadas	15.725,03
	MIJF	edifício-sede – Belém	pavimentação da área de estacionamento	93.560,65
Total JC – Pará				227.887,80
Total MIJF – Pará				93.560,65
Total Pará				321.448,45
Goiás	JC	edifício-sede e anexos – Goiânia	reforma das áreas de todos os edifícios. Serviços de serralheria, limpeza das fachadas. Instalação de balcões no protocolo. Reparo em portão eletrônico	139.237,17
		edifício-sede – Uruaçu	instalação de cobertura do estacionamento. remanejamento de divisórias. Manutenção de marquise.	13.599,95
		edifício-sede – Anápolis	reparos no portão; no piso da copa. Impermeabilização. Instalação de divisórias. Reparos e adequações que abrigavam a subseção	107.912,88
		edifício-sede – Itumbiara	instalação de armários em MDF	7.777,60
		edifício-sede – Luziânia	execução de reparos	5.990,82
		edifício-sede – Rio Verde	reparo emergencial de rede elétrica	3.848,37
		edifício-sede – Aparecida de Goiânia	reparos no sistema elétrico. Instalação de divisórias e escaninho. Reparos em balcão de atendimento	18.926,78
	MIJF-Acessibilidade	edifício-sede e anexo – Goiânia	execução de reforma de modernização de áreas	114.068,84
	MIJF		despesa com aditamento do contrato 54/2013. Execução do projeto de reforma elétrica	68.919,66
	Total JC – Goiás			
Total MIJF – Goiás				68.919,66
Total MIJF-Acessibilidade – Goiás				114.068,84
Total Goiás				480.282,07





Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total
Bahia	JC	edifício-sede e anexo Salvador. Prédio do JEF	reformas das instalações físicas da 8ª vara federal. Recuperação de muros. Adequação do sistema de iluminação; do CPD (indenização) e do <i>Layout</i> . Isolamento de racks. Pintura interna. Recuperação de degraus. Instalação de esquadrias de alumínio. Sinalização horizontal. Reforma elétricas, de climatização, cabeamento estruturado e adequação de <i>layout</i>	293.235,21
		edifício-sede – Feira de Santana	reposição de vidros da antiga sede	2.970,00
		edifício-sede – Teixeira de Freitas	serviços de pintura e alvenaria da portaria. Reforma do sistema hidráulico de água potável	8.530,00
		edifício-sede – Barreiras	reforma de armários; dos banheiros e pintura	57.396,20
		edifício-sede – Itabuna	execução de serviços elétricos	1.250,00
		edifício-sede – Ilhéus	reforma das instalações físicas para adequação de <i>layout</i>	78.520,00
		edifício-sede – Paulo Afonso	recuperação de todas as áreas externas do prédio	11.017,45
		edifício-sede – Juazeiro	reforma em telhado e coleta de águas pluviais	97.200,00
	MIJF	edifício-sede – Irecê	serviços de pintura e reparo	35.000,00
		SSJ de Vitória da Conquista – BA	construção de estacionamento	196.757,90
		prédio dos JEFS	reforma do 1º subsolo	272.000,00
Total JC – Bahia				585.118,86
Total MIJF – Bahia				468.757,90
Total Bahia				1.053.876,76
Distrito Federal	JC	edifício-sede II	serviços de modernização dos elevadores	18.000,00
Total Distrito Federal				18.000,00
Minas Gerais	JC	edifício-sede de Belo Horizonte, Antônio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Corrêa	reparos em carrinhos processos e portas corta fogo. Rebobinagem em motor de resfriamento. Manutenção bomba de água/tubulação do sistema de incêndio. Realização de diagnóstico no sistema de aterramento e SPDA. Manutenção da torre alpina. adequações de níveis. serviços de zoonoses. Manutenção de persianas; em portas de rolar. Adequação dos níveis G2. Troca de Piso	49.983,99
		edifício-sede – Contagem	instalação de pontos lógicos/elétricos para terminais de consulta processual	1.149,00
		edifício-sede – Ipatinga	instalações elétricas para adequação do quadro de energia do <i>no-break</i> do CPD	850,00



Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total
Minas Gerais		edifício-sede – Juiz de Fora	Reforma visando instalação de turma recursal. Instalação de concertina e instalação de gradil	12.373,90
		edifício-sede – Pouso Alegre	instalação de tomadas de emergência	1.450,00
		edifício-sede – Uberaba	adequação do sistema contra incêndio. Substituição de pisos. Obra de acessibilidade	185.709,52
		edifício-sede – Uberlândia	adequação elétrica no CPD	5.650,00
		edifício-sede – Passos	fornecimento e instalação de divisórias.	1.108,75
		edifício-sede – Governador Valadares	construção de cabeamento estruturado nova sede	49.537,16
		edifício-sede – Divinópolis	instalação de porta giratória e de porta de vidro. Serviços elétricos de montagem e desmontagem de forro de salas de audiências.	15.400,12
		edifício-sede – Lavras	adequação sistema elétrico no CPD; do padrão de energia. Manutenção persianas	90.277,00
		edifício-sede – Varginha	adequação de divisórias	4.000,00
		MIJF	edifícios Antônio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Corrêa	fornecimento e instalação de conjuntos motobomba
		central de conciliação	reforma e adequação do padrão de energia elétrica	10.868,27
Total JC – Minas Gerais				417.489,44
Total MIJF – Minas Gerais				179.868,27
Total Minas Gerais				597.357,71
Total geral JC				3.959.658,85
Total geral MIJF				2.103.612,13
Total geral MIJF – acessibilidade				303.068,84
Total geral seções judiciárias				6.366.339,82
Tribunal	JC	edifício-sede I	Serviço de instalação de gesso e granito	13.609,77
	MIJF- -acessi- bilidade	edifício sede I; edifício Sede II; anexo I, anexo II, anexo III, edifício Dona Marta	Laudo pericial e acessibilidade para os edifícios	21.563,87
	MIJF	edifício Dona Marta. Centrejufe. anexo III	Serviço de pintura nos edifícios do tribunal, serviços de pintura interna – paredes. Serviços de pintura de tetos e forros	79.096,26
		edifício-sede I	Elaboração de projeto de sistema de detecção e alarme contra incêndio. Impermeabilização e drenagem	560.600,00



Seção	Ação	Unidade reformatada	Descrição do serviço	Total
Tribunal		edifício anexo I	Projeto executivo de recuperação de impermeabilização e conserto de infiltrações para cobertura	9.992,40
		edifício-sede II	Ampliação de carga de energia elétrica	425.122,56
			Reforma das instalações elétricas e cabeamento estruturado	299.000,00
Total JC				13.609,77
Total MIJF				1.373.811,22
Total MIJF – Acessibilidade				21.563,87
Total Tribunal				1.408.984,86
Total geral JC				3.973.268,62
Total geral MIJF				3.477.423,35
Total geral MIJF – Acessibilidade				324.632,71
Total geral				7.775.324,68

Cabe ressaltar que, além dos serviços acima mencionados, outras obras e reformas em algumas seccionais foram autorizadas, e, por motivos diversos, não se utilizaram os créditos autorizados.

275

### PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE VARAS FEDERAIS

Em 2014 foram instaladas 18 varas federais criadas pela Lei 12.011, de 04/08/2009.

A dotação recebida para instalação das varas foi de R\$ 15.743.000,00. Desse total, foram empenhados R\$ 15.639.107,48, pagos R\$ 7.151.330,41, inscritos em restos a pagar R\$ 8.521.837,29 e não utilizados R\$ 103.892,52. O controle rigoroso dos recursos, efetuado pelo Tribunal, possibilitou atender todas as demandas.

O quadro a seguir demonstra a execução por unidade:

QUADRO 166  
Demonstrativo IVF 2014

Seção	Descrição do serviço	Total
AM – Amazonas	93 – indenizações e restituições	28.183,24
Total Amazonas		28.183,24
AC – Acre, Cruzeiro do Sul	14 – diárias – civil	3.821,56
	33 – passagens e despesas com locomoção	10.832,35
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	2.600,07
	52 – equipamento e material permanente	159.825,00
	93 – indenizações e restituições	35.612,72



Seção	Descrição do serviço	Total
Total Acre		212.691,70
DF – Distrito Federal	92 – Despesas de Exercícios Anteriores	28.007,75
Total Distrito Federal		28.007,75
RO – Rondônia, Vilhena, Ji-Paraná,	30 – material de consumo	362.981,30
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	249.926,56
Total Rondônia		612.907,86
RO – Roraima	39 – outros serviços de terceiros – PJ	69.994,00
	52 – equipamento e material permanente	164.665,78
Total Roraima		234.659,78
MT – Mato Grosso	52 – equipamento e material permanente	262.837,98
Total Mato Grosso		262.837,98
PI – Piauí, Corrente e São Raimundo Nonato	14 – diárias – civil	40.571,21
	30 – material de consumo	3.200,00
	33 – passagens e despesas com locomoção	5.680,75
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	57.995,87
	52 – equipamento e material permanente	364.288,46
Total Piauí		471.736,29
MA – Maranhão e Balsas	14 – diárias – civil	48.377,76
	30 – material de consumo	1.130,00
	33 – passagens e despesas com locomoção	35.354,32
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	938.320,79
	52 – equipamento e material permanente	702.230,81
	93 – indenizações e restituições	26.279,20
Total Maranhão		1.751.692,88
PA – Pará e Itaituba	30 – material de consumo	18.053,25
	36 – outros serviços de terceiros – pessoa física	12.425,00
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	468.187,93
	47 – obrigações tributárias e contributivas	2.485,00
	52 – equipamento e material permanente	327.224,44
Total Pará		828.375,62
GO – Goiás, Luziânia, Anápolis, Itumbiara, Luziânia,	14 – diárias – civil	432,46
	33 – passagens e despesas com locomoção	5.800,00
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	381.061,89
	52 – equipamento e material permanente	166.982,16
	93 – indenizações e restituições	75.780,60
Total Goiás		630.057,11



Seção	Descrição do serviço	Total
BA – Bahia, Bom Jesus da Lapa, Itabuna, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Irecê e Alagoinhas	14 – diárias – civil	16.541,39
	33 – passagens e despesas com locomoção	13.891,24
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	84.362,11
	52 – equipamento e material permanente	119.693,80
	92 – despesas de exercícios anteriores	43.443,67
	93 – indenizações e restituições	142.257,27
<b>Total Bahia</b>		<b>420.189,48</b>
MG – Minas Gerais, Varginha, Uberaba, Ituiutaba, Janaúba, Poços de Caldas, Gov. Valadares, Juiz de Fora, Uberlândia e Contagem	14 – diárias – civil	65.217,45
	30 – material de consumo	390.051,50
	33 – passagens e despesas com locomoção	46.847,55
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	722.559,72
	52 – equipamento e material permanente	1.719.137,99
	93 – indenizações e restituições	168.329,58
<b>Total Minas Gerais</b>		<b>3.112.143,79</b>
<b>Total seções</b>		<b>8.593.483,48</b>
Equipamentos informática para as seccionais	52 – equipamento e material permanente	7.045.624,00
<b>Total Tribunal</b>		<b>7.045.624,00</b>
<b>Total geral</b>		<b>15.639.107,48</b>

### PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE TURMAS RECURSAIS

A dotação disponível para este projeto foi de R\$ 5.167.000,00. Desse total, foram empenhados R\$4.994.605,63 e liquidados R\$ 1.275.959,99. O valor de R\$ 3.718.645,64 foi inscrito em restos a pagar, e o de R\$ 172.394,37 ficou sem utilização.

Os recursos foram aplicados de acordo com o quadro 167, e possibilitaram a instalação, em caráter permanente, das 25 turmas criadas pela Lei 12.665, de 13/06/2012.

#### QUADRO 167

##### Demonstrativo ITR 2014

Seção	Descrição do serviço	TOTAL
AM – Amazonas	52 – equipamento e material permanente	115.637,94
<b>Total Amazonas</b>		<b>115.637,94</b>
TO – Tocantins	39 – outros serviços de terceiros – PJ	88.843,53
	52 – equipamento e material permanente	233.735,33
<b>Total Tocantins</b>		<b>322.578,86</b>



Seção	Descrição do serviço	TOTAL
AC – Acre	52 – equipamento e material permanente	199.075,99
	Total Acre	199.075,99
DF – Distrito Federal	30 – material de consumo	148.591,04
	52 – equipamento e material permanente	199.891,75
	93 – indenizações e restituições	25.260,20
	Total Distrito Federa	373.742,99
RO – Rondônia	52 – equipamento e material permanente	41.256,00
	Total Rondônia	41.256,00
MA – Maranhão	39 – outros serviços de terceiros – PJ	5.700,00
	52 – equipamento e material permanente	201.203,46
	93 – indenizações e restituições	391,96
	Total Maranhão	207.295,42
PA – Pará	52 – equipamento e material permanente	188.699,78
	Total Pará	188.699,78
GO – Goiás	52 – equipamento e material permanente	151.900,00
	Total Goiás	151.900,00
BA – Bahia	52 – equipamento e material permanente	32.003,56
	Total Bahia	32.003,56
MG – Minas Gerais	14 – diárias – pessoal civil	9.661,06
	33 – passagens e despesas com locomoção	9.303,07
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	197.203,04
	52 – equipamento e material permanente	135.621,72
	93 – indenizações e restituições	25.260,20
	Total Minas Gerais	377.049,09
Total Seções		2.009.239,63
TRF	52 – equipamento e material permanente	2.985.366,00
Total Tribunal		2.985.366,00
Total geral		4.994.605,63

### EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2014

Foi monitorada, por intermédio do Processo Administrativo 3.687/2012, a liquidação dos empenhos inscritos em restos a pagar em 2013 e os reinscritos de anos anteriores no Tribunal e nas seccionais, visando à total execução da despesa e ao melhor aproveitamento dos créditos orçamentários. O art. 68 do Decreto 93.872/1986, alterado pelo Decreto 7.654, de 23/12/2011, prevê, no seu § 2º, que os restos a pagar não processados e não liquidados terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ocasião em que a STN efetuará o bloqueio dos saldos, os quais poderão



ser desbloqueados, desde que atendam ao disposto nos §§ 3º, inciso I, e 4º para serem utilizados.

No ano de 2014 foram cancelados R\$ 19.520.701,27 de restos a pagar, sendo, destes, referente a pessoal o valor de R\$ 1.426.479,00 e, a outras despesas, o valor de R\$ 18.094.223,00.

O quadro a seguir detalha a execução por unidade gestora, contemplando além dos restos a pagar inscritos em 2013, os reinscritos de exercícios anteriores, bem como sua execução.



## QUADRO 168

Execução de restos a pagar em 2014 - exceto precatórios - da UO 12.101 e 12.102 (R\$)

Padrão	Seção	Inscritos e reinscritos		Pagos		A pagar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	29.743	1.689.804	25.304	1.124.167	0	49.837	4.440	-515.800
	Roraima	50.080	1.350.867	48.694	594.013	0	617.122	1.387	-139.732
	Tocantins	19.522	2.108.578	15.918	1.744.871	0	295.884	3.604	-67.824
P2	Acre	47.027	1.619.485	46.997	1.295.889	0	145.605	29	-177.990
	Rondônia	207.845	2.358.990	81.879	2.045.784	9.457	42.773	116.509	-270.433
P3	Amazonas	103.333	1.727.919	80.618	1.354.010	22.714	218.580	0	-155.328
	Mato Grosso	39.112	9.336.957	30.264	5.527.877	0	3.331.266	8.847	-477.814
	Piauí	579.648	3.857.458	520.673	3.032.560	58.975	535.141	0	-289.757
P4	Maranhão	31.677	3.307.396	29.785	2.528.104	1.792	339.262	100	-440.029
	Pará	11.650	12.268.906	6.961	5.065.036	4.689	6.895.315	0	-308.555
P5	Goiás	355.797	7.576.656	155.131	5.309.368	188.929	927.231	11.737	-1.340.057
P6	Bahia	836.280	19.458.359	269.213	12.331.225	268.521	4.057.904	298.546	-3.069.231
	Distrito Federal	2.588.121	4.529.324	1.810.601	3.125.451	731.764	1.103.127	45.755	-300.746
	Minas Gerais	244.140	12.134.114	197.700	11.623.515	45.165	213.499	1.275	-297.101
Subtotal		5.143.975	83.324.814	3.319.740	56.701.871	1.332.006	18.772.546	-492.230	-7.850.396
TRF		4.069.261	132.668.566	1.439.282	83.541.288	1.695.730	38.883.451	-934.249	-10.243.826
Total geral		9.213.236	215.993.379	4.759.022	140.243.159	3.027.736	57.655.997	-1.426.479	-18.094.223





## CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

### PROJETO PROCESSO DIGITAL

Os planos de ação dos tribunais regionais federais destinados à virtualização dos processos judiciais, com custo estimado em R\$ 154 milhões, foram aprovados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). Foram financiados pelos contratos celebrados entre o CJF e os TRFs (contratante) com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (contratadas). O CJF é o gestor deste contrato, e as despesas são pagas diretamente pelas contratadas.

O valor aprovado para a 1ª Região foi de R\$ 31.493.489,00 e, até 2014, foram pagos um total de R\$ 29.459.416,23, com as aquisições de ativos de rede, solução de gravação de audiências em vídeo, solução de conversão e ocerização, escâneres, microcomputadores, *notebooks*, monitores de vídeo adicionais *storage* categoria III e servidores do tipo *blade*, licenciamento e treinamento Oracle, *nobreaks*, expansão da solução de *backup* e reforma integral do CPD da Seção Judiciária de Belo Horizonte e do Maranhão.

O contrato foi extinto em 30 de setembro de 2014, restando um saldo de R\$ 2.034.071,93. Do total do saldo remanescente, R\$ 841.590,81 serão incorporados ao novo contrato a ser firmado com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil. Os demais R\$ 1.192.481,12, que se referem a compromissos já realizados, que não foram pagos até 30 de novembro (ou seja, 60 dias após o término do contrato), serão objetos de solicitação de inclusão no novo contrato.

281

### CONTRATO TRF E CEF

O contrato firmado entre o Tribunal e a CEF, com vigência para mais de um exercício financeiro, destinou valores financeiros extraorçamentários para atender interesse do Tribunal, no valor inicial de R\$ 7.363.678,40, que foi acrescido em junho de 2012, por meio de termo aditivo, em R\$ 3.692.067,40, perfazendo, assim, o montante de R\$ 11.055.745,80.

Em 2009, foram pagos R\$ 915.942,76 para quitar faturas pendentes de serviços prestados na obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA.

Em 2010, foram executados R\$ 698.352,60 relativos a 11 meses de locação do Edifício Dona Marta; R\$ 949.252,67, à obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA; e R\$ 205.600,00, à implantação de ponto eletrônico.

Em 2011, foram pagos R\$ 1.128.906,60 correspondentes a 13 meses de locação do Edifício Dona Marta; R\$ 1.058.378,46, à reforma do edifício-anexo de São Luís/MA; R\$ 650.747,33 correspondentes à continuidade da obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA; R\$ 7.781,32, à implantação de ponto eletrônico; e R\$ 92.704,02, à aquisição de togas para os desembargadores.



Em 2012, foram pagos R\$ 1.150.000,00 relativos a 12 meses de locação do Edifício Dona Marta; R\$ 156.009,28, à reforma do edifício-anexo de São Luís/MA; e R\$ 5.500,00, à implantação de ponto eletrônico.

Em 2013, foram pagos R\$ 1.440.000,00 relativos a 12 meses de locação do Edifício Dona Marta.

Em 2014, foram pagos R\$ 2.068.941,39 relativos à locação do Edifício Dona Marta e R\$ 369.122,40 referentes ao contrato de prestação de serviços dos assistentes administrativos financeiros III da seccional da Bahia, no período de junho a outubro/2014, totalizando, assim, R\$ 2.438.062,59.

O contrato foi encerrado no dia 9 de novembro de 2014 e, com o saldo existente, foi possível antecipar os pagamentos relativos à locação do Edifício Dona Marta dos meses de novembro e dezembro/2014, bem como dos meses de janeiro e fevereiro/2015.

## **CONTINGENCIAMENTO E DESCOTINGENCIAMENTO**

O art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000, estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira.

O art. 51 da Lei 12.919, de 24/12/2013, LDO-2014, determina ao Poder Executivo que, ocorrendo a hipótese antes referida, informe aos demais poderes e ao Ministério Público da União o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e movimentação financeira.

Os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, com base na informação do limite, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

A Resolução CJF-RES-2014/00317, de 24/10/2014, estabelece que o presidente do CJF editará o ato de limitação e comunicará aos TRFs os limites de empenho e de movimentação cabíveis à respectiva região, incluídas as seções judiciárias de sua jurisdição. Recebida a comunicação, os TRFs providenciarão, de modo subsidiário, no prazo de cinco dias, a publicação, no Diário Oficial da União, bem como no respectivo sítio eletrônico, de ato de limitação de empenho e de movimentação financeira de sua região.

Os limites de empenho e de movimentação financeira serão distribuídos de forma proporcional à participação de cada região na base contingenciável, calculada nos termos fixados na LDO, entretanto a Resolução CJF 00317 faculta ao presidente do Conselho a fixação, justificada, de critério diverso de distribuição desses limites, hipótese em que dará tempestivo conhecimento aos tribunais regionais federais.



A Lei de Responsabilidade Fiscal define, ainda, que no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

A movimentação dos valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região está demonstrada no quadro 169. É possível verificar que, apesar do contingenciamento do 5º e 6º bimestre ter sido o mesmo, houve aumento do valor da 1ª Região em virtude de troca de contingenciamento com as outras regiões. Isso possibilitou contingenciar obras que não foram licitadas na 1ª Região, e liberou dotação de investimentos no IVF, utilizados na aquisição de material de informática.

QUADRO 169

Valores contingenciados (R\$)

Período	Valores contingenciados	
	Justiça Federal	1ª Região
1º Bimestre	51.730.732,00	25.761.764,00
2º Bimestre	51.730.732,00	25.761.764,00
3º Bimestre	51.730.732,00	25.761.764,00
4º Bimestre	51.730.732,00	25.761.764,00
5º Bimestre	31.661.720,00	14.656.624,00
6º Bimestre	31.661.720,00	18.130.054,00

Apesar do cerceamento de crédito que o contingenciamento causa, com o controle e análise do orçamento, o Tribunal trabalhou com a troca de ações contingenciadas, o que possibilitou extensão da execução orçamentária. Entretanto, ainda ficou indevidamente contingenciado o montante de R\$1.630.969,00, relativo à construção do edifício-sede da Justiça Federal de Diamantino. Isso ocorreu porque o crédito adicional solicitado em abril só foi liberado na tarde do dia 31 de dezembro de 2014, período em que, também, há acúmulo de trabalho, não tendo restado tempo suficiente para o descontingenciamento desse valor e seu repasse para a seccional de Mato Grosso, com fins de reforçar o empenho da obra licitada e oferecer outra ação que tivesse dotação no crédito disponível.

### **SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV)**

Para a execução do pagamento do programa “Cumprimento de Sentenças Judiciais – precatórios e requisições de pequeno valor”, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para este Tribunal que, por força de legislação, fossem de débitos de responsabilidade da União Federal ou das entidades diversas.



O pagamento dos processos de precatório foi efetivado nos meses de outubro e novembro de 2014, relativamente aos precatórios de natureza alimentícia, e em novembro de 2014, relativamente aos precatórios de natureza comum, parcelados de 2003 a 2012, e do ano de 2014, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e o Conselho da Justiça Federal.

Os recursos foram disponibilizados; e os precatórios e requisições de pequeno valor, pagos por meio da Unidade Gestora – UG 090049, deixando-se transparentes as liquidações e o acompanhamento. Na UG 090027 foram mantidos somente os pagamentos dos parcelados, cujas parcelas anteriores já vinham sendo pagas.

No decorrer do exercício foram oferecidos saldos orçamentários de precatórios como fonte de cancelamento para suplementar a dotação de RPVs.

O quadro a seguir demonstra o comportamento do número de processos e de beneficiários nos exercícios de 2012 a 2014 da ação CSJ.

#### QUADRO 170

##### Precatórios e requisições de pequeno valor

284

Ano	2012	2013	2014
Número de processos (prc + rpv)	286.287	297.729	350.109
Número de beneficiários (prc + rpv)	328.926	345.815	403.692

#### GRUPO DE TRABALHO DE PRECATÓRIOS

No exercício de 2014, o Grupo de Trabalho para uniformização de procedimentos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, instituído pelo Conselho da Justiça Federal por meio de portaria, reuniu-se uma única vez, objetivando o estudo, o debate e a apresentação de soluções na área orçamentária, pareceres jurídicos, minutas de documentos, adequação de procedimentos para aumento de celeridade, entre outros.

As dotações consignadas no exercício de 2014 para precatório e RPV do Tribunal da 1ª Região foram executadas conforme quadros a seguir.



## QUADRO 171

## Execução de precatórios e RPs - 2014 (R\$)

Entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	125.736.323,00	125.736.323,00	0,00	114.748.076,69	10.988.246,31	100
	Outros	595.455.381,00	595.455.379,80	1,20	488.339.143,76	107.116.236,04	100
	CUPS	13.414.432,00	13.414.432,00	0,00	6.326.332,64	7.088.099,36	100
	<b>Total</b>	<b>734.606.136,00</b>	<b>734.606.134,80</b>	<b>1,20</b>	<b>609.413.553,09</b>	<b>125.192.581,71</b>	<b>100</b>
RPV	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	1.977.454.186,00	1.956.254.186,00	21.200.000,00	1.955.769.717,72	484.468,28	98,93
	<b>Total</b>	<b>1.977.454.186,00</b>	<b>1.956.254.186,00</b>	<b>21.200.000,00</b>	<b>1.955.769.717,72</b>	<b>484.468,28</b>	<b>98,93</b>
<b>Total das entidades</b>		<b>2.712.060.322,00</b>	<b>2.690.860.320,80</b>	<b>21.200.001,20</b>	<b>2.565.183.270,81</b>	<b>125.677.049,99</b>	<b>99,22</b>
União Federal	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	426.479.374,00	405.279.374,00	21.200.000,00	391.222.567,03	14.056.806,97	95,03
	Outros	2.187.290.788,00	2.166.090.788,00	21.200.000,00	1.834.614.818,09	331.475.969,91	99,03
	CUPS	94.614.690,00	94.614.690,00	0,00	39.227.351,99	55.387.338,01	100
	<b>Total</b>	<b>2.708.384.852,00</b>	<b>2.665.984.852,00</b>	<b>42.400.000,00</b>	<b>2.265.064.737,11</b>	<b>400.920.114,89</b>	<b>98,43</b>
RPV	Alimentício	486.926.200,00	486.926.200,00	0,00	486.763.854,26	162.345,74	100
	Outros	176.137.781,00	176.137.781,00	0,00	175.885.381,92	252.399,08	100
	<b>Total</b>	<b>663.063.981,00</b>	<b>663.063.981,00</b>	<b>0,00</b>	<b>662.649.236,18</b>	<b>414.744,82</b>	<b>100</b>
<b>Total da União Federal</b>		<b>3.371.448.833,00</b>	<b>3.329.048.833,00</b>	<b>42.400.000,00</b>	<b>2.927.713.973,29</b>	<b>401.334.859,71</b>	<b>98,74</b>



Extraorçamentários	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Extraorçamentários			0,00	8.232.180,64		
Total extraorçamentário		0,00	0,00	0,00	8.232.180,64	0,00	0
União Federal e entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	552.215.697,00	531.015.697,00	21.200.000,00	505.970.643,72	25.045.053,28	96,16
	Outros	2.782.746.169,00	2.761.546.167,80	21.200.001,20	2.322.953.961,85	438.592.205,95	99,24
	CUPS	108.029.122,00	108.029.122,00	0,00	45.553.684,63	62.475.437,37	100
	Extraorçamentários				8.232.180,64		
	Total	3.442.990.988,00	3.400.590.986,80	42.400.001,20	2.882.710.470,84	526.112.696,60	98,77
RPV	Alimentício	486.926.200,00	486.926.200,00	0,00	486.763.854,26	162.345,74	100
	Outros	2.153.591.967,00	2.132.391.967,00	21.200.000,00	2.131.655.099,64	736.867,36	99,02
	Total	2.640.518.167,00	2.619.318.167,00	21.200.000,00	2.618.418.953,90	899.213,10	99,20
Total da União Federal e entidades		6.083.509.155,00	6.019.909.153,80	63.600.001,20	5.501.129.424,74	527.011.909,70	98,95

Os restos a pagar de precatório e RPV foram executados em conformidade com os demonstrativos abaixo:

QUADRO 172

Execução de restos a pagar de precatórios e RPVs - 2014 (R\$)

Entidade		Inscrição de restos a pagar em 2014	Restos a pagar não processados a pagar em 2014	Restos a pagar não processados pagos em 2014	Restos a pagar não processados cancelados em 2014	% execução
Precatórios	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	840.920,08	840.920,08		0,00	100
	CUPS	33.595.058,80	13.699.513,56	107.579,58	-19.787.965,66	40,78
	<b>Total</b>	<b>34.435.978,88</b>	<b>14.540.433,64</b>	<b>107.579,58</b>	<b>-19.787.965,66</b>	<b>42,22</b>
RPV	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	447.628,15	355.350,52	0,00	-92.277,63	79,39
	<b>Total</b>	<b>447.628,15</b>	<b>355.350,52</b>	<b>0,00</b>	<b>-92.277,63</b>	<b>79,39</b>
<b>Total das entidades</b>		<b>34.883.607,03</b>	<b>14.895.784,16</b>	<b>107.579,58</b>	<b>-19.880.243,29</b>	<b>42,70</b>
União Federal		Inscrição de restos a pagar em 2014	Restos a pagar não processados a pagar em 2014	Restos a pagar não processados pagos em 2014	Restos a pagar não processados cancelados em 2014	% execução
Precatórios	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	33.054.148,89	33.054.148,89	0,00	0,00	0
	CUPS	110.585.984,76	1.085.759,72	592.962,34	-108.907.262,70	0
	<b>Total</b>	<b>143.640.133,65</b>	<b>34.139.908,61</b>	<b>592.962,34</b>	<b>-108.907.262,70</b>	<b>0</b>
RPV	Alimentício	241.963,51	1.274,64	0,00	-240.688,87	0,53
	Outros	208.488,39	188.528,32	5.002,05	-14.958,02	0
	<b>Total</b>	<b>450.451,90</b>	<b>189.802,96</b>	<b>5.002,05</b>	<b>-255.646,89</b>	<b>42,14</b>
<b>Total da União Federal</b>		<b>144.090.585,55</b>	<b>34.329.711,57</b>	<b>597.964,39</b>	<b>-109.162.909,59</b>	<b>23,83</b>



União Federal e entidades		Inscrição de restos a pagar em 2014	Restos a pagar não processados a pagar em 2014	Restos a pagar não processados pagos em 2014	Restos a pagar não processados cancelados em 2014	% execução
Precatórios	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	33.895.068,97	33.895.068,97	0,00	0,00	100
	CUPS	144.181.043,56	14.785.273,28	700.541,92	-128.695.228,36	10,25
	<b>Total</b>	<b>178.076.112,53</b>	<b>48.680.342,25</b>	<b>700.541,92</b>	<b>-128.695.228,36</b>	<b>27,34</b>
RPV	Alimentício	241.963,51	1.274,64	0,00	-240.688,87	0,53
	Outros	656.116,54	543.878,84	5.002,05	-107.235,65	82,89
	<b>Total</b>	<b>898.080,05</b>	<b>545.153,48</b>	<b>5.002,05</b>	<b>-347.924,52</b>	<b>60,70</b>
<b>Total – União Federal e entidades</b>		<b>178.974.192,58</b>	<b>49.225.495,73</b>	<b>705.543,97</b>	<b>-129.043.152,88</b>	<b>27,50%</b>





## SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foi criado para acompanhar a execução orçamentária das ações constantes na programação das leis orçamentárias anuais (LOAs), no nível de subtítulo das ações e por unidade orçamentária, no tocante aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, visando à prestação de contas para a sociedade e à transparência dos atos governamentais, conforme prevê a Lei 12.593, de 18/01/2012, o Decreto 7.866, de 19/10/2012, e a Portaria SOF/MP 103 de 19/10/2012.

Procedeu-se ao acompanhamento e análise do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à 1ª Região da UO 12101 e o encaminhamento semestral ao CJF, para consolidação e registro no SIOP e o lançamento das ações orçamentárias no SIOP da UO 12102.

## RESOLUÇÃO CNJ 195/2014

O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução CNJ 195/2014, determinou que fosse publicado, no sítio eletrônico dos tribunais, o mapa demonstrativo da dotação orçamentária, bem como da execução orçamentária, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição.

O demonstrativo da dotação orçamentária deve conter a íntegra da proposta e da proposta interna de QDD, se houver, e a íntegra da lei orçamentária e dos QDD internos, se houver. A disponibilização deve ocorrer em dois momentos: nos prazos de 30 (trinta) dias após o envio da proposta orçamentária e de 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária. Em 2014 foi disponibilizada, no sítio do TRF 1ª Região, a proposta orçamentária de 2015, dentro do prazo de 30 dias após o envio da proposta orçamentária ao Congresso Nacional.

No que se refere à execução orçamentária, o mapa demonstrativo deve conter, por unidade orçamentária, programa, ação orçamentária e grupo de natureza de despesa, a dotação inicial da LOA, os créditos adicionais, eventuais contingenciamentos, as despesas empenhadas, as liquidadas e as pagas. A primeira disponibilização do mapa de execução do orçamento será relativa ao orçamento de 2014 e deverá ocorrer até 31 de janeiro de 2015.

A Resolução 195 determina também que os tribunais devem constituir comitê orçamentário de primeiro grau e comitê orçamentário de segundo grau com atribuições de: I – auxiliar na captação das necessidades e demandas; II – realizar encontros, preferencialmente no primeiro quadrimestre de cada ano, para discutir as necessidades e demandas, bem como para auxiliar na definição das prioridades, de modo a alinhá-las à possibilidade orçamentária; III – auxiliar a elaboração da proposta orçamentária; e IV – auxiliar a execução do orçamento, notadamente por meio de acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.



Para que sejam constituídos os comitês acima mencionados de forma padronizada na Justiça Federal, o TRF 1ª Região solicitou a participação do Conselho da Justiça Federal, que irá emanar as diretrizes gerais para criação e funcionamento desses comitês.

## **RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS DA 1ª REGIÃO**

O Sistema de Benefícios Assistenciais da Justiça Federal foi instituído pelo ofício PR 2011020750 de 28/12/2011, do Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de manter o banco de dados atualizado com informações inerentes aos beneficiários, titulares e dependentes dos benefícios assistenciais “Assistência Médica e Odontológica”, “Assistência Pré-Escolar”, “Auxílio-Alimentação” e “Auxílio-Transporte”, de forma a identificar os servidores ativos, inativos, efetivos, requisitados, sem vínculo, magistrados, pensionistas estatutários e alimentícios que participam dos referidos benefícios, possibilitando melhor gestão dos créditos orçamentários e recursos financeiros da Justiça Federal.

Para fornecer os dados da 1ª Região ao sistema do CJF, a Secretaria do Bem-Estar Social e a Secretaria de Recursos Humanos solicitaram à Secretaria de Tecnologia de Informação o desenvolvimento de um relatório de benefício da 1ª Região, que era gerado no formato “TXT” e “migrado” para o CJF sem nenhuma conferência, o que acarretava graves implicações orçamentárias.

Durante o ano de 2014 se fizeram diversas correções nesse relatório da 1ª Região, para compatibilidade das informações constantes do sistema SARH e Benner, que contém os dados funcionais e do Pro-Social, respectivamente, o que tem garantido maior confiabilidade nas informações “migradas” para o sistema de benefícios do CJF.

Ressalta-se, entretanto, que ainda restam necessárias medidas relativas ao cadastramento das informações nos sistemas SARH e Benner para eliminar algumas discrepâncias existentes.

## **ESTUDO DE ÁREA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO**

O diretor do Núcleo de Gestão Orçamentária de Obras – Nugob representou o TRF 1ª Região no grupo de estudo referente a intervenções de estacionamentos no SAF/SUL, que resultou no termo de conciliação 003/2014/CCAF/CGU/AGU-PBB, de 17/02/2014, com nova proposta de estacionamentos públicos para todo o setor. Isso levou a SEDHAB a alterar a legislação para o local, editando novo projeto urbanístico, denominado de URB, contendo as alterações aprovadas do sistema viário e dos estacionamentos públicos do SAF/SUL.

O procedimento conciliatório, iniciado por solicitação do IPHAN, em face do Inquérito Civil Público 1.16.000.000489/2004-36, em trâmite na Procuradoria da República, envolvendo aquela por uso de estacionamento “provisório” da PGR, situado em área externa ao respectivo lote (Quadra 4, Lt. 1 – TCU e Lt. 2 – Anexo do STF), foi posteriormente ampliado, com a participação de outros órgãos também presentes do SAF/SUL.



Ressalta-se que os estacionamentos públicos, situados junto às divisas próximas, diretas, ao lote onde está sendo construída a sede deste tribunal — nas fachadas sul, norte e leste — que já haviam sido anteriormente aprovados, foram preservados nesse estudo.

## **LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015**

A proposta orçamentária para 2015 foi elaborada nos termos do Substitutivo ao Projeto de Lei 3, de 2014-CN, — Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas à 1ª Região, que enviaram as suas necessidades à Secretaria de Orçamento do Tribunal.

A Secretaria de Orçamento do Tribunal procedeu à análise e consolidação dos dados e encaminhou a proposta orçamentária preliminar, no valor de R\$ 3.041.593.446,00, ao Conselho da Justiça Federal.

Em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da 1ª Região, no mês de julho de 2014 a Secretaria procedeu à revisão da proposta, ajustando-a ao novo valor de R\$ 2.508.492.056,00.

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da 1ª Região, as seccionais foram orientadas a buscar emendas nas bancadas parlamentares dos respectivos estados. O Tribunal providenciou as minutas das emendas passíveis de ser apresentadas, as quais foram enviadas aos diretores de foro das seções judiciárias. Em consequência, foram aprovadas emendas individuais e de bancada de interesse direto da 1ª Região no valor de R\$ 152.748.482,00 sendo R\$ 4.870.000,00 no JC, R\$ 23.200.000,00 no AMOS e R\$ 124.678.482,00 em projetos das diversas obras da 1ª Região.

Também foram acrescidas ao orçamento de 2015 as receitas provenientes dos contratos com a Caixa Econômica Federal nos estados da Bahia (R\$ 1.535.592,00) e de Minas Gerais (R\$707.148,00), os quais estão em fase final de negociação e serão objeto de crédito adicional por excesso de arrecadação na fonte 150 – recursos próprios.

O valor final do orçamento de 2015 da 1ª Região ficou em R\$ 2.654.363.278,00.

No decorrer de 2015, essa dotação será acrescida com a distribuição dos valores constantes na reserva do CJF relativas a MTGI, instalação e manutenção de vara federal, modernização de instalações — acessibilidade, projeto Pje e nomeações de cargos vagos.

Os quadros a seguir demonstram os projetos priorizados no PL 13/2014 e as emendas aprovadas no relatório final da Comissão Mista de Orçamento que aguardam a aprovação do Congresso Nacional.



## QUADRO 173

## Projetos priorizados no PL 13/2014-CN (R\$)

TRF/Seção Judiciária	Projetos da Primeira Região	PL 013/2014-CN
SJTO	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Araguaína/TO	1.500.000
SJAC	Construção de estação de tratamento de água do edifício-sede da Seção Judiciária de Rio Branco/AC	972.000
SJAM	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de Manaus/AM	1.000.000
SJMA	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de São Luís/MA	60.000
SJGO	Construção do edifício-sede da Justiça Federal de Jataí/GO	1.500.000
	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de Goiânia/GO	1.000.000
	<b>Total de Goiás</b>	<b>2.500.000</b>
SJDF	Construção de galpão para arquivo e depósito judicial para a Justiça Federal de Brasília/DF	999.965
	Reforma do edifício Sede I da Justiça Federal do Distrito Federal – Brasília/DF	1.000.000
	<b>Total do Distrito Federal</b>	<b>1.999.965</b>
SJBA	Reforma do complexo de imóveis da Seção Judiciária de Salvador/BA	2.000.000
	Construção do edifício anexo da Seção Judiciária de Salvador/BA	1.410.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal de Guanambi/BA	1.000.000
	<b>Total da Bahia</b>	<b>4.410.000</b>
SJMG	Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal de Belo Horizonte/MG	1.500.000
TRF	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília/DF	70.000.000
<b>Total de projetos</b>		<b>83.941.965</b>

## QUADRO 174

## Emendas aprovadas no Relatório final da CMO ao PL 013/2014 – PLOA 2015 (R\$)

Unidade	Projeto	PL 013/2014-CN
SJTO	Construção de edifício-sede da Subseção Judiciária em Araguaína/TO	1.362.300
SJRR	Construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR	30.000.000
SJAP	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari/AP	7.250.000
SJRO	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO	10.000.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Vilhena/RO	350.000
	<b>Total Rondônia</b>	<b>10.350.000,00</b>
SJAM	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Manaus/AM	100.000
SJMT	Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Cáceres/MT	1.000.000
	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT	16.032.182
	<b>Total Mato Grosso</b>	<b>17.032.182,00</b>



Unidade	Projeto	PL 013/2014-CN
SJPI	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Parnaíba/PI	16.000.000
SJPA	Construção do edifício anexo da Seção Judiciária em Belém/PA	660.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Castanhal/PA	1.400.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itaituba/PA	400.000
	<b>Total Pará</b>	<b>2.460.000,00</b>
SJGO	Construção do edifício Sede II da Seção Judiciária em Goiânia/GO	15.000.000
SJBA	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itabuna/BA	374.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Teixeira de Freitas/BA	250.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barreiras/BA	10.000.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juazeiro/BA	250.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA	500.000
	<b>Total Bahia</b>	<b>11.374.000,00</b>
SJM MG	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Divinópolis/MG	250.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre/MG	10.000.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG	3.000.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Montes Claros/MG	500.000
	<b>Total Minas Gerais</b>	<b>13.750.000,00</b>
<b>Total geral</b>		<b>124.678.482,00</b>

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2014 com contingenciamento e sem a dotação dos Projetos ITR (R\$ 5.167.000,00) e IVF (R\$ 15.743.000,00), PJE (R\$ 100.286,00), MTGI (R\$ 24.718.121,00) e Montepio (R\$ 1.790.782,00), pois para o orçamento de 2015 não constam os valores correspondentes.

#### QUADRO 175

Comparativo dos orçamentos de 2014 e 2015 por unidade orçamentária (R\$)

Orçamento 2014	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	281.474.489	23.068.620	10.000	82.978.202	53.129.000	440.660.311
Seções	1.666.611.562	124.689.667	47.010.377	245.523.137	89.283.908	2.173.118.651
<b>Total</b>	<b>1.948.086.051</b>	<b>147.758.287</b>	<b>47.020.377</b>	<b>328.501.339</b>	<b>142.412.908</b>	<b>2.613.778.962</b>
TRF	272.502.695	20.144.845	11.000	96.969.151	70.000.000	459.627.691
Seções	1.597.018.822	151.314.441	37.910.030	278.991.847	138.620.447	2.203.855.587
<b>Total</b>	<b>1.869.521.517</b>	<b>171.459.286</b>	<b>37.921.030</b>	<b>375.960.998</b>	<b>208.620.447</b>	<b>2.663.483.278</b>



Orçamento 2014	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
% acréscimo/redução						
TRF	-3,19	-12,67	10,00	16,86	31,75	4,30
Seções	-4,18	21,35	-19,36	13,63	55,26	1,41
<b>Total</b>	<b>-4,03</b>	<b>16,04</b>	<b>-19,35</b>	<b>14,45</b>	<b>46,49</b>	<b>1,90</b>

Verifica-se que houve acréscimo global na ordem de 1,90% no orçamento proposto para 2015 em relação ao orçamento de 2014. Tal percentual poderá ser aumentado pelo recebimento de crédito contido na reserva do CJF.

A análise por categoria de programação permite as seguintes observações:

- Pessoal – decréscimo de 4,03% em função de constar para 2015 somente a folha normal (base – março 2014) sem as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2014. Em 2014, constam também as despesas de exercícios anteriores que foram pagas não previstas para 2015.
- Benefícios – acréscimo de 16,04% em função de constar para 2015 as emendas aprovadas na CMO no valor de R\$ 23.200.000,00, e de haver aumento do valor unitário de R\$ 131,00 para 167,00 por beneficiário.
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – decréscimo de 19,35% em função de o critério de distribuição do CJF ter sido a execução de 2013, excluindo-se as despesas de exercícios anteriores;
- Atividades – acréscimo de 14,45% em função da manutenção de novas instalações, novas varas e turmas recursais, e ainda em decorrência da emenda de R\$ 4.870.000,00 no JC.
- Projetos – acréscimo de 46,49% em função das emendas aprovadas para a 1ª Região.

O orçamento aprovado para 2015, após o ajuste mencionado a seguir, ficou com a dotação designada de R\$ 2.938.968,81, para atender as novas despesas com a manutenção das varas instaladas em 2014:

- retirada de R\$ 3.000.000,00 – Contrato de Comunicação de Dados/Internet/Wan – complementação indispensável para a continuidade da prestação jurisdicional, que poderá ser alocada na dotação que o Tribunal receberá do CJF no plano orçamentário “Manutenção Tecnológica de Gestão da Informação”.



# ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	Objetivos estratégicos, indicadores e metas para a Justiça Federal – 2010-2014, <b>29</b>
Quadro 2	Projetos estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região acompanhados pelo Eper em 2014, <b>31</b>
Quadro 3	Desempenho do TRF 1ª Região em 2014 – indicadores e metas do planejamento estratégico acompanhados pelo CJF, <b>32</b>
Quadro 4	Indicadores não mensurados devido a problemas técnicos nas fórmulas de cálculo, <b>32</b>
Quadro 5	Indicadores mensurados com base em pesquisa de satisfação, <b>33</b>
Quadro 6	Desempenho da Justiça Federal do 1º grau em 2014 – indicadores do Planejamento Estratégico acompanhados pelo CJF, <b>34</b>
Quadro 7	Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2014, <b>35</b>
Quadro 8	Gestores estratégicos das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2014, <b>35</b>
Quadro 9	Desempenho do TRF 1ª Região em 2014 – Metas Nacionais do Poder Judiciário, <b>36</b>
Quadro 10	Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos, <b>43</b>
Quadro 11	Produtividade por desembargador federal, <b>44</b>
Gráfico 1	Petições apresentadas no Tribunal, <b>46</b>
Gráfico 2	Petições protocoladas, <b>46</b>
Quadro 12	Desempenho do Tribunal, <b>47</b>
Quadro 13	Sessões de julgamento realizadas, <b>47</b>
Quadro 14	Central de Digitalização Judicial, <b>47</b>
Quadro 15	Estatística de notas taquigráficas, <b>48</b>
Quadro 16	Movimentações processuais, <b>48</b>
Quadro 17	Processos baixados, <b>49</b>
Quadro 18	Decisões em REsp e RE, <b>49</b>
Quadro 19	Dados estatísticos da 1ª instância, <b>50</b>
Quadro 20	Dados acumulados da 1ª instância, <b>51</b>
Quadro 21	Movimentação processual por seção judiciária, <b>52</b>
Gráfico 3	Composição do acervo dos JEFs – físico e virtual (Distribuídos), <b>52</b>
Gráfico 4	Composição do acervo dos JEFs – físico e virtual (Julgados), <b>52</b>
Gráfico 5	Composição do acervo dos JEFs – físico e virtual (Em tramitação), <b>53</b>
Quadro 22	Evolução dos processos físicos e virtuais nos JEFs, <b>53</b>
Gráfico 6	Evolução do acervo processual nos JEFs – 2002 a 2014, <b>54</b>



Quadro 23	Julgamento nas turmas recursais, <b>55</b>
Quadro 24	Composição de acervo nas turmas recursais, <b>56</b>
Gráfico 7	Composição do acervo das TRs - físicos e virtuais (Distribuídos), <b>57</b>
Gráfico 8	Composição do acervo das TRs - físicos e virtuais (Julgados), <b>57</b>
Gráfico 9	Composição do acervo das TRs - físicos e virtuais (Em tramitação TRF), <b>57</b>
Quadro 25	Evolução da movimentação processual das turmas recursais - 2012 a 2014, <b>57</b>
Quadro 26	Estatística da TRU, <b>59</b>
Gráfico 10	Beneficiários de precatório e RPV, <b>61</b>
Gráfico 11	Pagamento de precatórios, <b>61</b>
Gráfico 12	Pagamento de RPVs, <b>62</b>
Quadro 27	Pagamentos de precatórios e RPVs, <b>62</b>
Quadro 28	Precatórios aguardando pagamento, <b>63</b>
Quadro 29	Varas federais instaladas em 2014, <b>67</b>
Quadro 30	Distribuição de varas federais na 1ª Região, <b>68</b>
Quadro 31	Distribuição das varas federais, <b>69</b>
Quadro 32	Quantidade e tipos de juizados e turma recursal, <b>70</b>
Quadro 33	Juizados Especiais Federais itinerantes realizados, <b>71</b>
Quadro 34	Mutirões de audiências realizados, <b>73</b>
Gráfico 13	Distribuição de varas e de JEFs, <b>74</b>
Gráfico 14	Distribuição dos JEFs, <b>74</b>
Gráfico 15	Distribuição da movimentação processual, <b>75</b>
Gráfico 16	Processos distribuídos nas varas e nos juizados - 2002 a 2014, <b>75</b>
Gráfico 17	Processos julgados nas varas e nos juizados - 2002 a 2014, <b>76</b>
Gráfico 18	Processos em tramitação nas varas e nos juizados - 2002 a 2014, <b>76</b>
Quadro 35	Dados da Ouvidoria - consolidação da 1ª Região, <b>77</b>
Quadro 36	Manifestações recebidas pela Ouvidoria, <b>77</b>
Quadro 37	Fatores avaliados, <b>91</b>
Quadro 38	Resoluções, <b>92</b>
Quadro 39	Portarias, <b>94</b>
Quadro 40	Provimentos Coger, <b>98</b>
Quadro 41	Portarias Coger, <b>99</b>
Quadro 42	Circulares Coger, <b>100</b>
Quadro 43	Comissões, comitês, equipes e grupos de trabalho, <b>101</b>
Quadro 44	Matérias acompanhadas no Congresso Nacional, <b>104</b>





Quadro 45	Emendas aprovadas ao orçamento da Justiça Federal da 1ª instância, <b>104</b>
Gráfico 19	Emendas aprovadas ao orçamento da Justiça Federal da 1ª instância, <b>105</b>
Quadro 46	Emendas aprovadas ao orçamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, <b>105</b>
Gráfico 20	Emendas aprovadas ao orçamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, <b>105</b>
Quadro 47	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Câmara dos Deputados, <b>106</b>
Quadro 48	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Senado Federal, <b>108</b>
Quadro 49	Projeto de Lei (PL) – Câmara dos Deputados, <b>109</b>
Quadro 50	Projeto de Lei Complementar (PLP) – Câmara dos Deputados, <b>113</b>
Quadro 51	Projeto de Lei do Senado (PLS) – Senado Federal, <b>113</b>
Quadro 52	Veículos de comunicação, <b>119</b>
Quadro 53	Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso e eletrônico, <b>120</b>
Quadro 54	Informativos da 1ª Região – telejornalismo, <b>121</b>
Quadro 55	Reprodução, acabamento e montagem, <b>123</b>
Quadro 56	Quantidade de licitações, <b>125</b>
Quadro 57	Resultados obtidos nos pregões, <b>126</b>
Quadro 58	Registro de preço, <b>126</b>
Quadro 59	Compras e contratações, <b>126</b>
Quadro 60	Quantitativo de notas fiscais analisadas, de pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio distribuídos e de processos de penalidade autuados, <b>127</b>
Quadro 61	Lavratura de novos instrumentos por tipo de instrumento, <b>127</b>
Quadro 62	Lavratura de contrato por tipo de objeto, <b>127</b>
Quadro 63	Lavratura de termos aditivos por tipo de instrumento, <b>128</b>
Quadro 64	Lavratura de apostilamento e rescisão por tipo de instrumento, <b>128</b>
Quadro 65	Termos de cooperação firmados, <b>128</b>
Quadro 66	Gerenciamento de documentos orçamentários e financeiros, <b>129</b>
Quadro 67	Gestão de material, <b>129</b>
Quadro 68	Desfazimento de bens por tipo de procedimento, <b>130</b>
Quadro 69	Publicação de matérias, <b>131</b>
Quadro 70	Documentos postados, <b>132</b>
Quadro 71	Baixas de processos judiciais por destino da remessa, <b>132</b>
Quadro 72	Documentos postados, <b>132</b>
Quadro 73	Receita gerada com fornecimento de cópias reprográficas, digitalizações e autenticações, <b>133</b>



Quadro 74	Telegramas transmitidos e petições recebidas via fax, <b>133</b>
Quadro 75	Jurisprudência (publicações), <b>135</b>
Quadro 76	Base de jurisprudência (indexação), <b>135</b>
Quadro 77	Acórdãos processados, <b>135</b>
Quadro 78	Processos e documentos judiciais arquivados por classe, <b>135</b>
Quadro 79	Movimentação de processos administrativos, <b>136</b>
Quadro 80	Atualização do acervo de livros, <b>137</b>
Quadro 81	Atualização do acervo de periódicos, <b>137</b>
Quadro 82	Valores gastos na atualização de acervos, <b>137</b>
Quadro 83	Registro e processamento técnico de acervo, <b>137</b>
Quadro 84	Correições gerais ordinárias, <b>140</b>
Quadro 85	Processos autuados, <b>140</b>
Quadro 86	Processos arquivados, <b>141</b>
Quadro 87	Decisões e despachos proferidos por procedimento, <b>142</b>
Quadro 88	Situação atual dos processos de contas do TRF 1ª Região, <b>143</b>
Quadro 89	Contas relativas aos exercícios de 2001-2002 pendentes de julgamento pelo TCU, <b>143</b>
Quadro 90	Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão, <b>144</b>
Quadro 91	Quantitativo de processos de folha de pagamento e despesa de exercícios anteriores, <b>145</b>
Quadro 92	Atendimento aos acórdãos do TCU, <b>145</b>
Quadro 93	Atendimento às demais diligências do TCU, <b>146</b>
Quadro 94	Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres, <b>147</b>
Quadro 95	Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade, <b>149</b>
Quadro 96	Quantitativo de orientações contábeis expedidas, <b>149</b>
Quadro 97	Execução de auditorias na Justiça Federal da 1ª Região, <b>150</b>
Quadro 98	Documentos técnicos expedidos em auditorias, <b>151</b>
Quadro 99	Evolução da conciliação, <b>153</b>
Gráfico 21	Conciliações realizadas nas varas e juizados - 2011 a 2014, <b>155</b>
Quadro 100	Turmas recursais da 1ª Região, <b>156</b>
Quadro 101	Diretores e vice-diretores de foro, <b>162</b>
Quadro 102	Cargos de juiz federal e juiz federal substituto, <b>163</b>
Quadro 103	Vacância no TRF 1ª Região, <b>164</b>
Quadro 104	Vacância nas seções judiciárias, <b>164</b>
Quadro 105	Vitalicamento dos juízes federais substitutos, <b>164</b>



Quadro 106	Auxílio em gabinete de desembargador federal, <b>165</b>
Quadro 107	Substituição de desembargador federal, <b>165</b>
Quadro 108	Auxílio em outros órgãos, <b>166</b>
Quadro 109	Juízes federais e juízes federais substitutos desligados por remoção, <b>167</b>
Quadro 110	Juízes federais e juízes federais substitutos ingressos por remoção, <b>167</b>
Quadro 111	Remoção de juiz federal, <b>167</b>
Quadro 112	Remoção de juiz federal substituto, <b>172</b>
Quadro 113	Promoção de juiz federal, <b>173</b>
Quadro 114	Servidores efetivos, <b>175</b>
Quadro 115	Provimentos e vacâncias, <b>176</b>
Quadro 116	Juízes afastados para participar de cursos, seminários, congressos ou pós-graduação, <b>183</b>
Quadro 117	Participações em treinamento no Pje (parametrização, formação de multiplicadores, usuários finais), <b>186</b>
Quadro 118	Participações em treinamento no SEI, <b>186</b>
Quadro 119	Participações em eventos regionais, <b>187</b>
Quadro 120	Participações em eventos de capacitação presencial com videoconferência, <b>187</b>
Quadro 121	Participações de servidores em eventos de capacitação virtuais, <b>188</b>
Quadro 122	Participações de servidores em eventos de capacitação presenciais, <b>188</b>
Quadro 123	Aposentados, pensionistas e instituidores, <b>189</b>
Quadro 124	Adicional de qualificação, <b>190</b>
Quadro 125	Licença para capacitação, <b>190</b>
Quadro 126	Bolsa de estudo, <b>190</b>
Quadro 127	Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho, <b>192</b>
Quadro 128	Participações em evento externo de capacitação virtual, <b>192</b>
Quadro 129	Eventos comemorativos - TRF 1ª Região, <b>193</b>
Quadro 130	Exame Periódico de Saúde, <b>194</b>
Quadro 131	Imunização contra a gripe, <b>195</b>
Quadro 132	Visitas aos postos de trabalho - ações realizadas, <b>195</b>
Quadro 133	Notificações realizadas (servidores e terceirizados), <b>195</b>
Quadro 134	Projeto Superação - acompanhamento hospitalar/domiciliar, <b>196</b>
Quadro 135	Projeto Doe Sangue, Doe Vida, <b>196</b>
Quadro 136	Clientela atendida no Serviço Médico (por especialidade), <b>197</b>
Quadro 137	Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2014, <b>198</b>
Gráfico 22	Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social, <b>199</b>



Quadro 138	Custo mensal, <i>per capita</i> , médico-hospitalar e odontológico, <b>200</b>
Gráfico 23	Curvas do custo mensal, por faixa etária, médico-hospitalar e odontológico, <b>201</b>
Quadro 139	Despesas do Pro-Social por benefício (dados atualizados até 31/12/2014), <b>201</b>
Quadro 140	Composição dos recursos do Pro-Social, <b>203</b>
Quadro 141	Demonstrativo de receitas e despesas – recursos da União, <b>204</b>
Quadro 142	Demonstrativo de receitas e despesas – recursos próprios, <b>205</b>
Quadro 143	Despesas com manutenção de veículos oficiais por fabricante, <b>214</b>
Quadro 144	Despesa com combustível para veículos oficiais do Tribunal, <b>214</b>
Quadro 145	Despesa com combustível para veículos oficiais da SJDF, <b>215</b>
Quadro 146	Requisições via Siate – totais mensais de atendimento, <b>215</b>
Quadro 147	Número de contratos contínuos, <b>215</b>
Quadro 148	Prestação de serviços não continuados, <b>216</b>
Quadro 149	Visitas aos postos de trabalho e ações realizadas, <b>216</b>
Quadro 150	Notificações realizadas – servidores e terceirizados, <b>216</b>
Gráfico 24	Processos cadastrados no PAe-SEI em 2014, <b>219</b>
Gráfico 25	Documentos cadastrados no PAe-SEI em 2014, <b>219</b>
Quadro 151	Outros sistemas, <b>226</b>
Quadro 152	Manutenções ou reestruturações de ambientes, <b>231</b>
Gráfico 26	Aplicação dos recursos financeiros em aquisições de TI na 1ª Região, <b>233</b>
Quadro 153	Orçamento 2014 para a 1ª Região, <b>236</b>
Quadro 154	Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2014, <b>237</b>
Quadro 155	Dotação de 2014 por tipo de ação, <b>240</b>
Quadro 156	Limites financeiros concedidos, DARFS/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2014, <b>243</b>
Quadro 157	Execução orçamentária na 1ª Região – consolidada – 2014, <b>245</b>
Quadro 158	Execução orçamentária na 1ª Região – pessoal – 2014, <b>246</b>
Quadro 159	Execução orçamentária 1ª Região – benefícios – 2014, <b>248</b>
Quadro 160	Execução orçamentária na 1ª Região – atividades – 2014, <b>250</b>
Quadro 161	Crédito não utilizado na 1ª Região – atividades – 2014, <b>252</b>
Quadro 162	Aquisição de veículos – consolidada em 2014/2015, <b>254</b>
Quadro 163	Execução orçamentária na 1ª Região – AJPC – 2014, <b>255</b>
Quadro 164	Execução orçamentária na 1ª Região – projetos – 2014, <b>256</b>
Quadro 165	Demonstrativo da execução de reformas, <b>269</b>
Quadro 166	Demonstrativo IVF 2014, <b>275</b>
Quadro 167	Demonstrativo ITR 2014, <b>277</b>



- Quadro 168 Execução de restos a pagar em 2014 - exceto precatórios - da UO 12.101 e 12.102, **280**
- Quadro 169 Valores contingenciados, **283**
- Quadro 170 Precatórios e requisições de pequeno valor, **284**
- Quadro 171 Execução de precatórios e RPVs - 2014, **285**
- Quadro 172 Execução de restos a pagar de precatórios e RPVs - 2014, **287**
- Quadro 173 Projetos priorizados no PL 13/2014-CN, **292**
- Quadro 174 Emendas aprovadas no Relatório final da CMO ao PL 013/2014 - PLOA 2015, **292**
- Quadro 175 Comparativo dos orçamentos de 2014 e 2015 por unidade orçamentária, **293**